



# REVISTA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE MATO GROSSO

Comemorativa aos  
500 anos do Descobrimento  
do Brasil



Vol. 58

Edição do IHGMT  
Cuiabá, 2000

BBM 3.490

~~ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS  
Rua Barão de Melgaco, Nº. 3869 - Centro  
78005-500 - Curitiba - Mato Grosso - Brasil  
Fone/ • (065) 624 - 6782~~

PROPRIEDADE DO

Instituto Histórico e Geográfico

de Mato Grosso

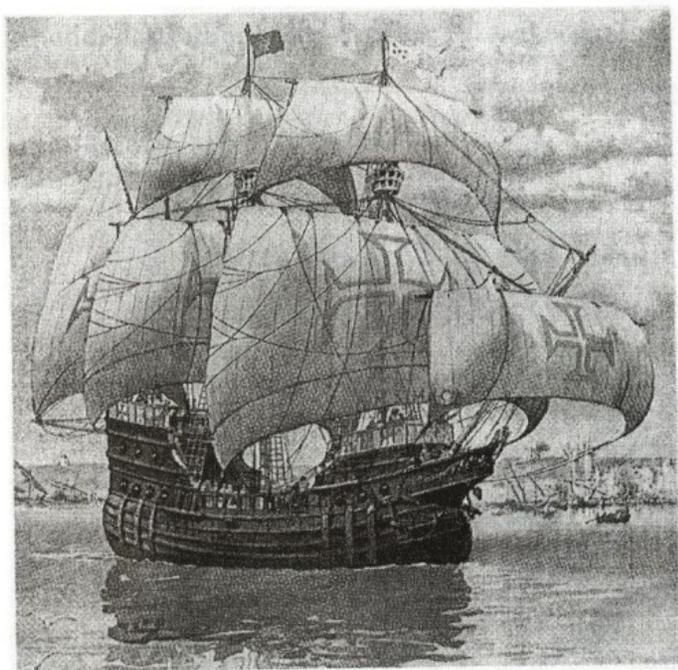
PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO



# REVISTA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE MATO GROSSO

## Comemorativa aos 500 anos do Descobrimento do Brasil



Vol. 58

Edição do IHGMT  
Cuiabá, 2000

## DIRETORIA

2000-2002

<b>Presidente</b>	Elizabeth Madureira Siqueira
<b>1º Vice-Presidente</b>	Lourembergue Alves
<b>2º Vice-Presidente</b>	Weller Marcos da Silva
<b>1º Secretário</b>	Benedito Pinheiro de Campos
<b>2º Secretário</b>	Aníbal Alencastro
<b>1º Tesoureira</b>	Nilza Queiroz Freire
<b>2º Tesoureiro</b>	Moacyr Freitas
<b>Orador Oficial</b>	Lenine de Campos Póvoas
<b>Curadora do Museu e Arquivo:</b>	Elizabeth Madureira Siqueira
<b>Coordenador das Publicações Avulsas:</b>	Paulo Pitaluga Costa e Silva

### Conselho Fiscal

<b>Membros:</b>	Adauto Dias de Alencar
	Maria Benedita Deschamps Rodrigues
	João Alberto Novis Gomes Monteiro

Sede Própria: CASA BARÃO DE MELGAÇO  
Rua Barão de Melgaço, nº 3869 (Centro)  
Cuiabá – MT  
CEP: 78005-500  
Telefax: (065) 624-6782  
e-mail: elizabet@zaz.com.br

**PROPRIEDADE DO**  
**Instituto Histórico e Geográfico**  
**de Mato Grosso**  
**PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO**

SUMÁRIO

PARTE I – Mato Grosso nos 500 anos do Brasil

- A Contribuição de Mato Grosso na constituição da nacionalidade brasileira  
*Elizabeth Madureira Siqueira* 9
- A Capitania de Mato Grosso  
*Lourembergue Alves* 33
- A Aurora do Cinema em Mato Grosso  
*Anibal Alencastro* 53
- Começa a Nova Arquitetura Mato-grossense  
*GabrielFrancisco de Mattos* 85
- Foldlore de Mato Grosso  
*Benedito Pinheiro de Campos* 93
- História em Quadrinhos em Mato Grosso  
*GabrielFrancisco de Mattos* 119
- Ambiente e Atrativos Turísticos em Chapada dos Guimarães  
*Suise Monteiro Leon Bordest* 137
- Canas, Escaroadores, Alambiques, Aguardentes: sinais de produção local do Cuiabá na *Relação* de José Barbosa de Sá  
*Carlos Alberto Rosa* 149
- A Fábrica de Pincéis no Meio do Sertão  
*Weller Marcos* 165

**PARTE II – Documentação**

Brasil-Portugal: um mar-oceano de documentos  
*Esther Caldas Bertoletti* 175

Documentos sobre Mato Grosso existentes no Arquivo do IHGB  
*Elizabeth Madureira Siqueira (org.)* 211

**PARTE III – A Casa Barão de Melgaço**

O Arquivo e a Biblioteca da Casa Barão de Melgaço  
*Elizabeth Madureira Siqueira* 231

A Arquitetura da Casa Barão de Melgaço  
*Moacyr Freitas* 249

A Numeração da Revista do IHGMT  
*Paulo Pitaluga Costa e Silva* 255

Índice Simplificado dos Artigos Contidos na RIHGMT  
*Paulo Pitaluga Costa e Silva (org.)* 265

## A CONTRIBUIÇÃO DE MATO GROSSO NA CONSTITUIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

*Elizabeth Madureira Siqueira*

Mato Grosso contribuiu de forma singular no processo de constituição da nação brasileira. Seu território foi percorrido inúmeras vezes pelos colonizadores e adelantados espanhóis e pelos jesuítas desde o século XVI, mas, sem dúvida, estava guardado para ser o antemural da Colônia portuguesa. Essa predestinação, certamente, não fora obra do acaso. Os espanhóis, por terem encontrado precocemente as ricas minas de prata do Peru, preocuparam-se em manter caminhos e colonos naquela rica região. Por isso mesmo ficaram agarrados aos contrafortes andinos, como que de costas para a parte leste que, por Tordesilhas, pertenceria à Espanha. Muitos adelantados chegaram mesmo a atravessar o território mato-grossense, porém nem a beleza do Pantanal foi suficiente para seduzi-los, pois o brilho da prata falava mais alto. Vejamos uma amostra da passagem dos hispanos por terras mato-grossenses.

Em 1515, **Juan Díaz de Solís**, cosmógrafo espanhol, penetrou pelas águas do rio Paraná-Guaçú (Paraná Grande), porém alguns membros de sua expedição foram devorados pelos índios Charua, da nação Guarani. O nome de Solis, morto nessa ocasião, ficou perpetuado no Rio Solis, situado na Argentina. Aqueles que sobreviveram, conseguiram atingir terras do atual estado de Santa Catarina e ali permaneceram. A notícia de que os índios Guarani, moradores do Rio da Prata, utilizavam-se de pranchas de metal, fez com que esses náufragos se aventurassem, novamente, em busca de minas de prata. Comandados desta vez por **Aleixo Garcia**, partiram de Santa Catarina, atingiram o rio Paraguai, conquistando os índios Guarani que se tornaram aliados. Assim, a expedição de Garcia, acrescida desses índios, chegou a contar com mais de 1.000 elementos. Rumando rio Paraguai acima, atravessaram o Chaco onde, na altura do Pão de Açúcar, fundaram a aldeia de **San Fernando** (1520), porém ali não se detiveram, prosseguindo em direção ao Peru de onde retornaram trazendo muita prata. No regresso, Aleixo Garcia foi assassinado pelos índios, porém a notícia da existência de grande quantidade de prata nos contra-

fortes andinos, já havia chegado ao conhecimento dos companheiros que haviam permanecido em Santa Catarina.

A continuidade das façanhas de Aleixo Garcia foi empreendida por Sebastian Caboto, navegador a serviço da Espanha. Desistindo de seu empreendimento inicial, que era atingir o Oriente através das Molucas, resolveu ele ir no encalço das famosas minas de prata. Infeliz na empreitada, pois a Coroa espanhola enviara para a região do Rio da Prata uma outra expedição comandada por Diego Garcia, Caboto retornou, em 1530, à Espanha e a saga em busca das famosas minas de prata ganha novos atores.

As notícias sobre os imensos tesouros peruanos se espalhavam por toda a Europa e uma nova expedição foi montada pelo nobre Pedro de Mendonça que, com sua própria fortuna, bancou uma grande expedição, à qual agregaram Juan de Ayolas, Domingos Martinez Irala e muitos outros, sendo composta de 14 navios, 2.500 soldados espanhóis e 150 alemães, além de 72 cavalos. Tal como os conquistadores anteriores, a expedição de Ayolas subiu o Rio Paraguai, onde fundou o **Porto de Candelária**, atravessou o gran Pantanal tendo, nessa ocasião, dado guerra aos índios Paiaguá e Guaicuru, habitantes nativos dessa região. Rumando, como era seu objetivo, para os Andes, Irala conseguiu chegar até a aldeia dos índios Charcas, dos quais obteve muitos objetos de metais preciosos: placas, braceletes, coroas, vasilhas de todos os tamanhos em ouro e prata.

De volta dessa proveitosa viagem, Domingos Martinez Irala foi morto pelos índios Paiaguá. Seu sucessor foi Alvar Núñez Cabeza de Vaca que determinou a Domingos Martinez Irala que subisse o rio Paraguai. Partiu ele de Assunção, em 1543, e chegou à Lagoa Gaíba, a que deu o nome de **Puerto de los Reyes**. Uma segunda expedição, que também partiu de Assunção, alcançou as águas do Rio Paraguai acima, atravessando o Pantanal mato-grossense — região onde habitavam os famosos índios Xarayes — rumando para os Andes. Uma terceira expedição, comandada por Nunfrio de Chaves (1558) segue em direção às lendárias terras peruanas e, no retorno, funda, em 1561, a cidade de Santa Cruz de la Sierra, nova capital da Província de Chiquitos.

Muitas outras expedições foram realizadas e, como vimos, a

rota preferida por esses adelantados hispânicos era aquela que tinha como ponto final as minas do Peru, situadas na faixa ocidental da América do Sul. Entretidos nesse itinerário, os espanhóis acabaram deixando de conquistar as terras situadas a Leste, reservadas aos portugueses. E, o mais importante, esses dois povos ibéricos não conseguiram se encontrar nas Américas e tampouco travaram batalhas pela posse das terras do Planalto Central, pelo menos até a segunda metade do século XVIII.

A movimentação dos colonos portugueses, especialmente dos bandeirantes paulistas, se processava vigorosamente tendo como ponto de referência o extremo Oeste. O objetivo que impulsionava esse movimento eram duas mercadorias de extremo valor para a época: os minérios e os índios. Estes últimos eram muito desejados pelas capitanias que não haviam ingressado na plantação da cana-de-açúcar sustentada pela mão-de-obra escrava africana, como fora o caso da capitania de São Paulo e de muitas outras que não se situavam na região nordeste. Assim, os bandeirantes adentraram ao sertão, rompendo definitivamente a linha de Tordesilhas em busca da tão almejada mão-de-obra indígena. Nessa movimentação, certamente, os achados auríferos eram sempre bem-vindos, o que fazia a opulência e a integração da capitania de São Paulo no âmbito do sistema colonial.

Nas primeiras entradas pelo território mato-grossense, os paulistas fincaram, na confluência do rio Miranda com o rio Paraguai, um campo entrincheirado, uma espécie de fortim para defesa desse roteiro interiorano rumo ao sertão. Com esse abrigo de guerra, os paulistas tinham segurança nos avanços rio Paraguai acima, cenário de muitas nações indígenas e campo propício de ouro e possivelmente prata. Foi avançando, a partir dessa trincheira que Antônio Pires de Campos, no ano de 1718, localizou os índios Coxiponé, nativos das margens do Rio Coxipó-Mirim. A bandeira de Pascoal Moreira Cabral seguiu ao encalço desses índios dando-lhes violenta guerra, na qual morreram muitos homens, de lado a lado. Depois de serem socorridos por outra bandeira capitaneada pelos irmãos Antunes Maciel, resolveram seguir para o Arraial de São Gonçalo Velho, ou Aldeia Velha, onde haviam deixado alguns homens arranchados às margens do Rio Coxipó. Logo após uma das refeições, alguns integrantes des-

sa bandeira, lavando os pratos no rio, encontraram, casualmente, pepitas de ouro. Estavam descobertas as **primeiras Minas mato-grossenses** (1719).

Não somente espanhóis e portugueses adentraram ao sertão em busca de índios e de ouro, mas também os jesuítas que, no afã de cristianizar os neófitos, terminaram por estender um verdadeiro cordão entre as duas Américas, no dizer do Visconde de Carnaxide. Fixados no extremo sul com as missões de Guairá, Tape e Itatim, seguiam mais ao nordeste fundando Moxos e Chiquitos, em território hoje boliviano, e, finalmente estenderam esse cordão até o extremo norte, tendo Vieira como o grande pastor dessa região.

Mas, indagáramos, afinal, porque os espanhóis não avançaram no sentido oeste-leste e por que os paulistas conseguiram, com relativa tranqüilidade avançar em sentido contrário? E o que explica que durante 2 séculos nunca chegaram a se encontrar frente à frente? O que estaria obstaculando esse encontro? Preferimos a tese defendida pelo saudoso Prof. Uacury Ribeiro Bastos que, ao analisar o Paraguai colonial, concluiu que o motivo que impossibilitou esse encontro foi a existência de uma fronteira viva que se colocava entre não somente os dois Impérios coloniais, mas impedia que os jesuítas emendassem o seu cordão cristianizador.

Assim, os índios dessa parte da América do Sul, fugindo à dominação, posicionaram-se entre o Chaco paraguaio e o Pantanal mato-grossense, aossados que se encontravam pela movimentação empreendida, de Leste a Oeste, pelos bandeirantes paulistas, de Oriente para Ocidente pelos colonizadores espanhóis e fugindo, da mesma forma, à ação jesuítica que se estendia de Sul a Norte. Fora essa fatia sobrevivente dos índios que terminou formando uma fronteira viva que impediu, por quase 2 séculos, que as frentes colonizadoras, lusitana e espanhola, de encontrassem.

Atribuímos a esses índios, que lutaram bravamente pela defesa do seu território, e também à saga que tímbrou a movimentação mameluca paulista, parcela significativa, senão fundamental, na constituição da fronteira oeste que estaria destinada ao Império lusitano.

Descobertas as minas do Coxipó, os paulistas mantiveram contato com a região, alardeada como possuidora de grandes veios

auríferos, através do sistema monçoeiro – expedições fluviais que, pelo caminho aquático, levavam as mercadorias de Porto Feliz-SP, no rio Tietê, até o mais recôndito sertão, atingindo o rio Cuiabá. Foi esse caminho pelas águas que estreitaram-se as relações de Mato Grosso com São Paulo, da qual as terras mato-grossenses fizeram parte até o ano de 1748.

### 1º roteiro

Rios Tietê (antigamente conhecido como Anhembî), Grande (rio Paraná), Anhandui, Pardo, travessia por terra pelos Campos das Vacarias, rios Meteteu (Miranda), Paraguai e Cuiabá.

Interessante notarmos que de 1719 até 1724, as monções iam e vinham sem qualquer constrangimento, visto que o campo entrincheirado, no rio Miranda, garantia a tranqüilidade do tráfego fluvial. Um incidente de feições políticas, no entanto, determinou a modificação do primitivo roteiro fluvial que, deixando de passar pela parte que hoje constitui território de Mato Grosso do Sul, via Campos da Vacaria, acabou se transferindo para aquele que teria como pouso a Fazenda de Camapuã. Vale lembrar que uma disputa de poder se estabeleceu entre os paulistas, mineradores e caçadores de índios de Mato Grosso liderados pelos Irmãos Leme, e o Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses que, antes de ir residir em Cuiabá, teve que exterminar, através de uma verdadeira guerra, o poder desse grupo original que tinha como propriedade a famosa fazenda de Camapuã. Ao acabar com os Irmãos Leme, o roteiro foi alterado, tendo por ele seguido para Cuiabá o Governador paulista que residiu, por dois anos, na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, fundada por ele a 1º de janeiro de 1727. Estendeu ele, dessa forma, o poder e a administração portuguesa até a parte mais interiorana da Colônia.

Quando o segundo roteiro foi estabelecido, o campo entrincheirado deixou de ter razão de ser, visto que o tráfego mudara de rota.

## 2º roteiro

Rios: Tietê, Grandê (Paraná), Pardo, Miranda, Sanguessuga, travessia por terra pelo Varadouro de Camapuã, rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá.

Não foi coincidentemente que nesse ano de 1724, os índios chaquenhos e pantaneiros – Mbaia-Guaicuru e Paiaguá – empreenderam o rompimento da fronteira viva, deslocando-se em direitura às minas mato-grossenses e constituindo um terror às monções que eram violenta e inesperadamente atacadas, seja por rio, com os Paiaguá, exímios canoeiros que, escondendo-se sob as canoas emborcadas, quando perto do alvo, reviravam-nas e, com urros assustadores, investiam com suas longas lanças, arcos e flechas sobre os monçoeiros. Não atuavam eles sozinhos, mas auxiliados pelos Guaicuru, exímios cavaleiros que, deitados no dorso dos cavalos que, à primeira vista pareciam estar vagando a ermo, como bem registrou Debret, quando chegavam perto do ponto a atacar, alçavam sobre o lombo dos animais e, com suas longas lanças e tremendos urros, atacavam.

No ano de 1728, voltou o governador Rodrigo César para São Paulo, seguindo os mineiros do extremo oeste numa peregrinação sem fim em busca de novas minas de outros índios. Nesse percurso, acabaram, através dos Irmãos Paes de Barros, descobrindo as famosas Minas do Guaporé, as quais se avizinhavam de Santa Cruz de La Sierra e com as missões de Moxos e Chiquitos. Esse encontro determinou a criação da Capitania de Mato Grosso no ano de 1748, objetivando garantir para a Coroa portuguesa as terras tão duramente conquistadas a Oeste. Mato Grosso, no dizer de D. José I constituía a *chave e o propugnáculo do sertão do Brasil*, ou o *antemural da Colônia*. Temendo a reivindicação espanhola sobre os territórios conquistados e, principalmente, a perda das minas auríferas, visto que o Tratado de limite em vigor ainda era Tordesilhas, D. João V enviou para Mato Grosso um estrategista político e homem nobre, D. Antônio Rolim de Moura, mais tarde Conde de Azambuja, 3º Vice-Rei do Brasil. Incumbia-lhe não só fundar a capital de Mato Grosso no ponto mais vulnerável da Colônia, o alto rio Guaporé, mas, sobretudo

garantir que o Tratado de Madri respeitasse os avanços da fronteira. Trouxe ele a planta daquela que seria intitulada Vila Bela da Santíssima Trindade, capital onde residiu a maioria dos capitães-generais de Mato Grosso, constituída por militares de carreira que tinham como missão principal a defesa da fronteira oeste. Nessa empreitada construíram fortes, fortalezas e prisões, e, através de ações diplomáticas, evitaram todo e qualquer conflito armado com os colonos hispânicos.

Quando Madri foi implementado, as palavras do diplomático Alexandre de Gusmão demonstram a importância da configuração colonial para o combalido reino português que havia, no século XVII, perdido grande parte de suas possessões coloniais na África e Ásia. Dizia o citado Ministro:

*É imenso e dadivoso, Majestade,  
Opulento, fértil, desmedido,  
O império luso de além mar...  
Ele é, da Coroa, o mais fúlgido brilhante.  
A jóia primorosa, fascinante,  
Qual, melhor não se pode arquitetar!*

A decisão de se estabelecer a capital de Mato Grosso no alto Guaporé contou, dentre muitos problemas, com o do abastecimento, pois as monções cuiabanas (Tietê/Cuiabá) encontravam dificuldades em levar os produtos até a capital, devido ao acidentado trajeto que se entrepunha entre as duas vilas. A solução veio de Portugal, através da ilustrada política implementada pelo Marquês de Pombal que criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, interligando Belém do Pará a Vila Bela através dos rios Amazonas, Madeira e Guaporé. Por essa aquavia tornava-se mais fácil o contato direto com Portugal, pois, de Belém, rumava-se ao Oceano Atlântico e, dele, à Europa. Por essa Companhia chegavam a Vila Bela produtos alimentícios, vestimenta, ferramentas, escravos, medicamentos, enfim, tudo de que necessitavam os seus moradores. Na torna-viagem, essa empresa levava algum ouro, extraído das minas da região, e muita dívida, pois os comerciantes e colonos guaporeanos, devido à precoce decadência da mineração, terminaram endividando-se, o que levou a Com-

panhia a se extinguir após alguns poucos anos de atuação.

Muito poderia ser dito sobre a função de Mato Grosso durante o período colonial, especialmente das dificuldades que lhe sobreveio com a exaustão de suas minas, quando uma imensa pobreza e isolamento adveio da desativação das duas aquavias. Os matogrossenses, no entretanto, criaram um viver tipicamente sertanejo, alegre, sem ostentação, porém riquíssimo culturalmente. Foi o que testemunhou Karl von den Steinen, alemão que passou por Cuiabá rumo ao Xingu, na segunda metade do século XIX, expressando-se da seguinte maneira:

*Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se cante mais, se jogue mais baralho do que aqui... É impossível, também, que em algum lugar se alteiem mais freqüentemente os estandartes da procissão e se saiba associar melhor as missas com os prazeres sociais. [...] A vida social é o lado agradável de Cuiabá. Uma festa resgata a outra, e em toda parte se é bem acolhido. (Steinen, Karl von den. O Brasil Central, p. 68 e 84).*

Com a decadência da mineração, a redefinição econômica de Mato Grosso se processou após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, episódio de extremo sacrifício para a população matogrossense que, sem contar com a ajuda das forças Imperiais, visto ter sido bloqueada a comunicação pela República do Paraguai, lutou bravamente e muitos de seus filhos morreram em combate, a exemplo de Antônio João e muitos outros. Não bastasse o volume de mortes que ocorreram no território sul da província, Cuiabá, que não foi palco direto da guerra, acabou tendo mais de 2/3 de sua população dizimada em função da peste da bexiga ou varíola, levada à capital pelos alegres e otimistas mensageiros da retomada de Corumbá, no ano de 1867. Nessa ocasião morreram famílias inteiras, não havia vacina e muitos corpos ficavam insepultos no meio das ruas ou no interior das casas.

Findada a guerra, foi refranqueada a navegação pelo rio Paraguai e Mato Grosso, como que por recompensa, inaugurou uma nova fase de sua História, ingressando, com vigor e entusiasmo, no comércio internacional através na hidrovia rio Paraguai, estuário do Rio da Prata, Oceano Atlântico, portos costeiros nacionais e atingindo a Europa. O papel de Mato Grosso nesse movimento que marcou

o capitalismo internacional, já em sua fase industrial, foi o de fornecedor de matérias-primas, a exemplo dos produtos que abundavam na região: penas, crinas, couro, carne-seca, chifres, unhas, mas sobretudo, com a mercantilização dos produtos oriundos das atividades extrativistas impulsionadas por ocasião da abertura da fronteira do capital. Assim, extraía-se, com beneficiamento mínimo, a poaia ou ipecacuanha, raiz rica em emetina e de grande interesse para os laboratórios farmacêuticos europeus, o látex, extraído das mangabeiras nativas que, transformadas rudimentarmente, eram exportadas para o Velho Mundo. A erva-mate também constituiu um produto que, colhido dos ervais nativos, especialmente graças ao trabalho da empresa Mate-Laranjeira, tinha sua venda garantida para as indústrias portenhas que, transformando as folhas em finíssimos chás, reexportavam a produção em direitura aos mercados europeus.

Além desses benefícios, Mato Grosso iniciou sua industrialização através de dois importantes ramos de sua economia: na pecuária com os saladeiros e na agricultura com a cana-de-açúcar através das Usinas açucareiras que proliferam ao longo do rio Cuiabá abaixo. Em trabalho exemplar sobre a temática, cuja 2ª edição está sendo promovida pelo IHGMT, o Dr. Lenine de Campos Póvoas – *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso* – vincula essa atividade industrial com o cenário político regional, onde demonstra que, tanto na região do Rio Abaixo, como no rio Paraguai, os industriais comandavam não somente a economia regional, mas também atuavam de forma maciça no âmbito da política.

Município	Saladeiros
Alto Paraguai	Alto Paraguai
Alto Taquari	Alto Taquari

## PRINCIPAIS USINAS DE MATO GROSSO

USINA	LOCALIZAÇÃO	FUN- DAÇÃO	PROPRIETÁRIO INICIAL
Conceição	Margem direita do rio Cuiabá, pouco acima do porto de Sto Ant. do Leverger	1880	Joaquim José Paes de Barros
Itaici	Margem direita do rio Cuiabá, acima da cidade de Barão de Melgaço	1896	Antônio Paes de Barros (Totó Paes)
Maravilha	Margem direita do rio Cuiabá, abaixo de Sto. Ant. do Leverger	1928	Alberto Garcia e Palmiro Paes de Barros
Flexas	Margem direita do rio Cuiabá	XIX	Cesário Correia da Costa
Aricá	Margem direita do rio Cuiabá, na barra do Aricá-Açú, ou Bambá	1890	Antônio Manuel da Silva Fontes
São Gonçalo	rio Cuiabá Abaixo	S.d.	-----
Tamandaré	rio Cuiabá Abaixo (margem esquerda)	1818	Antônio Joaquim Moreira Serra
Ressaca	Rio Paraguai	1872	Francisco Vilanova

Descalvados representou o maior estabelecimento industrial de transformação dos subprodutos bovinos. Instalado em pleno rio Paraguai, próximo à cidade de Cáceres, essa indústria, composta de capital estrangeiro, representou um importante ramo industrial da região Centro-Oeste. Ao seu lado, os saladeiros proliferaram tanto em território que hoje compõe o Estado de Mato Grosso do Sul, como no de Mato Grosso.

Saladeiro	Município
Bagoari Corumbá Rebojo	Corumbá
Barranco Branco Mato Grosso	Porto Murtinho
Alegre	Coxim
São João	Poconé
Cuiabá	Cuiabá
Pedra Branca	Miranda
Aquidauana	Aquidauana

Campo Grande Rio Pardo Esperança	Campo Grande
Serinha	Três Lagoas

Esse novo andamento econômico foi responsável pela dinamização dos setores comercial, financeiro e náutico, uma vez que Mato Grosso, a partir da abertura da navegação pelo rio Paraguai, recebeu um grande fluxo migratório, especialmente de italianos, alemães, espanhóis e portugueses que se instalaram nas três mais importantes cidades portuárias – Corumbá, Cáceres e Cuiabá – as Casas Comerciais que, além de implementarem o movimento de importação e exportação, constituíam-se em Agências Bancárias, com representação de grandes Bancos europeus e nacionais. Os proprietários das Casas Comerciais vincularam-se também às atividades extrativas, tornando-se grandes proprietários de terras onde eram extraídos, principalmente, a poaia e a borracha.

Com essa redefinição econômica, Mato Grosso beneficiou-se em outras áreas, como a cultural, quando, através do movimento internacional do capital, chegavam livros, compêndios, obras de arte, instrumentos musicais, maquinaria específica para montagem da imprensa, enfim, os benefícios foram significativo no campo cultural.

Durante a primeira metade do século XIX, os matogrossenses escreviam na *Matutina Meiapontense*, jornal goiano editado na antiga capital de Goiás, Pirenópolis. Ali existiam duas colunas exclusivamente escritas por matogrossenses: *Miscelânea Cuiabanense* e *A Província de Mato Grosso*. Na segunda metade do citado século verificamos um crescente incremento da imprensa escrita, especialmente **jornais**, fundados nas três mais importantes cidades portuárias de Mato Grosso: Cuiabá, Cáceres e Corumbá:

<i>Jornal</i>	<i>Local</i>	<i>Período de circulação</i>
Club Litterario	Cuiabá	1882
Echo Cuiabano	Cuiabá	1850
Echo de Cuyaba	Cuiabá	1884
O Expectador	Cuiabá	1884-1888
A Gazeta Cuyabana	Cuiabá	1847-1848
A Imprensa de Cuyaba	Cuiabá	1859-1865
O Liberal	Cuiabá	1871-1882
A Liça	Cuiabá	1885
A Locomotiva	Cuiabá	1882-1883
O Noticiador Cuyabano	Cuiabá	1857-1859
O Popular	Cuiabá	1868
O Porvir	Cuiabá	1877-1878
O Povo	Cuiabá	1879-1882
A Província de Mato Grosso	Cuiabá	1879-1889
Pyrilampo	Cuiabá	1882
A Situação	Cuiabá	1869-1887
A Tribuna	Cuiabá	1885-1890
O Atalaia	Cáceres	1887-1889
O Corumbaense	Corumbá	1881-1889
O Iniciador	Corumbá	1879-1886
Oásis	Corumbá	1888-1896
A Opinião	Corumbá	1878-1880
A Tesoura	Corumbá	1878

Da mesma forma proliferou o número das escolas públicas e privadas, dando-se incremento ao ensino secundário que, a partir de 1879, somava a dois estabelecimentos dessa natureza, além do Curso Normal.

**Estabelecimentos Escolares - século XIX**

Escola	Ano	Natureza
<b>Seminário da Conceição</b> Ministrava o ensino secundário, preparando jovens para ingressar nas Faculdades e Universidades e também formando clérigos, dedicados à carreira religiosa.	1858	Escola Particular de cunho religioso
<b>Colégio Imaculada Conceição</b> Proprietária: Carolina Amélia Castro Câmara	1870 26/set.	Escola particular de ensino primário
<b>Curso de Matemáticas</b> Proprietário: Prof. Zeferino Pimentel Moreira Freire	1871	Escola particular Aulas avulsas de matemáticas
<b>1ª Escola Normal</b> De curta duração	1875	Formação de Professores
<b>Colégio São João Batista</b> Fundado pelo Protonotário e Professor, Padre Ernesto Camilo Barreto Neste estabelecimento eram ministrados o ensino primário e secundário, sob o regime de externato e internato.	1879 7 de janeiro	Escola Particular de cunho religioso - Ensino primário e secundário

<p><b>Liceu Cuiabano</b>                  Estabelecimento Público voltado para o ensino secundário. Nesta escola eram ministrados dois cursos:                  - <b>Curso de Humanidades:</b> preparatório para o ingresso nas Faculdades e Universidades                  - <b>Curso Normal:</b> para a formação de professores</p>	<p>1879                  13/dez.                  -                  Lei 536</p>	<p>Ensino Público secundário</p>
<p><b>Externato Matogrossense</b>                  Estabelecimento fundado por três jovens mato-grossenses que haviam se formado nas Faculdades do Império:                  - Antônio Corrêa da Costa                  - Manuel Esperidião da Costa Marques                  - João Carlos Muniz                  Nesta escola eram ministrados ensino primário e secundário</p>	<p>1882</p>	<p>Ensino Particular primário e secundário</p>

### Visitantes de Mato Grosso – século XIX

Mato Grosso, desde a sua descoberta (1719), sempre foi considerado como “Eldorado”, terra da promessa, local onde o ouro e os metais preciosos proliferavam em abundância. Esse estigma atraiu muitos viajantes, aventureiros e cientistas que chegavam a Mato Grosso para verificar a real do ouro, dos diamantes e também de outras riquezas encontradas em seu subsolo, em sua **fauna** e em sua **flora**. Despertava-lhes muita curiosidade os habitantes originais de seu território: os **índios**. Mais conhecido, Mato Grosso foi visitado por inúmeros cientistas e viajantes estrangeiros:

Ano	Visitante
1825-28	Expedição russa (Expedição Langsdorff) comandada pelo Barão Grigory Ivanovith Langsdorff
1844	Expedição francesa formada de botânicos e comandada por Francis Castelnau
1862	Bartolomé Bossi, explorador italiano
1881	Expedição Morgan, integrada pelo norte-americano Herbert Smith
1884	Expedição alemã comandada por Karl von den Steinen
1887	Segunda Expedição alemã comandada por Karl von den Steinen

A vida cultural de Mato Grosso durante o século XIX comportava ainda inúmeras agremiações cujos objetivos eram desenvolver as artes cênicas (teatro), música e literatura. Vejamos as principais:

Ano de Fundação	Instituição	Atividade
1867	Sociedade Teatral, organizada pelo Presidente da Província, De Lamare	Teatro
1874	Gabinete de Leitura	Biblioteca
1877	Sociedade Dramática Amor à Arte	Teatro, Música
1882	Clube Literário	Literatura
1883	Sociedade Terpsícore Cuiabana	Música, Literatura
1884	Sociedade Literária Cuiabana	Literatura
1893	Escola Dramática	Teatro
1897	Clube Minerva	Literatura, Música
1899	Sociedade Internacional de Estudos Científicos	História, Geografia do Brasil e de MT

Quando Mato Grosso ingressou no século XX, restava ainda um conhecimento mais profundo de seu imenso território. Essa obra, de grandeza reconhecida nacional e internacionalmente, foi executa-

da pelos emérito mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon, designado pelo Ministério do Exército para executar uma obra hercúlea: estabelecer a ligação telegráfica entre Mato Grosso e o Amazonas. Rasgando territórios nunca antes palmilhados, assentando postes e estendendo fios Rondon preferiu o apoio dos índios, segmento da população mato-grossense tão desprezado e mal compreendido. Utilizando-se do saber indígena, Rondon procurou estabelecer uma integração entre eles e a sociedade envolvente. Sabedor de que esse devassamento expunha os índios às novas frentes econômicas que certamente se estabeleceriam na região, criou ele o SPI, instituição que tinha como propositura a proteção não somente dos povos indígenas, mas também dos caboclos habitantes do imenso sertão. Rondon terminou por se tornar o maior e mais importante protetor dos índios e caboclos brasileiros, segmentos que utilizavam com racionalidade os recursos naturais e que jamais estabeleceriam o desequilíbrio e desmatamento ambiental a que hoje assistimos. Os índios integrados à Comissão das Linhas Telegráficas tinham um especial carinho para com Rondon, chegando mesmo a considerá-lo um verdadeiro pai.

#### *Depoimento de um índio Paresi*

*Ele mandou ensinar o telégrafo aos melhores alunos Paresi, para um dia... Por exemplo, ele sabia que o civilizado não ia enfrentar a dureza do sertão, como o próprio filho do sertão... Então, tudo deu certo! Ele queria que ensinasse os índios Paresi, pra telegrafista, pra aprender o Morse. Porque essa linha dele, talvez um dia podia acabar e, sendo os alunos, como telegrafistas, os índios Paresi, eles passam só com mandioca e farinha seco e vai pegar peixe no rio... E o civilizado não, não vai se sujeitar a isso. Ele larga, fecha a estação e vai embora.*

*Fonte: Roberto, Maria de Fátima. Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930), p.88.*

Ou ainda

### Depoimento de um índio Bakairi sobre Rondon

*É como sempre eu falo: eu agradeço primeiramente a Deus, depois ao marechal Rondon. Eu tenho ele como pai, de vez em quando mando celebrar missa em intenção da alma dele. Depois que ele morreu, eu disse que um dia eu ia pro Rio visitar o túmulo dele. Achei e visitei. Tô satisfeita, porque tudo o que sou, tudo o que tenho, quem sou eu, aqui, agradeço a Deus e depois a ele, o marechal Rondon. Serviço dele. Era o prazer dele ver o índios ler.*

Fonte: Roberto, Maria de Fátima. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*, p.71

A contribuição da Comissão Rondon deve ser reconhecida também pelos avanços científicos por ela realizados. Assessorado por um grupo de cientistas dos mais variados ramos como engenheiros, botânicos, sanitaristas, engenheiros, médicos, Rondon desenvolveu com eles um trabalho de extrema relevância para o desenvolvimento científico nacional. O resultado completo dessas pesquisas pode ser encontrado junto ao Museu Nacional, que armazena peças e estudos realizados pela Comissão.

Rasgar a fronteira territorial mato-grossense ensejou um intenso processo migratório a partir de 1950 e intensificado de forma violenta a partir de 1970, quando programas oficiais de colonização e a entrada de empresas colonizadoras privadas determinou a real transformação do cenário do Estado. Um novo Mato Grosso surgiu, calcado na mineração. Foi nesse movimento que registramos o povoamento da sua região Leste através da intensa migração de nordestinos e nortistas cuja atividade primordial era a mineração de diamante.

Foi, no entanto, a partir de 1970 que Mato Grosso recebeu o maior contingente migratório de toda a sua história, os sulistas que povoaram as partes norte, nordeste e noroeste do Estado tendo por base as atividades agrícolas e pastoris. Esses migrantes, em suas sagas, estenderam suas raízes até o Centro-Oeste e ali deram nascimento a inúmeras cidades, responsáveis pela quintuplicação do número dos municípios mato-grossenses.

A integração de Mato Grosso na região Amazônica foi realizada com o lançamento do PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1971, e pelos I e II PIN – Planos Nacionais de Desenvolvimento. Com eles, o número de rodovias aumentou de 2 para 6: BR-070, BR-163, BR-262, BR-364, BR-376 e BR-463, as quais interligavam Mato Grosso às principais capitais.

Para atender às novas exigências produtivas do Centro-Oeste e Amazônia, o governo federal criou programas regionalizados, os quais objetivavam estimular e assegurar a continuidade dos habitantes nas regiões abertas à colonização, como garantir recursos e verbas para estimular o desenvolvimento dessas regiões. Assim, foram criados o POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia –, o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, o POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, e o PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal. Esses programas eram coordenados por organismos federais e contavam com recursos estrangeiros, especialmente do Banco Mundial. Por outro lado, o governo de Mato Grosso criou o PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal, objetivando incentivar a extração do látex e replantio dos seringais. Por esse programa foram estimulados investimentos na região de Diamantino, Barra do Bugres e Arenópolis para formação de novos seringais, sendo que na região de Aripuanã, Vale do rio Juruena e do rio Arinos, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, onde os mangabais e seringais eram nativos, uma forma moderna de sua extração e beneficiamento.

Todos esse conjunto de ações planejadas estava assentado numa proposta eminentemente capitalista, onde a exploração da terra deveria ser feita visando a exportação e a comercialização interna dentro de padrões internacionais.

O único projeto que tinha uma proposta menos postíça e que pretendia articular as condições das populações nativas com as modernas formas de produção foi o Projeto Aripuanã. Esse Projeto objetivava estabelecer uma relação harmônica de troca entre dois saberes diferenciados: aqueles dos índios e caboclos, e aquele da sociedade moderna. Para tanto, ao lado das comunidades “primitivas”,

estabeleceram-se 4 grandes empresas. Pela troca de experiências, poderia se atingir um nível ideal no tratamento das questões agrícolas, pastoris e mineralógicas. Assim, esse programa tinha como meta *o crescimento auto-sustentado com preservação do equilíbrio ecológico*. (Becker, 97. Apud: Castro, Maria Inês Malta e Galetti, Lylia da S. Guedes. *Histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso*, p.131).

Esse projeto foi interrompido antes mesmo que desse frutos, sendo que hoje predomina na região um modelo produtivo capitalista agro-industrial, sendo que a proposta inicial foi descartada.

Assim, a concentração de terras no território mato-grossense se processou de forma espantosa, visto que, segundo levantamento do IBGE, relativo ao ano de 1996, o panorama dessas terras mostrava que menos de 30% das propriedades de terra estão nas mãos de pequenos e médios proprietários, sendo que 70% delas constituem-se em grandes propriedades, latifúndios que possuem entre 10.000 e 100.000 hectares.

Nessa movimentação, vários problemas ecológicos e ambientais se apresentaram em escala quase que irreversível: extração desenfreada de madeiras, ocasionando um desmatamento nunca visto em todos os tempos, visto que ela o mesmo realizado com a utilização de alta tecnologia; a mineração de diamante e ouro com a utilização do mercúrio; a destruição das matas ciliares, elementos de sustentação do leito dos rios, ocasionou uma diminuição da profundidade das grandes vias navegáveis de Mato Grosso; a utilização desregrada do solo, gerando profundas e até mesmo irrecuperáveis erosões.

Isso está gerando contemporaneamente sérias e acaloradas discussões na implantação do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – que teria, na artéria fluvial Paraná-Paraguai o grande esteio para a dinamização da produção e integração de Mato Grosso ao mercado globalizado. Hoje, empresário de Mato Grosso mantém constante comunicação com os países integrantes do Mercosul: Bolívia, Peru, Chile, afora com os países platinos.

O ponto principal de apoio ao Mercosul em Mato Grosso é o porto Cáceres, onde já foi instalada a ZPE – Zona de Processamento de Exportação. Nessa zona foi iniciada a instalação de um Distrito

Industrial responsável pelo beneficiamento da produção agrícola e pecuária.

A FERRONORTE é outro grande benefício para Mato Grosso que, desde as primeiras décadas do século XX esperou, em vão, a chegada da Noroeste do Brasil. Esse empreendimento, inaugurado oficialmente no ano de 1999, integrará o grande sistema de escoamento da produção agrícola e pecuária.

O GASODUTO, por outro lado, já está sendo uma outra opção energética para Mato Grosso. Conduzido da Bolívia, esse gás auxiliará o desenvolvimento regional.

Uma grande questão se coloca nesse processo de globalização: a questão ambiental e a humana. A concentração de renda e de terras caracteriza o cenário mato-grossense que conta com um ingrediente ainda mais complicador: os índios que estarão, certamente, a mercê dessa movimentação exógena ao seu universo cultural.

Hoje, Mato Grosso é um Estado de múltiplas culturas e etnias, o que lhe dá condições de desenvolvimento econômico diversificado e de expressões culturais múltiplas. Fechando essa comunicação, gostaria de fazer um brevíssimo exercício, utilizando a culinária, como pretexto, para demonstrar a contribuição de Mato Grosso para a formação da nacionalidade brasileira:

No processo colonizador contemporâneo de Mato Grosso levou de migrantes, oriundos, principalmente do Nordeste e Nortistas que escolheram o território mato-grossense para habitar e trabalhar junto ao garimpo de diamante, composto por maioria de nordestinos e nortistas. Das corrutelas garimpeiras, floresceram vilarejos que se transformaram em cidades e municípios. Essa zona diamantífera, onde o controle pelo poder era disputado palmo a palmo pelos chefes locais, ganhou fortes contornos da expressiva cultura nordestina.

Os sulistas, vieram em seguida, tendo escolhido a parte norte e central do Estado, adquiriram terras, trouxeram suas famílias, instalaram inúmeras madeireiras, plantaram algodão, soja, arroz, milho, sorgo e até mesmo uva e café, reminiscência de sua zona de origem. Nesse movimento contemporâneo, novas cidades, transformadas em municípios surgiram, dando a Mato Grosso uma feição completamente diversificada daquela anterior à década de 1950.

De 38 municípios existentes em 1976, momento de divisão do Estado, conta hoje com 142. Dessa movimentação, dinamizada pelo incremento das Empresas de Colonização – de cunho estatal ou privado –, floresceu um Mato Grosso ainda mais diferenciado que ao lado da originalíssima culinária feita à base do bolo de arroz, da paçoca de pilão, da banana frita, do peixe com mandioca, dos bolos de queijo e de arroz, acrescentou a contribuição nordestina e nortista com a carne-seca e a manteiga de garrafa, cujo sabor ficava ainda melhor quando precedido do forró e da sanfona. A colonização sulista incorporou uma nova culinária que passou a ser mais saborosa com o churrasco, o chimarrão, o tereré sorvidos ao som do alegres fandango e vanerão, tudo muito bem ornamentado com a bombacha.

A contribuição de Mato Grosso na constituição da nacionalidade brasileira é prenhe de significado e de expressiva contribuição. Rememorá-la nos 500 anos do descobrimento do Brasil oportuniza-nos fazer ecoar do extremo oeste, nossa saudação à Pátria que, ao lado de tantas conquistas, deve perseguir uma solução definitiva para o drama dos seus primevos habitantes – os índios – de sabedoria milenar e que resistindo à dominação colonizadora, mantiveram-se, ao longo dos 500 anos, como os arcanos da gente não só matogrossense, mas um dos mais emblemáticos símbolos da nacionalidade brasileira. Não olvidemos, mas assumamos também, nas festividades do quinto centenário de nossa pátria, o arco e flecha, o cocar, o tacape, o cauim e a pajelança.

### FONTES/BIBLIOGRAFIA

*ANAIIS do Senado da Câmara de Cuiabá*. Cuiabá, APMT.

ARNAUD, Expedito. *Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil*. Belém, Museu Goeldi, 1973.

BASTOS, Uacury Ribeiro de A.. *Expansão do Brasil Colonial no Vale do Paraguay (1767-1801)*. São Paulo, EDUSP, 1972.

CALHÃO, Antônio Ernani P. e outros. *Imprensa periódica mato-grossense (1847-1969)*. Cuiabá, EdUFMT, 1989.

- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL, 1969.
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVII*. São Paulo, Estação Liberdade/Kosmos, 1999.
- CAMPOS, Antônio Pires de. "Breve notícia que dá do gentio que há na derrota das minas do Cuiabá[...]" In: *RIHGB*, v. 25, 1862.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Brasília, 1920.
- \_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Mato Grosso: 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. São Paulo, FFLCH/USP, 1977. (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1981. (Tese de Doutorado).
- FLORENCE, Hércule. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (1821-1829)*, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977.
- LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Forquilha: O fundador, a padroeira*. Rio de Janeiro, Casa da Moeda, 1982.
- MOURA, Carlos Francisco Rolim de Moura: *biografia*. Cuiabá, UFMT/Imprensa Universitária-PROEDI, 1982.
- MENDES, Natalino Ferreira. *Memória Cacerense*. Cáceres, Carlini&Caniato, 1998.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai. Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1985.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Niterói, Escola Typ. Salesiana, 1919. (2 vol.)
- MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo em Mato Grosso*. Cuiabá, Assembléia Legislativa de Mato grosso, 1974.
- \_\_\_\_\_. *História do Comércio em Mato Grosso*. Goiânia, Rio Bonito, 1973.

- \_\_\_\_\_. *História das Revoluções*. Goiânia, Rio Bonito, 1970.
- \_\_\_\_\_. *História do Poder Legislativo*. Bauru, Editora Bandeirante, 1969, 2 vol.
- \_\_\_\_\_. *A Sátira na Política de Mato Grosso*. Cuiabá, Edições do Meio, 1978.
- NEVES, Maria Manuela Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (Caso de Mato Grosso)*.
- PÓVOAS, Lenine Campos. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. 2ª ed. Cuiabá, IHGMT, 2000.
- Roberto, Maria de Fátima. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Tese de Doutorado. USP, 1998.
- ROSA, Carlos Alberto. *O processo de Independência*. Cuiabá, Secretaria Municipal de Cultura, 1976.
- SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá, UFMT, 1976.
- SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil (1500-1627)*. 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1918.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. "Pascoal Moreira Cabral Leme". *RIHGMT*, 1997.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Dicionário biográfico do Mato Grosso colonial*. Cuiabá, s/d., mimeo.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá, MEC/SEDUC, 1997.
- \_\_\_\_\_. "As Minas de Cuiabá: primeiros tempos". *Revista Universidade*, II (1) - Cuiabá, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Mão-de-Obra ao Pé da Obra: a presença do índio no processo produtivo do Brasil Colônia". *Revista Universidade*, IV(2) - Cuiabá, 1983.
- \_\_\_\_\_. "O Segmento Indígena: uma tentativa de recuperação his-

tórica". *Boletim Terra Indígena*, 3(27) - Araraquara (SP), 1984.

\_\_\_\_\_. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá, MEC/SEDUC, 1997.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939. (Coleção Documentos Brasileiros)

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central*. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942

VOLPATO, Luisa Rios Ricci. *A Conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo, Hucitec; Brasília, INL, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo, Ed. Marco Zero, Cuiabá, Ed. da UFMT, 1993.

## A CAPITANIA DE MATO GROSSO

*Lourembergue Alves*

### INTRODUÇÃO

Há quase três séculos, no meio do cerrado brasileiro, brotava a semente (plantada pelos sertanistas paulistas e preadores de índios) do Estado mato-grossense. Nascia, é verdade, como parte de uma Colônia que se encontrava a serviço dos interesses do comércio europeu. E, como tal, foi igualmente inserido no processo mercantil-inicialmente, com a produção de ouro; posteriormente, com o extrativismo vegetal destinados ao mercado internacional. E, em contrapartida, importando produtos manufaturados. Com isso, Mato Grosso promovia a acumulação de capital.

Além de promover a acumulação de capital, a Capitania de Mato Grosso deveria ser, no dizer de Virgílio Corrêa Filho, a garantia de todo o Brasil, visto constituir-se a barreira que cobre e guarda o interior do vasto país.

Mas a situação da capitania foi sempre muito difícil. Não houve uma única gestão sem as dificuldades econômico-financeiras. O empobrecimento das finanças públicas espelhava-se no péssimo estado das estradas, mal abertas e pior conservadas, e das vias fluviais, que se encontravam cheias de obstáculos, dificultando o tráfego. Espelhava-se também na carência de numerários para o pagamento do funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos, inclusive dos que se encontravam nos postos estratégicos militares.

A Coroa portuguesa sabia desse estado de penúria da Capitania. Mas ela não se importava com isso. Interessava tão-somente com a preservação de seus domínios (não se importando em que situação se encontravam os soldados nas guarnições militares). Isso explica parte das crises econômica e social em Mato Grosso, mas não as justifica. Como também não pode - nem deve - nortear as investiga-

ções dos historiadores. Cabe-nos - a exemplo do que já dizia Alcir Lenharo - fazer a crítica, inserir a razão onde é falta, levantar questões, lançar bases teóricas que propiciem o resgate do processo histórico corrente e fundamentem a sua inteligibilidade.

Assim, investigar o processo de criação, implantação e consolidação da Capitania de Mato Grosso é necessidade premente, atualíssima. O simples fato de se terem passados 250 anos de seu surgimento não quer dizer que ela esteja morta, soterrada pelo tempo. A História não adormece na idade da Colônia. Ela pode até ser esquecida, guardada em pequenas latas e prateleiras dos arquivos. Mas não significa que esteja moribunda. Mortal é o ser humano, como também o são as plantas, que morrem ao sol ardente.

A História jamais morre. O fluxo histórico apenas muda de ritmo na passagem do estatuto colonial para o nacional. Resta à pesquisa histórica desvendar as razões objetivas dessa disritmia, cujos desdobramentos marcaram todo o transcorrer desses quase três séculos de aniversário da criação da Capitania de Mato Grosso.

### **O Brasil a Serviço do Processo Mercantil Europeu**

A colonização brasileira está intrinsecamente ligada a uma parte da história comercial européia do século XVI<sup>1</sup>. Tudo no Brasil-Colônia - atividades econômicas e a própria sociedade - foi estruturado visando a realização dos interesses do comércio europeu. A economia da Colônia, através do latifúndio e da monocultura monopolizada, tinha que favorecer o crescimento da economia metropolitana<sup>2</sup>. Da exploração da economia colonial, cuja produção, posta em disponibilidade ao comércio metropolitano, era responsável pela geração de massa significativa de mais valia, apropriada na circulação pela burguesia e Estado metropolitanos<sup>3</sup>. Isso significa que a colonização estava totalmente organizada no sentido de promover a primitiva acu-

mulação capitalista nos quadros da economia européia<sup>4</sup>. Para isso tornou-se extremamente necessário produzir aquilo que tinha procura crescente nos mercados da Europa.

Fazendo parte dessa engrenagem expansionista ultramarino da política econômica européia, a produção agrícola do Brasil-Colônia promoveu a garantia do comércio exterior português e, conseqüentemente, o enriquecimento da Coroa e do grupo mercantil. Sabe-se que a exportação colonial rendeu mais de 536 milhões de libras para o comércio externo português a partir do Brasil-Colônia<sup>5</sup>, conforme demonstra o quadro a seguir:

Produtos	Valores em milhões	Porcentagem
Açúcar	300	55,97
Minação	170	31,70
Pau-Brasil	15	2,80
Couros e Peles	15	2,80
Algodão	12	2,23
Tabaco	12	2,23
Arroz	4,5	0,83
Café	4,0	0,75
Outros	3,5	0,69

Fonte: Chiavenato Júlio J. op. cit.,

Assim, a Colônia brasileira cumpria o seu papel: o de ampliar a acumulação primitiva do capital nas mãos da burguesia e do Estado lusitano.

Todavia, um problema dinástico (em 1580) impediu Portugal de acumular capitais para promover o desenvolvimento do capitalismo lusitano. Durante sessenta anos (1580-1640) a Coroa portuguesa ficou submetida ao domínio espanhol.

Para se ver livre do domínio espanhol, Portugal buscou ajuda da Inglaterra. Esta, em troca, passou a fazer bom uso dos portos

portugueses na sua própria luta para construir o império britânico e controlar as rotas marítimas do Atlântico Sul e do Mediterrâneo.

O acordo entre Portugal e Inglaterra foi selado com quatro tratados comerciais, iniciado com o de 1642 e terminado com o de Methuen (1703). A propósito, eis um trecho do Tratado de Methuen:

*Art.1º - Sua Majestade El. Rei de Portugal promete, tanto em seu nome como no de seus sucessores, admitir para sempre, daqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra...*

*Art.2º - É estipulado que sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no de seus sucessores, será obrigada para sempre, daqui em diante, admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal...<sup>6</sup>*

Assim, em vez de criar uma dinâmica indústria manufatureira, o capital português dirigiu-se para a plantação de uvas e fabricação de vinho. Por essa razão, a economia de Portugal ficou a mercê da britânica. Pois as importações portuguesas excediam as suas exportações para a Inglaterra. Agravando, com isso, o seu balanço de pagamentos desfavoráveis. Tornou-se, portanto, fundamental para Portugal a presença de ouro no Brasil.

Estimulados pela Coroa portuguesa e pela crença de que todo território da América possuía ricos depósitos auríferos, muitos aventureiros embrenharam-se pelo interior da Colônia. Não se preocupando com os obstáculos de uma natureza agreste e regiões montanhosas e a fúria indígena<sup>7</sup>.

É importante salientarmos aqui, no entanto, que os bandeirantes adentraram o interior da Colônia não porque eram “grandes heróis” e/ou “construtores épicos do Brasil”, como procurou cultivar e difundir a versão oficial do bandeirismo. Mas, sim, porque esses homens tinham urgente necessidade de buscar alternativas econômicas fora dos quadros da agricultura. Além disso, a busca das minas revelava uma nova tentativa de encontrar soluções para a pobreza de São Paulo dos séculos XVI e XVII<sup>8</sup>.

Depois de várias tentativas no interior de Piratininga sem su-

cesso, o precioso metal foi encontrado em grande quantidade nas Minas Gerais entre o final do século XVII e o início do seguinte.

Iniciava-se, então, a “corrida do ouro”. Todos queriam chegar às minas. Não apenas os habitantes da Colônia. Foi significativo, igualmente, o fluxo migratório europeu. A chegada maciça de estrangeiros, que vinham disputar a posse das novas riquezas aos paulistas, logo teve por conseqüência a eclosão de seguidos conflitos entre os forasteiros ou emboabas e os grupos locais. Esses confrontos, no século XVIII, se resolveram pelos meios repressivos utilizados por Portugal.

Em 1809, os emboabas expulsaram muitos paulistas das zonas auríferas de Minas Gerais. Estes últimos, inconformados, partiram à procura de novos depósitos auríferos (surgindo, daí, a exploração de ouro na Bahia e em Goiás, por exemplo) ou voltaram a exercer a atividade do apresamento indígena.

Essa “nova” etapa de caça ao índio - cada vez mais distante e difícil - permitiu um trânsito constante de sertanistas paulistas além da linha de Tordesilhas, contribuindo para o alargamento das fronteiras da Colônia portuguesa e o contato efetivo com Mato Grosso.

Foi, então, através da caça ao índio que os sertanistas paulistas tiveram contato com Mato Grosso - uma região praticamente desconhecida. Ainda no correr do século XVII até começos do século seguinte, a procura de indígenas mobilizou levadas de bandeirantes para os sertões mato-grossenses, até que, através do rio Tietê, atingindo outros rios, passando por Camapuã atual e navegando pelos rios Taquari, Paraguai e Cuiabá (o mesmo trajeto tomado por Pires de Campos), Pascoal Moreira Cabral, seguindo nativos para aprisioná-los e escravizá-los, encontrou ouro às margens do Coxipó, em 1719. Paulo Setubal descreveu assim a “cata de ouro” às margens do rio Coxipó.

*Com que furor meteram-se (os integrantes da bandeira de Moreira Cabral) ao trabalho! As águas do Coxipó entupiram-se de lavageiros. Não tinham eles trazidos instrumentos próprios para minerar. Pouco importa! Improvisaram, às presas, toscas panelas de pau. Improvisaram, com a ferragem da*

*bandeira, rústicos arremedos de aluviões. E as panelas de pau mergulhavam, sem cessar, nos veios da correnteza. E os arremedos de aluvião roncavam, dia e noite, nos tabuleiros das margens. Dos veios, vinham as panelas refertas de areias que luziam. Dos tabuleiros, brotavam cascalhos prenhes de metal que chispava. E os caboclos dentro da água, na alucinação da riqueza, apuravam ouro e mais ouro com frenezi<sup>9</sup>.*

Além das minas do Coxipó, outras lavras foram descobertas em terras mato-grossenses, a saber: as lavras do Sutil, em 1722, às margens do Prainha; as da Chapada de São Francisco Xavier (1732), propriamente na região do rio Galera; as dos ribeirinhos de Santana e de Brumado; as do ribeirão da Conceição, em 1736, situadas no sul da Chapada de São Francisco Xavier; as das cabeceiras do rio Arinos onde se fundou o Arraial de Santa Izabel; as de Nossa Senhora dos Remédios, em 1756, a quatro léguas de distância das minas do Cuiabá; as de Beripoconé, em 1777, que, mais tarde, se constituíram no Arraial de São Pedro d'El Rey (atual Poconé); as do Sapateiro (1789), localizada também a quatro léguas do Cuiabá; as do Alto Paraguai, de diamante<sup>10</sup>. Prosseguindo as descobertas auríferas, rumo ao Oeste de Cuiabá, alcançando os vales do Guaporé, Sararé e do rio Galera, entre 1770 a 1783, outras lavras foram achadas como a de Nossa Senhora do Pilar, Santana, Ouro Fino, São Vicente, Santa Bárbara e Lavrinha<sup>11</sup>.

Nota-se aí que a indústria extrativa do ouro foi a responsável pela ocupação de Mato Grosso e, igualmente, pelo alargamento das fronteiras da Colônia portuguesa ao extravasar os imaginários limites de Tordesilhas (que definia os limites entre as terras de Portugal e Espanha), resultando na expansão ocidental do Império português na América do Sul. Em função disso, a administração lusitana na região tornou-se essencialmente uma administração militar, que deveria estar preparada para defender os domínios portugueses de ataques indígenas e espanhóis. A própria criação da capitania de Mato Grosso tinha este propósito.

## A Capitania de Mato Grosso

A capitania de Mato Grosso foi criada pela Carta Régia de 9 de maio de 1748.

*(A Capitania) confina ao norte com as Capitânicas do Pará e do rio Negro; pelo oriente com as de Goiás e São Paulo; e pelo sul e ocidente com três governos espanhóis, que são: o generalato da cidade de Assunção do Paraguai e os dois governos das províncias de Chiquitos e Mochos - extremo que compreende quinhentas léguas de larga fronteira, toda aberta aos ditos três governos espanhóis, faz por este lado ser da maior importância de Mato Grosso, e deve ser considerada como uma barreira, que cobre e guarda o interior do Brasil (...) A extrema Capitania de Mato Grosso, com os confinantes domínios espanhóis, são por quinhentas léguas de extensão os rios Paraguai e Guaporé com parte do Madeira, os quais devem ser considerados como dois amplos fossos que fecham e defendem não só a entrada para o interior do Brasil, mas riquíssimos sertões que encerram em si famosas minas de ouro e diamantes, e que distam da extrema espanhola pelas imediações de Jaurú e de Vila Bela apenas de 60 até 100 léguas<sup>12</sup>.*

A capitania de Mato Grosso foi criada com o propósito de defender os domínios portugueses na Bacia Amazônica e sobre as rotas navegáveis vitais para o abastecimento da região mato-grossense (rios Paraguai, Paraná e Guaporé), constituindo-se no antemural da colônia. A respeito, vale a pena citar algum trecho do que afirmou Luis-Philippe:

*(...) porque a extensão (de Mato Grosso) ainda excedia a de Goiás, e a distância é muito maior, gastando de São Paulo à Vila do Cuiabá seis meses de trabalhosíssima navegação e dali a Vila Bela outro mês, como pela circunstância de confinar esta vila com o governo espanhol de Santa Cruz de La Sierra, e com as aldeias dos jesuítas castelhanos dos Mochos e*

*Chiquitos, donde nasce que sobrevindo, como já sucedem, e succederá freqüentemente contendas por causa dos confins e da comunicação, é muito conveniente que ali haja um governador capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes e casos para evitar as desconfianças da Corte de Madri, sem pedir o direito dos descobrimentos (...) que (a Capitania) contenha os vizinhos em respeito, e sirva de antemural a todo o interior do Brasil<sup>13</sup>.*

Para transformar a recém criada Capitania no antemural da Colônia, os capitães-generais e governadores procuravam seguir a risca as determinações de Portugal. O primeiro deles, Gomes Freire de Andrade, que a governou do Rio de Janeiro, se assenhoriou dos detalhes relativos aos problemas de administração, questões de fronteiras, militares, fazendários e, enfim, da situação geral da capitania de Mato Grosso. Governou-a por mais de dois anos. Sempre vigilante<sup>14</sup>, dava as suas ordens administrativas para a Câmara da Vila do Cuiabá<sup>15</sup>.

*Não se pode negar a capacidade nem o zelo com que serve a El Rey (...) É ativo e prudente (...) Não obra coisa alguma sem tenção<sup>16</sup>.*

O segundo governador de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, tomou posse em 1751. Em cumprimento às determinações da Coroa portuguesa, criou a Companhia de Dragões - responsável pela vigilância constante dos domínios lusitanos na região - e construiu a sede da Capitania num local estratégico no alto do Guaporé, para evitar que os espanhóis se assenhorassem da navegação no rio Guaporé. Além disso, fundou a aldeia de São Miguel de Lasnego, às margens do Guaporé, e ergueu o Forte de Conceição e um posto militar em Pedras Negras<sup>17</sup>.

O terceiro governador e capitão-general, João Pedro da Câmara, tomou posse com a missão expressa de defender e armar a resistência da Capitania. Com este propósito, fundou vários postos avançados de defesa em pontos estratégicos nos rios Jaurú e Paraguai. Tais empreendimentos foram melhorados na administração de Luís

Pinto de Souza Coutinho. Este capitão-general, por determinação do Marquês de Pombal, executou a expulsão da Companhia de Jesus da área mato-grossense.

*A Companhia de Jesus foi uma das vítimas mais evidentes dos acontecimentos postos em marcha pelas pretensões imperiais do governo de Portugal e pelas tentativas de nacionalizar setores do sistema comercial luso-brasileiro. Dado o pano de fundo do esforço para povoar e explorar tão grande território tropical e subtropical, para estimular casamentos indo-europeus e consolidar o domínio nacional, o choque com os jesuítas tinha de surgir como inevitável subproduto. Os jesuítas dominavam as fronteiras nos dois pontos mais sensíveis e vitais do sistema imperial de D. Luís da Cunha: o rio Amazonas ao norte e os rios Uruguai e Paraguai ao sul.*

*A política dos jesuítas em relação aos indígenas também ficava a meio caminho, como um obstáculo ao desejo de povoar e de europeizar o interior, mediante a assimilação (...) Opondo-se às autoridades, as missões guaranis pegaram em armas. (Além disso) as missões jesuítas do Paraguai eram consideradas como zona de "comércio vantajoso" para os comerciantes ingleses<sup>18</sup>.*

A expulsão da Companhia de Jesus da área de fronteira entre portugueses e espanhóis estava intrinsicamente ligada a política portuguesa de "comércio - espionagem - contrabando", que se servia como bandeira de defesa à fronteira. Os padres jesuítas constituíam-se não só em obstáculos a prática desta política lusitana, mas a própria consolidação de força luso-brasileira em toda a fronteira, pois incitavam os índios (principalmente os paiaguás) e sertanistas espanhóis contra os portugueses.

Assim, o combate aos jesuítas significava a garantia de manter os próprios domínios portugueses na região limítrofe de Mato Grosso. Domínios posteriormente mantidos através da criação dos chamados pontos estratégicos militares, durante a gestão do quinto governador da Capitania, Luís de Albuquerque. São eles: Fecho dos

Morros e o Presídio de Nova Coimbra (atual Forte Coimbra), às margens do rio Paraguai; e o Forte do Príncipe da Beira, no médio-Guaporé.

Para dar o apoio militar e de suprimentos a essas guarnições, Luís de Albuquerque fundou o povoado de Albuquerque (atual Corumbá), às margens do rio Paraguai, ao norte do Forte de Coimbra e a meio caminho de Vila Bela (sede da Capitania), numa área de altos barrancos margeando o rio e estabelecendo-se abaixo do canal do Tamengo, que une a baía de Cáceres ao rio Paraguai. Além disso, Luís de Albuquerque fundou centros urbanos - que se constituíam na base de sustentação dos domínios portugueses -, a saber: ao sul de Corumbá e mais distante da margem do rio Paraguai, o povoamento de Albuquerque (este permaneceu com o nome original); ao sul de Vila Bela e bem próxima à linha divisória com a Bolívia, Casalvasco; na parte norte do Pantanal, São Pedro de El Rey (Poconé); e, na margem original do rio Paraguai, no ponto em que este cruza com a estrada Cuiabá - Vila Bela, Vila Maria (Cáceres).

Esses núcleos urbanos e os pontos militares - ambos pontos estratégicos de defesa da Capitania - foram logo povoados por índios (bororos e parecís, principalmente) e brancos, atraídos por bugigangas e medidas fiscais e anistia penal, respectivamente. Povoar significava, acima de tudo, garantir e consolidar uma posição de força em toda fronteira.

Com esse propósito, o capitão-general João de Albuquerque (o sexto governador da Capitania) tratou de aproximar dos índios Guaiacurus - os cavaleiros do Pantanal - e atraí-los para os centros urbanos. Mas a malária (que o levou a morte, depois de seis anos de governo) o impediu de realizar completamente tal pretensão.

O sétimo governador da Capitania de Mato Grosso, Caetano de Miranda Montenegro, mal tomara posse e foi logo abalado pela invasão paraguaia (capitaneada pelo governador de Assunção, Dom Lázaro de Rivera) ao Forte de Coimbra (felizmente rechaçada pelos soldados do Forte comandados por Ricardo Franco).

Essa invasão não pode ser vista como fato isolado. Mas, sim, como parte da reação espanhola contra a criação da Capitania de Mato Grosso. A partir de 1748, não foram poucas as medidas de

maior vigilância e de cunho militar, tomadas pelos espanhóis. O que fizera a tensão na fronteira aumentar. Justificando, assim, toda a preocupação da Coroa portuguesa em instalar guarnições militares e núcleos urbanos - como pontos estratégicos de segurança e de bloqueio, visando estancar o avanço dos castelhanos pelo rio Paraguai e pela margem oriental do rio Guaporé. As instruções dadas a Rolim de Moura determinaram a projeção amazônica porque, assim, se formaria um cordão de proteção à fronteira que permeasse os rios. A própria defesa da aldeia de Santa Rosa e a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (no Guaporé) provam a opção pela linha de fronteira do extremo-oeste (Guaporé - Madeira - Mamoré) até o Alto-Amazonas.

Para garantir o livre acesso entre a Capitania e o litoral, foi construído o Forte de Coimbra (daí a invasão de Dom Lázaro de Rivera neste Forte, na tentativa de impedir esse livre acesso) e fundado Cáceres. Dentro deste mesmo propósito, construiu-se o Forte do Príncipe da Beira, situado às margens do rio Madeira, tendo por finalidade manter livre acesso entre Vila Bela e Belém do Pará.

Além disso, entre o Forte da Conceição e Vila Bela abriu-se uma estrada por terra para, em caso de ataque, não ser bloqueada a comunicação com a capital de Mato Grosso. Soma-se a isso a criação da Companhia dos Dragões de Pedestres, o Corpo de Ordenanças, a Legião de Auxiliares e canoas armadas em guerras - para serem empregadas nos rios Cuiabá, Paraguai, Taquari, Guaporé e outros.

Como podemos perceber, a preocupação primeira e única da Coroa portuguesa era a formação de um anteparo à expansão dos interesses espanhóis na América. Mas, estranhamente, ela não se importava com a forma e condição em que eram mantidas as frentes de ocupação, tão pouco interessava se seus representantes enfrentavam fome, doenças, animais ferozes e o atraso de mais de ano de soldos e salários. Isso pode ser percebido num trecho da carta do comandante do Forte do Príncipe da Beira, José Manuel da Cunha, endereçada ao Vice-Rei:

*Aqui carece de tudo, ouro, gente, armas e munições, mas a primeira falta é a que se faz mais sensível, porque sem*

*dinheiro só os índios silvestres é que sabem atacar e defender*<sup>19</sup>.

Essa situação dos habitantes da fronteira, por sua vez, gerou um clima permanente de tensão, instabilidade e insegurança interna (o que, em contrapartida, favorecia as invasões castelhanas). Agrava-da ainda mais pela decadência econômica da região mato-grossense. A completa decadência das jazidas de ouro diminuía a capacidade de consumo da população. Luís D'Alincourt, com uma visão clara dessa crise, fizera a seguinte ponderação:

*(...) uma Província, que só exporta o ouro, e em que a agricultura é fraca; a população não avulta, o ouro é conduzido do seu seio para trocar-se por efeitos, que em breve tempo desaparecem; os descobertos não acham com freqüência, enfim ela vem de certo a cair no estado de pobreza, e a maior parte de seus habitantes fica reduzida a miséria: é disto o exemplo claro, o que sucede a esta Província, onde se tem extraído milhares de arrobas de ouro, porém que tem lucrado! Está reduzida ao mais deplorável abatimento (...) Eis aqui o estado verdadeiro do antemural do Brasil*<sup>20</sup>.

Para fazer frente a essa situação caótica, os últimos capitães-generais e governadores tentaram de várias formas incentivar as finanças de Mato Grosso. Valeram-se, inclusive, da prática do contrabando (favorecido pela própria situação de fronteira). Todos se viram envolvidos com o comércio ilícito<sup>21</sup>. Rolim de Moura, por exemplo, chegou a informar ao Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, sobre a viabilidade de introdução de produtos manufaturados na região espanhola, limítrofe com as terras mato-grossenses. Isso porque Pombal pretendia canalizar o lucro do contrabando para os cofres da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Esta, em troca, prontificava-se a introduzir manufaturas inglesas em Mato Grosso, pela rota do Madeira, para que fossem colocadas no território colonial espanhol. De cada produto inglês, os comerciantes mato-grossenses, segundo a ordem de Pombal, só poderiam obter, no máximo, um lucro de 12%.

O fornecimento de manufaturas para os domínios espanhóis aumentava consideravelmente seu mercado consumidor, além de receber gêneros de abastecimento para sua posterior revenda em Mato Grosso. O comércio ilícito foi facilitado por três caminhos da Capitania a Chiquitos (região espanhola). Além disso, por meio da navegação do Pará pelo Madeira se vendia aos colonos espanhóis das missões de Mocho não só ouro, mas também laços, bretanhas, lenços, louças da Índia, vidros, instrumentos, ferramentas, em troca de bestas, panos de algodão, sabão e prata.

Entre os produtos adquiridos por Mato Grosso estava a prata. Ela era o elemento fundamental na compra de gêneros importados, obtidos junto aos comerciantes do Centro-Sul brasileiro, uma vez que o ouro era demasiadamente valioso para as compras correntes no mercado. A prata era importante não só para a Capitania de Mato Grosso, mas também para Portugal.

Para Mato Grosso, o contrabando possibilitou-lhe o suprimento de algumas das necessidades mais prementes de seus habitantes"<sup>22</sup>.

Manuel Carlos de Abreu Meneses procurou sanar as dificuldades das finanças públicas. Mas, vitimado de malária, não pôde empreender nenhum programa a longo prazo<sup>23</sup>. Seu substituto, João Oeynhausien Gravenburg, incentivou o comércio com o Pará, abrindo a navegação do Arinos-Tapajós (1812), e tentou reativar a mineração, criando a Companhia de Mineração de Cuiabá<sup>24</sup>. Mas não obteve êxito algum. A propósito, apesar de longo, vale a pena transcrevermos a análise de Virgílio Corrêa sobre a situação financeira da Capitania de Mato Grosso:

*Em verdade, ao vencer o primeiro centenário da sua colonização regular, Mato Grosso esmorecia em penosa estemação econômica. O ouro, que lhe causara o povoamento, e que em tão grande cópia fora colhido à flor da terra, já se não*

apresentava abundante como outrora. Oeynhausen ainda tentou promover-lhe o aumento da produção, organizando, em 1817, a Companhia de Mineração de Cuiabá, que jamais corresponderia às esperanças a que deu causa.

A indústria pastoril e agrícola aproveitaram, é certo, grande parte dos braços que se desviaram da cata do metal. Mas se proporcionavam aos fazendeiros relativa abundância, somente em pequena porcentagem poderiam contribuir para enriquecer os cofres reais. Não produziavam artigos de alto valor sobre os quais pudesse o fisco aprofundar as suas garras, nem dispunham de meios fáceis de exportação.

As estradas, por onde apenas trafegavam cargueiros (...), mal abertas, pior conservadas, eram em grande parte assoladas pelos índios, causadores de freqüentes danos aos comboios.

Obstáculos de outra ordem, não menos difíceis de vencer, tais como saltos e corredeiras, topavam os navegantes que preferissem viajar por qualquer das vias fluviais.

Mato Grosso devia ser "a garantia de todo o Brasil", visto constituir "a barreira que cobre e guarda o interior do vasto país" (...) Nos últimos anos, porém, falhara a contribuição que permitisse a Oeynhausen cuidar da instrução e prosseguir nos melhoramentos de que debuchara a traça. Nem ao menos possuía com que prover os armazéns reais, para cujo abastecimento empenhava o seu crédito pessoal junto aos amigos opulentos que lhe pudessem valer"<sup>25</sup>.

A situação da Capitania estava realmente difícil.

O empobrecimento visível das finanças públicas espelha-se na carência de numerário para pagamento de funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos. Os comerciantes usavam de expedientes para garantir a venda a fiado. Recebiam dos clientes bilhetes de abonos do (governo de Mato Grosso) que depois eram resgatados em grande atraso (...) Não eram melhores as condições das guarnições militares

*inteiramente abandonadas à própria sorte. Falta absoluta de recursos*<sup>26</sup>.

Para resolver tal situação, o décimo e último governador da Capitania de Mato Grosso, Francisco Magessi, tentou fazer com que os direitos de entrada dos produtos que vinham pelo caminho terrestre fossem cobrados em Cuiabá e não em Goiás como ocorria; e proibiu que qualquer quantia arrecadada em Mato Grosso fosse enviada ao Rio de Janeiro, sem sua autorização<sup>27</sup>.

Contudo, todas essas medidas não surtiram os efeitos desejados. As dificuldades econômicas continuavam ameaçando a sobrevivência de Mato Grosso. Tais dificuldades não permitiam aos cofres públicos sequer manter, com pontualidade, a remuneração de seus empregados civis e militares. Como reflexo da falta de condições em superar seus problemas econômicos e financeiros, a fronteira meridional mato-grossense permaneceu em quase total abandono - comprometendo, assim, seriamente a segurança da região.

Nesse clima de instabilidade econômica, insegurança e intranqüilidade, a 20 de agosto de 1821, as forças de primeira e segunda linha (forças repressivas da Metrópole), o clero, nobreza e povo, reunindo-se nas Casas da Câmara e Paço do Conselho, depuseram Francisco Magessi do governo<sup>28</sup>.

Depois de Magessi, registrou-se a sucessão de várias Juntas Governativas e, pior ainda, a dualidade de governo, já que avultava a rivalidade entre Vila Bela e Cuiabá (a disputa entre estas duas cidades pela supremacia política da região estendeu-se desde a transferência do poder para Vila Bela, em 1751, até 1835, quando Cuiabá passou a ser, oficialmente, a sede de Mato Grosso).

A situação da dualidade governativa, com Juntas sediadas em Cuiabá e Vila Bela, tornou-se mais um elemento de instabilidade administrativa, pois criou rivalidades e competições entre essas Juntas e mesmo no interior delas.

*Enquanto no próprio seio da Junta, as mesquinhas competições pessoais expunham a administração ao malogro*

*fatal, o povo foi-se entrando na convicção de que o defeito era do regime e não dos homens*<sup>29</sup>.

Na realidade, a criação de Juntas Governativas foi o reflexo do Movimento Liberal Constitucionalista do Porto (1820) no Brasil.

Esse movimento liberal, provocado pela decadência monárquica na Europa e pela insistência de Dom João VI em permanecer no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de instaurar, em Portugal, um regime constitucionalista e, por outro lado, recolonizar o Brasil. Foi o que observou, com pertinência, Prado Júnior:

*Dirige-se sobretudo contra (...) o absolutismo monárquico, e o regime econômico, social, político e administrativo a ele ligado (...) é certo também que o profundo dano sofrido pelos interesses portugueses com a nova política adotada pelo soberano com relação ao Brasil levou para o lado da revolução setores importantes do Reino, movidos unicamente por este fato. Aquela política representara nada menos que a separação de um secular parasitismo colonial que Portugal se acostumara em que fundava, pode-se dizer, a sua economia. O comércio com o Brasil, que a abertura dos portos em 1808 e tratado de 1810 fizeram passar para a Inglaterra, representava nada menos que nove décimos de todo comércio externo português. Éramos os únicos consumidores - forçados, está visto - dos medíocres produtos das indústrias portuguesas. Perdido assim seu principal e quase único mercado (...) Os demais proventos que Portugal, sob as mais variadas formas, recebia do Brasil cessam bruscamente (...) É contra tal ordem de coisas que em grande parte se dirige ao movimento constitucionalista do Porto; e uma de suas preocupações máximas consistirá em reconduzir o Brasil ao antigo regime de colônia*<sup>30</sup>.

Com a recolonização, as Cortes de Lisboa tencionavam impedir o avanço do processo de liberalismo das atividades comerciais no Brasil, que provocava a perda das vantagens e privilégios dos portugueses. A perda dos monopólios comerciais significava quase a ru-

ina total da economia portuguesa.

No Brasil, por outro lado, o grupo (composto principalmente de senhores rurais e comerciantes) que se beneficiara com o liberalismo do comércio colocou-se logo em luta contra os portugueses radicados em terras brasileiras, para garantir os privilégios que obtiveram. A própria deposição de Francisco Magessi (representante da Coroa portuguesa em Mato Grosso) tinha este propósito.

Assim, a deposição de Francisco Magessi (1821), que representou, de uma certa forma, uma manifestação da crise do sistema colonial e de rejeição da intenção de recolonização da Coroa portuguesa para uma elite dominante radicada em Cuiabá.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi através da caça ao índio que os sertanistas paulistas tiveram os primeiros contatos com a terra mato-grossense. No entanto, o seu povoamento só teve início com a descoberta e exploração das minas auríferas. E, como parte da Colônia, Mato Grosso foi inserido no processo mercantil e, por isso, compelido a exportar toda a sua produção de ouro para o mercado europeu - cumprindo, pois, o seu papel de ampliar a acumulação primitiva de capital nas mãos da burguesia européia. Isso a nível externo. Já no âmbito interno, a acumulação primitiva do capital deu-se com a venda de índios, com o contrabando da prata dos domínios espanhóis e com o lucro obtido através da circulação de mercadorias.

Todavia, dentro desse processo mercantil, Mato Grosso não ficou a salvo das crises econômico-financeiras. Ao longo dos anos, foi notório o empobrecimento das finanças públicas, espelhando-se na carência de numerários para pagamento do funcionalismo. Os pagamentos atrasavam meses seguidos.

Essa situação caótica da economia refletiu de forma negativa na condição de vida da população, sobretudo das camadas pobres de Mato Grosso.

Além das dificuldades financeiras, a sociedade local conviveu também com uma violência institucionalizada - fruto da ocupação de fronteira colonial, das formas de exploração implantadas na região e

da própria condição de Mato Grosso como antemural da Colônia, que a colocava sempre na vigilância dos interesses portugueses na região, quer para defender os domínios de Portugal na bacia Amazônica ou quer para garantir a supremacia lusitana sobre os limites de fronteira. Isso, evidentemente, provocou reações imediatas do lado espanhol. O que aumentou a tensão na fronteira.

A tensão na região de fronteira sobreviveu às lutas de conquistas de Portugal e Espanha, refletindo-se no campo diplomático.

Dessas lutas, nasceram e foram assinados tratados entre portugueses e espanhóis. São eles: de Madri (1750), de El Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777). Este último manteve as conquistas dos Capitães-Generais no mundo amazônico e, particularmente, na Capitania de Mato Grosso. Assim, graças ao Tratado de Santo Ildefonso e às várias gerações de brasileiros, podemos, hoje em dia, usufruir das belezas naturais de Mato Grosso e comemorarmos os quase três séculos de criação do antemural da Colônia.

## NOTAS

- <sup>1</sup> ALEIXO, Lúcia H. Gaeta. A Propósito do Capital Mercantil em Mato Grosso - séculos XVIII-XIX. In: *Revista da Universidade*. Cuiabá, set. - dez. 1981, p. 20.
- <sup>2</sup> CHIAVENATO, Júlio J. *O Negro no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 26.
- <sup>3</sup> ALEIXO, Lúcia H. Gaeta. Op. cit., p. 30.
- <sup>4</sup> Ibidem.
- <sup>5</sup> CHIAVENATO, Júlio J. Op. cit., p. 36.
- <sup>6</sup> SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. 11ª ed. São Paulo, DIFEL, 1982, p. 157.
- <sup>7</sup> DAVIDO FF, Carlos. *Bandeirantismo: Verso e Reverso*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 30, (Tudo é História, 47).
- <sup>8</sup> Ibidem, p. 81.
- <sup>9</sup> SETUBAL, Paulo. *O Ouro de Cuiabá*. São Paulo, Editora Nacional, 1933, p. 120.
- <sup>10</sup> MELGAÇO, Augusto Leverger. Apontamentos Cronológicos da

Província de Mato Grosso. *RIHGB*, v. 205: out. - dez.1949,  
p. 288.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> SERRA, Ricardo F. de Almeida. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá, Edições da Universidade Federal de Mato Grosso, 1975, p. 3, 4.

<sup>13</sup> LEITE, Luís Philipe P. *Capitães-Generais de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1973, p. 12.

<sup>14</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, 9 v.

<sup>15</sup> PITALUGA, Paulo. *Mato Grosso - Erros e Mitos de uma História*. 1997, p. 15 (Mimeo).

<sup>16</sup> *RELAÇÕES* de Viagem que fez o Conde Azambuja, Dom Antônio Rolim de Moura, da Cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá, em 1751. In: Universidade Federal de Mato Grosso - Correspondência, Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982.

<sup>17</sup> LEITE, Luís Philipe. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>18</sup> MAXUEL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira - Brasil e Portugal -1750 1708*. 3ª ed. Tradução de João Maia, São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 44.

<sup>19</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 428.

<sup>20</sup> LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá, UFMT - Imprensa Universitária - PRODEF, 1982, p.13.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> ALVES, Lourembergue. *Na Contracorrente da História*. 1992, p. 123, (Mimeo).

<sup>23</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 437.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 438.

<sup>25</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 454 - 456.

<sup>26</sup> LENHARO, Alcir. *Ob. cit.*, p. 55. Grifos Nossos.

<sup>27</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 458.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 463.

<sup>29</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 467.

<sup>30</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 48.

## A AURORA DO CINEMA EM MATO GROSSO

Aníbal Alencastro

**Memória**, esta é a palavra chave, que poucos a valorizam. Existe até os que dizem que memória é coisa para velho (como se eles não fossem ficar velhos).

No dito da professora Elizabeth Madureira, *A memória contempla, sem seleção prévia, aquilo que foi vencedor e aquilo que foi derrotado, pois ela guarda as esperanças históricas do passado. Mesmo se constituindo numa evocação pretérita, a memória possui a inteligência do presente.* O que seria do nosso presente se não houvesse o passado! O que difere o animal homem, é justamente a capacidade que o homem tem de raciocinar e ter *lembranças* do seu passado. E nada melhor do que o cinema para se justificar o vocábulo **Memória**. Um dos inventos que mais se registrou: fatos, fenômenos e comportamento da sociedade de um modo geral. Esta maravilhosa arte promoveu uma das maiores revoluções sociais no nosso planeta. Desde o seu nascimento, a 28 de dezembro 1895, pelos irmãos Lumière (Louis e Auguste) na França. Embora os Estados Unidos não concordando plenamente vista ao similar invento de Thomas Alva Edson ser antes, 1894. Acontece que o invento de Edson, (O KINETOSCÓPIO) era de caráter individual, permitindo somente um espectador a assistir o espetáculo, quanto ao invento de Lumière (o cinematógrapho) oferecia espetáculos ao público, em uma mesma sala. Isto aconteceu a 100 anos atrás no “Grand Café do Boulevard des Capucines”. Um seletto grupo de pessoas viu um punhado de imagens em preto e branco sem som, exibidas pelos próprios irmãos Lumière. A chegada de um trem na tela assustou a platéia. Muitos desviaram a cabeça com medo de serem atropelados. Pois o cinema começou causando “espantos”.

No Brasil, o cinema chegaria cerca de seis meses após estréia parisiense, e a 8 de julho de 1896 no centro do Rio de Janeiro, exatamente na rua do Ouvidor, bem no coração da velha Cidade Maravilhosa. Os Jornais anunciavam o acontecimento: Haverá exibição de “vistas animadas” como espetáculo, através do novo e revolucionário aparelho “ONNIÓGRAPHO” também chamados pelos nomes

complicados de “mimiscópio”, “Cinematógrafo”, “cronofotografoscópio”, “aerialgrafoscópio”, “Shadografoscópio”, bioscópio, vitascópio.

O *Jornal do Comércio* de 9 de julho de 1896, publicou a respeito o seguinte: *Em uma vasta sala quadrangular, iluminada por lâmpadas elétricas de Edson, nas paredes pintadas de vermelho escuro, estão umas duzentas cadeiras dispostas em fila e voltadas para o fundo da sala onde se acha colocada, em altura conveniente, a tela refletora que deve medir dois metros de altura aproximadamente.*

Apaga-se a luz elétrica, fica a sala em trevas e na tela dos fundos aparece a projeção luminosa, a princípio fica e apenas esboçada, mas vai pouco a pouco se destacando. Entrando em função o aparelho, a cena anima-se e as figuras movem-se. Talvez por defeito das fotografias que se sucedem rapidamente, ou por inexperiência de quem trabalha com o aparelho, algumas cenas movem-se indistintamente em vibrações confusas outras porém, ressaltavam nítidas, firmes, acusando-se em relevo extraordinário, dando magnífica impressão de vida real. Entre estas, citaremos a cena emocionante de um incidente, de um incêndio, quando os bombeiros salvam das chamas algumas pessoas, da dança do ventre, etc. Vimos também uma briga de gatos, uma outra de galos, uma banda de música militar, um trecho do “Boulevard” parisiense; a chegada do trem; a oficina do ferreiro, uma praia de mar; uma evolução espetaculosa de teatro; um acrobata no trapézio e uma “cena íntima”: *O espetáculo é curioso e merece ser visto, mas aconselhamos aos visitantes a se acautelarem contra os gatunos. A escuridão negra em que fica a sala durante a função é muito fácil aos amigos do albeio o seu trabalho de colher o que não lhes pertence. A polícia, que tão bem os conhece, poderia providenciar no sentido de impedir-lhes a entrada naquele recinto.*

Um ano depois, a 31 de julho de 1897, Pascoal Segretto e José Roberto Cunha Salles inauguravam a primeira sala oficial de cinema, ainda na rua do Ouvidor. O estabelecimento (que também apresentavam outras atrações) tinha o nome de “Salão das Novidades” e ficava no número 141 daquela rua. As projeções cinematográficas eram anunciadas como “Animatographo Lumière”, a última palavra do engenho humano! A mais sublime maravilha de todos os séculos!

Pinturas, mover, andar, trabalhar, sorrir, chamar, com tanta perfeição e nitidez como se homens, animais e coisas naturais fossem; é o assombro dos assombros!

Salve Lumière!

### Story Line

As origens de nossos cinemas, estão de certa forma ligadas às artes cênicas dos teatros, isto porque o cinema nasceu representando o teatro.

A arte teatral sempre foi uma forma da sociedade para manifestar críticas ou elogios, a qualquer situação da comunidade. Vale a pena, citar a origem do teatro cuiabano, pela sua grande importância no século XVIII. O pai da história mato-grossense, o cronista José Barbosa de Sá, é quem nos informa, que em 1729, por ocasião da transladação da imagem do Bom Jesus, do sítio de Camapuã para Cuiabá, realizaram-se festejos comemorativos, durante os quais foram representadas duas comédias.

Carlos Francisco Moura, em seu trabalho, *O Teatro em Mato Grosso*, afirma o seguinte: *No arraial pioneiro, elevado a vila apenas dois anos antes, já se documentavam representações teatrais, vinte e dois anos antes da instalação da Capitania. Enquanto isso, outras vilas e cidades brasileiras, na época perto de completar dois séculos de existências, teriam que esperar ainda muito tempo para possuir vida teatral.* Segundo Moura, esta precocidade teatral em Cuiabá deve-se à presença constante, nestas paragens, dos nossos irmãos portugueses.

Em outra documentação e crônica atestam a participação de oficiais mecânicos e de comerciantes na organização e na representação de peças teatrais em Mato Grosso no século XVIII e também no século XIX. Fala-se também da efetiva participação de mestres de música, mestre de capela, professores régios de língua portuguesa e de língua latina, autoridades civis e militares e até do cronista Joaquim da Costa Siqueira. Brancos, negros e pardos tomavam parte nas representações, que eram realizadas em “tablado público” na praça principal de Cuiabá, onde até mesmo as crianças participavam.

Conforme declarações de Moura, nenhuma outra Capitania,

aderiu de forma intensa ao teatro. Em nenhuma delas se deu tanta importância social e cultural às artes cênicas. É necessário que se mencione um outro curioso registro feito em 1867 pelo então português Joaquim Ferreira Moutinho, onde relata a organização de uma companhia de acionistas, organizada pelo Dr. De Lamare, para dotar Cuiabá de um teatro: *dava esperanças o teatro, porque os cuiabanos, não obstante estarem muito longe das boas escolas, manifestavam, contudo grande gosto pela arte dramática.*

Estevão de Mendonça, comprova-nos a tão almejada companhia de teatro, quando nas *Datas Mato-grossenses*, registra a 23 de maio de 1877, a instalação em Cuiabá, da “Sociedade Dramática Amor à Arte” composta de 62 sócios de camarotes e 98 de platéia. Em data de 1/7/1877, a sociedade oferecia ao público seu primeiro espetáculo, encenando duas comédias intituladas: “A TORRE EM CONCURSO”, de Joaquim Manuel de Macedo, e “O NOVO OTELO” de autor desconhecido. Em relação a esse teatro, transcrevemos um texto de Estevão de Mendonça, que diz o seguinte: *Após melhoramentos de certo vulto, sob a presidência do Coronel João Teodoro Pereira de Melo, o edifício da Sociedade “Amor à Arte” passou em 1883, à denominação de “Theatro São João.*

Tornou mais tarde à designação primitiva, que conservou por dilatados anos, ora marcando dias esplendorosos, e ora outros manifestando decadência. Assim chegou ao abandono, e por fim à ruína. Nesse estado, resto de paredes e terreno com entulho, a Municipalidade o adquiriu em hasta pública. Tentaram então vários projetos de reedificação, cujo remate foi o arrasamento definitivo e recente. O Teatro Amor à Arte, entretanto, teve projeção no nosso meio, e a sua sociedade reunia o elemento mais representativo da cidade. O edifício nada exprimia de elegância, com suas paredes altas e nuas. Possuía duas ordens de camarotes, salão com capacidade para 400 espectadores, palco singelamente ornamentado, além de dependências outras no interior. O corpo cênico enfeixava figuras da elite cuiabana. Na ribalta também surgiram - Hermínio Duarte e Juca Calafate, portadores de cabelos brancos. Este principalmente provocavam a hilariedade da platéia, com enxertos maliciosos.

Minerva e a Legenda - Ridendo castigat mores - apresenta-

vam-se a entrada do edifício, inspiração brejeira do decorador Prudêncio. De tudo isso nada resta - Sic transit glória mundi". Um outro registro animador ocorreu em 1884, pelo não menos conceituado, viajante alemão Karl Von den Steinen, que dizia o seguinte: *Não é possível que haja uma outra cidade no mundo, onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui (...). É impossível também, que algum lugar se alteiem mais freqüentemente os estandartes de procissão e se saiba associar melhor os prazeres sociais.* Entre o que de mais digno de nota havia em Cuiabá, ele se refere à Sociedade Amor à Arte, dedicada somente aos interesses da arte dramática e ao teatro, organizado por um tenente da marinha (Dr. Delamare). Nesse teatro Karl Von Den Steinen assistiu a peça "Caim e Abel".

Conforme relata-nos a história, em 1894, quando ocorreu um temporal, desabou o velho teatro São João. Nova comissão constituiu-se, em 1896, e assim foi-se arrastando e aos poucos esmorecendo as atividades da sociedade "Amor à Arte", encerrando-se de vez em 1899. Nesse mesmo local, em 1903, já no século XX, Nicola Verlangière, um dos antigos membros da sociedade, sentido saudade dos áureos tempos, resolveu improvisar novamente o teatro, reconstituindo um novo palco e construindo uma cobertura de zinco, porém, não conseguindo o mesmo sucesso dos anos anteriores. Mesmo assim, a título precário, o teatro voltou a funcionar com algumas peças teatrais encenadas no precário barracão. Em 1911, ressurge das cinzas, novamente, a idéia da reconstrução de um novo teatro, quando do edital de uma resolução votado pela Câmara Municipal de Cuiabá, cujo teor é o seguinte:

#### RESOLUÇÃO Nº 75

O Tenente Coronel Avelino de Siqueira, Intendente Geral do Município da Cidade de Cuyabá. Faz saber que a Câmara Municipal decretou e elle manda publicar a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica o Intendente Geral do Município autorizado a contrair um empréstimo interno ou externo até o limite máximo de Quinhentos Contos de Réis, a juros de sete por cento ao ano, bem como a emitir apólices até o limite e aos juros mencionados, para construção de dois edificios, um para o Mercado Público e o outro para o **Theatro Municipal**.

Artigo 2º - O Mercado será construído (...) e o **Theatro** será construído no local pertencente à antiga sociedade anônima "**Amor à Arte**", situado à rua Joaquim Murtinho, esquina da Avenida Murtinho (Hoje Av. Vargas).

Artigo 3º - Fica igualmente autorizado o mesmo Intendente a fazer aquisição, por meio de compra e venda do terreno destinado a construção do teatro, e em falta de acordo com os representantes legais "**D'Amor à Arte**", promoverá a desapropriação judicial do terreno, que desde já é declarado de utilidade pública.

Artigo 4º - O empréstimo de que trata o artigo 1º será garantido com o produto das décimas prediais, que, desde a data do empréstimo ficará reservado para dito fim, sendo escripturado como - Renda com aplicação especial.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário. Intendência Municipal em Cuiabá, 29 de dezembro de 1911.

Assinado: Avelino de Siqueira.

Sabemos perfeitamente que esta providência tomada pelo poder público municipal, nada mais era que a própria pressão imposta pela população local, em reivindicar um direito social, que há muito lhes fora tolido. Já se havia passado mais de uma década, sem a cidade ter de volta o seu querido teatro. Contudo, desta Resolução não aconteceu a tão esperada construção do tal teatro, porém apenas concretizou a desapropriação do terreno que, na verdade, sempre pertenceu à Sociedade Amor à Arte e que a partir dessa data passaria a pertencer legalmente à municipalidade. A própria comunidade não agüentando mais esperar pelas providências do poder municipal, resolveu propor um acordo coletivo, REFORMAR, em nível de mutirão, o barraco de zinco, que serviria de salão de festas e teatro. Após a sua reforma, recebera novamente a antiga denominação de Sociedade Amor à Arte. Voltando a ser o tão esperado ponto de encontro da batalhadora sociedade cuiabana. Nesse período, estava em franco desenvolvimento o comércio fluvial pelos rios Cuiabá e Paraguai. O surto açucareiro promovido pelas usinas do rio abaixo, a exportação da borracha dos seringais mato-grossenses a ipecacuanha (poaia) etc., imprimia um novo vigor ao comércio de exportação no Estado. Cuiabá, detinha naquele momento nada menos que quatro consulados importantes, mantendo intenso relacionamento internacional.

Representando a Alemanha, aqui estava o Vice Cônsul Henry Hesslein e sua família; John L. Atkinson, representando a Inglaterra; a Itália, representada pelo Vice Cônsul José Orlando e Portugal, por Manoel Rodrigues Palma. Em Corumbá se estendia a seqüência desse dinâmico comércio fluvial. Ali se concentravam outros consulados como o da Argentina, da Bélgica, Bolívia, França, Itália, Paraguai, Portugal e Uruguai. A contínua presença desses estrangeiros e seus familiares, incorporados ao meio social cuiabano, enriquecia sobremaneira os conhecimentos culturais inteirando-se de tudo que havia de bom e de melhor, além de moderno, do que existisse pelo mundo. Este mesmo fato se fazia notar na querida cidade de Corumbá, visto que naquela época os laços sociais entre Cuiabá e Corumbá eram bastante estreitos. Por vezes, ocorria até disputa entre as duas sociedades - foi o que aconteceu! Corumbá, embora não sendo Capital, já possuía um elegante teatro, o então famoso "Bijou - Teatro", e de acordo com sua descrição, possuía 500 lugares, 34 camarotes além de galerias, além de funcionar anexo um dos primitivos cinemas da época.

Os cuiabanos que não queriam ficar para traz, por orgulho, empreenderam a idéia de montar em Cuiabá um cinema similar ao de Corumbá. Com isso implantou-se no barracão da Sociedade Amor à Arte o nosso primitivo CINE PARISIEN. Isso ocorreu em 1912, conforme o *Egéria Cuiabana* de Benedito Pedro Dorileo, que assim o descreve: *O cinema ao ar livre, com chão batido, tinha no filme mudo atração comovente ... as bandas militares eram convocadas e enfeitavam musicalmente as sessões.*

Ao afirmar, que o PARISIEN, foi o primeiro cinema, surge então uma certa dúvida! Pois, segundo Rubens de Mendonça no *Roteiro Histórico, e Sentimental da Vida Real do Bom Jesus de Cuiabá*, registra que, em 1910, já funcionava um cinema, onde hoje é a Igreja Presbiteriana, na Rua 13 de junho.

Antes da construção da igreja, o terreno pertencia ao Sr. João Pedro Dias, e tinha uma frente para a rua 13 de Junho e outra frente para a rua Antônio Maria, onde posteriormente foi a segunda sede da Cia Telefônica Cuiabana. Tudo leva a crer que neste local existiu o Cinema Mundial. Conforme o registro da Revista Mato Grosso, de

1910, volume VII, editada pela Missão Salesiana: *Por diversas vezes já temos tido o prazer de assistir às exibições cinematográficas que os Srs. Domingos Dorsa e Irmão, proprietários do cinema Mundial, tem proporcionado ao nosso público (...) as fitas exibidas, tiradas, uma de factos históricos como: Judite e Holophernes, A Destruição de Pompéia; outras de dramas comoventes e outras ainda de caráter cômico, além das bellas fantasias, tem agradado sobremodo aos espectadores.*

Talvez este primeiro cinema não tenha logrado êxito, funcionando precariamente por algum tempo. Mas acreditamos ter sido uma das primeiras centelhas do conhecimento da população Cuiabana, da maravilhosa “Sétima Arte”. Consideramos que o PARISIEN foi como o primeiro cinema oficial cuiabano, sendo o seu idealizador, o Sr. Manoel Bodstein. Conforme nos conta o seu filho Almir Jorge Bodstein: *O cinema Parisien ficava no centro da cidade, perto do Palácio do Governo, em frente á parte de trás da Catedral do Bom Jesus de Cuiabá, no começo da rua que tinha o apelido de Rua Formosa e diziam ainda que “para propaganda dos filmes na cidade, além dos cartazes em exposições na frente do cinema havia uma bela pirâmide sobre um carro puxado por burros, com guizos.*

Havia em todos os lados da pirâmide desenhos e letreiros sobre o filme.

A garotada da cidade acompanhava o carro da pirâmide pela cidade, chamando a atenção de todos, bradando entusiasticamente, com voz forte:

*Hoje tem, Hoje tem?*

*Tem, sim senhor.*

*Hoje tem coisa boa?*

*Tem, sim senhor.*

*Mocotó com leiteoa?*

*Tem, sim senhor.*

*Na casa de São Lisboa?*

*Tem, sim senhor.*

*Olha a negra na janela.*

*Que tem cara de panela.*

*Olha a negra no fogão.*

*Que tem cara de tição.*

O lê lê, o lê lê bambu

Negro de casaca velha, parece urubu.

E repetiam tudo mais entusiasmadamente.

Havia garotos que acompanhavam com bombos, prato, triângulos de metal guisos. Fazia-se também imprimir em papel cor de rosa, amarelo ou branco, os programas com resumo dos filmes; para as autoridades e pessoas gradas, eram impressos em panos brilhantes de cetim azul ou cor de rosa, que dava uma linda apresentação.

Não se podia exigir muito dos cinemas, pois naquela época ainda se embrionava esta arte em todo o País. O cinema, na verdade, era tido como uma curiosidade, tratando-se de um aperfeiçoamento da fotografia. Na verdade, o vocábulo “cinema”, compreende o ato de filmar e projetar. Em nosso caso específico, tratamos mais como “cinema”, o ato de projetar o filme, ou seja das “salas de projeções”. Aquelas maravilhosas e primitivas máquinas de fazer cinema, que aqui apareceram, talvez importadas, através dos imigrantes italianos, que conforme nos conta Paulo Emílio: *O quadro técnico artístico e comercial do nascente cinema, era constituído de estrangeiros, notadamente, italianos cujo fluxo imigratório foi considerável no final do século XIX e nos primórdios do XX*. Essas fantásticas caixas mágicas, os tais projetores cinematográficos, que na época recebiam os diversos nomes mais curiosos, que se tinha notícia, como: “cinema óptico”, praxinoscópio, cinematógrafo, etc.

### Programação dos Cinemas Cuiabanos Encontrados em Antigos Jornais

Jornal “O DEBATE”

#### CINEMA PARISIEN

Em 06/11/1912 de Manoel Bodstein

Nome dos filmes: A BISBÉTICA AMANÇADA

1ª Parte A CÚMPLICE

REMÉDIO INFERNAL - Comédia

O FILHO D SALTIMBANCO – Drama

2ª Parte PELA PAZ EM FAMÍLIA – Cômico

O INSCUNHO DO PAIOL - Drama

DA PIEDADE O AMOR – Drama

3ª Parte ROMEU E JULIETA – Drama

PROCURA-SE UMA CRIADA – Cômico

**CINEMA ITALO BRASILEIRO**

Em 4/10/1913

O BERÇO – Drama

1ª Parte SOLENE CERIMÓNIA DA BEATIFICAÇÃO DE JOANA D'ARC – Matinal

HISTÓRIA DE UM FURÚNCULO – Cômico

2ª Parte EM BUSCA DO OURO – Drama - Charles Chaplin

**CINEMA IDEAL**

De Aristides Ozório em 12/04/1912

A MULHER DO COCHEIRO – Drama

1ª Parte A CULPA DO OUTRO – Drama

LADRÃO MAGNETIZADOR – Cômico

JOÃO O IDIOTA – Drama

2ª Parte OS FABRICANTES DE ESPLOSIVOS – Drama

AS PERIPÉCLAS DO CAÇADOR MÍOPE – Cômico

Em 1912 – reclame no Jornal “O DEMOCRATA”

**CINE PARISIEN**

Hoje/ 5ª feira/ Hoje

Filme: NASCER, GOSAR E MORRER

O mais estonteante drama, criado pelos studios americanos cinematographicos; uma obra que bate o record dos exitos sensacionaes, lindo, forte, humano, maravilhosamente ensenado por verdadeiros mestres, tendo como principal intérprete a encantadora Bebe Daniels, brilhantemente secundada por Lewis stone e Katherine Willians.

7 super sensacionaes actos.

Tão estupendo successo alcançou a exhibição deste grândioso film na 3ª feira última que para attender a muitos pedidos de habitués, para ser reprisado, a Empresa pediu prorrogação do prazo do aluguel e vae ser novamente apresentado na tela hoje as 9 horas da noite no glorioso Parisien.

Ninguém perca esta última oportunidade de admirar tão sensacional film.

Todos ao Parisien!

### O Cinema Dorsa do Porto

Conta-nos a querida professora Dunga Rodrigues em seu livro *Cuiabá ao longo de 100 anos*, a existência de um primitivo cinema funcionando no Porto. Era o Cinema Dorsa, de propriedade dos irmãos Dorsa: Domingos e Cavalheiro Paulino Dorsa, de nacionalidade italiana (os mesmos do Cinema Mundial), que eram também proprietários de uma grande empresa comercial, onde se vendeu o primeiro automóvel em Cuiabá, isto ocorreu em 1919. Na fotografia, a torre da Igreja São Gonçalo ainda não continha o Cristo Redentor sobre o globo, fato que ocorreu após o ano de 1916, o que comprova que o Cine Dorsa deveria ter existido entre os anos 1912 - 1915. Este velho barracão de zinco teve o nome de Teatro Progresso e com o tempo foi transformado em garagem Mecchi, de Francisco Mecchi, onde funcionou como garagem de ônibus. No seu livro a professora Dunga Rodrigues discorre sobre alguns filmes assistidos por ela no Cine Dorsa, acrescentando que os filmes eram repassados a pedido dos interessados.

Referindo-se ainda ao Cine Parisien, documentos comprovam que o Sr. Bodstein o conduziu durante cinco anos, transferindo-o para a firma comercial Curvo e Irmãos, como podemos certificar no relatório; apresentado a Câmara Municipal da Capital, sessão ordiná-

ria de novembro de 1917, elaborado pelo Tenente Coronel José Antônio de Souza Albuquerque, Intendente Geral:

*Resolução nº 162 - Referindo-se ao contrato seguinte:*

*Em 25 de janeiro de 1917, arrendamento por 6 anos à firma Comercial Curvo & Irmãos, o terreno municipal sito à rua Joaquim Murtinho, para nele funcionar o "Cinema Parisien", mediante o pagamento de 40\$000 mensais (Réis).*

*- Cujos terrenos, era cercado de muros de taipa, antigo **Theatro Amor à Arte.***

Em outro relatório na página 12, apresentado à Câmara Municipal, datado 5 de novembro de 1919, cujo Intendente era o Coronel Alexandre Magno Addor, constava o seguinte: *O terreno murado da rua Dr. Joaquim Murtinho esquina com a Avenida Joaquim Murtinho, continua arrendado a firma Curvo & Irmãos, onde funciona o Cine Parisien.* Segundo informações de pessoas que vivenciaram Cuiabá, naquele momento, aquelas primitivas "máquinas de cinema", eram movidas a manivela, ou seja sua tração mecânica de movimentar o filme era totalmente manual. A luz projetora era através de uma tocha de carbureto por gás de acetileno, acondicionado dentro de uma lanterna. Nas minhas pesquisas, encontrei as provas. Cuiabá na época era toda iluminada através desse combustível (gás de acetileno). O sistema de carbureto utilizado pelo cinema PARISIEN, só veio a ser modificado em 1919, quando, no governo de Dom Aquino, o técnico João Pedro Dias instalou o primeiro grupo gerador, movido a vapor, situado na antiga hidráulica, no Porto Geral, às margens do Rio Cuiabá. A partir desse momento, já contando com energia elétrica, embora ainda deficiente, o Cine Parisien modificava o seu sistema de *máquina de fazer cinema.* Pelo que se sabe, adaptou-se um motor elétrico no sistema de manivela, estabilizando a velocidade (na época 16 quadros por segundo) do filme no projetor. Os personagens na tela não ficavam mais a mercê do projetor, que, quando cansado, diminuía a rotação da máquina, daí o artista na tela, caminhava mais lento ou vice-versa.

O sistema de iluminação do projetor cinematográfico, também se modificou. Passou a funcionar através de dois carvões de pólos

diferentes, formando a incandescência, era o deslumbrante “Arco-Voltáico”, assim chamado por ter sido descoberto por “Alexandre Volta”. Este primitivo sistema, era alimentado por corrente contínua, com carga maior de amperagem, que era produzida por uma ampola de vidro, denominada “Bulbo”. Este sistema era comumente chamado de “TUNGA”. O sistema de “Arco - Voltáico”, era muito eficiente, pois nada superava a intensidade de sua luz. Mas, devido a sua potência de luminosidade, surgia para o cinema um sério problema. Os filmes da época eram produzidos por uma composição química de nitrato, eram chamados filmes de celulóide, altamente inflamáveis. Se o projetor do filme parasse por qualquer motivo, e o projetista não fechasse a lanterna a tempo, o filme incendiava-se rapidamente, como se fosse pólvora. Esse tipo de filme foi produzido até o ano 1950, quando da invenção de um outro tipo de suporte fabricado à base de acetato.

É importante que se diga, que a arte cinematográfica se estabeleceu em Cuiabá logo após o telefone e antes mesmo de Cuiabá possuir energia elétrica, vinte e dois anos antes do aparecimento da primitiva rádio denominada “Rádio Sociedade de Cuyabá” (1934) montada pelo Sr. Deodato Gomes Monteiro.

A partir do ano de 1919, Cuiabá completava o seu Bicentenário. Era início de um novo século e com ele nascia uma nova geração cultural. Benedito Pedro Dorileo, do *Egéria Cuiabana*, é quem nos conta: *Na década de 20 organizou-se uma orquestra com a participação ativa de Zulmira Canavarros. Estávamos na época em que famosos compositores como Saint-Saers, Ildebrando Pizzeti e Erik Sati, escreviam partituras especiais para o cinema sem som.*

O conjunto musical do cinema era composto por Eugênio, Honório Simaringo, Zulmira Canavarros e Agnelo. É interessante ressaltar que os filmes de antigamente, no cinema mudo, eram projetados ao som de uma orquestra, posicionada ao pé da tela, que executava pertinentes ao assunto do filme. Era também muito utilizado o fonógrafo. Colocava-se o instrumento próximo à tela do cinema, provido de um disco mais ou menos apropriado, geralmente músicas orquestradas. O fonógrafo, era conhecido também como Gramofone. Trata-se de uma vitrola movida a corda. Embora o som

fosse fraco, muitas vezes resolvia o problema, quando da ausência da orquestra. O fonógrafo foi inventado por Thomas Edson em 1877. À utilização do fonógrafo no cinema deu-se o nome de SISTEMA GRAFONOSCÓPIO.

Os primeiros filmes exibidos em Cuiabá eram de curta metragem, geralmente documentários com assuntos variáveis, pois os filmes de enredo, ainda não haviam chegado a Cuiabá. Seu tempo de projeção era em média de 15 minutos cada rolo. Como era apenas um projetor, parava-se para efetuar a troca dos rolos dos filmes.

Já na década de 20, Cuiabá começou a exibir os chamados filmes "posados" ou de enredo, como eram chamados. Embora esses filmes tenham sido produzidos entre os anos 1910 e 1911, só chegavam em Cuiabá com bastante atraso, motivado pelos transportes ainda deficientes em nosso Estado. Entre os muitos filmes exibidos, citamos alguns nomes identificados: *A Cabana do Pai Tomás*, *Dona Inês de Castro*, *A Viuva Alegre*, *O Conde de Luxemburgo*, *Alma Sertaneja* (filme nacional) etc. No final da década de 20, tudo leva a crer, Cuiabá já se firmava na comunidade cinematográfica.

*Egéria Cuiabana* registra-nos esta tão importante fase do nosso cinema mudo: "*Filmes mudos encenados em 1923 à 1929, em Cuiabá:*

- "*Mulher Corsária*", com Belle Bernet.
- "*Última Aventura*", William Boyd e Margareth Dela Motte.
- "*Tributo de Amor*", Vera Reynolds, Júlia Taye, Kenneth Thonson.
- "*Cowboy, o Valentão*", William Fairbanks, Dorothy Rivier.
- "*Violeta*", Pola Negri.
- "*Madame Pompadour*", Antônio Moreno, Dorothy Gish.
- "*Dois Batutas da Mangueira*", Wallace Berry, Raymond Hatton.
- "*O Guarani*" (filme nacional), Armanda Mancery e Tácito e Souza.
- "*Mentira*", Pola Negri

Em data de 6 de novembro de 1926, o Intendente Geral do Município de Cuiabá, o Coronel Antônio Manoel Moreira, apresentou um Relatório à Câmara Municipal, com o seguinte teor:

### **THEATRO PÚBLICO**

*À três anos atrás pode-se dizer, que a firma J. Gama & Cia, actual arrendatário do barracão onde funciona o "Cine Parisien" tomou o compromisso de construir um theatro municipal naquele local, mediante as condições constantes da Resolução nº 253, de 12 de dezembro de 1.925 e o respectivo contracto firmado com esta Intendência à 3 de Fevereiro de 1.926, obrigando-se a apresentar a respectiva planta e orçamento dentro de sessenta dias a contar da data da assinatura do referido contrato, o que fizeram no último dia 3 de abril, sendo aprovada a planta e orçamento de acordo com a parecer dos Srs. Engenheiro Felix Landis e Arthur Levy, previamente nomeado por esta Intendência, entretanto, até hoje não foi iniciada a construção alguma, limitando-se apenas a empregar algumas folhas de zinco em separação de quadras que nenhum beneficio representam nem começo de construção de theatro. A meu ver, a não ser nos bons desejos da firma J. Gama & Cia, nenhum outro elemento possui ella para levar vencida semelhante empreendimento que depende de grande soma de dinbeiro, que aliás ela não possui, como parece. Estou convencido que só teremos theatro quando os poderes públicos tomarem a seu cargo a sua construção e assim confiando nas promessas do Governo do Estado creio que brevemente teremos o nosso theatrinho.*

A firma arrendatária deverá, se quiser continuar a explorar a cinematographia, pagando aluguel do local, porém sem compromisso algum para com município, senão de pagar o aluguel até que seja construído o theatro. Deixemos de vãs esperanças em coisas que não se realizarão.

*Saudo-vos.*

*Antônio M. Moreira*

Com base neste documento, o Cine Parisien esteve arrendado pela firma Comercial Curvo & Irmãos durante seis anos, até o ano de 1925, quando foi transferido para a Empresa J. Gama & Cia. E a mesma assumia o compromisso de construir o tão almejado teatro pois o cinema funcionava ainda no barracão de zinco. Suas instalações eram precaríssimas. A montagem - ambiente assemelhava-se à estrutura de um circo, com arquibancadas tipo "puleiro", confeccionadas de tábuas. Tinha um certo número de cadeiras e alguns camarotes reservados para as autoridades. E, segundo as declarações do Intendente, o compromisso de construção do novo prédio já se en-

contrava deteriorado.

Em outro relatório apresentado pelo Prefeito Municipal, Engenheiro Fenelon Müller, que modificada o sistema de Intendente para Prefeitura, apresentado em 11 de janeiro de 1929 enviado a Câmara Municipal, dizia seguinte:

### **THEATRO PÚBLICO**

*Até a presente data os concessionários do antigo theatro **Amor à Arte**, Srs. José Gama e D. Maria Frederica Lisboa, não puderam dar cabal cumprimento às cláusulas do seu contrato assinado com o Município em 3 de fevereiro de 1926, não obstante diversas prorrogações, a última das quais findou em 31 de dezembro.*

*A Municipalidade não dispõe, no momento de recursos para a construção de um theatro confortável e de acordo com os progressos da nossa cidade.*

O Governo do Estado, entretanto, interessa-se pelo também assunto, e portanto, talvez para breve, possamos ter esse melhoramento.

*Tendo terminado, como disse acima, a última prorrogação concedida aos concessionários do antigo **Amor à Arte** a 31 de dezembro último, esta Prefeitura vai estudar as alegações pelos mesmos apresentados e dará oportunidade ciência a esta Câmara."*

*Ass.: Fenelon Müller*

A Empresa J. Gama & Cia, sofre forte pressão do poder municipal, exigindo-lhe a construção de um prédio para funcionamento do teatro e do cinema. O objeto da concessão a esta empresa não passava de um simples terreno, pois o cinema na verdade era um barracão de zinco. Sua renda talvez pagasse somente o aluguel dos filmes, não havendo condições mínimas para a construção de um novo prédio. Neste cinema, sem nenhum conforto, seus filmes eram exibidos por vários dias, não por questão de frequência de público, mas por não ter um outro filme para ser repostos. O transporte via lancha era muito demorado, chegando a passar mais de mês para recebimento de um outro filme. Apesar disso tudo, esta empresa continuou movimentando o Cine Parisien até 1930, quando abandonou a

concessão do cinema. Por um certo período ficou a cidade sem cinema até que surge, um certo italiano arrojado, o senhor **ERNESTO BONAMICO** que assumiu a direção do Cine Parisien. Este senhor reinaugurou o cinema, trocando-lhe o nome para o Cine Teatro República e a 30 de março de 1933 e o equipou com aparelhagem falantes. De fato, era a nova fase do cinema falado. Bonamico apenas instalou os aparelhos sonoros, mas continuou nas mesmas instalações do barracão de zinco.

**EGÉRIA CUIABANA** assim nos descreve: *Chegou o grande dia, toda a cidade viu-se elevada; o primeiro "filme falado" seria rodado. Em 21 de abril de 1933, Cuiabá assistiu a "MARROCOS" com Gary Cooper, Adolph Majon, Marlene Dietrich e Even Southern. Ouviam-se vozes dos personagens e ruídos sincronizados; Nova era!*

Seguiram-se com sucesso os primeiros filmes sonorizados: Ana Karenina, com Greta Garbo e John Gilbert; Moby-Dick, com John Barrimore; Doce como Mel, com Nancy Carrol; Ressurreição, com Lupe Velez e Gilbert Roland.

Os aparelhos falantes implantados por Bonamico, eram do famoso sistema de som "VITAPHONE". Esse sistema foi desenvolvido pela Western Electric uma grande empresa de eletricidade norte americana. Constava de um "toca-disco", os famosos Pick-Up, que nada mais era do que uma vitrola elétrica, injetada num amplificador saindo para os alto falantes, colocados atrás da tela, daí seu nome "Vita" de Vitrola. O sincronismo entre o disco e a cena do filme deveria ser perfeito, senão, acontecia do personagem estar movimentando a boca e o som da voz ser emitido depois. Quando eram danificados pedaços de fita, o operador tinha que acrescentar o mesmo tamanho da fita sem imagens, para não ocorrer dessincronismo. Daí o expectador assistir trechos da fita em escuro, apenas ouvindo o som, que era produzido pela gravação do disco.

Samuel Warner, proprietário da Empresa Warner Brothers USA, comprou a patente Vitaphone da Western Electric. Em 8 de outubro de 1927, estreou "JAZZ SINGER" (O Cantor de Jazz), produção da Warner, falada e cantada, interpretada por Al Jonson. O fabuloso sucesso da fita, rendeu à empresa U\$ 2.000.000 dólares.

Retornando ao assunto administrativo do velho cinema, um

outro relatório datado de 14 de abril de 1935, enviado pelo então prefeito da Capital, o engenheiro João Ponce de Arruda ao Exmo. Sr. Dr. Leônidas Anthero e Mattos, M.D. Interventor Federal no Estado de Mato Grosso.

Na sua página nº 8, assim se descreve:

#### CINE - THEATRO

*Novo Contrato foi assinado para a construção de um cine teatro no terreno sito à Avenida Joaquim Murtinho com a rua João Pessoa. E na cláusula principal, o novo Contratante Sr. João Pécora, obriga-se a construir o novo cine-teatro dentro de cinco anos.*

Tudo leva a crer, que Bonamico, conduziu o cinema até o ano de 1935, quando da assinatura de novo contrato efetivado entre Sr. João Pécora e a municipalidade. E ao que parece o desejo da Prefeitura, continuava sendo a construção de um prédio onde funcionassem o teatro e também o cinema. Esse momento foi vivenciado pelo Sr. Benedito Rodrigues de Souza (Totózinho), o qual nos relatou com muita propriedade o seguinte: *Me lembro bem dessa época, Joanino Pécora é quem tocava o cinema, e que situava-se na esquina da rua Formosa, ao lado morava o Sr. Orlando Nigro, que era vizinho do Sr. Luiz Felipe, e entre esta casa e a Repartição da Luz, em que eu trabalhava ficava a residência do Sr. "JOANINO" PÉCORA" (João Pécora).*

Continuando, seu Totózinho dizia: *O portão da entrada do cinema ficava na rua Formosa (Joaquim Murtinho), os anúncios dos filmes eram pintados no próprio muro do cinema por dois pintores muito conhecidos na época, que era o Domingos "Surdo" e o outro apelidado de "Zé do Norte". Ainda me lembro dos cartazes dos filmes Tom Mix e o de King Kong.*

João Moreira de Barros no seu livro *Cuiabá e o seu Passado*, nos conta: *"a intervenção veio a 6 de março de 1937. O fato mais importante ocorrido na Assembléia durante esse período foi a eleição de Júlio Müller, para completar o mandato do Governador Mário Corrêa, que falecera..." logo em seguida ocorreu o golpe de Getúlio Vargas, exatamente a 10 de novembro de 1937, fechando a Assembléia. Implantava-se no Brasil o regime ditatorial denominado "ESTADO NOVO". O Bacharel Júlio Strubing Müller, continuou a governar o Estado de Mato Grosso, agora como Interventor.*

Após esse momento turbulento no País, o ano de 1938 inicia-

va-se com novas perspectivas para o Estado de Mato Grosso, pois tomava posse o competente Engenheiro João Ponce de Arruda como Secretário Geral do Estado e também o Engenheiro Cássio Veiga de Sá, representando a Coimbra Bueno, uma grandiosa empresa de engenharia contratada pelo Estado, para construção das novas obras oficiais programadas para o governo Júlio Müller. É o próprio Cássio Veiga, quem nos relata: *"De acordo com as prioridades as obras à serem construídas, o Grande Hotel, seria a segunda obra a ser construída em Cuiabá. A localização da tal obra, seria justamente onde estava situado o antigo cinema Parisien"*. Após iniciada a primeira obra, que foi a residência dos Governadores, Cassio Veiga, tratou também de dar início na segunda obra que seria o Grande Hotel. O mesmo é que nos descreve:

*Uma vez que a construção tomava seu ritmo, deixei-a bem organizada com o mestre Gunther, e tratei do início da obra do Grande Hotel. A segunda prioridade deveria ser a construção do Grande Hotel na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a rua Joaquim Murtinho (antiga Rua Formosa), onde encontrei um barracão de zinco legítimo, chamado em outros tempos folhas de flandres, o qual era importado. A cobertura e as paredes eram de zinco, e também na testada, à guisa do muro, uma fiada de zinco colocada na posição vertical. Iniciei por retirar cuidadosamente o zinco que servia de muro, valendo-me de operário local, pois ainda não tinham chegado os contratados do Rio de Janeiro. Transeuntes que passavam indagaram o que eu estava fazendo e cortesmente, expliquei que estava demolindo, pois naquele local seria construído o Grande Hotel:*

- Moço, isso é o "Amor à Arte".

- Que é "Amor à Arte"?

- É o nosso teatro, não pode ser demolido.

*Mas assim mesmo continuei meu trabalho e horas depois fui chamado por João Ponce.*

*Estávamos próximo do fim do ano e forçoso seria demolir o velho teatro, mas também João Ponce, atendendo uma pretensão daqueles que em outros tempos ali encenaram ou assistiram a peças teatrais, da antiga Cuiabá, aquieceu em retardar a demolição para que pudesse ser feita uma despedida do "Amor à Arte" no Reveillon de 1939.*

*Esclareci ao Dr. João Ponce que não havia grande inconveniente porque o projeto do Grande Hotel, a cargo do arquiteto Carlos Porto, eu ainda não o recebera, de modo que apenas estava preparando o terreno, o que na verdade não*

*atrasaria a obra.*

*Em vez de iniciar a demolição, iniciou-se a preparação do "Amor à Arte" para sua despedida, sendo ornamentado o salão e, porque não tinha pano de boca de palco, improvisei um de abertura manual que no dia funcionou muito bem.*

*Foram colocadas mesas deixando uma pista de dança improvisada, uma iluminação e, sob efeito das luzes o aspecto do teatro era bem diverso daquele aspecto que se poderia ter externamente. Na festa de despedida, as moças da sociedade apresentaram números de danças clássicas e declamação.*

*Finalmente marcou com bastante alegria a despedida do "Amor à Arte", que com tantas recordações encerrava com chave de ouro para aqueles que durante tantos anos cultivaram a arte teatral e de quando em vez ali se reuniam em comemoração e festas das quais tinham muito o que recordar.*

*No dia 2 de janeiro de 1939, iniciei a demolição do "Amor à Arte", tendo o cuidado de aproveitar todo o zinco que foi entregue ao Estado para outro destino, e a parte ocupada pelo palco e camarim, que era de taipa, serviu para aplainar o terreno".*

*É estranho que em nenhum momento o Dr. Cassio, referiu-se ao velho cinema que ali funcionou por muitos e muitos anos. Acreditamos que o mesmo tenha sido desmontado anos, bem antes, talvez, por descumprimento contratual, ou mesmo em virtude do Estado ter-se apropriado daquele patrimônio.*

*Com o Estado Novo, no período de Intervenção de Júlio Müller, inicia-se um novo momento na Administração Pública. Nesse período abriu-se uma grande Avenida partindo da Praça Alencastro, antigo largo do Palácio, paralela à Rua Cândido Mariano, tomando o lugar da antiga Rua Poconé que era na época, mais caminho que rua, cruzando a Barão de Melgaço, antiga rua do Campo, e a Comandante Costa, antiga Rua da Fé. "A nova avenida deu-se o nome de Getúlio Vargas".*

### **A Construção do Cine Teatro Cuiabá**

Segundo relatórios do Dr. Cássio Veiga, tudo nos levou a crer, que o cinema foi construído em etapas. Soubemos primeiro que o início foi em 1941, e de acordo com o seu próprio relatório que nos diz o seguinte: "Após a construção do hotel e conforme a programação dada por João Ponce, passariam para construção do Cine Teatro Cuiabá". De acordo com este relato o cinema estaria programado para ser a terceira obra a ser construída, o que não aconteceu. Primei-

ro, construiu-se a residência dos governadores, em segundo o Grande Hotel, e apenas se iniciaram as obras do cinema, e parando-se, transferindo-se a frente dos serviços para a construção da Ponte Júlio Müller, logo em seguida teve início as obras do Quartel do 16º BC, posteriormente a construção do Clube Feminino e o Abrigo Bom Jesus.

O cinema pelo jeito já estava sendo esquecido pela alta cúpula administrativa. Pois para eles, bastaria o Grande Hotel e o Clube Feminino para os entretenimentos e lazer do Cuiabano. Mas aconteceu que o Cuiabano já tinha sido “mordido” pela magia do cinema, e o pouco do conhecimento que obtiveram através do saudoso Cine Parisien, despertou-lhe a necessidade de ter de volta o seu cinema, e reclamavam com toda razão dizendo: que o Clube Feminino e o Grande Hotel, agradavam mais a elite, quanto ao povão, a única diversão estava sendo o Jardim Alencastro.

O jornal *O Estado de Mato Grosso* recém inaugurado, em 27 de agosto de 1939 pelo saudoso Archimedes Pereira Lima, naquele momento, reascendeu as esperanças, publicando mensagens relativas a construção do novo cinema. De princípio, fez uma reportagem completa, de como seria o novo cinema, depois, no jornal de 28 de julho de 1940, promoveu uma enquete, que a seguir a descrevemos:

### **O ESTADO DE MATO GROSSO**

*Ano I Cuiabá, 28 de junho de 1940 nº 261*

#### **QUE NOME DAR-SE-Á AO HOTEL E CINEMA DE CUIABÁ ?**

*A enquete lançada pelo “O Estado”, consultando aos seus leitores sobre o nome a ser dado ao magnífico Hotel e Cinema de Cuiabá teve a melhor acolhida por parte dos que nos lêem tendo sido inúmeros aos votos trazidos à nossa redação.*

*A votação será oportunamente apurada e o seu resultado comunicado ao Governo do Estado, afim de que este se entender conveniente, a aproveite.*

*Os votos enviados a redação do “O Estado”, até agora, lembram o Hotel, entre outros, os nomes de: Hotel Bandeirantes, Bandeirantes Hotel, Grande Hotel,*

*Pálace Hotel, Mato Grosso Hotel, Grande Hotel de Mato Grosso, etc. e para o cinema, Cine Teatro América, Cine Central, Cine Bandeirantes, Cine Tupi, Cinema Cuiabá, Cine São Luiz, Cine Coliseu, etc.*

*Um dos nossos leitores, ocultando-se sob o pseudônimo de Dr. Sayonara, enviou o seu voto justificando em versos, que pelo prazer de o publicarmos, ficou desde logo apurado.*

*É o seguinte o voto do Dr. Sayonara:*

### **VOTO JUSTIFICADO**

*Ao Sr. Amárilio Calháo (redator)*

*Seja seu berço ou pouso, o homem o incensa, exaltando-o entre cívicos assédios. Assim quero exaltar, e episódios, a terra que me dá guarida imensa.*

*Atendendo a um inquérito da imprensa, para dar nomes a dois lindos prédios, - um, Cinema e outro, Hotel - em termos médios.*

*Vou dizer o que o meu bestunto pensa.*

*Na minha opinião, se chamará o primeiro - da enquete do alvoroço, Simplesmente; "Cinema Cuiabá".*

*O segundo, por ser mesmo um colosso de bela arquitetura, deverá chamar-se "Grande Hotel de Mato Grosso".*

*Dr. Sayonara.*

O Cine Teatro Cuiabá foi construído na nova Avenida Vargas, ao lado do Grande Hotel de Mato Grosso, em um terreno medindo 29 metros de frente por 26 metros de fundo, terreno este quase que um quadrado perfeito. Uma curiosidade, o cinema foi construído no sentido contrário ao declive natural do terreno, seja a declividade do auditório foi-se enterrando, trazendo sérios problemas de infiltração no futuro. Supõe-se que o seu projeto veio pronto do Rio de Janeiro o qual deveria ser para uma outra área, mais plana. Segundo o Engenheiro Cassio Veiga de Sá, o seu construtor, o projeto foi elaborado pelo arquiteto Humberto Kaulino, no Rio de Janeiro. Considerando a tradição histórica e cultural dos cuiabanos ensejada na antiga sociedade "Amor à Arte", das constantes manifestações artísticas, onde eram encenadas peças teatrais, os saraus, etc., como também do ines-

quecível "Cinema PARISIEN", a administração Júlio Müller, recomendou a Construtora Coimbra Bueno, a execução de um projeto que englobasse cinema e teatro, o que foi feito, e diga-se de passagem, muito bem feito.

A construção do cinema veio impor uma certa transformação sócio-cultural na comunidade cuiabana. Embora sua fachada aparentar modéstia, o interior do prédio nada ficava a dever as melhores salas de diversão do País. Pela primeira vez em Cuiabá, se via vãos livres de cimento armado na cobertura. Eram as "sancas" ensanfonadas em frente a boca de cena, produzindo um visual fantástico, outro detalhe que muito impressionou, foi o imenso balcão superior com acomodação para 150 lugares, que somando com a parte de baixo completava 600 lugares. O arquiteto Kaulino, projetou também um segundo pavimento onde deveria funcionar um salão de chá, moda esta, muito utilizada no Rio de Janeiro. Após as sessões do cinema o cinespectador teria momentos agradáveis. Reafirmando, o edifício do Cine Teatro Cuiabá representou um marco para a história cultural e sócio-econômica do Estado, marco este, caracterizado pela edificação em que abraça um momento importante para a construção civil, sendo considerado uma ruptura entre o processo tradicionalmente empregado e o aportamento de um novo modo de construir, materializava o salto feito entre a construção em taipa, para a de concreto armado trazidos pelo engenheiro Cassio Veiga de Sá. O próprio Dr. Cassio é quem dizia: *Antes mesmo da entrega da obra, o Dr. João Ponce de Arruda promoveu a concorrência para o arrendamento do cinema, ficando a tela, projetores e cortinas por conta do arrendatário.*

Os únicos concorrentes foram os senhores Lázaro Papazian (Foto Cháu) e Francisco Laraya vencendo a concorrência, Laraya partiu para o Rio/ São Paulo para se enteirar de tudo que havia de melhor em termos de cinema. Laraya por ser um grande comerciante em Cuiabá, teve grande facilidade nas negociações para aquisição dos materiais cinematográficos. Continuando o Dr. Cassio esclarecia: *Antes mesmo do seu funcionamento como cinema, o maravilhoso Cine-Teatro, apresentou peças teatrais, como aqui descrevemos: CALA BOCA ETERVINA de autoria de Ademar Gonzaga.*

Dr. Gervásio Leite foi o diretor artístico, os figurantes foram

os inesquecíveis: Dr. Leônidas Pereira Mendes, Alberto Addor, Ana e João Pinheiro, Madalena, e Danglars Canavarros. Por três noites o cinema ficou lotado e constituiu um sucesso, o trabalho daquele grupo de amadores que tinha seu desempenho igualados aos dos profissionais de teatro. Ainda antes da chegada da aparelhagem do cinema, veio à Cuiabá, Helena Magalhães Castro, em companhia de sua prima Selma, para promover um recital de declamação. Novamente o Cine Teatro lotou totalmente. O Cine Teatro causou um grande impacto aos espectadores. O Cine Teatro com sua construção de aproximadamente 750 m<sup>2</sup> de área construída, custou aos cofres do Estado naquele momento Cr\$ 1.532.308,50, quase se igualando aos custos da grande obra da Ponte sobre o Rio Cuiabá, cujo custo ficou em torno de Cr\$ 1.844.250,50.

Nesse aspecto podemos avaliar a grande importância que teve as obras do cinema. Com base nas informações do Sr. Zeferino Corrêa de Oliveira (pessoa de grande amizade do Sr. Laraya) nos relatou que *no retorno do Laraya a Cuiabá, trouxe consigo todo o equipamento do novo cinema acompanhado dos respectivos técnicos para a montagem, inclusive trouxera consigo os novos contratos dos filmes a serem exibidos doravante no Cine Teatro Cuiabá.* Dizia ainda o Zeferino, que a Empresa Laraya e Cia Ltda., era a única representante em Cuiabá e região mato-grossense de vendas de veículos automotores: Dodge, Plymouth, Kaiser, Henri Júnior, Morris, os caminhões Réoz Chegou a vender as primeiras geladeiras domésticas em Cuiabá, assim como as famosas, motocicletas NSU, e as bicicletas Philips, além de ser o representante dos produtos eletrônicos da Philips, e da RCA Victor, que por sinal eram as marcas dos novos aparelhamentos cinematográficos recém adquiridos para o novo cinema.

Francisco Laraya, filho de Egídio Laraya, imigrante italiano, designara como gerente do cinema, o seu primo, o Sr. Garibaldino Pécora, o popular seu "Gari", ex-agente da primitiva empresa cuiabana de ônibus "Sacadura". Seu Gari era filho de João Pécora conhecido como Joanino Pécora, este foi um dos últimos concessionários do saudoso Cine Parisien, também eram descendente de imigrantes italianos.

### A Inauguração do Cinema

Finalmente, era chegado o grande dia, o jornal *O Estado de Mato Grosso*, anunciava a inauguração do novo cinema.

Este cinema tão esperado, assemelhavam-se a “gestação” de nascimento de um filho, durante todo o período de sua construção, a comunidade cuiabana fiscalizava e acompanhava atentamente as obras nos mínimos detalhes era o dia 23 de maio de 1942 seria exibido nesse grandioso dia um dos grandes filmes da Warner Bros, intitulava-se *A NOIVA VEIO COMO ENCOMENDA* estrelado por Bety Davis. Este filme o Sr. Francisco Laraya o trouxera consigo a “tira-colo”, quando da sua ida ao Rio de Janeiro.

Segundo notícias da época, a sessão inaugural foi magnífica contando com a apresentação do chefe maior do Estado, o eminente Dr. Júlio Strubing Müller, o idealizador e construtor da tão querida obra.

No comentário geral o povo dizia: *demorou mas valeu a pena.*

Por trás daquela beleza de espetáculo, estava aquela primeira equipe de funcionários, dedicados, que achamos na obrigação de identificá-los. O saudoso Sr. Ponciano Maciel da Cruz Filho (Pinto) foi o primeiro projetorista do cinema, nascido em Rosário Oeste em 9.12.1912, posteriormente formando-se os demais operadores que aqui citamos alguns representantes: Luiz Montanha, Marcides Olímpio de Almeida, Djalma Valadares, etc. Na portaria do cinema, com toda amabilidade lá estava o seu Raul Gonçalves, Pedro Troy, Sr. Romão, posteriormente Ursulino Ferreira da Silva, e muitos outros que mesmo anônimos, ficarão gravadas nas nossas lembranças por toda a vida.

### **Sistema Movietone**

Os projetores cinematográficos adquiridos por Francisco Laraya, eram providos do novo sistema sonoro da época, seria o som Óptico, denominado também como Sistema Movietone. A maravilhosa técnica cinematográfica foi produto de um complexo de inventos, que foi se aperfeiçoando através da Fotografia, da mecânica e da eletrônica.

Pode-se assim dizer, que o sistema movietone foi essa compro-

vação, reunindo o efeito da luz do movimento mecânico e da sua transformação em som, este sistema, era considerado o mais perfeito! Inventado por Eugênio Lauste, que consiste em registrar o som sobre o filme, ao lado da imagem na mesma velocidade que está o som é convertido em sombras e fixadas por processo fotográfico no próprio filme. Daí sua denominação de "Som Óptico". Este processo foi aperfeiçoado por Lee De Forest e patenteado por William Fox, a 25 de maio de 1927, a Fox apresentou no Sam Harrys Theater - The Seventh Heaven (O Sétimo Céu) de Frank Borzage, o primeiro filme com som óptico.

A Warner se aliou a Radio Corporation of América (R.C.A.) manejada pelo grupo Rockefeller e a First National Pictures, que controlava a maior cadeia exibidora do País. Fundou em Hollywood a Rádio Keith Orpheum (R.K.O.), unindo-se a Warner e a Stanley Company, formando-se um grupo muito poderoso e assumindo o controle da Fox.

Nos projetores cinematográficos, a reprodução do som óptico, é feita através de um fio de luz projetado, que atravessa a área sombreada do filme, excitando uma fotocélula transformando-se em som. O Sistema Movietone, também chamado óptico, é tão perfeito que até hoje utiliza-se este mesmo princípio no então "Som Laser", lógico, com alguma técnica a mais.

### **O Aparecimento do Cinemascope**

Já no final da década dos anos 50, aproximadamente 1958, aparece em Cuiabá a grande inovação do cinema, que era o processo cinemascope. O cine Teatro Cuiabá exibia com muito honra e orgulho, *O Manto Sagrado*, com Victor Mature. Seria o primeiro filme feito pelo novo processo. Em seguida Cuiabá desencadeou a exibir uma série de filmes em cinemascope, entre os quais citamos *Demetrius o Gladiador*, *SPARTACUS*, e até um que nunca me esqueci, *Ao Balanço das Horas*. Este filme era cinemascope e em preto e branco. Era um tremendo musical, onde aparecia pela primeira vez os *THE PLATTERS*, cantando, *THE GREAT PRETENDER* e *ONLY YOU*. O Egípcio - com Victor Mature, Trapézio - Gina Lollobrigida, e Burt Lancaster.

No processo cinemascope é registrado no filme de 35 mm, um campo maior de imagem. A mesma é comprimida por meio de uma lente anamórfica, e, na projeção, a mesma lente inversa, coloca as imagens na tela em proporção normais, projetando-as em grandes telas retangulares. A invenção foi do francês Henri Chrétien, que chamou sua lente de Hypergonar. Iniciava nos anos 60, a gestão do Sr. Natanel e Dr. Clovis Cardoso estava terminando o Cine Cuiabá, já tinha dois concorrentes que era o Cine São Luiz no Porto e o Cine Cidade Verde, na rua 13 de junho esquina com a Avenida Dom Bosco.

Vencia a nova concorrência o Sr. Francisco Calhão e seu sócio, o Sr. Gabriel Martiniano de Araújo, governava o Estado o Doutor João Ponce de Arruda. A nova administração do Cine Teatro de Cuiabá, promoveu uma reforma no prédio e logo voltando a funcionar, porém dispensara alguns dos antigos funcionários, e recrutando outros novos. Logo no ano de 1961, deixa o governo o Dr. João Ponce de Arruda, fato que, de certa forma veio a desfavorecer a nova concessionária do Cine Teatro Cuiabá, visto que o seu Partido era contrário ao novo governador que assumia, era o Dr. Fernando Correa da Costa. Nesse ínterim tramitava uma ação judicial contra a nova concessionária, movida pela antiga, que acabava de deixar a direção do cinema. (NATANAEL e CLÓVIS CARDOSO).

Mesmo assim, o cinema funcionou durante um período aproximadamente de dois anos, quando voltou novamente as mãos do Natanael, agora como Empresa Cinematográfica Cuiabana, onde eram proprietários: Natanael Nonato de Farias, Clóvis Cardoso, Cleto Campelo Meireles e Caliope Nunes de Barros.

Isto ocorrendo em 1963, o cinema se encontrava praticamente em bom estado de conservação. Esta nova empresa teve que equipar o cinema com novos projetores, pois os que ali estavam montados, pertenciam ao Senhor Calhão e logicamente seriam retirados.

Depois de um certo período fechado, reabriria novamente o Cine Teatro Cuiabá. Agora com a presença constante de um dos diretores da Empresa o Sr. Cleto Campelo Meireles, e estava chegando para assumir novamente a gerência do cinema o conhecido Benedito Amorim, e que além de gerente ficou sendo dono da nova Bomboniére do cinema. Nessa nova reabertura, Cine Teatro Cuiabá estreava com

o filme *A Morte Comanda o Cangaço* um espetacular filme do cinema brasileiro em Eastmancolor. Nessa época se adotou como prefixo do cinema. O tema do filme *Amores Clandestinos*. Entre os bons filmes dessa época, registramos *BEN-HUR*, com Charlton Heston. *O Circo dos Horrores*, é uma série de outros filmes da inesquecível Sarita Montiel, exibindo também *Cleopatra*, Liz Taylor, e Richard Burton, e muitos outros bons filmes.

### **Mato Grosso e os Cinemas em 1957**

Com base nas estatísticas de 1957, a população Mato-grossense era de 522.044 habitantes, e o Estado possuía 35 municípios (O Estado não era dividido ainda). As principais cidades do Estado era Cuiabá (Capital), Campo Grande, que na época possuía 3 cinemas 35 m/m: o Cine Rialto, Cine Alhambra e o Cine Teatro Santa Helena. Corumbá, possuía 2 cinemas de 35 m/m: Cine Santa Cruz e o Cine Tupi, para 1.100 espectadores. Seccionando a porção norte do Estado daquele momento, identificamos os pequenos cinemas que pertenciam a distribuidora do Senhor Bela Tabori em Cuiabá.

Cáceres - Cine Palácio com 355 poltronas.

Guiratinga - Cine Arpia com 200 poltronas.

N. S. Livramento - Cine da Paróquia com 100 poltronas.

Poconé - Cine Prado com 400 poltronas.

Poxoréu - Cine Para Todos com 200 poltronas.

Rondonópolis - Cine Meridional com 300 poltronas.

Várzea Grande - Cine Bela e o Cine Várzea Grande.

De acordo com os anuários estatísticos do IBGE, em 1933, o Estado de Mato Grosso tinha sete cinemas. Em 1937, já aumentava para oito cinemas, em 1944, já quase dobrava a quantidade, indo para 15 cinemas. Saltando no tempo, para o ano de 1967, Mato Grosso contava já com 44 cinemas. A partir dos anos 70, os nossos queridos "Nicklodeons" passou a dar lugar a famigeradas "telinhas". Chegando de vez tomando posse daquele público interiorano. E não faltava prefeito colocando televisão em plena praça pública da cidadezinha, fazendo com isso seu "Hobby" político.

### Cinema Arte

A sétima arte propriamente dita, ou seja as produções cinematográficas historicamente dentro do Estado de Mato Grosso, não obteve nenhuma realização efetiva com produções encenadas como ocorreu em outros centros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, etc. Baseando-se nas publicações de Alma do Brasil e Esboço Histórico do Cinema, nas pesquisas de Otávio Guizzo, as produções de filmes ocorrida dentro do Estado, não passou de documentários e cine-jornais, etc. Até os anos 50, o que existiu na verdade, foram alguns registros de documentários ou mesmo reportagens de cinegrafistas que aqui estiveram em visitas.

Pelo que podemos identificar; profissionalmente, os primeiros registros cinematográficos que aqui foram feitos, foram executados pelos cinegrafistas da comissão Rondon, talvez nos anos 20, tratava-se de documentários, filmados em bitola de 9,5 mm com 16 quadrinhos P/S, com cenas tomadas sobre aspectos panorâmicos da cidade de Cuiabá e das diversas expedições através do sertão mato-grossense, com grande ênfase de imagens dos indígenas. Amadoristicamente, podemos citar o caso do inesquecível fotógrafo Lázaro Papaziam (o Foto Chau) o qual como fotógrafo oficial do governo, registrou além da suas fotos oficiais, reportagens e documentos importantes para a época – chegadas de autoridades, como a exemplo, os presidentes: Getúlio Vargas, Eurico Dutra,, inaugurações de prédios oficiais, desfiles de 7 de Setembro, cerimônias e, até mesmo o flagrante de demolição da histórica Catedral do Bom Jesus de Cuiabá. Para isso utilizava-se da sua filmadora PAYLLARD 16 mm.

Ainda no começo da década de 60, em Campo Grande surge uma legítima, produção mato-grossense era uma verdade o primeiro filme elaborado dentro do Estado, Mato Grosso que não era dividido, tratava-se de o *PARALELOS TRÁGICOS* produzido e dirigido por ABOUD LAHDO, Cidadão Campo-grandense que com muita garra, produziu o primeiro filme Mato-grossense, embora com algumas tomadas de cenas na cidade de São Paulo. Os atores eram amadores e legitimamente mato-grossense. O tema do filme era drama amoroso, buscando a linha dos melodramáticos mexicanos, muito evidente da época. A produção foi rodado em preto e branco com

uma duração de aproximadamente uma hora e meia de projeção. *Paralelos Trágicos* após sua estréia oficial em Campo Grande e Corumbá, teve sua grande estréia em Cuiabá, no maravilhoso Cine Tropical ainda no começo da década de 60.

No início dos anos 70, foi rodado também um longa metragem uma produção em solo mato-grossense, isto é nas proximidades da cidade de Poconé, precisamente na zona pantaneira. Sob a direção de Reinaldo Paes de Barros, era o *PANTANAL DE SANGUE* cujos atores do filme, foram o campo-grandense David Cardoso e o cuiabano Rosalvo Caçador.

Segundo as palavras de Luiz Borges, pesquisador e diretor do Cine Clube Coxiponês:

*O cinema em Mato Grosso Historicamente tem sido considerado uma arte menor no contexto cultural de outras artes mais "consolidadas" no Estado como a música, artes plástica e o teatro. Só muito recentemente iniciou seu processo de reinserção no seio da cultura mato-grossense. Contribuem para este processo, por um lado, a animadora agitação cultural em circuito alternativo promovida por cinéfilos e pela Universidade Federal de Mato Grosso, através do Cine Clube Coxiponês, a Associação Mato-grossense de Áudio Visual, da Secretaria do Estado de Cultura com a Divisão de Áudio Visual. Por outro lado uma contribuição capital, tem sido o conhecimento da história do cinema no Estado através do trabalho de uns poucos pesquisadores e estudiosos que elegeram como tema de suas investigações.*

### *The End*

### NOTAS

Texto extraído da obra *Anos Dourados dos Cinemas* de Anibal Alencastro, editado pela Secretaria de Cultura, 1996. Cuiabá - MT.

**Bibliografia e Outras Fontes Consultadas:**

- \* *Anuário Mato-grossense* - Gráfica Olímpica, Editora Rio de Janeiro - 1957.
- \* Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.
- \* Arquivo Público do Município - Prefeitura Municipal de Cuiabá.
- \* Ayala, S. Cardoso - *Álbum Graphico o Estado de Mato Grosso*. Hamburgo - Alemanha 1914.
- \* *Barra do Garças no passado* - Valdon Varjão. Ed. Centro Graphico do Senado Federal.
- \* *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento* - Paulo Emilio de Salles. Gomes - Editora Paez e Terra - 1980 - RJ.
- \* CINEMA - MEC - Fename - Bloch/Wilson Cunha - 1980 - Rio de Janeiro.
- \* *Código de Postura da Intendência Municipal de Cuiabá* - 1903.
- \* *Cinema em Close-Up* - José Adalto Cardoso 1977 - São Paulo.
- \* *Coleção Cine Clube* - Sampa, Diretriz Editora Ltda - Cristiane de Paula Chaurais.
- \* *Cuiabá ao longo de 100 anos* - Maria de Arruda Müller e Dunga Rodrigues. Ed. Eletrônica Selma Carvalho - Cuiabá 1994.
- \* *Curso de Introdução à preservação de Acervo foto/cinematográfico*, monitorado pela Prof.ª Maria Fernanda Curado Coelho, da cinemateca Brasileira - Promovido pelo Cine Clube Coxiponés. 1993 - UFMT.
- \* *Dicionário Universal de Curiosidade* - da Costa e Silva - Ed. Comércio e importação de Livro Cil S/A - S.P.
- \* *Dicionário Lello* - Lello e Irmãos Editores 1963 - Porto, Portugal.
- \* *Datas Mato-grossenses* - Estevão de Mendonça - Ed. Rio Bonito, Goiânia - Goiás.
- \* *Egéria Cuiabana* - Benedito Pedro Dorileo - São Paulo. Ed. Vener Bicego . 1981.
- \* *Dicionário Universal de Citações* - Ed. Nova Fronteira - Paulo Ronai.
- \* *Enciclopédia da Mulher e da Família* - Ed. Delta S/A - Rio de Janeiro Volume XV.
- \* *Enciclopédia Barsa* - Vol. 4, Editores Enciclopédia Britânica, Rio de Janeiro/ S.P.

- \* *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Vol. XXXV - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rio de Janeiro - 1958.
- \* *Enciclopédia Conhecer 2000* - Ed. Nova Cultural - 1995.
- \* *Enciclopédia Mirador Internacional* - Pg. 2414 à 2484.
- \* FUNCETUR - Fundação de Cultura e Turismo do Estado de Mato Grosso.
- \* *Hoje, os melhores livros* - Livraria Francisco Alves - Editora S/A - 1978 - Crônicas de Leon Eliachar - RJ.
- \* *Jornal - O Estado De Mato Grosso* - Ed. 1939 -
- \* *Jornal - Diário De Cuiabá*. 1940 - 1942.
- \* *Jornal - A Crítica* - Ed. 1993.
- \* *Jornal - Tribuna Liberal* - 1964.
- \* *Memórias de Hollywood* - Julieta de Godoy Ladeira - Ed. Nobel 1988 - SP.
- \* *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá* - Rubens de Mendonça. Ed. Igrejinha - 1975.
- \* *A História do Comércio de Mato Grosso* - Rubens de Mendonça. Ed. Rio Bonito - Goiânia - GO.
- \* *O Theatro em Mato Grosso no século XVIII* - Carlos Francisco Moura - Edições UFMT - 1976.
- \* *O "Boateiro" e sua janela mágica* - João Alberto Novis Gomes Monteiro. Ed. Academia Mato-grossense de Letras - 1992.
- \* *Memórias de um Cuiabano Honorário* - Cássio Veiga de Sá - Ed. Resenha Tributária - 1980.
- \* *Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá* - 1907 . Ed. Avelino de Siqueira.
- \* *Relatório da Câmara Municipal de Cuiabá* - 1920 -1935. Tip. J. Pereira Leite.
- \* *Revista Mato Grosso* - Vol. VII 1910 - Ed. Missão Salesiana.
- \* *Televisão, a vida pelo vídeo* - Ciro Marcondes Filho - Ed. Moderna - 1933 - SP.
- \* *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* - 1987 - Tomo CXXVII - CXXVIII - Ano LIX.

## COMEÇA A NOVA ARQUITETURA MATO-GROSSENSE

Gabriel de Mattos

### Uma nova fase?

Em seu *Dossiê Interior*, de 1990, Hugo Segawa já detectava, estudando os casos da evolução arquitetônica em cinco cidades brasileiras (São José do Rio Preto, Londrina, Caxias do Sul, Vitória e Cuiabá): “[Nas cidades] onde não há escolas de arquitetura, discute-se mercado; onde há, discute-se também arquitetura.”

Quase tri-centenária, Cuiabá já tem duas escolas de arquitetura, e uma delas forma agora em 2000 a sua primeira turma. E é a primeira turma de arquitetos formada em Mato Grosso, o que por si só já deve motivar algumas reflexões.

Em meados de dezembro passado, os formandos apresentaram, como exigência legal para obtenção do diploma, seus Trabalhos Finais de Graduação. Esses projetos são a síntese do que foi estudado ao longo de cinco anos, numa formação que inclui desde a parte de cálculo estrutural e desenho artístico até teorias urbanísticas. Em sua grade curricular, a Arquitetura coloca em prática a interdisciplinaridade.

Esses trabalhos também servem para que o formando já comece a definir seus caminhos e a área de atuação que pretenda seguir, assim é que, olhando a lista dos trabalhos, pode-se distinguir uma gama muito ampla de setores atingidos pelos projetos, de pequenos detalhes técnicos, como desenho por computador, até propostas de leis urbanísticas, que vão afetar toda a vida de uma cidade.

### Áreas e Espaços de Atuação

Falo de uma nova fase da Arquitetura Mato-Grossense, porque hoje não se pode mais cair naquela armadilha de dizer que Mato Grosso, ou especificamente Cuiabá, *não tem arquitetura*; aquela esparrela que tanto dano causou (e causa) na região, simplesmente porque certos (pré) conceitos de Arquitetura não se enquadram no caso local.

Estudos desenvolvidos nas duas escolas de arquitetura do Estado já fizeram levantamentos sobre as arquiteturas e os estilos

locais, sejam os já detectáveis (neocolonial, ecletismo toscano, brutalismo, etc.) ou os que ainda buscam uma definição (caso das novas cidades da década de 1970, ou da arquitetura de condomínios fechados em cidades antigas, como Chapada dos Guimarães). E esta inclusive é uma área de atuação para os arquitetos locais, que se interessam por patrimônio histórico.

Costumo dizer aos meus alunos que eles devem estar muito atentos à prática profissional: se não surgir uma Arquitetura Mato-Grossense (Arquitetura do Cerrado, Arquitetura Pantaneira, etc.), e se não surgir uma nova forma de administrar as cidades do Estado, uma forma adaptada às peculiaridades da região, então podemos fechar as faculdades de arquitetura daqui. Um curso superior, neste início de século, só se justifica se for uma *usina de idéias*, uma fonte de propostas, um espaço que discuta e questione o já feito, e lance as bases do que ainda precisa ser feito. Nesse sentido é que é preciso olhar estas propostas dos novos arquitetos locais, analisar se há um conformismo ou uma ânsia de propor soluções.

Porque já estamos cansados de *problemólogos*, chegou a hora dos *solucionólogos*; para citar o cartunista Quino.

### **Um olhar sobre as cidades**

Os trabalhos apresentados, que devem fazer um circuito de exposições em vários locais, tratam da área de projetos de arquitetura e projetos de urbanismo. Todos eles buscam uma inserção dentro de um espaço urbano, com propostas que variam entre um rearranjo de condições urbanas, deterioradas ou mal preparadas para receber certas funções, e mesmo radicais intervenções, através de construções destinadas a funcionar como novos referenciais para a cidade.

Felizmente a primeira turma de formandos teve consciência de seu papel mais amplo no cenário estadual, e seis trabalhos foram propostos em cidades do interior. Começemos por eles.

Doriane Azevedo e Carla Andreia Dal Mas trabalharam respectivamente com Araputanga e Chapada dos Guimarães. Suas propostas visam primeiramente organizar a cidade no sentido de fluxos e caminhos (de pedestres e automóveis, felizmente com destaque para os primeiros) e propõem algumas construções voltadas para o aten-

dimento à população local e à recepção de turistas. Rafael Detoni Moraes desenvolveu toda uma proposta de Lei de Uso e Ocupação do Solo para Nova Mutum, cuja principal importância é evitar problemas no crescimento da cidade, prepará-la para um futuro desenvolvimento. Rafaela Zanirato trabalhou justamente numa área não planejada dentro do projeto inicial de Sinop, uma área carente que cresceu e ameaçava não se adaptar ao sistema de serviços urbanos daquela cidade. Os projetos para lazer e turismo também foram desenvolvidos para as peculiaridades locais, Thiago Rodrigues da Cruz propôs uma Pousada de Pesca e Lazer na região de Rosário Oeste, e Dorcas Florentino de Araújo desenvolveu um projeto para o Terminal Rodoviário de Várzea Grande, já exigido pelo fluxo de ônibus inter-municipais que chegam àquela cidade.

É preciso lembrar que a Constituição Federal obriga os municípios com mais de 20.000 habitantes a desenvolverem um Plano Diretor. No entanto este Plano está longe de ser uma série de normas e leis ou mesmo um plano de obras públicas; a meta principal é desenvolver um sistema de planejamento urbano constante, de acompanhamento da cidade, o que precisa ser feito pelas prefeituras. Na década passada, os arquitetos cuiabanos ocuparam os jornais justamente para exigir esse sistema de administração do crescimento urbano, evitando as ações de circunstância ou mesmo favorecimentos; o resultado foi o embrião de uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que toda cidade de médio porte precisa ter, para implantar o Plano Diretor e fazer os seus constantes ajustes. Esta é outra das áreas de atuação para os vários arquitetos que vão se formar na região (atenção, senhores prefeitos e candidatos a prefeito!).

Também apareceram projetos de alcance urbano para a capital. Mafalda Sofia de Gusmão Rocha Pedroso desenvolveu um trabalho de revitalização e restauração sobre a área tombada pelo Patrimônio Histórico no centro de Cuiabá, que inclusive será apresentado para o escritório local recém-implantado da Unesco. Outra proposta, esta mais radical, foi feita por Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga, com uma intervenção no Morro da Luz, visando criar novos referenciais urbanos, como um mirante e um teatro, entre outros. Gemima de Almeida e Souza e Letícia Rodrigues Mesquita trabalha-

ram na área de paisagismo, a primeira através de uma proposta de intervenção no Horto Florestal Tote Garcia e a segunda propondo um Parque Urbano às margens do Rio Cuiabá. Precisamos lembrar que uma pesquisa feita, pela revista *Vóte!*, com vários arquitetos locais detectou que uma das principais necessidades da capital é justamente esse tipo de área de lazer.

### **A Nova Construção e os detalhes**

Os projetos arquitetônicos também foram desenvolvidos, em suas várias complexidades. Partindo do centro da capital, Taíssa Modesto Azevedo propôs uma restauração externa e intervenção interna na histórica Casa Orlando, visando transformá-la num centro comercial e de lazer. Maurício Jefferson Bando propôs a reforma e restauração do Estádio Presidente Dutra, ampliando seu potencial de atendimento à população através de novas funções. Juliana Vilela desenvolveu, junto à comunidade do Jardim Presidente II, um projeto de Creche Comunitária, a ser implantada naquele bairro. E Kassio Rodrigo Catena projetou o Parque Aquático Blue Waters, visando trazer um pouco do lazer esportivo para a capital.

Na área de arquitetura educacional, Kátia Alves Barcelos desenvolveu o projeto de uma Escola Profissionalizante para Computação, de acordo com as mais modernas normas de ergonomia e conforto ambiental.

Na área de detalhes específicos e projetos especiais, Karla Krause desenvolveu o projeto e análise ergonômica de um apartamento modelo para deficientes físicos dos membros inferiores, de acordo com as mais modernas normas e leis de proteção aos portadores de necessidades especiais. Na área de computação gráfica aliada ao projeto, Wilson Manoel Gonçalves Salvador Neto fez um trabalho sobre *Arquitetura Virtual: uma melhor representação dos espaços*.

E trabalhando sobre a própria realidade da UFMT, dois trabalhos: Adriana Gomes Machado desenvolveu um projeto de climatização do Restaurante Universitário, e Eduardo Alexandre Cirillo de Carvalho propôs a Revitalização e Identidade Visual do Campus.

### Uma visão do futuro

Quem acompanhou a história recente das universidades federais deve ter uma idéia do que foi começar um novo curso nestes tempos conturbados interna e externamente. Internamente, com todas as dificuldades de se instalar uma série de novos espaços apropriados para um bom curso, e mesmo conseguir manter um corpo docente estável; a UFMT, como várias outras instituições federais de ensino, é tocada com um grande número de professores substitutos, apesar da abertura de vagas pela aposentadoria de titulares. Externamente, pelo fato de novas tecnologias e teorias virem afetando, dia a dia, o próprio perfil profissional de qualquer pessoa que queira enfrentar um curso superior; questões como globalização, fim do emprego e auto-gestão colocam o formando em posição de questionar se esses cinco anos de curso de fato preparam-no para enfrentar essa mutabilidade de situações, se ele de fato está ágil para acompanhar as futuras oscilações das condições profissionais.

Pessoalmente, acho que os cursos de Arquitetura estão em situação privilegiada para enfrentar essas questões. O simples fato de propor ao estudante uma visão tecnológica (na área de Cálculo e Sistemas Estruturais), artística (História da Arte e da Arquitetura, Desenho de Observação) e sociológica (Teoria da Arquitetura e do Urbanismo) já procura desenvolver uma multiplicidade de visões, nem sempre fácil, mas necessária para enfrentar este novo milênio e seus desafios.

Boa sorte aos formandos, e boas idéias para Mato Grosso através deles.

---

**Gabriel de Mattos** é arquiteto, professor universitário nos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Cuiabá (UFMT e UNIC) e Mestre em Educação.

*Lista dos Trabalhos Finais de Graduação*

Primeira Turma de Arquitetura – UFMT 2000

Autor	Título	Professor Orientador
Adriana Gomes Machado	Climatização do Restaurante Universitário da UFMT	Humberto da Silva Metello
Carla Andréia Dal Mas	Revitalização do Centro de Chapada dos Guimarães, MT	Anna Regina Feuerharmel
Dorcas Florentino de Araújo	Terminal Rodoviário de Passageiros para Várzea Grande, MT	Nicácio Lemes de Almeida
Doriane Azevedo	Estudos Urbanísticos para a cidade de Araputanga, MT	Shirley Hitomi Gushiken
Eduardo Alexandre Cirillo de Carvalho	Revitalização e identidade visual do Campus da UFMT	Nilson Caminha Azevedo
Frederico Cezar Giuberti Sucena Rasga	Revitalização do Morro da Luz (Cuiabá, MT)	José Affonso Bottura Portocarrero
Gemima de Almeida e Souza	Intervenções no Horto Florestal Tote Garcia (Cuiabá, MT)	Anna Regina Feuerharmel
Juliana Vilela	Creche Comunitária do Jardim Presidente II (Cuiabá, MT)	Humberto da Silva Metello
Karla Krause	Projeto e análise ergonômica de um apartamento modelo para deficientes físicos dos membros inferiores	José Roberto Andrade
Kassio Rodrigo Catena	Parque Aquático Blue Waters (Cuiabá, MT)	Claudio dos Santos Miranda
Kátia Alves Barcelos	Escola profissionalizante na área de Computação (Cuiabá, MT)	José Roberto Andrade
Letícia Rodrigues Mesquita	Parque Urbano às Margens do Rio Coxipó (Cuiabá, MT)	Shirley Hitomi Gushiken

Mafalda Sofia de Gusmão Rocha Pedroso	Restauração e Revitalização de parte tombada do Centro Histórico de Cuiabá, MT	Gabriel Francisco de Mattos
Maurício Jefferson Bando	Reforma e Restauração do Estádio Presidente Dutra (Cuiabá, MT)	José Roberto Andrade
Rafaella Zanirato	Sinop, MT: Propostas Urbanísticas para um bairro de periferia	Shirley Hitomi Gushiken
Rafael Detoni Moraes	Proposta de Lei de Uso e Ocupação do Solo de Nova Mutum, MT	Anna Regina Feuerharmel
Taíssa Modesto Azevedo	Restauração externa e intervenção interna na Casa Orlando (Cuiabá, MT)	Nilson Caminha Azevedo
Thiago Rodrigues da Cruz	Pousada de Pesca e Lazer em Rosário Oeste, MT	Nilson Caminha Azevedo
Wilson Manoel Gonçalves Salvador Neto	Arquitetura Virtual: Uma melhor representação dos espaços	Claudio dos Santos Miranda

## FOLCLORE DE MATO GROSSO

Benedito Pinheiro de Campos

### 1. Introdução

A cultura é a explicação intuitiva que o homem tem da vida. Tudo que o homem modifica (espontaneamente ou não) no ambiente é cultura. Todas as sociedades que têm linguagem escrita ou não possuem cultura. A cultura procedente do ensinamento direto, ministrada nas organizações intelectuais - escolas, academias, universidades, igrejas, imprensa, cinema - denomina-se cultura erudita. A cultura aprendida indiretamente na vivência da sociedade, na troca de experiências do homem com seu semelhante, desde o nascimento até a morte, chama-se cultura espontânea. A cultura espontânea decorrente da experiência peculiar de vida de qualquer coletividade integrada na sociedade é o objeto do folclore, ciência sócio-cultural que alguns antropólogos denominam de "cultura folclórica". Portanto, folclore é uma ciência que analisa o homem cultural, nas suas expressões de cultura espontânea, do sentir, pensar, agir e reagir, e também no contexto da sociedade em que vive, ou seja, como homem social.

Quando entrarmos em contato com o folclore de um determinado povo, deparamo-nos com as alegrias, tristezas, esperanças, insucessos e vitórias da passagem deste povo pelo mundo. *Por ser um retrato do homem, o folclore tem todas as expressões da humanidade. É um exposição de artes e técnicas populares repercute em nosso espírito como uma coisa antiquíssima e atual, efêmera e eterna, e confunde o que fomos, seríamos ou seremos, conforme o ponto de onde a contemplamos. Através de uma exposição de folclore de um povo percebemos como brincar as crianças, como brincar os homens, com que brincam, porque brincam. As invenções de alegria, os sonhos da infância, as façanhas da idade adulta, deixam aqui seus objetos e instrumentos e dão-nos a medida da nossa humanidade e da nossa grandeza...*

O folclore está presente desde o momento em que o homem começou a observar sua própria cultura. Segundo o folclorista e mestre Professor Rossini Tavares de Lima, o escritor paulista Mário de Andrade foi quem deu início ao estudo científico do folclore no Bra-

sil. Demonstrando sempre maior interesse pela música, começou publicando em 1928 seu *Ensaio Sobre a Música Brasileira*, no qual divulga numerosos temas de cantos folclóricos recolhidos por ele, com a principal finalidade de chamar a atenção de nossos compositores eruditos para o assunto.

E é nesse sentido que esta presente publicação se propõe a incrementar e a incentivar o estudo, a pesquisa, o registro e a valorização do folclore mato-grossense.

## 2. O Dia do Folclore

O arqueólogo inglês William John Thoms foi o criador da palavra folk-lore, primeiramente utilizada em 1846. Ela surgiu da junção de dois vocábulos do inglês antigo, *folk*, que significa povo, e *lore*, que traduz estudo, ciência, ou mais propriamente o que faz o povo. No Brasil foi aportuguesada para folclore.

A 17 de agosto de 1965, pelo Decreto n.º 56.747, foi criado o dia do Folclore no Brasil, nos seguintes termos:

*O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal e:*

*Considerando a importância crescente dos estudos e as pesquisas do folclore em seus aspectos antropológico, social e artístico, inclusive como fator legítimo, para o maior conhecimento e mais ampla divulgação da cultura popular brasileira;*

*Considerando que a data 22 de agosto, recordando o lançamento pela primeira vez em 1846 da palavra folk-lore, é consagrada a celebrar este evento;*

*Considerando que o Governo deseja assegurar a mais ampla proteção às manifestações da criação popular, não só estimulando a sua investigação e estudo, como ainda defendendo a sobrevivência dos seus folguedos e artes como elo valioso da continuidade tradicional brasileira, decreta:*

*Art. 1º - Será celebrado, anualmente, a 22 de agosto, em território nacional, o Dia do Folclore.*

*Art. 2º - A campanha de defesa do Folclore Brasileiro do Ministério da Educação e Cultura e a Comissão Nacional de Folclore, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e respectivas entidades estaduais, deverão comemorar o Dia do Folclore e associarem-se a promoções de iniciativa oficial ou privada, estimulando ainda nos estabelecimentos de curso primário, médio e supe-*

*rior, as celebrações que realcem a importância do Folclore na formação cultural do país.*

### **3. Fato Folclórico**

Considera-se fato folclórico toda maneira de sentir, pensar e agir, que constitui uma expressão da experiência peculiar de vida de qualquer coletividade humana, integrada numa sociedade civilizada. O fato folclórico caracteriza-se pela sua espontaneidade e pelo seu poder de motivação sobre os componentes da respectiva coletividade. A espontaneidade indica que o fato folclórico é um modo de sentir, pensar e agir que os membros da coletividade exprimem ou identificam como seu, sem que a isso sejam levados por influência direta de instituições estabelecidas. O fato folclórico, contudo, pode resultar tanto de invenção quanto de difusão. Muitos fatos folclóricos, são transmitidos através de publicações e anotações, como a literatura de cordel, receitas culinárias, o entrecho dramático de congadas e cavalhadas - folguedos populares - eliminando assim a transmissão oral como característica do fenômeno folclórico, que pode ter sua origem em um outro aspecto cultural, como o erudito ou de consumo. As poesias de Castro Alves, por exemplo, e outros poetas, foram utilizadas em modinhas em que as comunidades as adaptaram e usaram em numerosas variantes, transformando-as em fatos folclóricos. É comum se encontrar em todo o Brasil artefatos produzidos de borracha de pneus de automóveis, como vasos, sandálias, etc. Por apresentarem a marca de aceitação coletiva na espontaneidade de confecção e no seu campo de ação, pode se reconhecer aí um fato folclórico.

#### 4. Campo de Ação do Folclore

##### Quadro I Arte, artesanato e técnicas

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arte aplicada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pintura e Desenho.</li> <li>• Cerâmica Figurativa.</li> <li>• Figuras de madeira, cera, etc.</li> <li>• Rendas e Crochê.</li> <li>• Papel recortado para enfeite.</li> <li>• Instrumentos musicais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cerâmica utilitária</li> <li>• Funilaria popular</li> <li>• Traçados e tecidos de fibras vegetais e animais</li> <li>• Trabalho em couro, madeira, chifre, metal ou pedra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utensílios caseiros: moringas e potes de barro; cuias de cabaça e coco; panela de barro, ferro e pedra; peneiras e abanos; cestos de palha, cipó e taquara; colheres e conchas de pau; gamelas; baús e canastras, etc.</li> <li>• Acessórios de habitação: esteiras; redes de fio de algodão ou de cipó; tamboretas; mesas; bancos e cadeira com assento de palha de milho ou taboa traçada; camas de vara; fogão e fumeiro (material, confecção e colocação na casa), etc.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brinquedos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bruxas ou bonecas de pano, espigas de milho e bucha; papagaios ou pipas; petecas; piões; pernas-de-pau; cataventos; carrinhos confeccionados com carreteis, latinhas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Máquinas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monjolos, moedas, teares, engenhocas, etc.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Material: pau-a-pique, taipa, tábuas e tijolos (não industrializados).</li> <li>• Coberturas: tipo de construção.</li> <li>• Compartimentos: distribuição.</li> <li>• Iluminação: natural e artificial (lâmparas, filós, candeias, lâmpões, etc.</li> </ul>

**Quadro II**  
**Usos e Costumes**

• Ritos de passagem	• Nascimento, batizado, noivado, casamento e morte.
• Organizações sociais	• Mutirão (forma de auxílio mútuo).
• Indumentária	• Roupas diárias para o trabalho, domingueiras e festas. • Trajes de danças e folguedos populares.
• Comidas e bebidas	• Doces, salgados e bebidas alcóolicas ou não de uso comum, de festas, típicos da região ou de épocas do ano.
• Medicina popular	• Plantas usadas para fins medicinais; remédios e sua preparação; nomes, causas, prevenção e cura de doenças em homens e animais.
• Transporte	• Carros de boi, carroças e carros; montaria e tropa; canoas e seus pertences.
• Agricultura	• Técnicas de cultivo; produtos e derivados; roça, pomar e jardins
• Criação	• Localização e construção de currais, chiqueiros, galinheiros e gaiolas; produtos obtidos e sua utilização; marcação de gado.

**Quadro III**  
**Literatura**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poesia popular</li> <li>• Mitos, lendas e histórias</li> <li>• Causos e anedotas</li> <li>• Enigma popular e inscrições</li> <li>• Pasquins</li> <li>• Literatura de Cordel</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadrinhas, sextilhas, décimas, abecês, lengalenga ou conto acumulativo.</li> </ul>
---	--

**Quadro IV**  
**Linguagem**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mímica (linguagem gestos).</li> <li>• Apelidos.</li> <li>• Ditados e provérbios.</li> <li>• Adivinhas.</li> <li>• Formas de escolha para brincar.</li> <li>• Fórmulas de terminar estórias, de vender fiado, etc.</li> </ul>
---

**Quadro V**  
**Lúdica**

• Festas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cíclicas: carnaval, semana santa, festas juninas e natalinas, etc.</li> <li>• Religiosas: Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário, etc.</li> </ul>
• Danças	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coco, jongo, cateretê, samba-de-roda, carimbó, siriri, batuque, cururu, chorado, etc.</li> </ul>
• Foguedos Populares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Congeda, mararacatu, reisado, moçambique, folias, bumba-meu-boi, marujadas, etc.</li> </ul>
• Jogos e brinquedos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolinha de gude, pula-sela ou unha-na-mula, amarelinha, cabra-cega, pernas-de-pau, jogo das 5 pedras, esconde-esconde, roda, roda assentada, etc.</li> <li>• Futebol de meia linha, cabo de guerra, dono da rua, etc.</li> <li>• Touradas, vaquejadas, corridas de cavalo de raia reta, etc.</li> <li>• Capoeira e maculelê.</li> </ul>
• Teatro e representações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teatro de bonecos, etc.</li> </ul>

## Quadro VI

### Religiões, superstições e crendices

- Cultos e devoções populares (não orientadas por qualquer igreja ou organização religiosa).
- Elementos sobrenaturais.
- Adivinhação e sortes mágicas.
- Acidentes ocasionais benéficos ou maléficos.
- Concepções do mundo e da vida.
- Ex-votos (pagamento de promessas).

No seu livro, *Antropologia Cultural* o escritor Luiz Gonzaga de Melo afirmou: *O folclore ensinado na escola traduzido por intelectuais, livros ou outras formas artísticas, pode conservar se encanto, mas perde as características de fato folclórico.*

Esta divisão não é rígida, em função da amplitude do seu campo de ação, que é o da expressão cultural do homem.

#### 5. Linguagem e Literatura

O folclore brasileiro estruturou-se como expressão da nossa cultura espontânea nos fins do século XVIII e princípios do século XIX. Antes, era precisamente português-europeu, africano e índio, comprovam as produções de literatura erudita dos três primeiros séculos. Aí, porém, observamos referências a muitos fatos que se integram ao folclore do Brasil, como o conhecemos, além de obras que se ligam a esse mesmo folclore pelos problemas que levaram em torno da origem de fenômenos folclóricos nossos.

As obras de autores como Bento Teixeira Pinto, Gregório de Matos, Anchieta, etc., constituem importantes documentários do folclore seiscentista. Inúmeras superstições, crendices, costumes, ditados, mitos, brinquedos de crianças e adultos, hoje anotados pelos pesquisadores brasileiros, são mencionados nas produções destes poetas.

#### 6. Aculturação

O evolucionismo concebe a cultura quando e onde quer que se encontre o seu desenvolvimento progressivo através dos tempos e

a seqüência básica desse desenvolvimento entre todos os povos da terra.

O escritor Leslie A. White designa a evolução cultural em: *um processo temporal-formal, contínuo e geralmente acumulativo e progressivo, por meio do qual os fenômenos culturais sistematicamente organizados sofrem mudanças, uma forma ou estágio sucedendo o outro.* O folclore é essencialmente dinâmico, se encontra em constante transformação, através do encontro de folclores diferentes, que, em contatos contínuos originam mudanças e o aparecimento de novos elementos em cada um deles.

Este processo de troca pode abranger inúmeros traços culturais. A sociedade que sofre o processo de aculturação modifica sua cultura, ajudando ou conformando seus padrões culturais aos daquela que a domina. Entretanto, embora sofra grandes alterações, conserva sempre algo de sua própria identidade. Com o passar do tempo este intercâmbio entre folclores diferentes provoca uma fusão e o surgimento de fatos novos. A transformação do folclore, porém, não é somente em consequência da aculturação. Pelo processo de difusão, dentro da própria comunidade, através de descobertas, imitações, invenções, reinterpretações, empréstimos e adaptações, novos elementos são acrescentados ou retirados, modificando e dinamizando o fato.

### **7. Dinâmica do Folclore**

Aproveitamento do Folclore é a utilização do folclore com objetivos escolares ou artísticos. Tanto pode ser utilizado somente na base do tema ou todo o complexo folclórico, e ainda como inspiração, em que o aproveitador se identifica de tal maneira com o fato, que passa a expressá-lo à sua maneira. O aproveitamento é chamado, por vezes, de projeção, porque se projeta através de outro portador e não daquele em que exercita normalmente sua função. Pode surgir por interesses políticos dos governos que fomentam o intercâmbio cultural entre as regiões. Em determinadas demonstrações o fato sofre tantas modificações e é recheado com elementos da cultura popularesca restando somente o "estilo folclórico", o que seria uma maneira de ser imitativa do folclore. Reinterpretação folclórica é apresentação ou o aproveitamento de fatos folclóricos históricos que ad-

quieren novo significado cultural. Ex.: apresentação das danças do folclore histórico nos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas), as quais, em época passada, tiveram função lúdica, hoje, didática.

## **8. Lendas de Mato Grosso**

### **I. A Procissão das Almas**

- Moça abiúda num presta. Toda a pessoa novidadeira paga bem caro seu defeito.

- Ora mãe! Você amanhece e véve o dia nesse calundu só para aporrinhá a gente.

Era esse o bate boca de mãe e fia. Uma quereno corrigí, outra encalistrada prá sabê nuvidade. Esse o grande má das muié.

Uma noite a moça abiuteira acordou assustada com rumor de passos em frente a janela que dava para a rua. Um montão de gente vinha pelo meio da rua em procissão, trazendo uma vela acesa e rezando num gongunado que ninguém entendia. Bem atrás, uma esquisita mulher vestida de branco rumou até a janela e entregou para a moça curiosa a vela que tinha na mão. Deu um sorriso triste e desapareceu como um mistério. A curiosa sentiu uns arrepios, mas nem ligou porque viu o que queria ver. Foi dormir, depois de colocar o pedaço de vela debaixo de seu travesseiro. No dia seguinte, soltou um grito que foi fazer eco lá longe. É que, em lugar da vela, encontrou um osso (uma tibia) do esqueleto humano. - Pra pagá seus pecados de novidadeira, disse a mãe. O susto, entretanto, foi maior que as suas forças. Depois disso ela ensandeceu, penou, penou e foi engrossá a fila da procissão das almas.

### **II. Minhocão do Pari**

Este rio tem história!

Quando o vir manso e silencioso, não se iluda com ele.

A minha avó me contava e eu mesma vi coisas de arrepiar e de dar carreira no homem mais valente aqui da povoação. Quantas vezes não descíamos, em bando, às margens do Rio Cuiabá, com as trouxas de roupa na cabeça ou simplesmente uma bacia equilibrando-se na rodilha que amortecia o peso. Depois de um esvaziamento do rio, só vendo a algazarra quando o barraco escorregadio provoca-

va até quedas acompanhadas de risadas alegres e çaçoadas inofensivas. A dizer a verdade, não sei bem como saiu a conversa do minhocão. Acho que foi a Merenciana que descobriu uma loca desbeirada e começou a teimar com a Tininha, que aquilo era morada de sucuri.

- É casa do minhocão, disse esta. Eu conheço bem. Do lado da Conceição já vi igual e isso é sinal certo de que ele anda ou andou por aqui.

- Virgel!

Alguma se benzeram amedrontadas.

Enquanto outras começaram a mofar da pobre da Tininha que, por mais que pedisse às companheiras, “não zombar de coisas misteriosas”, pois provocaria a ira do bicho, não pôde abafar a vaia que a incredulidade de algumas desencadeara. Eu, que acredito piamente na voz do povo que é a voz de Deus, não disse palavra. Apenas curtia um medo, cá por dentro, de que o bicho no auge do seu ódio viesse levar uma daquelas moças, dançadoras de siriri, para a festa de sua barriga, engolindo-a viva.

Pois o Minhocão do Pari, assim chamado por ter o seu ninho nas praias daquela região, era uma espécie de serpente, longa e cabeçuda. Sua cor não se distinguia ao certo; deslizando em baixo do barro das barracas, vivia sempre coberto de terra, deixando, ao passar, o chão solapado e cheio de socavões em forma de sua descomunal cabeça. Quando o minhocão se zangava ou saía para catar alimentos, dava cambalhotas no rio. Devorava pescadores, virava canoas, mesmo embarcação pesada, que, se de pequeno calado, não agüentava com ele.

Foi uma dessas violentas rabanadas que alguém lhe divisou a cor preta e reluzente, retrocedendo-se no meio do rio.

Mas, voltando ao assunto, minha Nossa Senhora do Muquéim! Veja como eu me arrepio só de lembrar do caso.

A Merenciana, que até se afogara de rir, chegando mesmo a desafiar o bicho, para que nos desse, ali, sua prova de valentia, quase... Bem, vale dizer que, entre nós, quando se conversava sobre cobra ou minhocão, costumava-se designá-los por *esse bicho!* Pois a própria palavra atrai uns animais tão malévolos.

- Cuidado com essa boca Merenciana, você é um queixo duro!

- Não se faz mofa de nada que é crença do povo! Um dia você se arrepende.

Mas, mocidade é mocidade. Só pensa em se divertir e não vê perigo pela frente.

Nesse dia, a roupa que Merém levava era em dobro, pois sua mãe, lavadeira da Enfermaria do Quartel, estava com um estrepe no dedão que a impossibilitava de esfregar os lençóis de algodão grosso. Miséria do capitão que não havia meio de comprar morim alveado, tão barato naquele tempo.

Quem acabou logo, subiu para o povoado; eu, para ajudar a moça, fiquei com ela mais algum tempo.

Esqueci-me de dizer, que, no dia da lavagem de roupas, saímos de madrugada, levando panela, arroz e sal.

Os moleques que por ali apareciam ou iam conosco sempre jogavam o anzol; e o peixe fácil e abundante logo ia chiar na panela para o nosso almoço, de modo que voltávamos só tardinha.

Nesse dia a peixada foi de arromba, embora só desse "Sopra-fogo", mas estavam gordinhos, uma gostosura, com molho de pimenta chumbinho verde, arroz sem sal e pirão de farinha de mandioca.

Para que ninguém mexesse com a Merém, fiquei com ela até quase à noite, ajudando-a a torcer e a empilhar a roupa.

Nisto um eco de voz conhecida reboou ao longe.

- É o Zé Timote, disse lampeira a moça, reconhecendo a voz do namorado.

Apesar de lusco-fusco, pois ia anoitecendo rápido, reconhecemos o vulto do Zé Timote em pé, na popa da embarcação. Ele voltava de um frete que fizera até a Volta Grande.

Os olhos de Merém se iluminaram. Aquilo que era físico, o mais, conversa fiada. Bom pescador, bom violeiro, bom cantador de cururu! Zé Timote era bamba em tudo. Seus lisongeiros pensamentos foram quebrados por um ruído estranho e medonho. E não vinha da terra, vinha da água. Parece que a canoa guindou para um lado. Mas Zé Timote lá estava firme de pé. Esfregou o olho para ter certeza do que vira, mas novo e próximo ruído ecoou fortemente, ao mesmo tempo que uma lançada negra fez um oito no ar, afundando com

fragar e carregando para as profundezas do rio, canoeiro, remos, canoa e tudo, ainda salpicando água a muitos metros de distância.

- Foi o Minhocão. Não havia dúvida. Eu vi, com estes olhos que a terra há de comer. Por esta luz Santíssima como não mintol! Quando assustei, havia gente assim, perto de nós. Os conhecidos colheram a roupa e ajudaram a levá-la, porque eu não tinha nem pernas para ficar de pé. Foi assim que a Merenciana enlouqueceu e nunca mais sarou.

### III. O Curupira

Os regos e socavões, que circundavam a cidade de Cuiabá, davam asas à imaginação daqueles que a visitavam, refazendo na mente a cobiça do ouro e a sanha de sua procura. O que os antigos moradores do Outeiro de Nossa Senhora do Rosário afirmavam tinha a comprovar as enormes escavações do terreno, esquadrinhado, palmo a palmo, até e além do tanque do Arnesto, para os lados do Baú, que se diziam propriedade do Miguel Sutil, onde este aí explorava as suas célebres lavras, e, onde só lá foram extraídas quatrocentas arrobas de ouro. No afã de revolver mais e mais o chão, à procura de uma alavanca de ouro, carapinhas pastoras de suor e arfando de cansaço, os negros emprestavam toda a força e vitalidade de seu corpo, trabalhando sem cessar, debaixo dos açoites do feitor.

Açulado pela quentura da soalheira e do buraco abafado, já com razoável profundidade, um negro subiu à boca do poço. Uma velha índia quase desfalecida lhe pediu água. Ele, indiferente aos castigos que o esperavam, tomou-a delicadamente nos braços e levou-a a beber, no córrego que, ainda hoje, corta a região e se denomina a Prainha. Saciada e reconhecida à boa ação, lhe disse:

- Vai filho, de hoje em diante sua tarefa ser-lhe-a menos penosa. Mas, quando cantar a anhumá, e um pedaço de metal negro cair na cabeça, fuja, abandone o poço e lembre-se do bem que me fez agora.

O escravo havia se arriscado e, por isso, um castigo cruel o esperava. Não conseguiu escapar das vergastadas, porém ao voltar ao trabalho, sentiu-se, após cumpridas tarefas e penas, tão disposto, como se não houvera trabalhado e apanhado tanto.

Após o acontecimento, os dias se escoaram, recolhendo ele, mais ouro que todos os demais companheiros.

Depois de meses, ao meio dia, cantou a misteriosa anhuma. Lembrou-se das recomendações da velha índia e rápido procurou a beira do fosso, já bastante profundo. Ouviu então um estrondo descomunal, e a terra, que se desmoronava, cobria tudo de ouro, instrumentos e seres humanos, sepultando eternamente entre os escombros a célebre alavanca de ouro, que procurava encarniçadamente.

Muitos anos depois foi tentada nova escavação local, mas encontraram apenas ossadas humanas.

Junto a elas estava a moeda de cobre de dois vinténs que a **Curupira**, a velha índia, lá havia atirado.

*Nota* - Esta é uma versão da **Alavanca de Ouro**, anotada por D. Maria de Melo Rego.

#### IV. O Negrinho D'Água

As lutas políticas em Cuiabá sempre foram muito acirradas. Culminaram, porém, no ano de 1906, quando se deflagrou uma revolução civil, de conseqüências funestas, com a deposição e morte de um Presidente do Estado. A indústria açucareira se espalhava nas usinas, rio abaixo. E, conforme os ideais políticos de seus proprietários, de vizinhos pacíficos se tornavam inimigos ferrenhos, encastelados nos seus poderosos feudos. Na expectativa de serem atacadas mutuamente, viviam em pé de guerra, estado de alerta permanente. Contingente de trabalhadores braçais eram treinados para fins belicosos. Sentinelas eram postados em lugares estratégicos, para prevenir os ataques.

Certa vez, de noite, como é natural, um caboclo mantinha vigilância à beira d'água junto ao porto de atracação. Distraído, não percebeu um estremecimento n'água e súbito postou-se diante dele um menino pretinho reluzente e muito feio, que lhe disse:

- Me dê o seu chapéu.

O rapaz replicou:

- Não dou, ora essa, é para agasalhar-me do sereno. Quem é você?

O negrinho tomou-lhe o chapéu, num gesto de destreza in-

crível e lhe deu uma taponada, fazendo-o cair quase sem sentidos. Depois, com grande ruído, foi sumindo dentro do rio.

Era o negrinho d'água, menino arteiro, fazedor de daninhezas, como era conhecido na região das antigas usinas e que habitava as profundezas dos rios.

*Nota - Lendas do Rio Abaixo - coletadas por Ulisses Cuiabano.*

### **V. A Alavanca de Ouro**

*(Versão popular. Cantada em verso pelo Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa).*

No começo tudo era ouro.

Dizem os nossos avós que as panelas onde se cozinhava o feijão e o arroz eram feitas de ouro, preparadas de tal forma que resistiam ao fogo lento ou forte. Os espetos, onde se colocava a carne no braseiro, também eram de ouro reluzente, lançando chispas, quando as brasas levantavam chamas, chegando a doer na vista, de tão brilhantes. Era uma fortuna tamanha desse precioso metal que até ninguém ligava muito importância a ele. Não ligava, é conversa fiada. O homem, quando mais tem, mais quer. Deu-se a escavar e a remexer a terra por todos os cantos. Por isso que até hoje as ruas de nossa cidade são irregulares e tortas. Onde houvesse uma boa porção de ouro, ele fincava estacas para construir seu rancho; vinham outros com a mesma ambição e se punham a catar os granetes nesse mesmo lugar e logo formavam uma ruela, um aglomerado de pessoas.

Foi quando alguém topou, no sopé do outeiro do Rosário, com um objeto danado de reluzente, como se fora cravado no fundo da lapa, juntamente onde se abria um fundo covão. Era um escravo o dono daquele achado e por lei de servidão tinha de comunicar primeiro ao patrão a sua descoberta.

A boca da noite já havia engolido quase toda a vila com as trevas muito densas uma outra luz dos candeeiros que vinham das casas pareciam pequeninos pirilampos, nem chegavam para dar visão. Seria melhor aguardar a aurora para levar a nova ao amo. Mas, ... quem disse que é só mulher que não guarda segredo? O homem é a mesmíssima coisa.

O negro da mina não podia dormir, rolando-se ao lado da companheiro, cativa como ele.

Que é que o negro tem? Se é espírito, vô fazê chá de urtiga brava prá nego bebê.

- Num é nada, não!

E o negro foi desabafando, diante da figura aparvalhada da mulher, o que vira com os próprios olhos, coisa tão linda assim! Dito isto, como se transmitisse a preocupação que lhe causava a descoberta. Dormiu profundamente, enquanto sua mulher, mal o vira ressonar, correu a contar o que soubera, indo às tantas acordar outras companheiras de servidão.

Pela manhã todos já sabiam da novidade e corriam as mais disparatadas versões. Seria a *mãe de ouro*, ou *mãe da terra*, uma bola reluzente que de vez em quando saía urrando do meio do chão e, voando como um foguete, ia-se encrustar noutra lugar do chão, abrindo aí um buraco imenso e sumindo-se nas profundezas da terra? Diziam que essa mudança de *mãe da terra* sempre anunciava um acontecimento qualquer.

E na maioria das vezes tratava-se de desgraça... *Mãe da terra* ou não, a coisa estava lá, luzidia e da cor do sol, maravilhando os que dela se aproximavam.

Só que em vez de formato de bola, tinha o feitio esguio de um alavanca. Seria uma alavanca de ouro, grudada à rocha com tal firmeza que multidão de escravos empenhados a cavar em derredor para retirá-la nada conseguiram. Pois, enquanto paravam para comer ou para dormir, como por encanto, ela se aprofundava novamente, deixando apenas perceber alguns centímetros fora da cavidade.

Um grotão imenso já se formara sem que a alavanca se dispusesse a aparecer sequer uma polegada a mais. Os feitores, de chibata em punho não davam não davam trégua aos escravos que não podiam parar nem para limpar o suor que gotejava de suas gafurinhas. Foi quando um velho andrajoso se aproximou de um dos cavadores e lhe pediu água. Temeroso dos golpes da chibata, o escravo mandou-lhe adiante. Mas outro escravo de coração bondoso, menosprezando as chibatadas, correu à Prainha, límpido córrego que passava nas proximidades e, com o seu copo de couro, encheu-o, dando de beber ao

velho sequioso.

- Eu o abenço em nome de Deus Pai. Escute bem, meu filho, quando a terra gemer três vezes, você trate de subir fora deste buracão e corra para longe. Depois você verá. Ditó e feito. Passados alguns dias, já havia solapado a gruta a mais não poder, no delírio de desenterrar a alavanca; e esta, sempre fugia, se aprofundava cada vez mais na terra, acenando o ouro reluzente e nunca visto de que era feita a centenas de ambiciosos que lá meteram os seus servos, família e todos aqueles que tivessem mãos para cavar.

Foi quando a terra tremeu e urrou pela primeira vez, apavorando os que a ouviram.

Um segundo tremor e um ruído estranho, como a voz da terra quando se abre em chagas de fendas profundas, se fez ouvir, seguido rapidamente de outro abalo e outro gemido mais profundo que anunciava o desmoronamento completo das paredes da cavidade, aprofundada muitos metros terra a dentro.

Uma densa nuvem de poeira cobriu pessoas, ferramentas dos trabalhadores, feitores com o seu chicote de couro cru e ainda curiosos que se aproximaram da cavidade.

Esta virou um monte de terra que se esboroou, tragando os que nela mourejavam. Não escapou ninguém pra contar. Minto. Só escapou o pobre mas bondoso escravo que dera de beber ao pobre andrajoso, mitigando-lhe a sede.

Este, outro não era, senão o próprio Nosso Senhor Jesus Cristo, que viera à terra para experimentar o coração humano, descobrindo assim onde havia maldade e ambição e onde alojava a doçura e a bondade.

## **09. Danças Populares de Mato Grosso**

### **I. Chorado**

Em Vila Bela da Santíssima Trindade, as chamadas "festanças" ocorrem no mês de julho, tendo início com a festa do Divino Espírito Santo, prosseguido com a Festa de São Benedito e finalizando com a Festa das Três Pessoas Santíssima Trindade, padroeira do município.

Quanto às danças, nesse período, destacam-se a Dança do Congo e o Chorado, sendo a primeira executada apenas por homens

e a segunda, por mulheres.

O Chorado é uma dança de origem africana, dos escravos do quilombo, principalmente, que os negros escravos daquela época vieram aqui ao serviço duro, ao sofrimento. Chorado tem esse nome por ser uma dança de expressão do corpo, do sofrimento. Em vez de chorar dançava. Uma expressão de alegria porque você vê: o escravo é sofrido, mas em vez dele chorar, ele dançava - aí vem o nome de Chorado. Em Vila Bela, todos sabem - até criança canta - porque a gente tem dentro da gente esses cantos, essas tradições... Vila Bela é uma teatro natural, na rua, não é uma coisa assim que quer mostrar, mas sim se sente um dever até, um prazer, sente uma satisfação.

O chorado é dançado e cantado ao ritmo que algumas mulheres executam na percussão. *O instrumento era justamente isso: uma panela; um pedaço de caixaão; um pedaço de tábua; uma mesinha lá meio cá, meio lá; bota suas pernas meio mole; os bancos... quer dizer, tudo servia. O que tinha era instrumento.*

## II. Dança do Congo

A manifestação da Dança do Congo, em Mato Grosso, é devocional a São Benedito, fazendo parte da vida sócio cultural de duas cidades: Vila Bela da Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Livramento.

Em Vila Bela, a primeira capital de Mato Grosso, fundada em 1752 por Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, nomeado pela Coroa Portuguesa, representa a resistência dos negros que ali ficaram quando o Governo do Estado de Mato Grosso transferiu-se para Cuiabá em 1835.

Compreende a dramatização de uma luta simbólica travada entre dois reinos africanos, a partir da negação por parte do Rei do Congo, em relação ao pedido do Embaixador, que queria casar com a filha do Rei - em outra versão, o Embaixador é o mensageiro do Rei de Bamba, que manda pedir a mão da Princesa em casamento. Rejeitado o pedido, o Embaixador declara guerra ao Rei do Congo.

Toda a movimentação da Dança do Congo é um desdobramento da Marcha de Soldado - o pulso vertical dos corpos, os movimentos dos braços com as espadas e o ritmo dos pés, seja dançado ou caminhado, remetem sempre à marcha

*A flor no chapéu que eles costumam usar, tá enfeitando o reinado de São Benedito, tá enfeitando o oratório dele. Os soldados, como não podem ficar lá junto com os ramalbetes (que são as promesseiras, representando também o oratório de santo), eles têm que arranjar um lugar no capacete. Aquelas fitas todas, representam como se fosse um oratório. Então, como ele não pode estar lá dentro, tá com ele na cabeça.*

Dançam pela cidade, cantando e marchando ao som do ganzá, chocalho, bumbo e cavaquinho, instrumentos tocados por músicos-soldados. Uma das funções dos dançantes é proteger os festeiros - Rei, Rainha, Juiz e Juíza, que carregam objetos sagrados - e ainda as "promesseiras", que acompanham o cortejo levando flores em homenagem a São Benedito.

Em Nossa Senhora do Livramento, município situado a 42 Km da capital, criado em 1883 - antes pertencia territorialmente à Cuiabá - a Dança do Congo ocorre no mês de maio. A dança é conduzida por um mestre, que convoca os dançantes para dançar.

As festas de São Benedito de outrora era bonita, todos vestidos, todos enfeitados. Tudo, devoto de São Benedito; dançava em agradecimento à colheita de arroz, feijão, milho, mandioca, banana... E, na festa, quem ajudava com arroz, ajudava; que ajudava com farinha de milho, ajudava; quem ajudava com mandioca, ajudava; outro, trazia, moía a cana, fazia o doce... todo mundo ajudava!

As músicas da Dança do Congo de Livramento são executadas com instrumentos de percussão: marimba, tamborete e ganzá, que marcam a seqüência dos movimentos, variando o ritmo de acordo com a intensidade do desenvolvimento da dramatização.

### **III. Cururu**

O Cururu é uma manifestação que compreende música e dança, executada apenas por homens, salvo raríssimas exceções.

Alguns tocam a viola de cocho, típico instrumento mato-grossense enquanto outros tocam o ganzá, chamado também de reco-reco; o adufo instrumento praticamente em desuso é um tipo de pandeiro que acompanha a viola e o ganzá nas toadas.

Alguns cururueiros são os próprios artesãos dos instrumentos - possuem a sabedoria acerca das melhores madeiras para viola (dentre as quais: sarã, mangueira, figueira), o período em que devem ser cortadas as ferramentas a serem utilizadas (machado, facão, enxó, plaina, faca, marreta e lixa), colas adequadas (de poca de peixe, de batata, de sumbaré) e cordas que propiciam o melhor som (tripa de macaco, bugio ou ouriço). Atualmente, nem sempre é possível seguirem todos esses critérios, mas continuam confeccionando suas violas o melhor que podem. Nem todo o cururueiro é artesão da viola de cocho, mas todo artesão da viola de cocho é exímio cururueiro. O ganzá ou reco-reco é mais simples, tanto para ser confeccionado (em taquara, geralmente) quanto para ser tocado, percutido com osso bovino. À afinação da viola dizem "temperar". Quanto ao adufo encontramos uma única pessoa utilizando-o sempre que participa de uma função de cururu.

A dança, chamam sapateio: quando um cururueiro avança ao centro da roda e coloca-se à frente de outro, sapateando, é como um desafio ou um convite - aceito, eles avançam e recuam, provocando um ao outro com ataques e esquivas, em tom de brincadeira, sempre com o instrumento à mão, demonstrando destreza, agilidade e astúcia. A expressão "brincar" é utilizada referindo-se à ludicidade da manifestação.

A dança, à noite, era o cururu: e o siriri lá fora, até o amanhecer... era a tradição. O Cururu é só homem, o siriri é composto: pode entrar homem, mulher, criança...

É uma das manifestações culturais de Mato Grosso mais divulgadas, estando, ainda, inserida em outras, como o Siriri, a Dança do São Gonçalo e o Boi à Serra, nas quais a participação dos cururueiros é imprescindível. Evidenciam-se nos seguintes municípios: Cuiabá, Rosário Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Cáceres, Barra do Bugres, Barão de Melgaço, Diamantino, Nobres, Acorizal e Chapada dos Guimarães, podendo ocorrer, ainda, em outras localidades - com exceção do Boi-à-Serra, que encontramos, só em Santo Antônio de Leverger.

#### **IV. Siriri / Rasqueado**

O Siriri é dançado e cantado por homens e mulheres, tendo ainda bastante apreciado por crianças, que gostam de aprender a dança e as músicas do siriri.

Os dançadores, ora em roda, ora em fileiras, dançam batendo palmas e cantando, ao ritmo da viola de cocho e do ganzá - tocados pelos cururueiros - e do mocho ou tambori - percutido por mulheres, muitas vezes.

Festas Populares de diversos municípios costumam reservar sempre um momento a essa dança, assim como ao Cururu.

Muitas vezes, a partir do Siriri, inicia-se o Rasqueado, com os mesmos instrumentos (Viola de cocho, ganzá e mocho), para que, aos pares, todos participem, dançando em quintais ou terreiros de casas, em praças ou salões de festas.

Quanto a dança do Rasqueado, geralmente os movimentos costumam ser pulsante como a música; alguns, movimentam-se pulsando mais com os ombros, outros pontuam com os joelhos ou quadris, contando a originalidade de cada um.

Destacamos um trecho bastante divulgado, cantado por crianças, jovens e adultos:

*Vem cá morena / Sai na janela*

*Vem ver a Lua / Como está tão bela!*

#### **V. Dança do São Gonçalo**

Na festa de São Gonçalo, é obrigatório o levantamento do mastro (com uma bandeira ilustrando o santo), muito Cururu e Siriri. O ponto alto da festa é o momento em que são organizadas duas filas em frente ao altar - uma de homens e outra, paralela, de mulheres - e os devotos prestam suas homenagens ao santo, cantando e dançando a Dança de São Gonçalo. Num dado momento, quando estão dançando em roda, uma das mulheres dançam ao centro, segurando a imagem do santo sobre a cabeça.

## **VI. Boi-à-Serra**

Inserido no carnaval mato-grossense, encontrado em plena atividade em Santo Antônio de Leverger, o Boi-à-Serra faz a alegria da população: os componentes dos grupos - músicos, personagem e dançadores de Siriri - saem às ruas cantando, dançando e brincando, muitas pessoas os acompanham, integrando-se à manifestação.

“O grupo já sai e vai chamando; ali na esquina já tem um pelotinho esperando, mais na frente tem outro quando assusta, “tá um filão” atrás da gente. A gente vai só com a violinha e o ganzazinho, tocando e chamando: “Boizinho!” E, aí, ainda vai longe...”

O boi, principal personagem, é feito da seguinte maneira : primeiro, monta-se uma estrutura de madeira leve e flexível conhecida como “ melado de pomba”, depois cobre-se esta estrutura com um cobertor tipo “seca poço”, formando o corpo do boi; a cabeça é a própria “caveira” do animal que, seca, é pintada com uma tinta escura, recebendo ainda botões ou espelhos, um de cada lado representando os olhos do boi; os chifres são enfeitados com fita colorida e as orelhas são feitas de papelão.

O boi é uma manifestação encontrada em diversos Estados brasileiros com diferentes características e diferentes nomenclaturas: Bumba-Meu-Boi, Boi Bumbá, Boi de Mamão etc.

Provavelmente, devido a influencia desta outra brincadeira atualmente os grupos de Boi-à-Serra, costumam cobrir a sua estrutura de madeira com tecido estampado e colorido, tipo chitão, no lugar do “seca-poço”.

## **VII. Dança dos Mascarados**

Encontramos a dança dos mascarados em Poconé, município que faz do ecossistema pantaneiro de Mato Grosso.

A ocorrência da Dança dos Mascarados: é “Sempre na festa do Divino e do São Benedito - dança no penúltimo dia, que o último já é a procissão. É geralmente no sábado, na “iluminação”.

Os componentes da dança são todos homens, sendo de 08 a

14 pares - em um cordão, estão vestidos como mulheres (damas) e no outro, como homens (galãs) - utilizam máscaras e roupas de chitão estampado, destacando-se também os chapéus, que levam espelhos e plumas. Além dos pares de dançarinos, há as figuras dos balizas - é o baliza que vai na frente - quando começa a Dança, quando termina. Aí, eles são o guia do bando, como eles dizem. Vão os três juntos : o do meio segura o mastro; outro, a bandeira de São Benedito. A função deles é organizar.

A Dança compreende 12 pares, assim denominadas: Entradas ou cavalinhos; Primeira; Segunda: Carango: Lundu: Vilão; Retirada. Atualmente, não dançam todos os pares em suas apresentações, pois a Dança completa leva cerca de duas horas.

A Dança é regida pelo primeiro da fila, o "marcante", que usa um apito com o qual avisa à Banda aos dançantes qual dança será realizada, a cada momento.

### **VIII. Cavalhada**

A Cavalhada, uma manifestação encontrada em Poconé, está inserida na festa de São Benedito que ocorre após a festa do Divino Espírito Santo. Foi resgatada há cerca de sete anos, após vinte e dois anos paralisada. Outros municípios como Cáceres e Porto Esperidião, estão procurando retomar a tradição.

Consiste de uma batalha simulada em que figuram cavalheiros mouros e cristãos - disputando a posse de uma princesa. Formam 12 pares, sendo 01 Mantenedor, 01 Embaixador e 10 soldados, tendo como armas: pistola, lanças e espadas com os quais batalham entre si. Os cavalheiros vestem-se de cetim nas cores encarnados (mouros) e azul (cristão), ostentando chapéus com plumas, capas de cetim e ricos ornamentos; os cavalos também são enfeitados com fita e flores de papel. Os movimentos dos cavalheiros - combates e ataques simulados - são executados em montaria.

Há ainda os cavaleiros mascarados que ficam na periferia, com a função de proteger a assistência, os pajens, os cavaleiros. Durante o intervalo eles atuam brincando, imitando a batalha.

Realizam diversos torneios, jogos e corridas, ao ritmo de uma marcha que é executada por dois antigos participantes da manifestação, cada qual com uma caixa percussiva reproduzindo o som das patas dos cavalos em movimento. Os pontos marcados pelas equipes são comemorados com rasqueado, marchinhas de carnaval etc., executadas por uma banda composta por diversos instrumentos musicais, acompanhadas dos "vivas" da atenta assistência dividida em mouros e cristãos.

Ao final, independente dos pontos obtidos, os cristãos são os vencedores e a bandeira de São Benedito - padroeiro da festa é empunhada por ambos mantenedores - mouros e cristãos - que percorrem o campo de batalhas exibindo-a à assistência.

Restabelecida a paz, é tocado o Hino do Divino Espírito Santo.

### ***IX. Folia de Santo***

Festeiros e foliões levam de casa em casa, a bandeira e os demais símbolos referentes ao santo.

Cada folia possui seus instrumentos característicos que dão o ritmo e a melodia das músicas que entoam para anunciar a chegada da bandeira e dos foliões para pedir as esmolas, agradecer e despedir, pedindo licença para se retirar. Na casa onde será o pouso da bandeira e dos instrumentos, pedem autorização e, no dia seguinte, ali recomeçam agradecendo o belo pouso. As esmolas arrecadadas são repassadas aos festeiros, para ajudar nas despesas com a festa. As folias ou bandeiras mais conhecidas são: do Divino Espírito Santo e de Santos Reis.

### ***X. Catira***

Música, canto e dança, a catira é executada quase sempre, apenas por homens.

No município de Ribeirãozinho, a 465 Km de Cuiabá na região do Vale do Araguaia - portanto divisa entre Mato Grosso e Goiás - a

catira é parte integrante da folia de santos reis - quando o dono da casa onde estão pedindo a esmola para a Festa de Santos Reis solicita, os foliões tocam, cantam e dançam a cartira - porém, a manifestação pode ser destacada da folia para ser cantada e dançada em outros períodos do ano.

As cantorias são um tipo de moda de viola, sendo entoadas, geralmente por dois violeiros. A temática enfocada pode ser relacionada ao dia a dia, trabalho, amores, saudades, lugares etc. A dança compõe-se de palmateios e sapateios ritmados que os catireiros percutem, com vigor e sincronicidade, dispostos em duas fileiras - uma em frente à outra, formando pares.

### *XI. Lundum*

O lundum ou lundu, de origem provavelmente baiana, é uma dança de homens e mulheres. Em Mato Grosso, encontramos a manifestação inserida na Folia de Reis, em Araguaiana, município situado a 60 Km de Barra do Garças, às margens do Rio Araguaia.

Quando o dono da casa onde estão pedindo esmola para Santos Reis doa uma garrafa de bebida ao grupo, eles dançam o lundum. A garrafa é colocada no centro da roda dos foliões; alguns entram na roda, dançando ao redor da garrafa, até que um dos membros do grupo pega-a com a boca.

Na roda todos cantam e batem palmas. Os músicos dão o andamento da brincadeira. As letras são curtas, repetindo-se muitas vezes, acelerando ao final, deixando os dançadores exaustos. Os instrumentos usados são: viola, pandeiro e bumbo.

### *Conclusão*

Este trabalho é apenas um resumo das obras de pesquisadores que ressaltam com muita propriedade o folclore mato-grossense focalizando: as danças populares de Mato Grosso, as estórias vivenciadas pelas lendas cuiabanas.

É um trabalho que visa a informar não só cuiabanos, mato-

grossenses que aqui nasceram, mas principalmente aqueles que vieram para Mato Grosso e fizeram daqui o seu torrão natal.

Este trabalho com informações técnicas, objetiva tornar mais produtivo e inteligível o rico e diversificado Patrimônio Cultural do nosso Estado.

Professor Benedito Pinheiro de Campos  
do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

### Bibliografia

#### *Lendas de Mato Grosso*

Prof. Dunga Rodrigues

#### *Danças Populares*

Proj. "Interiorização a Informação Cultural"

Rosana Baptistella

#### *Folclore*

Proj. "Interiorização a Informação Cultural"

Bernadete Durães Araújo

## HISTÓRIA EM QUADRINHOS EM MATO GROSSO(1)

Gabriel Francisco de Mattos(2)

**Resumo:** No artigo são levantadas e estudadas as principais manifestações relativas às Histórias em Quadrinhos desenvolvidas no estado de Mato Grosso, desde seus primeiros projetos até a situação atual. Procura-se determinar as principais características da criação estadual, suas condicionantes, dificuldades e soluções encontradas. São também analisados sucintamente os principais grupos que atuam na região e iniciada uma tentativa de análise da estética do desenho de quadrinhos criado pelos autores locais.

### INTRODUÇÃO

Não se trata aqui de fazer um relatório sobre o desenvolvimento das Histórias em Quadrinhos no estado de Mato Grosso, de maneira a dar a impressão de uma situação pronta e acabada. Antes pretendemos uma tentativa de levantar alguns fatos de importância dentro da evolução da produção e divulgação de HQs no estado, que esperamos funcione como momento de reflexão sobre as potencialidades da indústria de Cultura de Massa na região. Existem lacunas com certeza, visto este trabalho não se basear em exaustivas pesquisas de publicações locais, mas em levantamentos em jornais recentes(1988 em diante), e contatos com autores de quadrinhos que atuam no estado.

Primeiramente, temos de colocar a questão da forma de divulgação de HQs no país, onde a existência de uma lei protecionista não serviu para sensibilizar editores e jornalistas. De forma geral, temos dois caminhos que foram utilizados no país para a publicação de trabalhos regionais:

- 1) **Revistas Alternativas:** geralmente produzidas por universitários, com ou sem apoio das universidades, gerando desde produtos de bom acabamento e nível artístico até publicações mal cuidadas e alienadas;
- 2) **Espaços na imprensa local:** geralmente jornais da região, e em sua maioria material em formato de tiras humorísticas ou seriadas, com alguns suplementos também veiculando histórias de

uma página.

Independentemente do meio de publicação, é importante atentar para o tipo de trabalho publicado, observando se existem ligações com a realidade regional ou simplesmente repetem-se clichês de HQs já existentes.

## OS INÍCIOS

Até onde conseguimos levantar, uma das primeiras tentativas de se produzir quadrinhos em Mato Grosso foi protagonizada em 1969, quando dos festejos dos 250 anos da fundação de Cuiabá. Durante as festas que ocuparam grande parte daquele ano, um arquiteto e desenhista cuiabano, **Moacyr Freitas**, observou que, apesar do ufanismo, poucas pessoas podiam afirmar com certeza que conheciam a história da cidade ou do estado. Para suprir essa lacuna, Moacyr começou então naquele ano o ambicioso projeto da *História Ilustrada de Mato Grosso*, focalizando desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais. Se o projeto parecia interessante e necessário, seu autor teve que esperar muito para conseguir algum apoio para a publicação do mesmo.

Com um desenho realista, acadêmico, essa história de Mato Grosso, ainda não concluída, pode ser considerada o primeiro marco na história das histórias em quadrinhos no estado.

Para um segundo ponto efetivo, temos de dar um salto até 1984, quando nas páginas do jornal *O Estado de Mato Grosso* é publicada uma história de faroeste chamada *Keno Bill*. Seu autor é um jovem de então 14 anos, **Wander Antunes**, goiano de Jataí, radicado em Mato Grosso. Animado pelo apoio recebido do jornal, Wander decide ir a São Paulo tentar a sorte nos quadrinhos, mas não é bem recebido pelos profissionais da área. Nova tentativa dois anos depois e consegue um lugar junto aos desenhistas da Abril Cultural, entre os quais Watson Portela, Eugenio Collonese e Primaggio Mantovi. No entanto o trabalho como arte-finalista não satisfaz Wander, que decide voltar a Mato Grosso e trabalhar em um personagem de sua criação, que tenha preocupações regionais e também uma mensagem positiva. Junto com a prática de trabalho em estúdio, Wander traz para Mato Grosso uma preocupação de criar quadrinhos e trabalhá-los de for-

ma empresarial.

Em 1989 saem os dois primeiros números do *Jornal do Gonçalves*, nascia aquele que é hoje o mais conhecido personagem dos quadrinhos de Mato Grosso.

### INICIATIVAS ISOLADAS

O ano de 1988 serviria de base para algumas atividades importantes. Nele, Wander Antunes publicaria, nas páginas do *Diário de Cuiabá* a série **Quadrinhos Ecológicos**, que ficaria incompleta. A série tem um desenho mais adulto, muito influenciado pelo traço de Watson Portela, com cenas violentas apesar da mensagem voltada para o público infanto-juvenil.

Também nesse ano começa a sair da gaveta o trabalho pioneiro de Moacyr Freitas, então professor da Universidade Federal de Mato Grosso. Alguns desenhos de sua autoria ilustram a *Agenda Cuiabana*, produzida pela UFMT, e também saem na imprensa local dois artigos sobre a *História Ilustrada de Mato Grosso*, que servem para chamar a atenção sobre esse trabalho e seu autor(3).

Em 1990 sai a primeira **Revista do Gonçalves**, com apoio da UFMT. O personagem vai ganhando forma e começa a ser esboçada a turma de apoio, todos com fortes referências à realidade local(4). Nesse ano também são publicadas na imprensa local três histórias em quadrinhos de ficção com temas referentes ao Patrimônio Histórico cuiabano, marcando a estréia de **Gabriel de Mattos**(5), então arquiteto da Fundação Nacional Pró-Memória no estado.

O ano seguinte marca a consolidação da **Revista do Gonçalves**(6), inclusive com abertura para a publicação de contos, poemas e crônicas de autores locais. O projeto é bancado pela UFMT e por outros órgãos públicos, principalmente a Secretaria Estadual de Educação, que distribui a revista gratuitamente na rede pública de ensino. Começando a aglutinar colegas de profissão, a revista publica um trabalho de **Valdemar de Souza**(7), desenhado por Watson Portela.

Nesse ano também o jornal *A Gazeta* tenta publicar quadrinhos regionais juntamente com os publicados habitualmente: Em abril, **Joaquim Giovani de Souza** ganha espaço para sua série **Mujo &**

**Carol**, que em julho iria para o *Jornal do Dia*. Mas *A Gazeta* ainda vai insistir por duas vezes: em junho sai a **Turma do Pantanal** de Valdemar de Souza, e em agosto o **Cachorrão**, do jovem **Julio César Cavalheiro**(8); curiosamente, a primeira já não está mais sendo publicada quando começa a segunda, que também não dura muito tempo.

Outro marco importante em 1991 é a introdução do estudo da Linguagem das Histórias em Quadrinhos no curso de Educação Artística/Habilitação Artes Plásticas da União das Escolas Superiores de Cuiabá - UNIC (hoje Universidade de Cuiabá). É a HQ entrando como disciplina na universidade, ministrada pelo professor Gabriel de Mattos.

### A UNIÃO DE FORÇAS

1992 vai ser o ano em que começam a acontecer esforços coordenados entre os criadores de quadrinhos de Mato Grosso. Na *Revista do Gonçalves* já se agrupa uma equipe de criação, onde mesmo escritores e poetas se unem para criar as estórias. E é desse grupo que parte a idéia de se promover a **Primeira Exposição de Quadrinistas Cuiabanos**, concomitante com o lançamento de uma das revistas do *Gonçalves*, no Shopping Center Goiabeiras, em Cuiabá. Dessa exposição participam além do próprio Wander Antunes: Moacyr Freitas com desenhos da Cuiabá antiga, Gabriel de Mattos com os originais de **O Hotel**, Valdemar de Souza com **A Turma do Pantanal**, Joaquim Giovani de Souza com **Mujo e Carol** e Adão França com **Beto Brega**.

A exposição realizou-se no mês de junho em Cuiabá, e foi reapresentada no Festival de Inverno de Chapada dos Guimarães um mês depois. Dessa exposição surgiu a idéia, capitaneada novamente por Wander Antunes, de produzir uma revista cultural que também publicasse quadrinhos.

Em outubro desse mesmo ano seria lançada o primeiro número da revista **Vôte!**, que além de conto, poesia, fotografia e pintura traria a primeira publicação (em capítulos de três páginas) da *História Ilustrada de Mato Grosso* de Moacyr Freitas; mais uma HQ de ficção histórica de Gabriel de Mattos, **Ouro!**; e o lançamento da série

**Chapada dos Guimarães - Estranhas Criaturas**, de Joaquim Giovani de Souza.

Nesse mesmo mês de outubro, os quadrinistas cuiabanos Moacyr Freitas, Wander Antunes, Gabriel de Mattos, Joaquim Giovani de Souza e Valdemar de Souza participam em São Paulo da **1ª Coletiva de Ilustração e Quadrinhos Jaime Cortez**, junto a nomes conhecidos da HQ nacional como Eugenio Collonese, Watson Portela, Hector Gomes e outros.

O ano termina com uma mesa redonda com os quadrinistas da *Vótel* e do Gonçalves na **Semana de Arte da UNIC**, promovida pelo Departamento de Artes daquela instituição. Além disso, a segunda parte da *História Ilustrada de Mato Grosso (Dias Difíceis nos Arraiais)* de Moacyr Freitas ganha edição independente, patrocinada pela UFMT; a *Vótel* continuaria publicando a primeira parte de forma seriada.

Também nesse final de ano sai mais uma revista de quadrinhos no estado, a **Pato Wood**, da Ânima Produções, de distribuição dirigida à rede de ensino da primeiro grau(9). Já são três revistas a veicular quadrinhos em Mato Grosso.

## GANHANDO ESPAÇOS

O ano de 1993 já encontra o personagem Gonçalves contratado como garoto-propaganda oficial da rede de supermercados Modelo, que até o final do ano vai bancar todo o custo de produção de sua revista. É o aval da iniciativa privada ao potencial dos personagens regionais. Wander Antunes passa a trabalhar com mais roteiristas e desenhistas na elaboração da revista, a maioria do estado de São Paulo, além disso são produzidos pequenos desenhos animados com o personagem para veiculação publicitária na televisão.

Animado com o sucesso de seu personagem, Wander Antunes parte para novo projeto de HQ infantil centrado nos animais do Pantanal; primeiramente batizada de *A Turma do Jacaré Zinho*, acaba assumindo o nome de **Turma do Batalha**(10).

Neste ano seriam lançados dois números da revista *Vótel*, comprovando uma parceria da Coordenação de Cultura da UFMT com os quadrinistas locais. O número dois mantém os mesmos autores de

HQ do primeiro; na número três é lançado um novo quadrinista, **Generino Oliveira Rocha**, com sua **Garota Pantanal**. Também um novo número da *Pato Wood* é lançado, mantendo ainda esse ano as três revistas estaduais.

Mas o fato mais importante do ano é a abertura de todo o espaço diário de quadrinhos do jornal *O Estado de Mato Grosso* para a produção local. O projeto é coordenado pela *ZHQ Projetos e Produções*, dos irmãos Gabriel e Aclyse de Mattos, e tem início a 8 de Junho(11). Até seu final, em março do ano seguinte, o **Projeto ZHQuadrinhos** chegará à espantosa marca de 564 tiras publicadas, todas produzidas por autores radicados no estado, num total de 22 autores(12). É um esvaziar de gavetas, divulgando as velhas produções e também o momento de criar e desenvolver novos personagens e séries. A necessidade de publicação diária de três tiras obriga inclusive à adaptação de histórias curtas para o formato seriado. O material produzido pelo grupo de estudantes da UNIC ganha espaço, e alguns exercícios de pesquisa viram séries redesenhadas.

Pode-se dizer que não há uma regularidade de estilos no *Projeto ZHQuadrinhos*, mas o essencial foi divulgar a produção até então sem perspectivas de saída.

Encerrando 1993, o grupo mato-grossense é citado na nova edição da **História das Histórias em Quadrinhos**, de autoria do professor Álvaro de Moya(13).

## UMA CERTA CONSOLIDAÇÃO

1994 começa sem a continuação da revista *Pato Wood*. Além disso, a *Vôte!* assume uma postura mais jornalística em seu quarto número, dedicado à questão do Patrimônio Histórico, publicando apenas a *História Ilustrada de Mato Grosso* de Moacyr Freitas, e um conto de Gabriel de Mattos(14).

Logo no início do ano vai ser lançada a revista **Conhecendo Cuiabá**, produzida pelas Secretarias Municipais de Educação e de Cultura do município, dentro do programa *A Cultura e as Minorias: Ação Educativa*. O trabalho de quadrinhos da revista, de vinte páginas, é desenvolvido por Gabriel de Mattos e Ricardo de Almeida, sobre argumento de uma equipe multidisciplinar da prefeitura municipal(15).

Mas a novidade deste ano vai surgir justamente no Dia da Criança, quando dois jornais de Cuiabá começam a publicar suplementos infantis produzidos por autores regionais: A nova *Folha do Estado* lança a **Folhinha da Criança**, com os personagens de Wander Antunes; o tradicional *Diário de Cuiabá*, dá continuidade ao projeto ZHQuadrinhos através de seu **Diarinho**.

O suplemento da *Folha do Estado* serve para lançar a *Turma do Batalha*, escrita e desenhada por desenhistas paulistas sob a supervisão direta de Wander Antunes. No entanto seu grande projeto vai ser a **Revista da Criança**, onde a preocupação didática vai deixar os quadrinhos apenas como uma parte de um todo que valoriza mais os textos literários de escritores locais, como Ivens Scaff; além disso a revista é “interativa”, pois publica textos de seus jovens leitores. Também através da editora paulista Hamazaki é publicada a **Revista de Atividades do Batalha e Sua Turma**. Para administrar seus projetos, nesse ano é criada a *WAP - Wander Antunes Produções*.

O suplemento do *Diário de Cuiabá* vai trabalhar com o grupo cuiabano através de seis séries: **Menina Pantanal**, versão infantil da *Garota Pantanal* de Generino O. Rocha; **Chippy**, personagem de videogame criado por Gabriel de Mattos; **Plóft**, sobre os tempos pré-históricos na Chapada dos Guimarães, projeto de Ricardo L. de Almeida; que também desenha os roteiros de Aclyse de Mattos para **Pedrinho e o Dragão**, já lançado no *O Estado de Mato Grosso*; Joaquim Giovani de Souza reúne suas criações como *Petrus*, *O Pequeno Ivens* e *Mosca de Fogo* sob o título **Stoptiras**; e Valdemar de Souza publica primeiramente a **Turminha do Pantanal**, e depois **Caimam e Filhote**. Essa publicação também é importante para lançar novos desenhistas tanto na seção de Jogos e Passatempos como nas capas; é o caso de **Reginaldo Figueiredo Maia**, o **Regi**, que também vai trabalhar como ilustrador de contos infantis. Outro nome que se destaca como ilustrador e capista é o artista plástico **Jaime Cabana**. Na área de literatura, o *Diarinho* lança o contista **Gilberto Cardoso**. Também é aberto um espaço para o grupo do projeto **Ultra Leve**, coordenado pelo historiador **Luis César B. G. Farias**, do **CEM(Centro de Estados Mato-grossenses)**, um trabalho para-didático, usando a linguagem dos quadrinhos para ensinar, e que conta com vários

desenhistas como **Enéas Ribeiro, Reginaldo Pinto, Cleverson Durigão**.

Os dois suplementos, com esse formato, vão sobreviver até 1995, quando o *Diário de Cuiabá* (em fevereiro) opta por fazer o *Diarinho* com uma equipe interna e a *Folha do Estado* encerra (em julho) o contrato com a WAP. O novo *Diarinho*, coordenado pelo chargista **Fred**, vai priorizar os artigos sobre assuntos infantis, deixando a última página para quadrinhos (primeiramente de autoria do próprio Fred, e depois com a volta da *Menina Pantanal* de Generino), e um espaço na página 6 para o personagem **Baby Face**, de autoria de Júlio César Cavalheiro, que assina agora **Julio Caesar**.

No final de 1994 é lançada sem muito estardalhaço a revista *Cajuzinho & Cia.*, criação de Joaquim Giovani de Souza e Giorgio O. Cappelli, produzida com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá e patrocínios comerciais. A proposta era trabalhar as questões culturais regionais (no caso as lendas mato-grossenses), e o projeto não pôde continuar a curto prazo, por motivo da mudança da dupla de autores para São Paulo.

Na Universidade Federal de Mato Grosso, surge do movimento estudantil o Grupo **Los Cucarachos**, com **Ivomar Cleber, Jomar de Souza Bruno, Aluizio M. Oliveira, Romulo Steffano e Costa Neto**, entre outros, que lança os fanzines *Alternativo-Desinformativo Polinterdisciplinar* e *Alter-Doors*. No 5o Encontro Regional de Comunicação (ERECOM), realizado em julho de 1995 na UFMT, temos uma Oficina de Quadrinhos coordenada por Ivomar Cleber e Enéas Ribeiro.

Em 1995 o historiador Luis César B. G. Farias assume a Coordenação de Preservação Cultural da Fundação de Cultura e Turismo de Mato Grosso, e consegue apoios importantes para a divulgação do quadrinho estadual. No 12o Festival de Inverno de Chapada dos Guimarães consegue publicar uma revista com HQ e passatempos educativos; e em agosto no *Primeiro Encontro de Arqueologia de Mato Grosso* organiza uma **Exposição de Quadrinhos sobre Arqueologia**, com trabalhos dos grupos Los Cucarachos, Ultra Leve e ZHQ(16), em setembro a exposição é montada no Rio Grande do Sul.

Ainda para o mês de Setembro acontece o lançamento de

mais uma revista, a **ZHQ Magazine**, com trabalhos de vários autores. O projeto, capitaneado pelos irmãos Gabriel e Aclyse de Mattos, é uma síntese dos trabalhos desenvolvidos tanto na **Vôte!** original quanto no **Diarinho** da primeira fase, além de trabalhos que fizeram parte do **Projeto ZHQadrinhos** de 1993 n' *O Estado de Mato Grosso*. No primeiro número estão Giorgio Cappelli (*Pet Shop Guys*), Joaquim Giovanni de Souza (*Mujo e Carol*), Moacyr Freitas (*Lendas Cuiabanas*), Aclyse de Mattos e Ricardo de Almeida (*Pedrinho e o Dragão*), Valdemar de Souza (*Turma do Pantanal*) e Enéas Ribeiro (*Chafurda*) todos trabalhos iniciados no **Projeto ZHQadrinhos**; iniciam novas séries Gabriel de Mattos (*Helga & Safira*), Jaime Cabana (*A Última Vítima*) e Reginaldo F. Maia (*Peixe Frito*); Ricardo de Almeida retrabalha também seu *Maníaco e A Rebelde*.

No editorial da revista, a proposta ambiciosa dos criadores: (...) *Nenhum país ou estado conseguiu respeito, nem desenvolveu tecnologia sem cultura. Vide Japão, França, Estados Unidos, Bahia, Rio de Janeiro e por aí vamos. Agora é a vez de Mato Grosso, que não quer abafar ninguém, só quer mostrar que faz HQ também.*(17)

Tempos de euforia...

## NOVOS TRABALHOS E CAMINHOS

1996 começa com o segundo número da **ZHQ Magazine**, que mantém os colaboradores apenas trocando Jaime Cabana por Generino Oliveira Rocha e sua *Garota Pantanal*, esta com traço bem diferente daquele que aparecia na **Vôte!** e n' *O Estado de Mato Grosso*(18). A falta de patrocínio e anunciantes, além de dificuldades para profissionalização dos editores interrompeu a publicação da revista, que já estava praticamente montada em seu terceiro número, com várias histórias sobre a Chapada dos Guimarães e uma capa pintada a óleo por Jaime Cabana.

Nesse ano Generino Oliveira Rocha inicia parceria com Jamil Benedito Pinheiro e sua *Libertadores da América Literaturas*, desenhando a revista **Capitão Pantanal**, sobre roteiro simples de Jamil. A parceria ainda dará alguns frutos.

Wander Antunes também se reúne a Ivens Scaff e ilustra seus livros infanto-juvenis **A Fábula do Quase Frito e Mamãe, sonhei**

que era um menino de rua pelo nova *Editora Tempo Presente*, que ainda nesse ano publica o livro **Isso é coisa de Pirata**, texto e desenhos de Wander.

No final do ano, a nova lei estadual de incentivo cultural aprova projetos de Gabriel de Mattos (o romance **República Transatlântica**) e de Wander Antunes para a retomada da **Vôte!**

Na Escola Técnica Federal de Mato Grosso, Ricardo de Almeida participa da montagem do grupo **Cosmic**, que vai aglutinar a novíssima geração de quadrinistas da região, com muitas propostas novas que incluem, além de HQ, poesia, desenho, RPG e música.

Logo em janeiro de 1997 o grupo da Escola Técnica consegue um importante espaço: 1/4 de página no jornal *Folha do Estado*. O **Espaço Cosmic** vai lançar novos autores como Diego de Freitas, Pablo Rodrigo, Fábio Félix, Luís Guilherme Aires da Silva, Maurício Neto, Ismael, além de publicar os “veteranos” Ricardo de Almeida e Gabriel de Mattos(19). Ainda em janeiro o grupo consegue organizar a exposição-evento **Nesse Mato tem Quadrinho**, no Moitará Sebrae Center de Cuiabá; o nome escolhido pelos organizadores faz referência ao livro de Aline Figueiredo *Arte aqui é Mato*, sobre artes plásticas. Nesse mesmo ano um trabalho de Ricardo de Almeida é selecionado no prestigioso **Salão Jovem Arte Mato-Grossense**.

A parceria de Generino e Jamil Pinheiro vai produzir em 1997 mais um exemplar, agora colorido, do **Capitão Pantanal** e a revista, com direito a poster central, da **Garota Pantanal**.

Em outubro Gabriel de Mattos entra no *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, fazendo companhia a outro quadrinista veterano: Moacyr Freitas. Nesse também participa do *III Simpósio de Literatura de Mato Grosso*, organizado pelo Grupo de Estudos Literários Mato-Grossenses(Gelmat) do Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia da UFMT, a convite da Prof. Hilda G. D. Magalhães. No evento apresenta a palestra *Minha Experiência como escritor e quadrinista*. No mesmo evento Aclyse de Mattos apresenta o depoimento *Uma poética Experimental* e é objeto do estudo da pós-graduanda Verônica Ten Caten, que apresenta o trabalho *O Lúdico e o Social em Natal Tropical de Aclyse de Mattos - A desmistificação do Papai Noel. A preocupação com o social e a relação figura/texto/leitor*. No seminário foram apresenta-

dos trabalhos, entre outros, sobre Silva Freire, Ricardo G. Dicke e Tereza Albués.

A Ed. Tempo Presente faz em Novembro de 97 lançamento conjunto de várias obras de Lucinda Nogueira Persona, Marta Helena Cocco, Ivens Cuiabano Scaff, Marcelo Velasco e Wander Antunes já sob o apoio da Lei Hermes de Abreu de incentivo cultural(20).

Em dezembro Gabriel de Mattos termina e encaminha à Editora da UFMT o álbum de HQ intitulado **Quadrirônicas**, com 72 páginas. O projeto, conforme exigência da editora universitária, foi aprovado para publicação pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFMT. Também nesse mês o autor é aprovado para o Mestrado em Educação da UNIC - Universidade de Cuiabá, com um projeto de dissertação através de histórias em quadrinhos.

1998 começa com boas perspectivas, entre as quais o relançamento da **Vôte!**, que em seu primeiro número do ano apresenta HQ com roteiro de Wander Antunes e desenhos de Mozart Couto, além de poesia de Aclyse de Mattos e conto de Gabriel de Mattos. Além disso o grupo **Cosmic** promete outro evento reunindo HQ, música e RPG, e ocupa página no ciberespaço.

## CONCLUSÕES

A primeira constatação que se pode fazer desta breve história é que existe uma disposição para se produzir quadrinhos em Mato Grosso. Já foi detectada e estudada uma tendência a se trabalhar a *cultura visual* no estado, como nos trabalhos de Aline Figueiredo(21), o que se pode constatar da produção e alcance até a nível internacional de alguns pintores mato-grossenses, tais como Adir Sodré.

Outra constatação que se impõe é a ligação, muito estreita em sua origem, da produção voltada para finalidades educativas ou paradiáticas, desde o primeiro projeto de Moacyr Freitas até a exposição ligada à divulgação da arqueologia. Possivelmente isso se deve ao apoio conseguido junto à órgãos governamentais (UFMT no caso do *Gonçalinho*, Secretarias de Educação e Cultura nos casos de *Conhecendo Cuiabá* e *Cajuzinho & Cia.*); no entanto a situação mostra sinais de mudança a partir do fenômeno do *Gonçalinho* patrocinado por uma rede de supermercados. Curiosamente, os quadrinhos alternativos não

aparecem de forma acentuada, sendo que as fanzines locais trabalham bem mais com o sistema de recortes de produções comerciais, exceção feita ao *Alternativo* da UFMT(22).

Outro dado que precisa ser levado em consideração é a presença maciça da temática regional nas produções locais, principalmente a ligada aos referenciais da Chapada dos Guimarães(*Plóft*, de Ricardo de Almeida; *Petrus*, de Joaquim Giovani Souza) e do Pantanal(*Turma do Pantanal*, de Valdemar de Souza; *Garota e/ou Menina Pantanal*, de Generino O. Rocha; *Turma do Batalha*, de Wander Antunes). Gabriel de Mattos e Moacyr Freitas ocupam também um espaço ligado à regionalidade nos seus trabalhos ligados à história de Mato Grosso. Poucos super-heróis são detectados, e geralmente vistos sob uma ótica humorística (*Maníaco e A Rebelde*, de Ricardo de Almeida).

Por outro lado é possível notar também uma boa vontade por parte dos agitadores culturais do estado em relação aos quadrinhos, sendo digno de destaque a participação do poeta **Ivens Cuiabano Scaff**. Participante ativo da equipe de criação original do *Gonçalinho*, recentemente teve seu livro *A Fábula do Quase Frito*, publicado com a participação dos personagens de Wander Antunes(23); além disso, virou tema de HQ através do *Pequeno Ivens*, de Joaquim Giovani de Souza. Merecem destaque também pela parte da UFMT, nos tempos históricos do *Gonçalinho* e da *Vôte!*, os Coordenadores de Cultura **Júlio Delamônica Freire** e **Marina Muller Abreu Lima**, além do antigo coordenador do Cineclubes Coxiponés **Clovis de Matos**. Atualmente fazendo um bom trabalho de incentivo aos quadrinhos, além de também participar dos primeiros tempos do *Gonçalinho*, encontra-se o já citado **Luis César B. G. Farias**.

Em termos de disseminação e estudo da técnica e linguagem dos quadrinhos é interessante notar o interesse pelo tema, em 1997 o Colégio Expressão, em Cuiabá, aprovou a proposta do arte-educadora Imara Pizzato Quadros de setORIZAR o ensino de Educação Artística em blocos de ensino específico, entre os quais o de Histórias em Quadrinhos(os outros foram Pintura em Tela, Canto Coral e Teatro de Fantoques), sendo que a escolha dos blocos foi feita através de pesquisa com os estudantes.

Finalmente, em termos estéticos, pode-se começar a notar uma *Escola Mato-grossense de Quadrinhos*, principalmente durante o Projeto ZHQuadrinhos no jornal *O Estado de Mato Grosso*, em 1993. Nesse período destaca-se o desenho, por exemplo, de Ricardo de Almeida ou Maria Inês B. Celant, extremamente personalizados. Os quadrinistas da *Vótel!* já apresentam um estilo mais naturalista, acadêmico mesmo, mais coerente com um estilo de revista cultural ligada a uma universidade, Wander Antunes e Gabriel de Mattos também trabalham na revista como ilustradores, nesse caso com um estilo menos formal. O suplemento *Diarinho*, enquanto produção do grupo ZHQ, apresentou uma diversidade maior de estilos, inclusive em ilustração de contos e na parte de jogos & passatempos; a necessidade de produzir oito páginas em cores por semana serviu de estímulo a várias pesquisas formais dos desenhistas, sendo no entanto evitado o uso de colagens fotográficas. O grupo *Cosmic* traz em 1997 uma visão mais pesado, com os trabalhos de Diego de Freitas e Pablo Rodrigo **Nosferatu - O Ladrão de Sonhos e O Caminho do Êxito**, mas também busca o humor e uma visão do cotidiano dos jovens do interior do estado com Luis Guilherme e Fábio Félix através d'**O Mundo de Rose**.

O ressurgimento da *Vótel!* traz algumas questões importantes quando apresenta uma parceria de Wander Antunes com o veterano Mozart Couto em um trabalho bem autoral e regional com **Crônicas da Província**, que terá continuidade em outros números da revista, e tem perspectiva de ser lançado em álbum. O encaminhamento do álbum **Quadricrônicas** de Gabriel de Mattos à Editora da UFMT, e posterior aprovação pelo conselho editorial da mesma, mostra uma boa perspectiva para um trabalho de maior fôlego em nosso Estado. Além disso está em projeto a edição integral do **História de Mato Grosso em Quadrinhos**, de Moacyr Freitas, na série de *Obras Avulsas* do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Em síntese, as Histórias em Quadrinhos começam a ocupar um espaço importante dentro do panorama cultural do estado, definindo um caminho extremamente consciente da realidade local, e

expressando uma preocupação de criar uma temática e estética próprias.

- (1) Este artigo é uma ampliação e atualização de um estudo que resultou em palestra sobre Histórias em Quadrinhos em Mato Grosso, proferida no *Tríduo Cultural* da UNIVAG (Faculdades Unidas de Várzea Grande), em Novembro de 93 e no artigo *Histórias em Quadrinhos em Mato Grosso - Um Esboço Cronológico*, publicado no Suplemento *Cultura* do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 31/12/93.
- (2) **Gabriel Francisco de Mattos** é arquiteto (UFRJ - 1984), quadrinista, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, professor do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Mato Grosso e da Faculdade de Arquitetura da UNIC.
- (3) Artigo *Moacyr Freitas e a Memória Cuiabana*, de autoria de Gabriel de Mattos; publicado no jornal *Croqui* (da Associação Profissional dos Arquitetos/MT) Nº 3, junho-julho/88 e na revista *VIVER MELHOR*, de Cuiabá, Nº 2, setembro/88.
- (4) A Turma do Gonçalves é composta pela sua namoradinha (**Aninha**), um negrinho (**Dito**), um gauchinho (**Piá**) e um esquetista moderninho (**Urbaninho**); além desses personagens infantis, fazem parte da turma a dupla de velhos cuiabanos **Cururu** e **Siriri**, e o enigmático **Seu Cabral**, uma metáfora do fundador de Cuiabá, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral.
- (5) As histórias em quadrinhos sobre patrimônio histórico de Gabriel de Mattos são: *A Casa*, publicada no jornal O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 05/04/90; e na Revista Vôte! Nº 3 (Fevereiro-Março/93); *O Hotel*, publicada no jornal A Gazeta de 15 e 16/09/90; *O Cinema*, publicada no jornal A Gazeta de 23/10/90; *Ouro!*, publicada na Revista Vôte! Nº 1 (Outubro/92); *Os Trilhos*, publicada na Revista Vôte! Nº 2 (Novembro - Dezembro/92).
- (6) Artigo **GONÇALINHO: Personagem de Wander Antunes volta novamente às bancas**, de Enock Cavalcanti; in jornal *A Gazeta*, Cuiabá, 18/01/91, p. 4E.
- (7) Artigo *Valdemar Souza, um quadrinista de futuro*, de João Bosquo; in jornal *A Gazeta*, Cuiabá, 22/06/91, p. 1E.

(8) Artigo *Jovem quadrinista mostra sua cara*, de João Bosquo; in jornal *A Gazeta*, Cuiabá, 29/08/91, p. 1E.

(9) A equipe de produção da **Pato Wood** era formada por: Kleber Simioni e Marco A. Raimundo (argumento e desenhos), Rodolfo Scheffler (arte final/letras) e Cândida Haesbaert (cor).

(10) Artigo *Abril quer publicar quadrinho local*, de Elza Lima; in jornal *A Gazeta*, Cuiabá, 23/06/93, p. 1E.

(11) Artigos *As aventuras e desventuras da turma da ZHQ*, in jornal *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 06/06/93, Caderno 2, p.1; e *Quadrinistas de Mato Grosso vencem desafio*, in jornal *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 30/12/93, Caderno 2, p. 1.

(12) Os autores e séries publicados pelo projeto ZHQuadrinhos foram:

Gabriel de Mattos: *Bichus*, *As Baratas Assassinas em Londres*, *Avenida Central*, *Meu Querido Monstro*, *Agência Modelo's*, *O Turco Hadhad* e *Roberto Redidodge*; Ricardo de Almeida: *Soldado Afrescalhado*, *Homens Primatas*, *Joãozinhos*, *Cocomédias*, *El-Garçon*, *Padre Pinto*, *Maníaco*, *A Rebelde*, *Lendas Cuiabanas: O Minhocão*, *Maria Canhão*, *Cheirinho*, *Deb & Lóid* e *Nega Maluca*; Giorgio Onorato Cappelli: *Pet Shop Guys* e *Abelhas*; Maria Inês Bonato Celant: *Dr. Imagem & Formiga Futurista*, *Alce Preguiça*, *A Cigarra Maluca*, *O Turco no Cangaço*, *Agência Modelo's* e *O Turco Hadhad*; Generino Oliveira Rocha: *Roberto Redidodge* e *Supereconomista & Dragogildo Júnior*; Joaquim Giovani de Souza: *Mujo & Carol*, *Mosca de Fogo*, *Petrus*, *O Pequeno Ivens* e *Supereconomista & Dragogildo Júnior*; Valdemar de Souza: *Turma do Pantanal*, *Armando Promessa* e *Os E.T.s*; Ráynon Fábio P. da Silva: *Cheirinho*, *Maria Canhão*, *Deb & Lóid* e *Nega Maluca*; Moacyr Freitas: *Lendas Cuiabanas*; Aclyse de Mattos: *Aclyse de Mattos*; Enéas Souza Lima Ribeiro: *Chafurda & Caviar* e *Ditão, o Canibal da Vila*; Cristina Prantel Mangieri e Silva: *Dr. Imagem & Formiga Futurista*; Andreza Maria Teixeira Faro: *A Família Treme-Treme*; Ana Maria Ferraz: *A Família Treme-Treme*; Irani Teixeira Viana: *Alce Preguiça*; Simoni René Guerreiro Dias: *Abelhas*; Cássia Regina Carnevalle: *O Turco na Cangaço*; Edith Novêmia Facchin Delanhese: *Sapologia*, *Publicidade* e *Chulapa & Bocaiuva*; Maria Nilis: *Petúnia*; Alcilen da Costa Luz: *A Cigarra Maluca*; Carlos Alexandre Frutuoso: *Tuffo*; Benedito Arsênio: *Médio Otelo*.

(13) "(...) Gabriel de Mattos e Wander Antunes lideram um grupo de artistas

em Cuiabá; entre eles, Generino O. Rocha, Moacyr Freitas (*História de Mato Grosso*) e Joaquim G. de Souza.”, in MOYA, Álvaro de: **História das Histórias em Quadrinhos**; São Paulo, Ed. Brasiliense, 2a. Edição, 1993, p. 196.

(14) O número 4 da *Vôte!* traz como título de capa **O DIA EM QUE CUIABÁ DESABOU**, sob um desenho de Watson Portela mostrando a antiga Matriz de Cuiabá, hoje demolida. O conto de Gabriel de Mattos, **Os Loucos da Matriz**, era originalmente roteiro para uma de suas HQ sobre patrimônio histórico.

(15) Artigo *Quadrinistas estão apostando no futuro*, in jornal *O Estado de Mato Grosso*, de 22/03/94, Caderno 2, p.1.

(16) Participaram da exposição, realizada no Palácio da Instrução e depois no Shopping Center Goiabeiras, em Cuiabá: Jomar de Souza Brittes, Bruno Bini de Rosa, Libânio Silva, Cleverson Durigão, Gabriel de Mattos, Reginaldo Pinto, Antonio João de Deus, Ricardo de Almeida, Enéas Ribeiro e Generino Rocha. Ver *Técnicos discutem a arqueologia: Três exposições acontecem simultaneamente ao encontro*, de João Bosquo; in jornal *A Gazeta*, Cuiabá, 23/08/95, p. 1F.

(17) *Quadrinistas lançam uma nova revista no dia 12*, de Elaine Perassoli; in jornal *A Gazeta*, Cuiabá, 07/10/95, p. 1F. *Quadrinhos invadem Mato Grosso*, de Antonio de Pádua e Silva; in jornal *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 18/10/95, p. E1. *Quadrinhos em Mato Grosso buscam o seu caminho*, de Keka Werneck; in jornal *Folha do Estado*, Cuiabá, 01/11/95, p.1 da Folha 3.

(18) *Segundo número da ZHQ Magazine está chegando às bancas*, de Luiz Fernando; in jornal *O Estado de Mato Grosso*, Várzea Grande, 21/01/96, p. 1 Caderno Jovem. *Chega às bancas a segunda edição da ZHQ Magazine*, de Najla Passos; in jornal *Folha do Estado*, Cuiabá, 31/01/96, p. 1 da Folha 3. *A hora e a vez dos quadrinhos mato-grossenses*, de João Bosco Almeida de Souza; in jornal *A Gazeta*, Cuiabá, 07/02/96, p. 1F. Mattos apresenta o depoimento *Uma poética Experimental* e é objeto do estudo da pós-graduanda Verônica Ten Caten, que apresenta o trabalho *O Lúdico e o Social em Natal Tropical de Achylse de Mattos - A desmistificação do Papai Noel. A preocupação com o social e a relação figura/texto/leitor*. No seminário foram apresentados trabalhos, entre outros, sobre Silva Freire, Ricardo G. Dicke e Tereza Albués.

(19) Najla Passos apresenta os autores nas páginas da *Folha do Estado*: *O Rockanejo de Rick Milk* (15/01/97), *De Aristóteles a Sartre - Diego de Freitas* (22/01/97), *Novos Quadrinistas - Guilherme A. da Silva e Fábio Félix* (26/01/97), *Duelo pela Informática*(29/01/97), *Conflitos Existenciais*(05/02/97) e *Veterano Quadrinista desenha para o espaço Cosmic do HQ - Gabriel de Mattos*(14/02/97).

(20) As obras lançadas ou relançadas a 28/11/97 foram: **Ele era de outro mundo**, de Lucinda Nogueira Persona; **Isso é coisa de Pirata**, de Wander Antunes; **A Fábula do Quase Frito**, de Ivens Cuiabano Scaff; **Uma Maneira Simples de Voar**, de Ivens C. Scaff com ilustrações de Marcelo Velasco; e **Partido** de Maria Helena Cocco.

(21) *Artes Plásticas no Centro Oeste*(Edições UFMT/MACP, 1979) e *Arte Aqui é Mato*(Edições UFMT/ MACP, 1990)

(22) É interessante notar que no *Almanaque de Fanzines* (Rio de Janeiro, Arte de Ler Ed., 1995) são registrados 977 fanzines, entre esses apenas um , o *Ovelhas Negras*, de Mato Grosso.

(23) *Na literatura infantil, uma nova história brinca com a imaginação*, por Keka Werneck, in *Folha do Estado*, Cuiabá, 27/04/95.

## AMBIENTE E ATRATIVOS TURÍSTICOS EM CHAPADA DOS GUIMARÃES

*Suíse Monteiro Leon Bordest*

### 1- Introdução

A incessante busca do desenvolvimento sustentável na relação turismo e conservação do Ambiente constitui desafio para os países no mundo atual. A demanda turística na procura de atrativos exóticos para contemplação, aventura e emoções, ou ainda em busca de repouso, eliminação de tensões, reposição de energias, invade regiões potencialmente ricas em patrimônios naturais e culturais, os quais se vêem transformados em matéria-prima do turismo. Cada vez mais, os atrativos turísticos tornam-se objeto de estudo da área acadêmica, interessada entre outros motivos, em pesquisar e aprofundar possibilidades de soluções para os principais problemas resultantes de impactos ambientais ou de formas alternativas para conduzir a atividade turística com conservação. Apesar da distância que existe na prática, entre o turismo e a conservação dos bens patrimoniais, permanece a aspiração de uma convivência saudável deste par de contrários que se atraem e que são motivos de constantes polêmicas.

Particularizando a área turística de Chapada dos Guimarães, reconhecida nacional e internacionalmente pelas suas potencialidades turísticas, este território tem tido seus bens patrimoniais fortemente castigados pelo uso inadequado de suas riquezas. O local de grandes potencialidades para o desenvolvimento sustentável tem na categoria dos recursos naturais (climáticos, hídricos, de relevo, flora e fauna) a sua maior fonte de riqueza turística, além dos patrimônios culturais (danças, folclore, gastronomia, festivais, monumentos históricos, costumes e tradições).

Na verdade, a questão do meio ambiente ainda não sensibilizou profundamente a sociedade e os indivíduos que detém o poder das decisões governamentais na região. Essa inadvertência, no contexto do turismo em Chapada dos Guimarães, vem contribuindo para transformar riquezas naturais em problemas que clamam por

soluções urgentes, pois colaboram para o avanço de erosões, poluições e depredações, que se manifestam de diversas maneiras, mas principalmente nas situações de riscos em áreas de mananciais hídricos, que abastecem outros rios maiores que compõem a importante bacia do Paraguai. Poluído por esgotos e dejetos de várias origens, essas micro bacias, ainda em suas nascentes, sofrem e desencadeiam processos decorrentes de ações impactantes que atingem veredas, vegetação ciliar, espécies vegetais do cerrado e campo, relíquias paisagísticas e comunidades tradicionais que guardam saberes populares. Todos esses componentes do meio ambiente, que geram os atrativos turísticos, correm o perigo de desaparecer, diante da perda de qualidade de vida de seus habitantes e da conseqüente falta de segurança para a demanda turística de procedência regional, nacional e internacional. Os dirigentes governamentais precisam abrir espaços para que a sociedade já sensibilizada possa vencer o desafio de promover o desenvolvimento (com sustentabilidade), sem destruir sua fonte de riqueza.

## 2- Localização e características naturais

Chapada dos Guimarães teve sua origem num aldeamento de índios, organizado pelo jesuíta português Estevão de Castro, por ordem do primeiro Governador e Capitão General de Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja e depois Vice-Rei do Brasil, em 1751. Situa-se na porção sul do Estado de Mato Grosso, a 64km da capital Cuiabá.

Nesse município, *area de ocupação humana antiga, porém de baixa densidade demográfica, fato que possibilitou sua razoável preservação*, é possível ver e sentir alguns dos principais atrativos para o turismo, decorrentes da interação de condicionantes ambientais analisados por Bordest (1992), cuja descrição apresentamos resumidamente a seguir:

Dentre as diversas características físicas de Chapada destacam-se as escarpas, as serras e os topos que propiciam uma visão panorâmica de expressivo valor paisagístico e estético, esculpidos no relevo de transição entre o Planalto de Guimarães e a Depressão Cuiabana. A maior parte da área turística de Chapada dos Guimarães ocorre em setor dissecado pela alta bacia do Coxipó (BORDEST, op.cit 1992) nas seguintes feições de relevo: *Planalto Conservado, Planalto Dissecado, Patamares e Rampas Coluvionadas, Patamares em Cristas Ravinadas e Depressão Pediplanada*. Tais formas em altitudes médias de 300 a 700m, além da expressividade da beleza cênica, é também responsável pela ocorrência de temperaturas mais amenas em relação à área vizinha.

Rochas muito antigas que datam das primeiras eras da história geológica da terra estão aqui representadas pelas estruturas sedimentares da bacia do Paraná sobrepondo as rochas pré-cambrianas do Grupo Cuiabá, dando sustentação aos solos predominantemente arenosos e profundos no Planalto, e aos solos rasos e concrecionários da Depressão Cuiabana, os quais sustentam uma significativa vegetação de cerrado, cerradão, mata de encosta, mata galeria e veredas de buritis.

Integrando a hidrografia que compõe a Bacia do Alto Paraguai, uma infinidade de canais de 1ª e 2ª ordem de grandeza modelam o relevo. As águas constituem os processos erosivos que esculpem formas em cachoeiras, saltos e corredeiras, entre outros recursos hídricos que tomam parte nesse cenário de possibilidade turística.

A potencialidade ao turismo sem restrições de épocas, odorrendo durante todo ano tem como uma de sua explicação nas características climáticas regionais. Clima Tropical quente-subúmido (conforme a classificação de NIMER, 1988), com estações alternadas de chuva e seca, sendo a época chuvosa entre outubro e março, cuja média anual fica entre 1500-1750mm. A época de insuficiência de chuva acontece entre os meses de abril a setembro, num período de 5 a 7 meses, dos quais, 4 a 6 meses são as vezes muito secos, coincidindo com os

meses de inverno e início da primavera. As temperaturas mais elevadas ocorrem no final da estação seca, em setembro e outubro, com máximas diárias superiores a 38°C. As temperaturas mais amenas ocorrem nos meses de junho e julho. O inverno é brando, mas, esporadicamente, nos invernos mais rigorosos as mínimas diárias podem chegar próximo a 0° C nas áreas de altitude elevada. A média anual de temperatura fica em torno de 24°. A ausência de maior rigor no fator climático favorece ao turismo em Chapada durante todo o ano.

Todas estas características do ambiente natural, reunidas em relações ecossistêmicas, favorecem ao *turismo*, que hoje se posiciona entre as principais atividades econômicas do Município.

### 3- Diagnóstico e Prognóstico do Turismo

#### 3.1 Diagnóstico

Considerando a necessidade da participação ativa da sociedade no planejamento ambiental, entendemos que atualmente, a comunidade de Chapada precisa aumentar seu interesse e conhecimento sobre a situação da atividade turística no município. Os trabalhos realizados pela autora (1984, 1998, 1999), conduzem à seguinte síntese do diagnóstico: No que diz respeito a *oferta*, os atrativos turísticos em Chapada dos Guimarães encontram-se principalmente na categoria de *bens naturais* representados pelos recursos hídricos, minerais, de fauna e flora. A interação deste conjunto possibilita associações de *espaços singulares* valorizados por extraordinária beleza cênica. Mas, ressaltam-se também os atrativos históricos e culturais como os da arquitetura, do folclore, das crenças, das danças, da gastronomia, entre outros.

Ainda predomina em Chapada o *turismo espontâneo* (PCBAP, 1999) voltado principalmente para a contemplação da paisa-

gem que reúne variedade de formas paisagísticas de relevo, flora e fauna silvestre. Destaque é dado para os balneários de rios, cachoeiras e corredeiras, tradicionalmente utilizados para o descanso, pelos cuiabanos e chapadenses. Mais recentemente, destacam-se os festivais, particularmente o *Festival de Inverno*, que reúne durante uma semana, em espaço reduzido, milhares de pessoas, ocasionando para muitos moradores transtornos em seus hábitos cotidianos. Outro destaque, a partir da década de 80 é para a condição de *segunda moradia* de residentes de Cuiabá e vizinhança. Centenas de pessoas acorrem para as casas de verancio nos feriados, dias santo, finais de semana prolongados, causando problema, por não estar a cidade ainda preparada para acolher um grande número de visitantes. Apesar da predominância da modalidade *lazer*, iniciativas isoladas começam a esboçar atividades para o desenvolvimento do *ecoturismo*, uma vez que a sensibilização diante das questões ambientais presentes em nossa sociedade atual tem gerado uma preocupação cada vez maior em relação ao meio ambiente e uma nova postura perante ele. O turismo sustentável tem estado presente em todas as novas orientações turísticas, como pode-se observar na Política Nacional de Turismo do Brasil, conforme lembra Ansará, (2.000), mas é preciso ressaltar que esta nova disposição ainda está longe de sensibilizar a todos.

Tratando-se das potencialidades Turísticas é preciso lembrar que a maior parte da área de turismo em Chapada é também *área de risco ambiental* conforme Bordest,1992 que as definiu em diferentes níveis de restrições e capacidade de uso. Algumas são de alto risco ambiental e por isso são consideradas áreas intangíveis das Unidades de Conservação. São áreas de legais impedimento ao uso, mas nem sempre respeitadas. É o caso dos anfiteatros e runíformes na base da escarpa, aos quais mesclam-se os *buritizais* que anunciam a presença de nascentes de rios. Ou ainda dos *canyons de vales profundos*, como Portão do Inferno, Mata Fria, que abrigam matas e cerrados.

Locais das *cachoeiras, saltos e corredeiras*, com piscinas naturais, como Véu de Noiva, Independência, Andorinha, 19 de Novembro,

Pedra Furada, Cachoeirinha e Pulo oferecem balneários muito frequentados, mas que precisam ser monitorados. Locais de *topos de morros e ruiniformes como São Jerônimo e Cambambe* são atrativos regionais, cujas visitas só devem ser mantidas com severas restrições ao uso, como Aróejare, Casa de Pedra que apresentam *cavernas, grutas, drenagem subterrânea*. É também o caso dos locais de formas esculpidas no relevo conhecidas como: Curral de Pedras, Cidade de Pedras no contorno da escarpa, que permitem ao turista a convivência com ruiniformes, inscrições rupestres e mirantes de rara beleza.

Complementando a variedade de pontos turísticos naturais destacam-se também os pontos históricos e culturais que contam a história do trabalho e aprimoramento intelectual dos seres humanos, na construção do conhecimento da gente chapadense: a Igreja de Santana, único testemunho significativo da arquitetura setecentista na região, a praça central, as casas coloniais, o muro do cemitério, a aldeia velha. Além disso, as crenças religiosas, as músicas e danças, como as do congo, siriri, S. Gonçalo e catira; a culinária e o artesanato que possibilitam ao visitante um encontro com a cultura local.

Os *serviços turísticos* básicos ofertados não são independentes de outras formas de serviços de um município. No turismo, o serviço, que se refere à *performance* de determinadas tarefas necessárias a atender as necessidades dos turistas, como o gerenciamento, operação de recepção, arrumação e limpeza, manutenção, abastecimento de comida e bebida para funcionar como hotel, necessitam de qualidade. A qualidade do serviço pode ser mensurada pela operação da performance dos empregados, pela cordialidade e presteza no atendimento etc, e são imprescindíveis, independentemente da categoria de nível do alojamento.

Conforme dados coletados no PCBAP sobre investimentos privados, Chapada dos Guimarães contava, em 1996, com os seguintes estabelecimentos de hospedagem: 6 hotéis, 1 albergue. Na gastronomia havia, 8 restaurantes, dezenas de bares. Quanto aos investimentos

públicos contava com: 1 estrada asfaltada a MT 261, várias estradas vicinais e 1 campo de pouso. Quanto ao saneamento urbano dispunha de 1 banheiro e água tratada para consumo público, fornecida pela SANEMAT.

Atualmente, os serviços de alojamentos e gastronomia ampliaram-se e ocorrem em pontos turísticos estratégicos da cidade e seu entorno, mas ainda são insuficientes para atender à demanda em dias de grande movimento.

Quanto a *demanda*, nota-se que a *procedência* dos visitantes que buscam Chapada dos Guimarães constitui-se, principalmente, de pessoas que vêm de áreas vizinhas, como Cuiabá e Várzea Grande. Outros procedem de Rondonópolis, Cáceres, Jaciara, Muitos vêm de outros Estados brasileiros : São Paulo, Goiás, Minas Gerais. Outros de países europeus ou de países americanos do norte e do sul, além de representantes de povos asiáticos. Os estrangeiros, de modo geral, têm como meta conhecer o Pantanal, o pacote turístico inclui pouco tempo, geralmente um dia em Chapada. As empresas de turismo da cidade oferecem opções de roteiros turísticos para locais de atrativos. As empresas sediadas em Cuiabá possuem pacotes turísticos que incluem Chapada no roteiro.

Quanto ao fluxo temático podemos dizer que localmente o maior movimento ocorre entre Cuiabá e Chapada pela rodovia Emanuel Pinheiro e, como já ficou esclarecido, em épocas de festividade ou para as cachoeiras em dias de muito calor térmico. No mês de julho os hotéis ficam *lotados de turistas de visitaço*. O fato se repete no Ano Novo e Carnaval. Não existe época de baixa temporada em Chapada, mas sim de alta e de média. Quanto ao Parque Nacional a fiscalização ainda é precária nos locais de visitaço. O Terminal Turístico, embora pertença ao município de Cuiabá e esteja sob seu controle, não foge à responsabilidade de Chapada.

No que tange a segmentação de mercado, Chapada dos Guimarães apresenta grande variedade de atrativos turísticos

que podem ser agrupados em diferentes segmentos mercadológicos, mas, embora o Lazer seja a principal causa da visita, ainda é pouco discutida a identidade turística mercadológica desse quadrante.

Segundo o professor Mário Beni *...os mercados constituem um sistema de informações que permite milhares de agentes econômicos, produtores e consumidores, até certo ponto isolados entre si, tomar as decisões necessárias para que a sociedade toda possa alcançar as três eficiências – atributiva (o que produzir), produtiva (como produzir) e distributiva (de quem consumir).*

O mercado depende da demanda e da oferta. De modo geral, a demanda turística é influenciada por vários fatores: preço dos produtos complementares, renda, disponibilidade de tempo livre, condições climáticas, nível de investimentos em promoção do produto, modismo e fatores aleatórios, como catástrofes naturais ou artificiais (Ansará, op cit)

Entendemos que do ponto de vista da *demanda* Chapada dos Guimarães enquadra-se no segmento de Turismo local, de curta distância, de pequena cidade.

Do ponto de vista da *oferta* pode ser segmentado a partir de fatores geográficos como turismo de área serrana; motivada para o lazer, a aventura e os eventos. Há forte tendência ao turismo ecológico aliada à educação ambiental.

Com base no critério adotado pelo PCBAP Chapada inclui-se no tipo de *turismo paisagístico* adotado para as áreas de planaltos e serras da BAP. Seguindo ainda o critério do PCBAP, destacam-se em Chapada, como principais *formas* de turismo, o *de massa* que reúne grande número de pessoas em curto espaço de tempo e área. É este o caso do *lazer* do Terminal Turístico, do *Turismo de eventos* dos festivais de música, da *acorrída* para Chapada nos fins de semana prolongados etc. Ainda o PCBAP considerou o Ecoturismo como perspecti-

va para novas modalidades de Turismo no Município, que já começa a se esboçar com algumas tentativas de alternativas ao turismo tradicional e massificante, oferecendo opções de passeios e caminhadas ecológicas, em trilhas, aos centros culturais, às comunidades tradicionais, etc.

### 3.2- Prognóstico

O prognóstico turístico de Chapada dos Guimarães deverá apresentar algumas modificações a curto, médio e longo prazos, somando-se os esforços do empresariado à vontade e ação política municipal com diretrizes prioritárias para a atividade turística. Nesse sentido deverão ser tomadas providências quanto aos equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, restaurantes e bares, áreas de lazer e entretenimento nos roteiros turísticos. A preservação dos recursos culturais, religiosos e naturais, assegurando a imagem turística, implicará na priorização do desenvolvimento sustentável, dentro de critérios de compatibilidade ecológica, sócioeconômica e cultural. O receptivo deverá atender às expectativas criadas ao consumidor pela propaganda realizada, evitando-se frustrações. O sucesso da implantação de novos empreendimentos ou negócios dependerá dos estudos de viabilidade econômica e planejamento. Para isso a infra-estrutura turística deve atender aos requisitos da atividade turística, avaliada em quantidade e em qualidade. Existe a necessidade de maior comprometimento e participação da comunidade nas ações para o desenvolvimento, a estruturação e a organização do turismo já existente, integrando outras formas de turismo ao município especialmente o ecoturismo.

Chapada dos Guimarães já é turisticamente ativa, recebe com relativa regularidade os urbanos que buscam espaços para aliviar tensões do dia a-dia.

As ações do município precisam traçar urgentemente *diretrizes básicas para o desenvolvimento turístico*, dentro de um Plano para o

Município, que priorize aquilo que tradicionalmente já vem sendo prática local: o lazer em Chapada dos Guimarães. É necessário reunir esforços para que a gestão administrativa viabilize sugestões, algumas delas debatidas há décadas, tais como:

- Preservar e recuperar o centro antigo da cidade
- Promover paisagisticamente as margens do córrego Prainha
- Arborizar as ruas dos novos loteamentos
- Sinalizar estradas e caminhos, locais de acesso aos atrativos
- Promover o levantamento do patrimônio urbano dotando-o de infra-estrutura básica
- Possibilitar a qualidade de equipamentos e serviços para o turismo
- Adequar os atrativos para um programa histórico-cultural
- Facilitar o desenvolvimento do ecoturismo
- Promover um programa de marketing confiável
- Fiscalizar e punir os infratores, impedindo a construção de obras de grande porte que agridam ao ambiente
- Incentivar a educação ambiental capaz de promover a sensibilização, conscientização turística e ambiental
- Implementar a estrada parque entre Cuiabá e Chapada
- Possibilitar uma gestão ambiental em sintonia entre empresariado, poder público e comunidade.

## **6- Consideração Finais**

Estrangulamentos e possibilidades se contrabalançam na fase atual do desenvolvimento turístico em Chapada. São visíveis as situações de impactos ambientais de diversas origens na paisagem, inclusive aquelas provocadas pela própria atividade turística. O bom senso deverá prevalecer para que os atrativos, propiciados pelos bens naturais e patrimoniais de Chapada, continuem a existir para garantir a manutenção dos ecossistemas em sua biodiversidade, a preservação da diversidade cultural e para demonstrar que os seres humanos podem evoluir sensibilizados para uma postura interativa com o mundo em que vivem...

## Bibliografia

- ANSARÁH, M. G. R. *Turismo Segmentação de Mercado*. São Paulo, Cultura, 2000.
- BENI, M.C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo, SENAC, 1998.
- BORDEST, S.M. L. *Riscos Ambientais na Alta Bacia do Rio Coxipó-MT*. Tese de Doutorado UNESP, Rio Claro, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Turismo e Conservação Ambiental: Bens Patrimoniais. Mato Grosso*. Brasil. In: IGU Regional Conference 98 The Atlantic: Past, Present and Futurs. Lisboa, August 30- September 2, 1998. Lisboa-Portugal, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Turismo e conservação da natureza na Chapada dos Guimarães: a difícil convivência*. In: Turismo e Meio Ambiente. Fábio Perdigão Vasconcelos (org.) Fortaleza, UECE, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Geomorphologic Features and Tourist attractiveness in Chapada dos Guimarães district Brazil*. In: Regional Conference on Geomorphology, Rio 99. IAG, IGEO, UFRJ, July 17-22, Rio de Janeiro.1999.
- BORDEST, S.M.L., MACEDO M. e PRIANTE, J.C.C. *Matutando Turismo* Cuiabá, EdUFMT, 1999.
- IGNARRA, L.R. *Fundamentos do turismo* São Paulo : Pioneira 1999.
- NEVES, J. E. de S. *Chapada dos Guimarães*. Cuiabá. Gráfica da UFMT. 1980.
- NIMER, E. *Clima*. In: Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Diretoria de Geociências, 1998.

**Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na *Relação* de José Barbosa de Sá**

Carlos Alberto Rosa

Apesar da enorme importância da obra de José Barbosa de Sá para a historiografia de Mato Grosso<sup>1</sup>, ainda se sabe pouco sobre ele.<sup>2</sup>

Os dados documentais localizados até o momento sugerem que Barbosa de Sá nasceu na América portuguesa, esteve nos "Campos dos Goitacases", passou algum tempo em Sorocaba e veio para o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá à época de sua elevação à categoria de vila, em 1727.<sup>3</sup> Contudo, o mais provável é que tenha vindo um pouco depois, por volta de 1730, quando da implantação da primeira ouvidoria do Cuiabá na Vila Real do Bom Jesus: em requerimento de 1761/1762, ele declarou ter '*servido de Advogado nas ditas terras há mais de 30 anos*'.<sup>4</sup> Pelo menos desde de 1737 Sá foi '*Procurador Fiscal da Intendência da nova capitação e comutação dos quintos de S. Majestade*' no Cuiabá e nas minas e arraiais do Mato Grosso, permanecendo nessa parte do então *termo* da Vila Real do Bom Jesus até cerca de 1744.<sup>5</sup>

Foi nessa época que, estando no Mato Grosso e ocupando (ou tendo ocupado) cargo oficial, Barbosa de Sá foi encarregado de observar Missões e aglomerados urbanos hispânicos da parte ocidental do Guaporé. Sobre estas atividades suas, Sá estendeu-se na *Relação*...:

*Ano de mil setecentos e quarenta e três: enviou o Juiz Ordinário<sup>6</sup> no mês de fevereiro a José Barbosa de Sá a fazer a diligência pelo Ouvidor<sup>7</sup> recomendada e desceu em duas canoas com seis escravos do dito Juiz, dois seus próprios, dois moços bastardos Manuel de Castro e Alexandre Rodrigues, um índio e João dos Santos Verneque, um dos que tinham descido na primeira função e havia dado as notícias que se mandavam examinar, com armas, mantimentos e fazendas para presentear e congratular as vontades, tudo à custa do Juiz e do Enviado. § Teve alguns encontros dos gentios, que em canoas o saíam a desafiar pondo em tom de guerra, armados de arcos, flechas e porretes;*

a todos mitigou as fúrias sem pegar em armas, fazendo-lhes ofertas de coisas de pouco valor e para eles de muito: a uns um chapéu, a outros um barrete(...) e outras semelhantes prendas. § Revistou todos aqueles distritos, a povoação de São Miguel, Santa Maria Madalena, a de São Martinho, São Luiz e a Conceição de Baures, a Exaltação de Santa Cruz de Cajubaba, São Pedro de Caniquinan, São Romão, até a cidade de Santa Cruz de La Sierra; adquiriu notícias de toda a província pelos espanhóis e índios, com quem tratou, conversou e presenteou, observou seus costumes, trato e negociações, armas e forças militares, tomou conhecimento das nações Bárbaras vizinhas, distâncias, alturas, capacidade da navegação e tudo o mais que convinha, fez uma fiel Relação, que entregou ao Juiz, este a remeteu ao Ouvidor e este a Sua Majestade, com a qual informação veio no seguinte ano decreto do dito Senhor, em como fazia o Mato Grosso cabeça de capitania, com governo e Juízo de Fora e privilégios a todos os seus moradores e pessoas que nele se fossem estabelecer.<sup>8</sup>

Mas em nenhum momento Sá revelou, na *Relação...*, que foi também fiscal da arrecadação dos Quintos; ao contrário, em várias passagens da *Relação...* critica o peso da cobrança de tributos sobre os pobres colonos desta parte mais central do continente.<sup>9</sup> Esse silêncio é interessante.

Mas há outros aspectos na *Relação...* que abordarei neste artigo, escolhendo-os pura e simplesmente por ter já localizado alguns documentos que me permitem estabelecer um diálogo com a obra mais conhecida de José Barbosa de Sá.

A *Relação...* é a obra que tem levado a maioria dos historiadores a considerar Barbosa de Sá o primeiro cronista de Cuiabá. Escrita a partir de 1771,<sup>10</sup> traz já no título a diferenciação clara entre as duas "repartições" da capitania central: o Cuiabá e o Mato Grosso.<sup>11</sup> Essa diferenciação já figurava em relatório de 1750, de José Gonçalves da Fonseca, bem como na concepção do Estado do Brasil da América portuguesa, elaborada pelos sócios da Academia dos Renascidos, da Bahia, por volta de 1759.<sup>12</sup>

A *Relação...* é geralmente tomada como fonte quase exclusiva,

para tratar a primeira metade do século XVIII. Isso implica desconsiderar que Sá escreveu já nos anos 1770, formulando síntese de sabor literário, contrapontando os detalhados (ou “filosóficos” dir-se-ia à época) registros textuais e cartográficos da terra central sul-americana. É preciso frisar que na *Relação...* o estilo é extremamente sintético, a narrativa condensada na seqüência anual, - e por isso as passagens em que Sá extravasa a linearidade temporal e temática são preciosas, verdadeiras pistas a serem exploradas. Inclusive “erros” e “silêncios”.

Narrando acontecimentos do ano de 1728, Sá escreveu:

*Havendo já dois anos antecedentes notícia por alguns sertanistas dos que haviam andado pelos sertões das vargens [Pantanal] à caça dos gentios Guatós, Xacororés e outros, que tinham visto em uns redutos planta de cana; falando-se nisto e intentando algumas pessoas de mais posses ir em procura dela para a introduzir nesta povoação e sendo isto praticado muitas vezes, não surtia efeito algum. Neste ano [1728], depois da saída do general [governador Rodrigo César de Meneses] para povoado, preparou o brigadeiro Antonio de Almeida Lara duas canoas de guerra e algumas de montaria com escravos e alguns homens brancos e boas armas, tudo à sua custa; e enviou a procurar as canas; gastaram os enviados dois meses, trouxeram bastantes canas, de que fez o brigadeiro um bom quartel; no seguinte ano [1729] logo todos as tiveram compradas aos negros do brigadeiro que as furtavam do amo e as iam vender a duas ou três oitavas cada cana. Logo começaram a moer [cana] nas moendinhas que chamamos escaroçador, e a destilar em alambiques que formavam de tachos; apareceram logo aguardentes de cana, que vendiam o frasco a cinco e seis oitavas de ouro, e as frasqueiras a quarenta oitavas.<sup>13</sup>*

O sabor desta passagem (como de algumas outras), na quase oralidade, fascina. O ritmo, os sons das letras envolve pelos olhos a audição de quem lê, insinuando imagens simples, claras, conclusivas: foi assim.

Então, a partir de 1729 teve início a produção de aguardente

no Cuiabá, pela iniciativa de Antonio de Almeida Lara, que mandou surrupiar canas dos Guató e Xacororé (e “outros”) e que foi surrupiado por seus próprios escravos.

Mas Sá continuou a narrar, mudando ligeiramente o tom, distanciando-se aos poucos da descrição, passando a enumerar conseqüências públicas dos interesses privados, o bem comum:

*Com isto foi que se começou a lograr saúde, a cessarem as enfermidades e terem os homens boas cores, que até então tinham-nas de defuntos; foram a menos as hidropisias e inflamações de barrigas e pernas e a mortandade de escravos que até aí se experimentava, enterrando-se cada dia aos montões, por onde se mostra o quanto aproveitam os engenhos de aguardentes nestes sertões, principalmente para a conservação dos escravos que trabalham em serviços de minerar(...).<sup>14</sup>*

Ou seja: a aguardente, como os vinhos europeus, tinha virtudes curativas, medicinais. E produzi-las no Cuiabá contribuía para o bem comum. E arrematou:

*(...)e hoje acham-se os engenhos quase extintos, pelos muitos tributos que se lhes tem imposto.<sup>15</sup>*

Aqui Sá retomava seu *hoje*, seu presente, seus desejos de futuro, seu lugar social, seu combate. O que teria levado esse homem a inserir na sintética *Relação...* que escreveu essa passagem sobre canas, escaroçadores, alambiques e aguardentes?

Em 1723 o governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, proibiu montagem de engenhos no Cuiabá:

*Como a experiência tem mostrado o prejuízo que têm causado os engenhos de aguardentes, não só nas minas, mas em todas as partes do Brasil e serem a principal causa de muitas desordens, além de ser a perdição dos negros, (...)que pessoa nenhuma de qualquer estado e condição que seja, faça os ditos engenhos, por evitar as prejudiciais conseqüências que de os haver se podem seguir.<sup>16</sup>*

Essa posição do governador recém chegado certamente atendia os interesses de senhores de engenho paulistanos e circunvizinhos, como os de Santana de Parnaíba e Itu.<sup>17</sup> Mas a experiência foi também

mostrando ao governador a necessidade de engenhos no Cuiabá. Três anos depois, Rodrigo César concedeu sesmaria a Antonio de Almeida Lara na Chapada, para inclusive fazer ali funcionar um engenho.<sup>18</sup>

As atividades desse engenho na Chapada pelo menos em 1727 ficaram confirmadas em relato escrito em 1734 por João Antonio Cabral Camelo:

*Quando eu cheguei ao Cuiabá, que foi em 21 de novembro de 1727, não havia nele mais que um único engenho, dez ou doze léguas distante da vila, no sítio onde chamam a Chapada(...).*<sup>19</sup>

Mas em 1730 o número de engenhos tinha mais que dobrado:

*(...)tem já cinco [engenhos] e todos na margem do rio [Cuiabá], onde mostrou a experiência produzir melhor a cana e em muito menos tempo que em todas as mais partes(...).*<sup>20</sup>

Quatro anos passados, autoridade fazendária como que reeditava a atitude de Rodrigo César, passados mais de dez anos, atacando contundente os engenhos do Cuiabá:

*Servem mais os sobreditos engenhos de ruína a estas minas, de que de utilidade a Sua Majestade, que Deus guarde, porque havendo nelas dezesseis ou dezoito engenhos e mais alguns escaroçadores em que se fabricam melados e aguardente, em cujas fábricas se acham ocupados o melhor de quatrocentos negros, não dão estes de conveniência aos dízimos reais no tempo presente nem trezentas oitavas por ano, descontando-se a custeação de que carece para se apurar, porque a cinco oitavas não há quem queira frásqueiras, o que sem dúvida não seria, se estes negros se ocupassem em extrair ouro da terra e os homens que têm estas fábricas em o procurar, como também não havendo engenhos em esta abundância, o que sem dúvida é nocivo, entrariam nestas minas aguardentes do reino, em que Sua Majestade se utilizaria nas entradas que estas pagam.*<sup>21</sup>

Contraditoriamente, porém, a mesma autoridade requeria meses depois autorização para montar engenho no 'Mato Grosso do sertão dos Pareci'.<sup>22</sup> Mas essas contradições entre o público e o privado numa

mesma pessoa são interessantes, pois algumas das informações registradas merecem atenção: o número de engenhos e o total aproximado de escravos que neles trabalhavam.

Em 1730 existiam no Cuiabá seis engenhos (um na Chapada e cinco 'na margem do rio').<sup>23</sup> Fica, pois, difícil entender o crescimento, em cerca de três anos, do conjunto de engenhos de seis para 'dezesseis ou dezoito'. Outros registros referem treze engenhos em 1737.<sup>24</sup> Número que parece mais aceitável, - ainda que implique duplicação dos engenhos do Cuiabá em curto período.

Já o número de trabalhadores escravos empregados nos engenhos revela-se adequado: uma média de 23 a 25 por unidade. Em 1726, Antonio de Almeida Lara empregava mais de 30 escravos em seu engenho na Chapada.<sup>25</sup> Em 1736, a média de escravos trabalhando em cada engenho era de 'vinte ou trinta'.<sup>26</sup>

É digno de nota que a distinção entre *engenhos*, "engenhocas" e "escaroçadores" aparece clara na *Relação...* de Barbosa de Sá, e ainda mais detalhadamente nos registros oficiais. Essa distinção mostra que o uso do léxico *engenho* não era aleatório, indicava uma forma de organização do trabalho específica. O que fica reforçado quando se coteja a média de trabalhadores escravos por engenho do Cuiabá com a dos "engenhos pequenos" da Bahia colonial (que com os "médios" representavam cerca de 53% do total baiano)<sup>27</sup>: são parecidas, algo entre 20 e 59. No termo da Vila de Itu o 'engenho de aguardente' dos Franciscanos operava com 47 escravos e seis "serventes"<sup>28</sup>. Os engenhos do Cuiabá inseriam-se portanto num padrão, que pode ser considerado "típico" de toda a América portuguesa:

*Nem o senhor de engenho nem o escravo típico viviam nos grandes engenhos do Brasil colonial.*<sup>29</sup>

Os engenhos do Cuiabá constituíram, portanto, significativo setor produtivo da sociedade colonial que se constituiu nesta parte mais central do continente. Isto fica claro quando se examina o diálogo entre seguidas determinações metropolitanas visando a eliminação dos engenhos do Cuiabá e as réplicas do setor, expressas por petições e pareceres locais.

Por volta de 1734 existiam nas proximidades da Vila Real casos de edificação de engenhos mais sólidos, como o de Antonio de Pinho

e Azevedo, que dois anos depois foi um dos principais responsáveis pela abertura do caminho de terra para Goiás, em 1736-1737:

*(...) um grandioso engenho, com duas casas de sobrado (...).*<sup>30</sup>

Em 1736 Junta dos *bons* do Cuiabá, realizada no centro da Vila Real, registrava:

*(...) e por todos uniformemente foi notado e dito que suposto nos anos passados fossem os engenhos em que se fabricam as aguardentes de cana prejudiciais à Fazenda Real de Sua Majestade e ao bem comum e conservação do povo, pela pouca razão de se ocuparem em cada engenho 15 ou 20 negros que podiam minerar e tirando ouro tinham mais conveniência do que nos dizimos das tais aguardentes, que eram de 20 frasqueiras uma, sendo esta conveniência limitada, a respeito daquela que podia ter o dito Senhor minerando os tais escravos; e no tempo presente tem passado a dita razão por o dito Senhor ter mandado estabelecer os quintos do ouro, que até o presente se pagavam na Casa de Fundição, em uma capitação geral sem exceção de escravo algum para o trabalho, razão porque tanto os escravos que mineravam como os que trabalhavam nos engenhos haviam de pagar a mesma capitação que o dito Senhor determina nas suas reais ordens e assim cessava o dito prejuízo; e votaram ser útil à Fazenda Real a conservação dos ditos engenhos, suposta a nova capitação e cobrança dos quintos, e demolindo-se os engenhos ficava a Fazenda Real prejudicada nos dizimos que lhe podia vir das tais aguardentes, como também na terça parte dos subsídios que se pagam de todas as frasqueiras ao Senado da Câmara desta Vila, do qual rendimento pertence a terça a Sua Majestade na forma da lei, os quais dizimos e subsídios se perdiam, demolindo-se os engenhos; e pelo que respeita ao bem comum e conservação desta terra, para a qual tem Sua Majestade recomendado se faça toda a humana diligência, são no tempo presente úteis, precisos e necessários os ditos engenhos, porquanto por causa do novo descobrimento do ouro que a pouco tempo no sertão do Mato Grosso se fez, no*

reino dos Pareci, têm saído destas minas muitas pessoas e estão para sair muitas mais em breve tempo, sem haver coisa que impeça os homens mais que a esperança da chegada das águas do rio Mutuca para com ela se minerar nas campanhas do Jacé, tendo já largado muitos sócios o tal serviço, transportando-se com os seus escravos para o dito descobrimento; e demolindo-se os ditos engenhos é sem dúvida que os senhores deles hão de desamparar a terra e ausentando-se também para o dito sertão e sem dúvida alguma ficará esta terra deserta (...), ao que acresce terem feito grandes despesas com os ditos engenhos, sem até o presente terem feito conveniência para o seu desempenho e continuando-se pelos anos futuros o dito descobrimento e abrindo-se caminho por terra para as minas dos Goiazes, por ter cessado a razão que houve para se não abrirem caminhos novos de umas para outras minas, pela nova capitação e arrecadação dos quintos poderão os ditos senhores de engenho desempenhar-se e fazer a conveniência que há muito tempo esperam, mandando as aguardentes para o dito sertão das minas novas e também para as dos Goiazes, abrindo-se o dito caminho para elas(...), e resultando dele grande conveniência não somente para a comunicação desta terra e utilidade do comércio, mas também para a Fazenda Real de Sua Majestade, pelos dizimos das roças, passagens de gados, cavalos e cargas e descobrimentos que se podem fazer nos continentes do dito caminho(...); e pelo Provedor da Fazenda Real destas minas, Tomé de Gouveia e Sá Queiroga, foi dito que suposto os anos passados tivesse dado uma informação ao general desta capitania, assentando ser conveniente demolirem-se os ditos engenhos, era agora de parecer contrário, por haverem razões fortíssimas para se conservarem no tempo presente(...); (...) [mas] que no dito descobrimento do sertão do Mato Grosso se não fabriquem engenhos, nem pessoa alguma plante cana (...), ficando com permanência os engenhos desta terra poderá meter-se o dito gênero por negócio no dito descobrimento e nos mais que

*houver, porque só assim pode esta terra permanecer(...).*<sup>31</sup>

Em 1737 o ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, endossava em carta dirigida ao rei, o pensamento dos senhores de engenho de sua comarca, frisando

*(...) não ser conveniente demolirem-se os engenhos de aguardente que nestas minas havia, por serem naquele tempo e ainda no presente o principal fundamento para a conservação desta povoação, declarando-se que no dito descobrimento [minas do Mato Grosso] se não levantaria engenho algum para o futuro, nem se plantaria cana(...).*

*(...)[a deserção] é certa no tempo presente, se no dito descobrimento [Mato Grosso] houver engenhos, porque de um ano a esta parte têm partido para ele quase todos os moradores desta povoação e somente se conservam nela com permanência os senhores dos engenhos, e tanto que no dito descobrimento [Mato Grosso] os houver [engenhos], cessa a fábrica destes e ficará esta povoação de todo deserta; e por me constar que algumas pessoas pretendiam plantar cana, levantar engenhos e engenhocas e fabricar bebidas de milho, ananases e de outras semelhantes coisas nos distritos do Paraguai grande, Jauru e Mato Grosso, mandei publicar um edital(...), para que fora destas minas se não plantasse cana, nem fabricasse engenho, nem engenhoca, nem bebida alguma de restilo(...).*<sup>32</sup>

No ano seguinte, o Intendente e Provedor da Fazenda Real no Cuiabá, em rota de colisão com o ouvidor, criticava áspero a permanência dos engenhos:

*(...) e vejo nestas minas muitos engenhos dando ocasião aos vícios e danos(...); não sei que tenham mais razão [os ouvidores], que a de fazer a vontade aos senhores de engenhos, para serem deles bem aceitos (...).*<sup>33</sup>

A acusação era grave. E ainda que a antipatia pessoal e a luta pelo poder entre dois doutores em leis formados em Coimbra pese muito, alguma força havia de ter 'a vontade' dos senhores de engenho do Cuiabá.

Em 1739 o Conselho Ultramarino reconhecia a importância

dos engenhos no termo da Vila Real:

*Suposto que haja leis que proíbem os engenhos e engenhocas, nunca estas se executaram, e menos as que os mandaram demolir, de que talvez, se se executassem, nasceriam graves perturbações, pela total ruína de muitos que só dos seus rendimentos subsistem, e pela perda dos dízimos(...).*<sup>34</sup>

Até as relações comerciais com as missões espanholas de Moxos e Chiquitos, intentadas por poderosa parcela da sociedade colonial do Cuiabá, mereceram críticas fundadas na importância do setor agroartesanal/manufatureiro local:

*Anteontem se divulgou a notícia de que algumas das pessoas que das minas de Mato Grosso tinham passado para as povoações que habitam os espanhóis naquela vizinhança, tinham delas voltado e trazido cargas de açúcar, sabão, pano de algodão e aguardente de cana; e suposto não tenha mais certeza desta novidade que a fama de ser assim, entendi dever já dar a V. Majestade a presente conta, por me parecer não ser útil ao bem comum dos vassallos, nem aos interesses da Coroa o transmutar-se ouro em pó por semelhantes gêneros, que todos reputo por de contrabando, fundado em que o que faz sustentar estas minas e povoá-las mais são as plantas que nelas há de cana(...) para a fábrica de açúcar, aguardente (...), de que se utilizam os lavradores delas no consumo que lhes dão os mineiros que só se empregam em cavar terras para tirarem ouro, e que vindo de fora os ditos gêneros, não terá conta aos cultores deles fabricarem-nos e desertarão das minas, que só povoam por razão da conveniência que nelas fazem(...).*<sup>35</sup>

Raciocínio semelhante formulou no ano seguinte o ouvidor do Cuiabá, sobre a necessidade de serem mantidos os engenhos levantados no Mato Grosso:

*(...) vieram os senhores deles com embargos(...) [e por] estar aquela povoação distante desta Vila mais de cem léguas, dominada de um clima pestífero onde continuamente há grandes epidemias e onde o tempo num mesmo dia faz muitas e diversas revoluções de frio e calor (...), e o que mais se faz*

atendível é o estar aquela dita povoação servindo de barreira às de Castela, (...) por cujo motivo se faz mais precisa a tal estabilidade, a qual se faz mais firme com os engenhos, por serem estes os únicos bens de raiz que há nestas minas, e acresce o estar aquele arraial em uma total decadência pela falta de ouro, e no caso que haja algum distante descoberto, é mui provável desertarem os seus moradores e perder-se aquela tão importante colônia e apoderarem-se dela os castelhanos(...).<sup>36</sup>

Ainda em 1747, o então governador da capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, escrevia ao rei sobre os engenhos do Cuiabá e do Mato Grosso:

(...) e os mesmos fundamentos porque julguei se não deviam demolir os engenhos de Goiás militam com muito mais força a favor dos senhores de engenhos do Cuiabá e Mato Grosso, por ser conveniente ao serviço de V. Majestade o aumento dos seus reais domínios, como também à conservação deles, que por todos os modos se estabeleçam aquelas minas, cujos moradores se fazem dignos da real atenção de V. Majestade(...).<sup>37</sup>

Na metrópole, àquela altura, já criada a capitania central e ultimando-se as negociações de limites que culminaram na assinatura do Tratado de Madri, também os engenhos do Mato Grosso tinham passado a ter um sentido “geopolítico”, frisado em parecer do Conselho Ultramarino:

(...) não parecem as razões por que se proibiram estes engenhos [no Mato Grosso] tão atendíveis e fortes, que não cedam às do bem do comércio, liberdade dele e utilidade particular e pública que se consideram nestas informações, principalmente quando hoje se tem assentado ser mais necessária e concernente a povoação do Mato Grosso que a do Cuiabá(...).<sup>38</sup>

Não querendo estender mais este artigo para considerar várias implicações do anotado acima, insisto na importância de levarmos em conta as várias camadas de sentido que José Barbosa de Sá sintetizou em sua *Relação*.... Quando Sá escreveu, suas passagens

cifradas certamente eram facilmente de-cifradas para seus leitores contemporâneos (ou pelo menos para os que compartilhavam com ele os mesmos códigos). Sá, talvez seguindo Gracián (que tinha em sua biblioteca), não jogava 'a jogo descoberto'. Rer ler José Barbosa de Sá possibilita re-conhecer memórias silenciadas e tornadas invisíveis por um certo tipo de conhecimento histórico. Possibilita contribuir para ativar outras memórias, produzir outras histórias. E esse, acredito, é o ofício do historiador.

## NOTAS

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>1</sup> Estou aqui me referindo à *Relação...*, que é a obra mais conhecida de José Barbosa de Sá. Ela tem sido suporte para praticamente toda a historiografia sobre o Cuiabá, o Mato Grosso e a capitania, desde os anos 1780 até hoje. Neste artigo, utilizo a seguinte edição dessa obra: José Barbosa de Sá. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá, UFMT/SEC-MT, 1975.

<sup>2</sup> Basicamente, o que sabemos está na transcrição que José de Mesquita fez do inventário pós morte de José Barbosa de Sá, publicada na *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, 1927, Ano IX, Números XVII-XVIII, pp. 45-57; no artigo do mesmo José de Mesquita. José Barbosa de Sá, *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, 1945-1946, Tomos 53-56 (incluído em fac símile na coletânea que organizei, José de Mesquita. *Gente e coisas de antanho*, Cuiabá, Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1978, pp. 140-141.); em Carlos e Neuza Rosa. *Do indivíduo ao grupo - Para uma história do livro em Cuiabá*. Cuiabá, Ed. Correio da Imprensa, 1975; nos estudos inéditos de Neuza Bini sobre os Anais do Senado da Câmara do Cuiabá; em Carlos Rosa. O comércio da conquista, *Universidade - Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*, Ano II, n.1, jan-abr/1982; em Paulo Pitaluga Costa e Silva *Diogo de Toledo Lara e Ordonhez - Salvamento de sua memória e obra*. Cuiabá,

Policromos, 1991; em Carlos Alberto Rosa. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996; em Paulo Pitaluga Costa e Silva. *Os "Dous livros piquenos de Camoins", encontrados em Cuiabá, na biblioteca de José Barbosa de Sá, no século XVIII*. Cuiabá, s/e, 1996; e no mesmo Paulo Pitaluga Costa e Silva. José Barbosa de Sá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Ano LXXI, Tomo CXLVII, 1999, pp. 69-86.

<sup>3</sup> José Barbosa de Sá. *Diálogos...*; José Barbosa de Sá. *Relação...*, cit.

<sup>4</sup> REQUERIMENTO de José Barbosa de Sá ao rei; Vila Real, c. 1762; mss., CTA: AHU-MATO GROSSO, CX. 12, DOC. 40.

<sup>5</sup> REQUERIMENTO de José Barbosa de Sá ao rei; Vila Real, c. 1762; citado. SOLICITAÇÃO; Arraial de São Francisco Xavier, 1738; mss., microficha 36, doc. 299, (AHU)NDIHR-UFMT. José Barbosa de Sá. *Relação...*, cit., pp. 41-42.

<sup>6</sup> Das minas e arraiais do Mato Grosso.

<sup>7</sup> Do Cuiabá.

<sup>8</sup> José Barbosa de Sá. *Relação...*, cit., p. 42. Itálicos meus.

<sup>9</sup> Carlos Rosa. O comércio da conquista, *Universidade - Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*, Ano II, n.1, jan-abr/1982.

<sup>10</sup> Possivelmente por insinuação do então governador da capitania, Luiz Pinto de Souza Coutinho.

<sup>11</sup> A *Relação...* é 'das povoações do Cuiabá e Mato Grosso'.

<sup>12</sup> Cf. José Gonçalves da Fonseca. Notícia da situação do Mato Grosso e Cuiabá: estado de uma e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.29, parte 1ª., (1866), pp.352-390, e DISTRIBUIÇÃO dos empregos para os quais a Academia dos Renascidos elegeu por votos conformes, depois de repetidas conferências, a alguns de seus sócios (Códice 630 da Biblioteca Nacional de Lisboa, disponível para consulta em microfilme (rolo) no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional(NDIHR)-UFMT).

<sup>13</sup> José Barbosa de Sá. *Relação...*, cit., p. 25. Colchetes meus.

<sup>14</sup> José Barbosa de Sá. *Relação...*, cit., p. 25.

<sup>15</sup> José Barbosa de Sá. *Relação...*, cit., p. 25.

<sup>16</sup> REGISTRO do Regimento que levou para as novas minas do Cuiabá o Mestre de Campo Regente João Leme da Silva; São Paulo, 26-06-1723; *Documentos Interessantes(...)*, v. XII, cit., pp. 98-108.

<sup>17</sup> Alida C. Metcalf. Vila, reino e sertão no São Paulo colonial, in Francisca L Nogueira de Azevedo e John Manuel Monteiro (coords.), *Raízes da América Latina*, 1996, pp. 427 e 436. Inquirição e ditos de testemunhas; Vila de Itu, 25-09-1733; mss., microficha 22 [São Paulo], doc. 956; (AHU)-NDIHR/UFMT.

<sup>18</sup> Carta de sesmaria; São Paulo, 25-06-1726; Livro de Registro nº 2, fº 26, mss., Arquivo Público do Estado de São Paulo. Carlos Rosa. *Esbarro no hoje, recuo no tempo, galope na história. (Notas preliminares para um estudo das relações Cuiabá-Chapada.)*. Cuiabá, ACRIMAT, 1994, pp. 9-12. Este detalhe fundamentei-o, entre outras fontes, na transcrição preciosa do saudoso Rubens de Mendonça: Esboço de um capítulo da história colonial de Mato Grosso (Sesmarias). *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1943-1944, Tomos 49-52.

<sup>19</sup> João Antonio Cabral Camelo. *Notícias práticas das minas do Cuiabá*. Cuiabá, UFMT/SECMT, 1975, p. 14.

<sup>20</sup> João Antonio Cabral Camelo. *Notícias práticas(...)*, citado.

<sup>21</sup> Tomé de Gouveia e Sá Queiroga ao Conde de Sarzedas; Vila Real, 07-07-1734; mss., microficha 28 [São Paulo], doc.1092, (AHU)-NDIHR/UFMT.

<sup>22</sup> PETIÇÃO de Tomé de Gouveia e Sá Queiroga; mss., microficha 11, doc. 154, (AHU)-NDIHR/UFMT.

<sup>23</sup> João Antonio Cabral Camelo. *Notícias práticas(...)*, cit.

<sup>24</sup> João Gonçalves Pereira ao Rei; Vila Real, 20-07-1737; mss., microficha 41 [São Paulo], doc.1691, (AHU)-NDIHR/UFMT.

<sup>25</sup> Carta de sesmaria; São Paulo, 25-06-1726, citada.

<sup>26</sup> Ouvidor do Cuiabá João Gonçalves Pereira ao Rei; Vila Real, 07-10-1736; mss., microficha 14, doc. 176, (AHU)-NDIHR-UFMT.

<sup>27</sup> Stuart B. Schwartz. *Segredos internos - engenhos e escravos na sociedade colonial*, 1988, p.365.

<sup>28</sup> Inquirição e ditos de testemunhas; Vila de Itu, 25-09-1733; mss., microficha 22 [São Paulo], doc. 956; (AHU)-NDIHR/UFMT.

<sup>29</sup> Stuart B. Schwartz. *Segredos internos(...)*, cit., p.365.

<sup>30</sup> PETIÇÃO de Antonio de Pinho e Azevedo; mss., microficha 14, doc. 180, (AHU)-NDIHR/UFMT.

## A FÁBRICA DE PINCÉIS NO MEIO DO SERTÃO

Weller Marcos

O comentário histórico das artes plásticas em Mato Grosso passa, forçosamente, por dois nomes da nossa geração, (cujo trabalho representa um marco indiscutível do princípio de um movimento), significativamente, importantes: *Wladimir Dias Pino* – que realizou a revolução poética valorizando as formas visuais através da programação gráfica, e preocupado mais com a elaboração mutante do objeto no espaço que com a cadência e ritmo das palavras na composição dos versos; *Aline Figueiredo* - que estruturou a contemporaneidade das artes plásticas a partir da década de 60. São estes dois momentos os mais importantes até aqui.

Ambos, Wladimir e Aline, utilizaram a edificação da Universidade Federal de Mato Grosso como o ponto de partida e de apoio para alcançarem os processos de projeção e estruturação dos seus movimentos. A esses dois nomes acrescenta-se ainda o do próprio reitor *Gabriel Novis Neves* da UFMT, que colocou a Universidade como o mais importante veículo regional gerador de arte e cultura; trabalhando com talentos como *Humberto Espíndola*, num verdadeiro desafio para superar preconceitos, derrubar princípios estratificados e idéias conservadoras; e revitalizar, sobretudo, a cultura das raízes populares, como o trabalho realizado com argamassa de cerâmica, produzido de forma absolutamente artesanal pela população ribeirinha do rio Cuiabá, principalmente na localidade de São Gonçalo.

O resultado dessa árdua investida da UFMT, ainda no seu início, foi a primeira oportunidade que se deu à organização de um catálogo geral, passando este a ser o verdadeiro livro de registro das Artes Plásticas no Centro-Oeste, elaborado por *Aline Figueiredo*, com assistência técnica de *Humberto Espíndola* e *Carlos Medeiros* – **(Artes Plásticas no Centro-Oeste Edições UFMT/1979) – Museu de Arte e Cultura Popular.**

A própria historiadora Aline Figueiredo, revirando baús em Campo Grande, conseguiu identificar em *Lídia Baís*, o primeiro referencial da

manifestação artística organizada, ainda que tenha se conduzido como pintora anônima e desconhecida, pela própria índole da artista campo-grandense.

Baís estaria para Mato Grosso – ao seu tempo – na mesma linha de importância cultural em que está hoje a poeta Cora Coralina para o Estado de Goiás; ambas, dois significativos ícones da cultura do Brasil Central. Aline, identificou Lídia Baís em seus estudos como *a primeira mulher que a sociedade mato-grossense conheceu com o temperamento que tradicionalmente se julga peculiar ao artista. Por isso sua importância oscila entre sua pintura e o conjunto de sua vida/obra.*

Foram muitos os fatores que contribuíram para o permanente esquecimento das artes-plásticas mato-grossense, sendo o mais significativo a falta de comunicação com os grandes centros nacionais, impedindo assim a assimilação, pelos nativos da terra, daqueles conceitos modernistas já absorvidos pelos produtores artísticos de regiões mais desenvolvidas: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Nordeste e Sul do País. Alguns poucos artistas, nascidos de famílias tradicionais como João Pedro Arruda (esteve algum tempo na França), e Ignez Maria Corrêa da Costa (estudou com Cândido Portinari), tiveram a rara oportunidade de ultrapassar o limitado espaço da fronteira cultural da região em que nasceram.

Em 1964, Aline Figueiredo organiza uma exposição de texturismo, com trabalhos seus e de sua colega e amiga Adelaide Vieira, inaugurando assim a primeira Mostra do Estado com tendências abstratas. Depois, a artista-historiadora expõe (individualmente) em Corumbá e, em 1966, na capital – Cuiabá. Essas exposições vieram estimular a articulação que faltava entre os artistas com Aline, realizando o primeiro cadastro de pintores através de investigações em Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana. Naquela oportunidade foram significativas as participações de Humberto Espíndola e Adelaide Vieira. Com tal esforço o grupo conseguiu realizar a “Primeira Exposição de Pinturas dos Artistas Mato-grossenses” - com trabalhos de Ignez Maria Correa da Costa, João Pedro de Arruda, Dalva Maria de Barros, Jorapimo, Antonio Burgos, Miguel Perez, Clara Noemi Machado, Tarcila Passarelli, Flávio Taveira, Cícero Tenório, Miguel Catan, Franz Weiz, Felix Rantemberg, Reginaldo Araújo, Adelaide Vieira,

Humberto Espíndola e a própria Aline Figueiredo. Entre os jurados, o Salão contou com as expressivas figuras do prof. Pietro Bardi (representando na ocasião o embaixador Assis Chateaubriand), o artista Aldemir Martins e João Parisi Filho, cabendo os prêmios principais a Reginaldo Nascimento Araújo, Jorapimo e Dalva Maria de Barros.

Seguiram-se daí outras iniciativas lideradas pelo mesmo grupo que se oficializou com o nome de Associação Mato-grossense de Artes-AMA, em 5 de agosto de 1967, sendo a primeira entidade do setor em todo o Estado. Podem ser destacadas as seguintes manifestações culturais: “Exposição Grupo Jovem Mato-grossense – 1968 – Cuiabá”; “50 Desenhos e guaches do jovem Di Cavalcante – Cuiabá e Campo Grande – 1968”; Galeria de Arte no Diário da Serra – “Individual de Humberto Espíndola – 1968”; “Cinco Artistas de Mato Grosso” – Cine Belas Artes. São Paulo – 1968; “28 Artistas da Nova Geração” – Campo Grande – 1968; “Palestras de Antonio Bivar” – Campo Grande e Cuiabá – 1969; “Quatro Artistas de Mato Grosso” – Rio de Janeiro – 1970; “Panorama das Artes Plásticas em Campo Grande” – com 139 obras (Clóvis Irigaray, Maria Augusta Cambará, João Sebastião Costa, Humberto Espíndola, Lourdes Figueiredo, Reginaldo Araújo) – 1970; “Brasil via Mato Grosso – 1971”; “Curso de História da Arte e da Criatividade” – a partir de 1970, que revelou para o panorama das artes uma gama imensa de novos valores.

A 2 de janeiro de 1974 era finalmente inaugurado o Museu de Arte e Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso, com a exposição “Panorama das Artes Plásticas em Mato Grosso”, composta de 36 trabalhos de 12 artistas: Adelaide Vieira, Clóvis Irigaray, Conceição Freitas da Silva, Dalva Maria de Barros, Hilton Silva, Humberto Espíndola, Ignes Maria Correa da Costa, João Pedro de Arruda, João Sebastião da Costa, José Ramão Pinto de Moraes, Nelly Martins e Reginaldo Araújo.

A partir da década de 80 diversos nomes já haviam conseguido uma consagração meteórica, passando a figurar em exposições nacionais e internacionais com a mesma expressividade dos artistas do chamado eixo-Rio/São Paulo. Destacados foram: Adir Sodré, Gervane de Paula, Bené Fonteles, Nilson Pimenta, Clóvis Irigaray, Dalva Maria de Barros, Benedito Nunes, Humberto Espíndola, Alcides, João Sebastião. É, quando ocorre no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro a mostra

“Brasil/Cuiabá – Pintura Cabocla”- janeiro de 1981.

Foi através destes artistas e de seus trabalhos que o Brasil e o mundo começou a ter um contato mais íntimo com o Pantanal e a Chapada dos Guimarães, despertando a euforia eco-ambientalista que marcou toda a década através dos movimentos de conservação e preservação ambiental, determinantes como processo de atração de recursos internacionais para projetos agro-ambientais, sendo o mais importante deles o Prodeagro, do Banco Mundial.

A primeira manifestação artística com raízes nas intenções preservacionistas foi à proposta da “Bovinocultura”, de Humberto Espíndola, que satirizou a ocupação do Pantanal pelos criadores de gado. A obra chegou à Bienal de São Paulo ganhando espaço e repercussão (X e XI Bienal Internacional – 69 e 71). Não foram raras as mostras internacionais onde sua obra obteve reconhecimento e valorização, podendo ser citadas: Bienal de Veneza; Medelin; México, entre tantas outras.

Bené Fonteles, em 1982, revoluciona as artes mato-grossenses com a sua proposta da Xerografia, composta de gravuras e colagens saídas de milhares de cópias (xerox) trabalhadas em composições superpostas, onde o artista conseguia narrar o absurdo das situações da época, amenizando o impacto com a beleza gráfica de sua criação. Dele falou Aline Figueiredo: *Aproveitando ainda mais os recursos da xerografia Fonteles faz circular seu trabalho pelos correios, através da arte postal, ou e-mail art e veicula desde 1976, o seu lema indefectível: Antes arte do que tarde.*

O tema indígena também foi trabalhado por dois artistas que se superaram no estilo irreverente de viver: Clóvis Irigaray e Maurílio Barcellos. O primeiro transformou-se numa escultura viva ao tatuar a própria cabeça e rosto, desfilando em trajes extremamente extravagantes (mortalhas). Sua arte que atravessou inúmeras fases é composta de um desenho hiper-realista, limpo e belo; chegando a momentos exageradamente fantásticos, produziu uma verdadeira sátira à religião confundindo-a com a crítica social, sistema que induziu o artista a menosprezar o valor das coisas (fala-se que chegou a trocar obras valiosíssimas por uma simples carteira de cigarros). Para ele o santo de um altar qualquer era sempre tão místico e tão profano quanto

as indestrutíveis cópias de cínicas Mona Lisas, repetidas milhares de vezes como se fosse um objeto de bazar de bugigangas. Sua fase de "*Madonas*" retrata a irreverência do caos em que o artista mergulhou a própria vida, abandonando os valores estéticos, agredindo os conceitos pré-estabelecidos e repugnando o convencional político-burguês. Contudo não afastou na trajetória de sua criação, rica em fantasia, com uma beleza proporcionada ora pela profusão de cores, ora pela ausência de matizes (há dele quadros pintados apenas com a tinta preta), mesmo assim realizados de forma a identificar a genialidade do autor. *Maurício Barcelos*, se ocupou em ir pouco além das preocupações figurativas; trabalhou sua arte de forma diversificada com a madeira; realizando entalhes em composição com outros materiais, sempre dando importância ao tema indígena que utilizou profusamente, tratando-o de maneira engajada quase como um processo de defesa do habitat, da natureza e do resgate cultural. Morreu jovem, depois de ter contraído AIDS.

## O MUSEU RONDON

No espaço universitário o Museu Rondon, da UFMT realiza a amostragem da arte indígena, dando ênfase às culturas Nambikwara, Bororo, Xavante e Bacairi. O rico acervo de um trabalho artístico praticamente em extinção, engloba peças elaboradas, ora em cerâmica, ora em rica plumária, até mesmo em trançados e cordões. Adornos de plumas usados em rituais religiosos, recipientes de cerâmica/casca de pau/talo de buriti; abanos, cestos de talos de taboca; cestas e esteiras, peneiras; colares realizados com ampla maestria manual e pictórica, onde a tinta de urucum, a cabaça, o casco e o rabo do tatu, as sementes silvestres, são componentes permanentemente presentes na obra artística, de um primitivismo exuberante.

*Dalva Maria de Barros*, pode ser chamada a pintora do cotidiano que retrata a simplicidade da vida da sociedade cuiabana, estabelecendo a inter-relação entre o novo e o velho, o antigo e o moderno. De forma documental; a mudança arquitetônica da cidade, o espetáculo

das festas religiosas, dos eventos culturais; trabalhando sempre de maneira historiográfica. A nuance das cores da obra de Dalva é suave, porém os detalhes, estes explodem como se tivessem sido captados por uma máquina fotográfica. Seu trabalho junto a UFMT foi significativo para a construção do movimento que revelou inúmeros talentos ao cenário das artes plásticas no Estado.

### **WLADIMIR DIAS PINO – A magia gráfica criadora de fantasias e realidades**

Ninguém criou mais que Deus no Universo, nem mais que Wladimir Dias Pino, nas artes plásticas mato-grossenses – sua genialidade foi sempre incomparavelmente fantástica, e superou a própria razão das existências tidas conhecidas. No gráfico não foi superado e crê-se que, dificilmente o será. Foi com ele que a Universidade Federal de Mato Grosso conseguiu se expressar além do próprio âmago, da medrosa estrutura, da acanhada investida rumo ao desconhecido. Wladimir levou a audácia a limites fantásticos: foi ao inferno e ao paraíso num mesmo tempo de luz e trevas.

Não se sabia quando realmente estava rindo dos seus observadores, ou blasfemando e tripudiando a orgia inacabada da má utilização dos recursos públicos, manipulados por uma burocracia formal do Sistema Político Cultural, com o qual ele brincou durante todo o tempo da sua explosiva sede de criação.

Enquanto viveu distante das badalações, fugiu da glória, elevando conscientemente todas as fases culturais a uma fogueira imensa, onde, queimou o convencional criando com as cinzas o seu *“Processo”* – o poema da interpretação do falar, do ver, do sentir e pressentir; o poema do colorir a abstração em folhas de papel; de rasgar gravuras e misturá-las num só tempo universal, como num balaio de feira livre. Wladimir antecipou com a rejeição do direito autoral à própria *Era Internet*, onde todas as informações pertencem à Humanidade não importando quem as tenham criado ou descoberto. Depois, efervesceu o carnaval de rua, com totens imensos, flamulando o espaço em profusão de cores; ali, escreveu em papéis pintados nas rotativas uma combinação de cor/

*verso/imagem*. Na arte, poder-se-ia chamá-lo *Papa do Informal*, se o admitisse! Seus cadernos foram expressão gráfica mais chocante, mais agressiva, embora a matriz dos conceitos ideológicos viesse sempre embutida, ora num pingo do *i*, ora na posição da vírgula abaixo do ponto. Um mestre gráfico, um poeta inquieto, um artista solitário, por certo!

## A Nova Seara

Aí estão narradas e expostas as sementes da arte que tivemos. Nem de todos falamos e nomes há ainda a citar, tão fortes e expressivos quanto à lembrança dos lembrados. Como num campo fértil, de adubo santo, o olhar simples não consegue enxergar todo o infinito das coisas em volta. Muito mais há e haverá, e quem tanto plantou sabe que nem tempo terá para tudo colher.

Ainda muito mais semente há no jacá de varas dessa aldeia d'artes, às vezes tão primitiva, outras tantas tão futurista, que nos deixa imaginar estarmos numa roda gigante que ora gira lenta e ora veloz – mais que a luz!

Mais nomes há para encerrar: Benedita Gonçalves, Eduardo Batista leite, Euripedes Santa Lise, Gercy Bianchini, José Lemen da Rocha, José Serafim Bertolotto, Luiz Carlos de Souza, Márcio Aurélio dos Santos, Maria Cecília Castro Pinto, Osvaldina Santos, Raimundo Moreira, Regina Pena, Suzana Vilela, Telma Rezende, Adriana França Moreno, Andréa Antonen de Souza Silva, Antonio Reis Coelho, Ari Alves da Silva, Benedito Aleixo Cortés, Benedito Zamparoni, Carlos Lopes, Cicero Costa, Cleide de Barros, Conceição Pinto, Elder Madusga, Eliamar Pereira, Hermes da Silva, Gonçalo de Arruda, Idelene dos Santos, Jadir da Silva, Jadir Marques, Joinete Silva, José Antonio Brito, Josemar Maciel, Luciano de Souza Carrelo, Lucrecia Dilda, Marcelo Santana Almeida, Marcos Santana Albuquerque, Marcus Vinicius Danim, Maria de Fátima Carlos Bezerra, Maria Tereza Bizignani, Marina Marioka Minami, Mauro José dos Santos, Nelza Rosa de Cerqueira Caldas, Odair Mello Azedo, Osmando de Souza Costa, Paulo Bernini, Paulo Fernandes da Silva, Paulo Figueiredo Silva, Rosemary Dutra Leão, Sebastião Neves Macedo, Waldeck Euripedes Curvo Bezerra (VII Salão Jovem Arte Mato-grossense – Fundação

Cultural de Mato Grosso).

Na minha lista "Ours Concours" incluo por conta e risco: Francisco Charnecca, Antonio Zorin, Lázara Bonfim, Marta Catunda, Márcio Aurélio Santos, Vitória Basaia, Anna Amélia Marimon, Hermes de Melo Rodrigues, Jared Moreira Aguiar, Pádua, Maria Amélia Zapata Lorire, Janete Hartmann e muito mais.

### **Weller Marcos**

Jornalista, artista plástico, poeta e historiador, Membro do Instituto Histórico de Mato Grosso, da União Brasileira de Escritores – UBE/MT e GO, sócio remido da Associação Goiana de Imprensa. Fundador presidente da Fundação Cultural do Brasil Central. Delegado do segmento Literário junto ao Conselho Estadual de Cultural de Mato Grosso.

## Parte II

# DOCUMENTAÇÃO

## BRASIL-PORTUGAL

### Um mar-oceano de documentos

*Esther Caldas Bertoletti*

*Dois princípios fundamentais ao trabalho histórico: 1) a necessidade de recorrer às fontes e 2) nenhum historiador, por mais ilustrado que seja, é uma autoridade que devemos seguir cegamente.*

*José Honório Rodrigues<sup>1</sup>*

#### Só para relembrar

A preocupação com a guarda de documentos produzidos pelos homens em suas diferentes ações ao longo do tempo histórico parece ter estado sempre presente em todas as épocas. As gravuras rupestres encontradas nas cavernas nos comunicam, ainda que de forma canhestra e incompleta, como os nossos antepassados viveram na pré-história em remotos períodos. A possibilidade de decifrar as escritas dos diversos povos da antiguidade nos revela dados e informações que nos permitem tentar conhecer as sociedades e as culturas do passado no esforço, ingente, de vivermos o presente e de sermos capazes de forjar os elos que formam a cadeia interminável do processo histórico. Quando deparamos com as informações que estes registros nos trazem, podemos indagar o que os antigos queriam nos transmitir. Imagino como os arqueólogos e os etnólogos devem permanecer cheios de dúvidas quanto ao verdadeiro significado destas mensagens.

Na Grécia Antiga, que deixou um legado cultural de tão grande significação para a chamada cultura ocidental, ou na Ásia com suas filosofias e culturas multimilenares que tanto atraem e fascinam a nós, os ocidentais, a preocupação com o deixar escrito algo que transmitisse aos pósteros o seu modo de pensar e de viver sempre esteve presente.

Os governos, no esforço de deixar registro de suas ações, foram os primeiros a cuidarem da elaboração e da guarda dos assim chamados documentos, fossem eles monumentais, em pedra, ou transmiti-

dos pelos pergaminhos mais duradouros, como os colocados em frágeis folhas de papel...

Lembro-me ainda, e não faz tanto tempo, que os diplomas das Universidades, mesmo no Brasil, eram impressos em pergaminho para durarem além do tempo de vida daquele que o recebia, tornando-os verdadeiros documentos, símbolos familiares, repassados de geração em geração, à guisa de relíquias de família...

Outra não seria a postura das sociedades medievais na época em que o saber era privilégio da classe detentora do poder, dos príncipes, dos nobres e dos religiosos. O convento medieval guardava a memória do mundo, na maioria das vezes registrada nos textos magnificamente manuscritos e ricamente ilustrados... (não nos esqueçamos do romance de Umberto Eco, *O nome da Rosa...*)

Com Gutenberg e o advento da Imprensa romperam-se muitas das barreiras que preservavam a elitização do conhecimento, dando início ao que poderíamos chamar de vulgarização do saber, etapa do processo de democratização que, quem sabe, poderá ser alcançado com os meios eletrônicos de comunicação, formando o que McLuhan denominou de *global village*. Não obstante as profundas transformações trazidas pelo avanço extraordinário da ciência e da tecnologia permanece, ainda hoje, a importância dos documentos manuscritos como repositórios de informações das épocas passadas. Fato este incontestado na História da sociedade brasileira, como bem comprova a quantidade de documentos com que sempre se depararam os pesquisadores brasileiros ao quererem conhecer o nosso passado colonial, do período que vai de 1500 até a nossa Independência.

### **O Interesse Despertado**

Com a Independência do Brasil em 1822, começava-se a delinear uma nova etapa da história de uma nova nação, da pátria brasileira, que emerge como a projeção dos anseios, ideais e valores resultantes do longo e ininterrupto processo de sedimentação dos fatos da história passada, em grande parte produzidos e registrados por documentos. Começam a surgir as primeiras preocupações com a identificação dos registros da história pátria. Muitos documentos deveriam existir espalhados pelo imenso território nacional e nos diversos ar-

quivos estrangeiros. Logo depois de criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) lançou um concurso destinado a procurar orientações para a implementação de um método pelo qual se deveria escrever a História do Brasil. Foi vitoriosa a dissertação – para usarmos uma palavra de época – escrita por Karl Friedrich Philipp von Martius, depois do seu regresso do Brasil, em Munique em 1843, e publicada em janeiro de 1845 na Revista da já prestigiosa instituição. O jovem botânico, também formado em medicina, que chegara ao Rio de Janeiro em 1817 (no séquito científico da arquiduquesa da Áustria D. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, futura Imperatriz do Brasil) para estudar – juntamente com Johann Baptist von Spix – as opulentíssimas flora e fauna brasileiras, assim como as riquezas do subsolo e as populações nativas... ainda mal conhecidas dos meios científicos do Velho Mundo, e que levou Vicente Tapajós a dizer: *Von Martius observou para além da flora e da fauna e muito ajudou a pensar o nosso Brasil.*<sup>2</sup>

Desde a sua fundação que os sócios do IHGB dedicaram-se a delinear a melhor maneira de se escrever a História do Brasil. Dos debates e troca de idéias surge o esboço de um plano de trabalho do que deveria ser uma obra coletiva abrangendo as perspectivas política, civil, eclesiástica e literária dos fatos históricos. Percebeu-se já naquela época a importância dos documentos como a principal fonte de informação e a inevitável necessidade do imenso território que já *agora principia a sentir-se um todo unido* e que para realmente tornar possível a integração das partes deste todo era necessário que *as partes se tornem caras umas às outras.* (Martius, 1991). Ao escrever essas palavras em 1843, von Martius apontava e defendia a necessidade de se valer dos documentos para uma melhor compreensão dos passados trezentos anos da história da sociedade brasileira, envolvendo os fatos da descoberta, das conquistas e lutas de colonizações, dos enraizamentos, sonhos e projeções futuras de todos os que aqui viveram e vivem.

Logo a seguir, no Segundo Império, com o patrocínio pessoal de D. Pedro II, seguem para Lisboa e outras capitais da Europa os primeiros pesquisadores brasileiros que iriam copiar os documentos e, ao mesmo tempo, vários outros pesquisadores percorriam os arqui-

vos espalhados pelas Províncias brasileiras com a incumbência de *recolher*, visando a identificar, trazer à luz e preservar toda a vasta documentação que *merecia* ser lida e estudada para que se pudesse escrever a História do Brasil. Por razões, hoje óbvias, já que naquela época faltavam um embasamento metodológico e uma organização sistêmica, nem se conseguiu copiar todos os documentos *interessantes* para a História do Brasil, nem foram recolhidos, criteriosamente, os documentos espalhados por todo o território nacional.

Gonçalves Dias, em meados do século XIX, é exemplo de um *literato* – para usar novamente uma palavra de época – que se dedicou a ambos os projetos; andou pela Europa *copiando* documentos e percorreu as Províncias do Norte *recolhendo* outros tantos, por ele considerados importantes. Mas coube a um jovem professor de História do então já prestigiado Colégio Pedro II, José Maria da Silva Paranhos, que se tornou conhecido como Barão do Rio Branco, o grande impulso que recebeu o projeto de cópia dos documentos sobre o Brasil existentes nos arquivos europeus. Foi a partir de documentos que ele, debruçado em papéis e mapas, conseguiu fixar as nossas fronteiras nos limites para onde o sonho e os feitos dos antigos colonos tinham levado a língua e a cultura portuguesas. E talvez tenha nascido do patrono do nosso atual Ministério das Relações Exteriores, mais conhecido como Itamaraty, a sensibilidade, o gosto e a dedicação dos diplomatas brasileiros pela história e pelos documentos. Exemplo contemporâneo permanece, sempre, o dos irmãos João e Evaldo Cabral de Melo, que se dedicaram, tanto um como outro, se não mais a copiar, muito mais apropriadamente a *resumir em verbetes* os documentos dos Arquivos Europeus (Sevilha, por João Cabral de Melo Neto) e a utilizar das fontes existentes no exterior para escrever seus magníficos livros sobre o período holandês (Evaldo Cabral de Melo). São inúmeros os diplomatas e historiadores que ontem e hoje se dedicaram e continuam a se dedicar a estas ingentes e importantes tarefas.

Quando Capistrano de Abreu pensara, por volta de 1915, retomar os seus Capítulos de História Colonial, *adiava o empreendimento definitivo, pois achava prematuro pensar em escrever História do Brasil, à vista do Catálogo de Manuscritos do Conselho Ultramarino, começado a publicar pela*

*Biblioteca Nacional, sob a direção de Manuel Cícero. Dizia Capistrano, em carta a Mário de Alencar, datada de 9 de janeiro de 1910, só conhecemos os documentos triviais, dos mais importantes, dos fundamentais, só agora se vai conhecendo a existência.* Ora, vejamos o que àquela época fazia a Biblioteca Nacional... Tinha comissionado o pesquisador português Eduardo de Castro e Almeida a realizar um trabalho que, tal como o próprio Capistrano apontava, seria de inestimável apoio para as pesquisas históricas brasileiras<sup>3</sup>.

Desde 1866 que Capistrano falava na necessidade de *enviar uma pessoa moça que, residindo em Lisboa, fizesse alguma coisa pelas pesquisas históricas..* Esta iniciativa da Biblioteca Nacional, *inspirada por Capistrano, fiscalizada por Capistrano, apoiada por Capistrano* (grifo é nosso), no dizer de José Honório, foi um esforço que, infelizmente, não prosseguiu avante. Apenas uma pequena parte da documentação da Capitania da Bahia e do Rio de Janeiro foi *trabalhada* e não teve continuidade pois não teve sucessor. Trabalho de igual fôlego só foi novamente realizado por ocasião das Comemorações do 400 anos da criação da cidade de São Paulo, quando encomenda semelhante foi atribuída a Alfredo Mendes Gouveia, que nos legou 15 alentados volumes publicados pelo IHGB, em sua Revista. Cabe-nos acrescentar, por oportuno, o volume de Luisa da Fonseca sobre os documentos da Capitania da Bahia, século XVI-XVII, publicados, também, nos anos 50 pelo Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Mas os documentos que Castro e Almeida, Mendes Gouveia e Luisa da Fonseca deram a conhecer aos pesquisadores brasileiros, com os seus completos e longos verbetes-resumos e índices de pesquisa representavam, apenas, 339 caixas das mais de 2000 que se encontram hoje nas estantes do Arquivo Histórico Ultramarino, ao lado de cerca de 800 Códices. Pouco mais de 15 por cento do total de documentos a serem desvelados aos olhos dos pesquisadores que se interessam pela História do período colonial brasileiro<sup>4</sup>.

### **A Retomada dos Sonhos**

Durante os anos 70, inúmeros foram os pesquisadores que influenciados pelos ideais de Capistrano de Abreu voltaram os seus olhos e os seus empenhos para os documentos do antigo Conselho Ultra-

marino. Foram até Lisboa, debruçaram-se nas caixas de inúmeras Capitâneas, fizeram pequenos inventários, cada um a seu modo, chegaram mesmo a utilizar os modernos métodos de microfilmagem, já disponíveis naqueles anos, e deixaram os resultados de seus trabalhos nos diversos Departamentos de História das diferentes Universidades brasileiras a que cada um estava ligado. Assim ocorreu no Amazonas, no Ceará, no Espírito Santo, em Sergipe, na Bahia, em Santa Catarina, no Rio Grande do Norte, entre outros. Alguns Índices, datilografados, resultado destes esforços em relação ao imenso acervo documental e que a direção do Arquivo Histórico Ultramarino colocava à disposição dos pesquisadores na sua sala de leitura, foram perdendo, ao longo do tempo, sua utilidade porque desarrumaram e rearrumaram os documentos nas latas (caixas metálicas, tipo gavetas, onde se guardam até hoje os documentos avulsos do Conselho Ultramarino).

Oxalá a Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, criada em 27 de março de 1943, tivesse dado continuidade ao Plano estabelecido com as achegas de José Honório e consolidado pela Portaria do Ministério das Relações Exteriores de 19 de janeiro de 1956, de fazer nos arquivos históricos de Portugal e da Espanha, *um índice geral da documentação referente ao Brasil, que neles se encontrar e de proceder à cópia dos documentos indicados, seja, escrita, fotografada ou microfilmada, conforme as condições e possibilidades*, o quanto já ter-se-ia caminhado nesta tarefa e que resultados já teria produzido!

Talvez tivéssemos poupado recursos, tempo e esforços. Isto porque os Catálogos como os produzidos pelo Embaixador João Cabral de Melo Neto (sobre os documentos existentes nos Arquivos das Índias, em Sevilha), e por Cícero Dias (naqueles existentes na Biblioteca de Santa Genoveva, em Paris) teriam se juntado a tantos outros não só dos arquivos portugueses e espanhóis, mas, ao concluírem-se esses, aos que surgiriam dos levantamentos dos arquivos holandeses, franceses, ingleses, italianos e de todos os outros países que, direta ou indiretamente, estiveram ligados à História da nação brasileira.

É o que agora estamos a fazer com o PROJETO RESGATE DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O BRASIL COLÔNIA EXISTENTE NO EXTERIOR "BARÃO DO RIO BRANCO," que pode ser visto como um embrião, uma

mente que, fecundada, dará partida a um processo que se projetará infundavelmente através dos tempos no esforço de melhor se conhecer o passado de nossa pátria. Atualmente é coordenado pela Assessoria Especial do Ministério da Cultura sob inspiração e incentivo do Embaixador Wladimir Murtinho, figura impar que nos anos 80 à frente da Fundação Alexandre de Gusmão e com a ajuda do jovem historiador Leopoldo Collor Jobim começou a reunir e a conscientizar, em torno da idéia da retomada dos antigos ideais de copiagem dos documentos existentes nos arquivos europeus, os professores e historiadores que contemporaneamente tinham se debruçado sobre os documentos manuscritos, avulsos, para ordená-los e catalogá-los de forma definitiva. Alguns anos se passaram desde 1983, quando reunidos no Itamaraty do Rio de Janeiro, o Embaixador Wladimir Murtinho e José Honório Rodrigues partem para re-desenhar um projeto para que as fontes documentais do passado colonial brasileiro pudessem, real e efetivamente, estar disponíveis, na sua integridade informacional, a todo e qualquer pesquisador, uma vez que a microfilmagem sistêmica se consolidava e tudo era só uma questão de articulação e amalgamagem.

Daquela reunião do Itamaraty até o início do PROJETO RESGATE mais de vinte anos se passaram, alguns dos personagens envolvidos deixaram o nosso convívio, mas os que restaram mantiveram-se despertos e atuantes como que esperavam a oportunidade, como que na espreita, do momento favorável que deveria surgir, de receber o apoio das autoridades competentes, poderem deslanchar, novamente, o processo, agora em moldes definitivos, marcados pela modernidade das normas arquivísticas internacionais e respaldados pelas Resoluções da UNESCO. O moderno princípio de *patrimônio comum* atribuído aos documentos do passado de dois países ligados pelos laços do colonialismo e que hoje seguem com independência cada um o seu rumo, parte do pressuposto de que uma sociedade para conhecer a sua verdadeira identidade tem de, necessariamente, conhecer o seu passado, forjado em fatos, na sua maioria descritos em documentos... Se esgota assim o princípio de *propriedade exclusiva* do documento histórico, atribuída a uma das partes da relação colonizador/colonizado e que tendia a privilegiar a parte mais forte da relação, com os possíveis

vetos e manipulações que dificultavam e mesmo impediam a identificação da verdadeira identidade do mais fraco<sup>5</sup>.

Os princípios de *patrimônio comum* e de *herança da humanidade* consagram o direito inalienável de ambos os estados e – ousaria mesmo dizer – de todos os estados, a terem a propriedade do documento histórico, a uns a sua propriedade real, detentores que são do documento, a outros a sua propriedade virtual, uma vez que o documento pode ser integralmente reproduzido em cópias fac-similadas em fotogramas. Não importa mais quem detenha o documento original, ambos os estados têm o direito ao conteúdo integral dos mesmos, através da microfilmagem, e podem fazer uso do conjunto documental como se seu fora, pois ele diz respeito a seu passado, parte integrante de um passado comum... Uma ampliação do conceito de *patrimônio comum*, começa a surgir com o princípio de *memória do mundo e herança da humanidade*, permitindo a todos os homens compartilharem do passado, pois os elos da cadeia humana são muito mais amplos e importantes que o tracejar das fronteiras que, delimitando os estados e separando os povos, pudessem escrever Histórias autárquicas, isoladas umas das outras. É o que a História moderna está a nos ensinar e cada vez mais neste final do século XX, prenúncio do que continuará a ser no século XXI.

Sem dúvida que a proximidade do ano 2000, tempo em que se anunciavam e projetavam as primeiras idéias voltadas para o que deveriam ser as grandes comemorações da chegada de Pedro Alvares Cabral a Porto Seguro, incentivou-nos a todos a dar passos firmes e decisivos na busca dos documentos do nosso passado, para conhecermos os *primeiros 300 anos de nossa História escrita*, como costumava dizer Pedro Calmon.

Coube-me a honra de ser a Coordenadora Técnica do PROJETO RESGATE e de, no desempenho desta função, me envolver direta e profundamente em todas as etapas deste desafiante trabalho, difícil e cansativo, mas extraordinariamente gratificante, que motiva e empolga a todos nós, para muito além do dever funcional.

O gentil convite de Gilda Santos de escrever um artigo sobre o PROJETO RESGATE oferece-me a oportunidade, há muito desejada, de deixar registrado na Revista do REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

um esboço do nosso trabalho *neste ano em que, de todos os modos e por toda parte, se comemoram os 500 anos do Brasil.*

Os trabalhos que foram, que estão e que ainda deverão ser realizados em Lisboa, nas suas diferentes etapas, não só lendo e relendo os documentos, tentando decifrar as suas palavras e abreviaturas e, depois, as necessárias e cansativas revisões dos verbetes-resumos e a elaboração dos Índices vem recebendo o reconhecimento e os melhores aplausos das duas pátrias, ao constatarem que o PROJETO RESGATE visa a colocar à disposição de todos os dados históricos, objetiva e diretamente colhidos na fonte primária dos documentos, que permitirão recriar uma nova História comum.

Isto nos emociona e gratifica e é em nome de todos os que neste pleito imenso se envolvem que recebo as homenagens e as vênias que vamos colhendo ao longo desta emocionante aventura: a aventura histórica da *Descoberta dos Documentos.*

Convocar consagrados pesquisadores, historiadores, paleógrafos, arquivistas, assim como jovens que iniciam suas carreiras, conseguir recursos para mantê-los em Lisboa, por longos períodos, meses a fio nas salas do Arquivo Histórico Ultramarino, à Calçada da Boa Hora, nº 30, no Restelo, manter a continuidade do labor conjunto de brasileiros e portugueses, lado a lado, empenhados a desvelar uma história comum, repleta de detalhes e coisas novas, ainda não desveladas e que emocionam o mais calejado dos pesquisadores, enfrentar, equacionar e compor as mil e uma surpresas que surgem a toda hora e próprias de um trabalho de tais dimensões, o querer vencer as barreiras e obstáculos de práticas enrijecidas e acomodadas ao longo do tempo são o desafio constante que levaria qualquer um ao desânimo e a uma justificada rendição não fossem a confiança e a esperança suscitadas pelo significado do próprio trabalho em si e pela alegria e euforia com que vão sendo recebidos os resultados tanto por aqueles que diretamente estão empenhados em produzi-los como por aqueles que deles se valerão nos seus trabalhos futuros.

Emociona-me ver brilhar os olhos cansados das inúmeras horas diárias de leitura exaustiva dos documentos, textos manuscritos que os conhecimentos de paleografia conseguem decifrar. Como gostaria

que os seus rostos, as suas fisionomias por vezes refletindo o peso do cansaço das horas trabalhadas, estivessem visíveis e gravadas na memória de todos aqueles que do fruto deste labor irão se valer. Olhos cansados das telas dos computadores e da leitura continuada dos documentos dos séculos XVI-XVIII.

Todo trabalho traz em si um quê de magia que atrai e fascina, quando feito com amor e empenho, mormente quando interage com quem o realiza, permitindo a liberação da capacidade de doação própria do ser humano.

Creio poder afirmar que esta é a chave, o segredo do sucesso que vamos colhendo com os trabalhos do PROJETO RESGATE, a capacidade de tornar gratificante um trabalho que possui todos os ingredientes que o tornaria insípido, enfadonho e desinteressante.

Mas o que dizer das pessoas envolvidas neste trabalho, daqueles que nos têm apoiado e colocado os meios à nossa disposição?

A emoção e o prazer de ver reconhecido o trabalho que permite conhecer o conteúdo exato de um documento na sua inteireza, os fatos que envolveram os vultos históricos que já povoam as nossas mentes e as descobertas de episódios e de personagens que seriam inexoravelmente tragados pelo caudal do desaguar do tempo histórico e que tenderiam a se perder no olvido sem registro do anonimato, são, talvez, as linhas de força que movem os braços cansados e firmam a vista embaralhada daqueles que, como Sísifo, enfrentam uma tarefa acima de suas forças.

São tantos os nomes que teriam de ser ditos e escritos em letras maiúsculas quando se quer identificar e homenagear todos os que colaboraram e colaboram nesta obra coletiva, ímpar, que imbrica gerações e gerações de sonhos.

Poucas vezes um trabalho conseguiu amalgamar e irmanar o empenho de alguns por tanto tempo. Creio que podemos nos utilizar aqui das palavras de Wiston Churchill diante das batalhas aéreas que se travavam nos céus da Inglaterra na Segunda Guerra Mundial, *nunca tantos deveram tanto a tão poucos*.

Será sempre assim, com este pleito de gratidão, que Brasil e Portugal irão para todo o sempre reverenciar aqueles que têm os seus no-

mes gravados nos rolos dos microfimes, nos CD-ROMS e nos Catálogos e que serão identificados quando os suportes da documentação forem consultados na busca de um dado que possa ilustrar um episódio, quando se estabelecer o reencontro das raízes da origem de um fato ou o precisar de uma data. A eles reporto sempre as homenagens recebidas e é como se todos estivéssemos assinando, conjuntamente, os artigos publicados nas revistas, como estas anotações para o número especial de CONVERGÊNCIA.

Certamente que nos cabe dizer que todos nós, que nos empenhamos agora neste trabalho, não somos melhores ou mais bem dotados do que aqueles que nos antecederam nas diversas tentativas e etapas anteriores. Diria mesmo que somos apenas mais afortunados, porquanto pudemos desfrutar de condições especiais (e aqui cabe referenciar o nome do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, como um dos mais entusiasmados dos que nos apoiaram) que favorecem a realização de uma tarefa desta portada. Senão vejamos: as extraordinárias conquistas da ciência e da tecnologia que nos fornecem todo um instrumental que facilita imensamente a realização e a continuidade dos trabalhos; o momento histórico, assaz propício, dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, que motivou a todas as autoridades dos governos brasileiro e português; o inconsciente coletivo que projeta uma conscientização capaz de levar a sociedade civil a desejar colaborar com recursos que complementam as dotações orçamentárias, sempre tão parcas para empreendimentos desta natureza. Assim é que os documentos custodiados por tão longos anos em Lisboa e que retratam os fatos acontecidos nos séculos XVI a XIX são lidos em telas de computadores, reproduzidos em microfimes e, através de CD-ROMS, chegam aos mais afastados recônditos brasileiros ligando-os, através dos fatos passados, ao esforço com que, presentemente, se constrói uma sociedade que se pretende mais justa e mais humana.

O pesquisador contemporâneo, quer no Brasil, em Portugal ou em qualquer outro lugar, pode, nos centros de pesquisa ou no receso de seu próprio lar, dispor de cópias fac-similadas que lhe darão a segurança e a certeza de estar consultando a reprodução idêntica, fotográfica, dos documentos que irão fundamentar os seus trabalhos.

Formamos uma comunidade de trabalho e a ela reparto e transfiro sempre os encômios e as loas que vou colhendo, bem como as honorarias com que galardoam um trabalho que, antes de tudo, é um trabalho impessoalizado, porquanto comum, mas não anônimo, já que a participação de cada um ficará indelevelmente registrada.

Permitam-me afirmar e o faço com justo orgulho e tranqüila convicção que a equipe que recebeu a incumbência de realizar o PROJETO RESGATE e que hoje se estrutura como uma verdadeira comunidade luso-brasileira de trabalho, tem correspondido, plenamente, às expectativas que foram formuladas quanto ao que se poderia fazer e que o que estamos alcançando irá contribuir de forma indiscutivelmente positiva para que se possa melhor conhecer a História de nossas duas pátrias, do Brasil e de Portugal.

O que nos envaidece, sobremodo, é podermos constatar que o PROJETO RESGATE é um dos poucos consensos que une uma grande maioria de modos de pensar, muitas vezes tão divergentes, tanto no Brasil quanto em Portugal, com relação às comemorações dos 500 anos do Descobrimento. O fato incontestado, acima das ideologias e das avaliações, sempre imprecisas porque eivadas de subjetividade, é a necessidade de se conhecer os fatos históricos através da materialidade contida nos documentos que os reproduzem.

Tivemos um passado comum, intensamente vivido ao longo de 300 anos que registram o período em que as terras que formam o Brasil de hoje estiveram diretamente vinculadas e subordinadas à Coroa portuguesa. Ao longo deste tempo, construiu-se uma sociedade que, assim como toda outra sociedade humana, foi forjada com erros e acertos. Deste passado, já bem distante mas ainda não remoto, temos de conhecer, se quisermos cumprir com o que nos cabe, e vivermos conscientemente o presente, analisando o passado, a fim de construirmos o futuro.

## **Os Resultados Concretos na Casa do Brasil**

### **– O Arquivo Histórico Ultramarino**

Ao alinhar os resultados que vão compondo este imenso mosaico histórico permito-me lembrar as palavras de alguns outros historiadores, além dos já citados, que anteviram a importância de um

trabalho sistemático de levantamento e divulgação dos documentos custodiados nos diferentes arquivos europeus para a melhor compreensão da história colonial comum.

Neste sentido, Alberto Iria<sup>6</sup> cita palavras pronunciadas por Valentim Benício da Silva, no REAL GABINETE POTUGUÊS DE LEITURA, em 1945, *...separa-nos a vastidão dos mares, já hoje sem expressão em face da tenuidade dos ares, mas congrega-nos, além do sangue, a tradição e os sentimentos...*

Alberto Iria, laborioso diretor do Arquivo Histórico Ultramarino (a ele devemos alguns inventários e catálogos dos poucos publicados em Lisboa) lembrava o problema do *desconhecimento de muitas fontes históricas que, ainda inéditas, e felizmente conservadas em muitas das nossas Bibliotecas e Arquivos, quer públicos, quer particulares, e que aguardam a hora de sua publicação*. E mais, querendo enfatizar a importância da catalogação dos documentos, Iria transcreve também as palavras de A. de Magalhães Bastos: *Nesta época, em que têm tomado tão grande desenvolvimento os estudos da história luso-brasileira, não é dos menores serviços que se podem prestar aos investigadores interessados por esses trabalhos fazer a publicação de inventários dos documentos que se guardam — tantos deles ignorados — nos Arquivos, ou até, sendo exequível, a publicação dos próprios documentos quando inéditos ou pouco conhecidos...*<sup>7</sup>

Quase como em um Relatório, permitam-se esmiuçar os resultados já alcançados e os que estão prestes a serem colhidos com relação aos trabalhos realizados em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino que Pedro Calmon com propriedade chamava de *A Casa do Brasil*. Creio que emociona a todos nós brasileiros que por ali passam defrontar -se com uma rua vizinha que tem o nome de Pedro Calmon onde se lê na placa indicativa: "historiador brasileiro e amigo de Portugal." Ao insígne mestre a nossa homenagem.

O esforço de todos, embora importante e meritório, nada mais é pois do que a concretização dos ideais e dos empenhos de todos os que nos antecederam. E a nossa parte nesta obra comum que varou gerações, é como que o de pavimentar uma estrada locada, traçada e aberta pelas diferentes frentes de trabalhos desde o início do século XIX.

Os documentos sobre o Brasil existentes no Arquivo Histórico

Ultramarino encontram-se divididos em três grandes conjuntos:

I – Documentos avulsos (SALA DO BRASIL)

II – Os reunidos em Códices (SALA DOS CÓDICES)

III – A Cartografia e Iconografia – resguardados em confortáveis mapotecas

No seu desenho inicial, o PROJETO RESGATE contemplou na sua primeira fase – e não sem motivo – a re-organização, verbetagem e microfilmagem de todos os documentos de interesse para o Brasil existentes no AHU. O número de caixas por ordenar e proceder a uma leitura e releitura minuciosa, embora sendo considerada como um grande esforço, não nos parecia impossível de ser realizada, se bem que em alguns momentos chegássemos a pensar que a tarefa hercúlea estava acima de nossas forças e dos recursos colocados à disposição do PROJETO RESGATE.

Mas, com o apoio e as chegadas de muitos, vimos pouco a pouco o velho sonho começar a tornar-se realidade. Foram sendo amalgamados e modernizados os textos, harmonizados os trabalhos de vários pesquisadores, consolidados os dados, a linguagem, tudo para melhor disponibilizar a informação ao usuário.

A cada dia e com o avanço dos trabalhos, vemos o conjunto documental crescer e se complementar. O PROJETO RESGATE conseguiu, no que diz respeito à documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, completar de forma definitiva a organização dos documentos, uma vez que foram sendo numerados, um a um, em agora cotas permanentes. Os diversos conjuntos, quando considerados prontos, são microfilmados no âmbito do PROJETO RESGATE. Chegados os rolos ao Brasil, são digitalizados e transferidos para CD-ROMS de pesquisa, passando a ser acessíveis *urbi et orbi* no Brasil e/ou em Portugal e onde quer que estejam pesquisadores interessados na história comum, principalmente nos países lusófonos, apoiados pelos Catálogos que se vão publicando, com a ajuda de novos parceiros.

Assim é que estão sendo disponibilizados:

**• Documentos Coloniais de Minas Gerais**

Foi o primeiro conjunto documental a ser concluído graças aos esforços e à coordenação do Prof. Dr. Caio César Boschi, que, desde 1989, vinha realizando a organização e catalogação dos cerca de 14.000 documentos, mais precisamente 13.969. O Ministério da Cultura, com o apoio de diversas instituições públicas e privadas: CNPq, Fundação VITAE, PUC-MINAS, MICROSERVICE, TAP-Air Portugal, VARIG, iniciava em 1994 a grande viagem pelo mar-oceano dos documentos para resgatar a memória histórica do Brasil contida nos documentos coloniais. Naquele momento foi decisiva a firme determinação do Ministro Francisco Weffort e a parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores. Seremos também para sempre gratos ao apoio recebido dos então Embaixadores do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira e Itamar Franco. O Catálogo, em três volumes, publicado pela Fundação João Pinheiro/Governo do Estado de Minas Gerais, em 1998, além de reproduzir os verbetes-resumos que antecedem os documentos originais na microfilmagem, e que visam a oferecer aos pesquisadores os elementos facilitadores da leitura do conteúdo dos mesmos, apresenta o acréscimo de extensos e complexos Índices que *remetem*, diretamente, aos documentos originais, em sua forma resumida e que se encontram nos seus dois primeiros volumes (Boschi, 1998) da mesma forma que às imagens dos mesmos nos microfimes ou em sua versão em CD-ROMS. Em significativa solenidade realizada em Belo Horizonte, no Palácio da Liberdade, com a presença do Governador e demais autoridades, o Ministro Francisco Weffort deu início ao processo de democratização do acesso aos documentos mineiros contidos nos rolos de microfimes e nos CD-ROMS, hoje plenamente disponibilizados e intensamente utilizados em diversas instituições, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em Brasília, como também em Portugal. Não mais são necessárias as custosas e demoradas viagens, nem se permite mais o manuseio dos documentos originais, com grande economia de tempo e de recursos dos pesquisadores e a certeza da preservação dos originais para futuras gerações. Esse imenso conjunto documental relativo a Minas Gerais poderá, no dizer abalizado do coordenador acadêmico do PROJETO RESGATE/MINAS, Prof. Boschi, *vir a desfazer muitos equívocos*

*historiográficos e fazer emergir novas problematizações, e ainda mais, trazer um conhecimento mais amplo e vertical das estruturas-administrativas das Minas Gerais Coloniais e das suas congêneres metropolitanas. São 174 rolos de microfílm transferidos para 54 CD-ROMs que oferecem aos pesquisadores cópias fiéis dos documentos originais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Cabe, agora, aos pesquisadores e historiadores desvelarem os véus que encobrem os fatos para escreverem a verdadeira história deste rincão brasileiro..*

### • Documentos do Espírito Santo

Também o conjunto documental da antiga Capitania do Espírito Santo, objeto de acurado estudo do Prof. João Eurípedes Franklin Leal, da Universidade Federal do Espírito Santo e hoje na Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), nos anos 70, foi re-estudado e reordenado, com a elaboração de novos verbetes-resumos antes de serem os documentos microfilmados. Neste trabalho contou com a colaboração do jovem paleógrafo Gilson Sérgio Matos Reis. Hoje estão os verbetes disponíveis na INTERNET na *home-page* do Arquivo Público do Espírito Santo e circulam nos centros de pesquisa e universidades do Estado, além do Rio de Janeiro, Brasília e de todo o Brasil, acompanhados de Catálogo com os verbetes e os Índices que facilitam a procura dos documentos de interesse específico dos pesquisadores. Devemos ao Prof. Franklin a possibilidade do PROJETO RESGATE dispor de seu antigo trabalho acadêmico, feito com o apoio de instituições financiadoras de pesquisa, particularmente dos recursos concedidos pela Fundação Calouste Gulbenkian. O Catálogo, publicado graças ao apoio do Secretário de Cultura do Estado, Dr. Maciel de Aguiar, e que foi lançado em solenidade realizada no Palácio Anchieta em Vitória com a presença do Governador do Estado, atingiu seu objetivo máximo: dinamizar a pesquisa nas fontes documentais coloniais sobre a antiga Capitania do Espírito Santo, ajudando a todos os que desejam se debruçar sobre o seu período colonial e que não mais precisam se deslocar até Lisboa para pesquisar e ter acesso aos documentos originais.

• **Documentos do Ceará**

A documentação do Ceará colonial tem sido desde sempre objeto de pesquisa e estudos dos mais significativos historiadores cearenses, entre os quais se destaca o seu vulto maior, o Barão de Studart. Nos anos 70 uma jovem professora cearense, Maria Célia de Araújo Guabiraba, foi até Lisboa, com bolsa da Fundação Gulbenkian para pesquisar nos documentos, à época armazenados em caixas e maços e que mais tarde foram totalmente re-organizados. A professora Maria Célia elaborou um Catálogo com verbetes-resumos da documentação que lera em Lisboa, dotando o mesmo de um Índice. O Catálogo que não chegou a ser publicado foi utilíssimo para os trabalhos posteriores realizados com os documentos desta Capitania. Com as novas achegas de documentos e re-organização completa, a documentação da Capitania do Ceará foi mexida e remexida ao longo dos tempos. No âmbito do PROJETO RESGATE procedeu-se a uma nova leitura paleográfica e à elaboração de verbetes agora padronizados segundo as exigências da sistemática em operação. Devido ao acréscimo de novos documentos, quase 30 por cento, foi necessário elaborar também um novo Índice. A documentação colonial do Ceará já se encontra inteiramente disponível em 22 rolos de microfilmes, transferidos para três CD-ROMS e, juntamente com o Catálogo, foi disponibilizada após lançamento em Fortaleza, na sede do Instituto do Ceará, em 1999, e está distribuído nos centros de pesquisa do Rio de Janeiro e Brasília, em cópias dos microfilmes e dos CDS. O Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá, da Universidade Federal do Ceará, esteve à disposição do PROJETO RESGATE para realizar e coordenar as novas pesquisas em Lisboa. Os trabalhos dos documentos do Ceará colonial contaram com o apoio financeiro da Caixa Econômica Federal/Sasse, do Banco do Nordeste e das fundações privadas cearenses Demócrito Rocha e Waldemar Alcântara, além do apoio e do entusiasmo do Senador Lúcio Alcântara e do Cel. Paulo Ayrton, Presidente do Instituto do Ceará. Os pesquisadores cearenses têm na figura do Barão de Studart o exemplo singular de labor documental quando no século XIX percorreu os arquivos europeus para copiar e trazer para o seus coetâneos os documentos coloniais. O Ministério da Cultura complementou os recursos que possibilitaram a realização dos traba-

lhos em Lisboa. O Instituto do Ceará foi o nosso parceiro constante, incentivando, apoiando e nos ajudando a superar as dificuldades e obstáculos e em sua sede foi realizada a solenidade de entrega dos documentos aos pesquisadores cearenses.

• **Documentos de Sergipe**

Graças ao esforço da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Thetis Nunes que, nos anos 70, dedicou-se em Lisboa a ler e verbetar os documentos de Sergipe colonial, pudemos, mais rapidamente, com a ajuda do Prof. Mestre Lourival Santana Santos, re-organizar os documentos, dando um ordenamento definitivo com os novos documentos que após este período tinham sido localizados. O paleógrafo e historiador sergipano Gilson Sérgio Matos Reis colaborou na revisão dos verbetes em Lisboa. Uma vez microfilmados em sete rolos de microfilme, os 619 documentos arrumados em capilhas deram origem ao Catálogo publicado pela Universidade Federal de Sergipe e a dois CD-ROMS. O conjunto documental hoje entregue à comunidade sergipana de pesquisadores são lidos e relidos sob as diferentes perspectivas daqueles que buscam informações dos mais diversos assuntos. As ajudas financeiras do Governo do Estado de Sergipe, da Fundação Clemente Mariani e do CNPq, complementaram as verbas do Ministério da Cultura e permitiram a conclusão dos trabalhos.

• **Documentos de Mato Grosso**

O conjunto documental composto hoje de 2.221 verbetes-resumos, foi microfilmado em 39 rolos de microfilmes e transpostos para nove CD-ROMS já pode ser pesquisado nos dois estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, graças à união de diversas instituições culturais e universidades, tanto que, no passado recente como hoje, souberam somar esforços e recursos com a inestimável colaboração da Casa da Memória Arnaldo Estevão de Figueiredo. Os trabalhos do PROJETO RESGATE relativos à documentação da antiga Capitania de Matto Grosso foram em muito facilitados e impulsionados pela ação dinâmica de Lélia Rita Euterpe de Figueiredo Ribeiro em cuja férrea vontade e determinação nos apoiamos sempre que foi necessário. A ela devemos o fato de já estar publicado o Catálogo de verbetes que dará

acesso às informações resumidas que remeterão aos *fotogramas* e aos *bits* que substituem os papéis guardados em Lisboa, mas que darão as mesmas informações aos interessados. O trabalho, no âmbito do PROJETO RESGATE, em Lisboa, contou com a colaboração de Dora Ribeiro e de Edvaldo de Assis, que consolidaram e ampliaram o antigo trabalho da professora Maria Cecília Guerreiro de Souza, da Universidade Federal de Mato Grosso/Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Importantes foram também os apoios dos Institutos Históricos dos dois Estados e de todas as Universidades, públicas e privadas.

• **Documentos de Alagoas**

O pequeno, mas não menos importante conjunto documental de Alagoas colonial, com os seus 532 verbetes-resumo, é bem o exemplo do esforço e da dedicação dos pesquisadores que, em Lisboa, além de suas tarefas formalmente programadas, se deixaram levar pelo encantamento e pela magia do trabalho que se instalou na equipe. Graças ao entusiasmo do Prof. Mestre Lourival Santana Santos, que foi além de suas tarefas, conseguimos rapidamente organizar os documentos alagoanos e microfilmá-los em nove rolos. Já estão disponibilizados em um CD que, juntamente com o Catálogo, publicado pela Universidade Federal de Alagoas, graças ao empenho do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Dr. Jayme Lustosa de Altavilla, já estão à disposição de todos.

• **Documentos do Rio Grande do Norte**

Estado com grande tradição na área da pesquisa histórica e berço de Luiz da Câmara Cascudo, não poderia o Rio Grande do Norte deixar de responder prontamente ao apelo do PROJETO RESGATE enviando um “jovem” pesquisador a Lisboa. Hoje, na trajetória sempre crescente da participação das mulheres no mundo do trabalho, foi-nos possível contar com o concurso de uma jovem professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Fátima Martins Lopes que, com grande competência e dedicação, debruçou-se sobre os documentos da antiga Capitania do Rio Grande do Norte para reorganizar, verbetar e preparar os Índices do Catálogo já na fase final

de impressão. São 684 documentos microfilmados em 12 rolos e digitalizados para um CD. Muitos documentos que estavam guardados em caixas de outras capitanias vieram para o seu lugar certo e hoje estão disponíveis para os pesquisadores locais. São documentos que certamente nunca seriam lidos pelos pesquisadores pois estavam inadvertidamente colocados nas caixas das Capitanias de Rio Grande de São Pedro, de Pernambuco, ou nas inúmeras caixas da Capitania da Bahia. Um antigo trabalho do Prof. Ivoncísio Meira de Medeiros na década dos anos 70 e que arrolou cerca de 400 documentos serviu de base para a catalogação definitiva dos documentos neste ano em que se comemora os 400 anos da cidade de Natal... Como em outros estados, o apoio do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Dr. Enélio Lima Petrovich, foi da maior importância.

• **Documentos da Antiga Capitania Do Rio Negro  
(atual Estado do Amazonas)**

Desde o início percebemos que o tratamento técnico a ser dado ao conjunto documental das antigas Capitanias do Maranhão, Pará e Rio Negro deveria ser realizado por uma mesma equipe e sob a mesma coordenação. Isto foi feito com o apoio e coordenação do Prof. Dr. Caio César Boschi que, tendo concluído os trabalhos referentes à documentação das Minas Gerais Colonial, colocou-se à disposição para, juntamente com a equipe que formara, enfrentar o desafio de separar os documentos imbricados dos três conjuntos documentais. Tarefa difícil e complexa, fez com que todos os prazos fossem ultrapassados, sucessivamente. E não podia ser diferente, era o próprio trabalho que impunha, exigindo sempre novas e novas revisões...

Finalmente, o menor dos conjuntos ficou pronto: a Capitania do Rio Negro, com precisos e preciosos 750 verbetes-resumos microfilmados em 21 rolos. O Catálogo está em fase final de publicação graças ao empenho do Reitor da Universidade do Amazonas, Dr. Walmir Albuquerque Barbosa e do Prof. Francisco Jorge dos Santos. Renova-se assim o entusiasmo e o labor dos antigos pesquisadores do Museu Amazônico/Centro de Estudos da Amazônia – CEDEAM. Em breve teremos disponibilizados os CDs e o Catálogo que, junta-

mente com os microfilmes, irão poder retratar os fatos ocorridos no vasto território amazônico durante este período de nossa História.

#### • Documentos do Maranhão

O Ministério da Cultura, com o apoio de recursos provenientes das mais variadas fontes – Governos dos Estados do Maranhão, Pará e Amapá, CNPq, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), AUEPAR/MA, deu condições ao Prof. Dr. Caio César Boschi e à sua equipe, coordenada a partir da PUC/MINAS, de enfrentarem o desafio de organizar os 13.118 documentos relativos à Capitania do Maranhão. Os trabalhos relativos à elaboração dos verbetes-resumos e dos Índices foram concluídos depois de muitas revisões e têm permitido a microfilmagem acelerada em Lisboa, em fase de conclusão, ao mesmo tempo em que se prepara, em São Luiz, sob a coordenação da Diretora do Arquivo Público do Estado, historiadora Maria Raimunda de Araújo, e do ilustre maranhense, Presidente da Academia Maranhense de Letras, Jomar Moraes, os volumes para a edição do Catálogo. Na seqüência, prepararam-se os CDs dos quase 200 rolos que abrigarão a integralidade dos documentos referentes à rica história do sofisticado estado do Brasil, já tão conhecido de todos pela presença da bela memória arquitetônica portuguesa na sua capital.

#### • Documentos do Pará

Igual esforço – também de enorme portada – está sendo feito neste momento em Lisboa para a revisão dos verbetes-resumos e a numeração definitiva dos documentos em suas capilhas. São mais de 13.000 documentos a serem posteriormente microfilmados. Seguindo-se as etapas já consagradas do PROJETO RESGATE, após a microfilmagem, serão produzidos os CDs e publicado o Catálogo. A visão global dos três conjuntos documentais trará certamente novas luzes ao estudo da penetração da região amazônica, ainda tão desconhecida de nós, neste ano 2000. Oxalá os fatos da história do nosso passado nos ensine, ao ocuparmos hoje sócio-economicamente a Amazônia, a preservar o equilíbrio ecológico necessário e indispensável ao Brasil e ao Mundo. De grande apoio e incentivo foi a atuação

dos diretores do Arquivo Público do Estado, professores Márcio Meira e Geraldo Mártires Coelho, eles que à frente de um dos mais ricos arquivos em acervo colonial conservado em nosso país deram ao PROJETO RESGATE o estímulo financeiro e acadêmico necessário. A documentação das três antigas Capitanias é de grande interesse para os novos Estados do Amapá, Acre e Rondônia, que receberão em CDs toda a documentação.

#### • Documentos de Santa Catarina

São 619 documentos já microfilmados em 11 rolos e digitalizados em um CD. Um primoroso Catálogo foi editado com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e da Assembléia Legislativa do Estado, fruto do empenho e do trabalho, em Lisboa, de dois pesquisadores do Departamento de História da UFS, Professores Doutores Élio Cantalício Serpa e Maria Bernadete Ramos Flores. Um ilustre pesquisador catarinense, Prof. Walter Piazza, merece ser sempre citado, ele que nos anos 70 empenhou-se na leitura e microfilmagem dos documentos para escrever a história da presença da colonização açoriana em terras catarinenses. O PROJETO contou com o apoio da FAPESP e VITAE, além de recursos do Ministério da Cultura.

#### • Documentos de Goiás

A documentação da antiga Capitania de Goiás que hoje abrange os Estados de Goiás e de Tocantins, estava toda por organizar. Era um daqueles conjuntos difíceis e que só com muito amor, dedicação e competência poder-se-ia conseguir o resultado a que se chegou em tão pouco tempo. Dois jovens pesquisadores, um vinculado à Universidade Católica de Goiás e a outra, da Universidade de Tocantins (UNITINS), respectivamente Antonio Cesar Caldas Pinheiro e Juciene Ricarte Apolinario, não pouparam o melhor de seus talentos acadêmicos e empenhos na leitura e re-ordenamento dos embaralhados documentos. A ajuda do Reitor da Universidade Católica de Goiás, Pe. José Pereira de Maria e do Prof. José Mendonça Teles foram essenciais na consecução de recursos, principalmente do BankBoston, presidido por um ilustre goiano, Dr. Henrique Meireles, recursos es-

ses que permitiram a microfilmagem dos 73 rolos dos documentos goianos que trouxeram para o Brasil os documentos indicados em 2.950 verbetes. Os rolos estão sendo digitalizados e o Catálogo encontra-se em fase final de preparação dos Índices para ser publicado pela Universidade Católica de Goiás / Instituto de Estudos e Pesquisas do Brasil Central para lançamento em breve. O apoio financeiro recebido do BankBoston através do ilustre goiano, o Dr. Henrique Meireles, foi inestimável. Essa contribuição de uma organização financeira estrangeira nos dá um exemplo da importância da Lei de Incentivos Fiscais do Ministério da Cultura que tem sido, talvez, um dos principais instrumentos de alavancagem dos projetos culturais no Brasil.

• **Documentos do Piauí**

A grande importância no período colonial da Capitania do Piauí é bem retratada pelo conjunto documental que abriga os 1.716 verbetes, microfilmados em 37 rolos de microfilmes, trabalho que acaba de ser concluído em Lisboa. Para realizar os trabalhos de organização e verbetização dos documentos piauienses, contou-se com o apoio de ilustre piauiense, o Pe. José Pereira de Maria, Reitor da Universidade Católica de Goiás, e a ajuda de inúmeros pesquisadores vinculados ao PROJETO RESGATE e atuantes em outras capitanias. Esperamos agora conseguir editar, com o apoio de instituições e organizações privadas daquele Estado, o Catálogo e preparar os CDs para entrega aos pesquisadores dos fatos que ocorreram no período colonial nas terras do hoje Estado do Piauí.

• **Documentos da Paraíba**

Para realizar os trabalhos de revisão do Catálogo produzido nos anos 70 pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elza Régis de Oliveira, somaram-se os esforços do Governo do Estado, do Ministério da Cultura e da Universidade Federal da Paraíba. Dois jovens pesquisadores e paleógrafos, coordenados pela competência e tranquilidade da Prof<sup>a</sup>. Elza Régis, que com a modéstia dos mestres juntou-se a nós, ajudando na reorganização, revisão e elaboração dos novos verbetes dos documentos. Trabalho difícil o de revisão deste conjunto documental e que tem

consumido muito esforço de todos, mas graças à modernização da INTERNET tem podido ser feito na ponte por *e.mail* Lisboa-João Pessoa... Espera-se a conclusão da revisão para darmos início à microfilmagem, pois sempre existem os últimos reajustes, indispensáveis em um conjunto documental armazenado em 50 caixas que gerou 3.523 verbetes. O Índice para a pesquisa está sendo preparado e em breve teremos o Catálogo e os CDs. Os professores Mozart Vergetti Menezes e Maria Vitória Barbosa de Lima foram incansáveis colaboradores em Lisboa e, ao seu trabalho, liderados pela experiência da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elza Régis de Oliveira, devemos sem dúvida a excelência dos trabalhos com os documentos da Paraíba. A Universidade Federal da Paraíba e o Governo do Estado não pouparam esforços na consecução dos recursos junto ao Ministério da Cultura/Fundo Nacional de Cultura para a realização dos trabalhos em Lisboa.

#### • Documentos das Capitanias do Sul

Este conjunto documental relativo à região sul brasileira está dividido em vários segmentos. Assim é que temos o conjunto do Rio Grande de São Pedro, Colônia do Sacramento, e umas poucas caixas com documentos indicados como Limites de Fronteira, Uruguay, Paraguay e Buenos Aires. Pelo imbricamento dos documentos e pela situação histórica peculiar da região, os documentos foram tratados com muito cuidado por equipes oriundas do Rio Grande do Sul, historiadores e paleógrafos, coordenados pelas Professoras Helen Osório, Susana Bleil de Souza e Ana Regina Berwanger. Documentos escritos em espanhol e até em francês compõem o conjunto das Capitanias do Sul, e muitas discussões técnicas foram travadas entre os membros da equipe para definir qual documento é de que conjunto. Trabalho também realizado com igual dedicação pelo paleógrafo e historiador que organizou a documentação da antiga Colônia do Sacramento, Prof. Sérgio Conde de Albite Silva. Todo o conjunto de cerca de 40 caixas está em fase de revisão sob a orientação da técnica superior do Arquivo Histórico Ultramarino, Isabel Amado. Uma vez liberados os verbetes de sua revisão final, os documentos serão microfilmados, até junho, ao mesmo tempo em que estarão sendo elaborados os Índices e preparada a editoração do Catálogo. Seguir-

se-á a digitalização dos rolos e a confecção dos CDs. Estima-se que até setembro se possa concluir todo esse trabalho na certeza de que a documentação referente às antigas capitânicas da região sul, tão rica de histórias e plena de situações diversas, interessará também aos pesquisadores do cone sul. Este conjunto documental conta com o apoio financeiro da FAPERS, FAPESP, da Fundação VITAE e do Ministério da Cultura.

#### • Documentos de São Paulo

A pujança econômica e cultural de São Paulo de hoje tem no seu passado colonial muito de suas raízes e explicações. Deve-se pois mergulhar com muita atenção nos documentos coloniais de São Paulo contidos em 103 rolos que abrigam 6.496 verbetes-resumo. Um alentado e minucioso Catálogo publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião das Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo com os verbetes produzidos pelo pesquisador português Alfredo Mendes Gouveia, contratado pelo governo do Estado de São Paulo, constitui-se na base de informações que sempre orientou os pesquisadores que iam até Lisboa ter acesso aos documentos integrais vistos em sua forma original. Quando foram retomados os trabalhos para a microfilmagem em conjunto da Capitania de São Paulo, com o apoio da FAPESP e a entusiasta coordenação acadêmica do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, identificou-se mais 30 caixas (além das 66 que continham os documentos verbetados por Mendes Gouveia) com documentação pertinente àquele contexto e que possuíam datas limites semelhantes. Daí a necessidade de uma revisão geral em todos os documentos para que pudéssemos organizar os documentos não trabalhados por Mendes Gouveia. O novo conjunto documental, inteiramente microfilmado em 33 rolos, juntou-se aos 73 rolos do conjunto de documentos de Mendes Gouveia e encontra-se agora em fase de digitalização para confecção dos CDs. Prepara-se uma publicação que reagrupe os dois conjuntos documentais, de forma a que o pesquisador dotado de novo e completo instrumento de pesquisa possa ter acesso de forma integrada aos documentos que permitirão sua ampla e profunda pesquisa. O CNPq, com o apoio de bolsas de estudos,

nos viabilizou a presença do elemento humano, necessário não só para a organização dos documentos da antiga Capitania de São Paulo como indispensável à re-visitação aos conjuntos documentais afins, de modo a retirar todo e qualquer documento relativo a São Paulo porventura existente em outros conjuntos documentais. Este trabalho tornou-se muito mais fácil graças também à presença da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Liberalli Bellotto, historiadora e arquivista de renome internacional que, com bolsa de pós-doutorado da FAPESP, acompanhou todo o trabalho em Lisboa, contribuindo com um profundo estudo sobre Glossário da Tipologia documental do período colonial, a ser publicado em breve, acoplado ao Catálogo consolidado dos documentos de São Paulo, o que trará muitas facilidades à melhor compreensão dos documentos. José Roberto de Souza, Eliane Bisan Alves, Gilson Sérgio Matos Reis estiveram diretamente sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Heloisa mergulhados nos verbetes de Mendes Gouveia e no resgate dos novos documentos.

#### • Documentos da Capitania de Pernambuco

Talvez seja este um dos maiores, senão o maior dos desafios a ser enfrentado pelas diversas equipes do PROJETO RESGATE. A documentação, ainda referenciada em lotes e maços, encontrava-se completamente desordenada e exigiu de todos e de cada um dos pesquisadores, que ao longo de quase três anos revezam-se em Lisboa lendo e relendo os documentos, preparando os verbetes resumos, um esforço quase sobre-humano. A conjugação de recursos provenientes da Prefeitura da Cidade de Olinda, do Governo do Estado de Pernambuco, juntamente com os recursos do PROJETO RESGATE/Ministério da Cultura e do CNPq fez com que após quase três anos de duro e ininterrupto trabalho, esteja em fase de conclusão a difícil revisão dos verbetes, com um cuidadoso e novo olhar dos documentos para dotá-los de uma cota definitiva. Inúmeros pesquisadores, professores da Universidade Federal de Pernambuco, coordenados pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Ferraz Barbosa, que contou com o apoio da paleógrafa Virgínia Almoedo, dos arquivistas-pesquisadores Hildo Leal da Rosa, Aneide Maria de Santana, além da equipe de mestres em História, Alexandre Alves Dias, Erika Simone de Almeida

Carlos, Maria Aparecida Vasconcelos Lopes, Maria Leda Oliveira Alves da Silva estiveram por meses a fio debruçados sobre os documentos, procurando desvendá-los e reunificá-los para que pudessem ser elaborados os verbetes-resumos. Olhos de pernambucanos dedicados a desvelar a história de sua terra, mas orientados pela indispensável alteridade obtida pela objetividade da postura metodológica, única capaz de evitar os viés que levam às distorções. A eles deverão todos os que, em futuro próximo ou remoto, já estarão lendo, em confortáveis leitoras de microfimes ou em pequenas telas de computadores, os documentos fac-similados que contarão os fatos da rica história da Capitania de Pernambuco, que no período colonial se projetou com enorme importância para a região nordestina. O desafio de conseguir os recursos para empreender, dentro em breve, a microfilmagem de mais de 350 rolos, a sua digitalização e a publicação do Catálogo com mais de 33.000 documentos em verbetes-resumos é de todos nós, pernambucanos e brasileiros, dos governos federal, estadual e municipal, além das empresas públicas e privadas. Oxalá consigamos dar início em junho, em Lisboa, à microfilmagem para podermos até o final do tempo destinado às comemorações dos 500 anos (abril 2001), lançarmos o Catálogo e disponibilizarmos os documentos a todos os brasileiros e interessados em nossa história colonial.

• **Documentos da Bahia**

É um dos poucos conjuntos documentais a possuir parte dele em Catálogos publicados. Eduardo de Castro e Almeida e Luisa da Fonseca, em um período que vai do início da década de 1910 até 1950, divulgaram para os pesquisadores brasileiros, em minuciosos verbetes-resumos, o conteúdo de 185 caixas de um total de 469. Ficaram ainda por organizar e verbetar exatas 284 caixas, o que foi feito, daí resultando 20.093 verbetes-resumos. Com mais de 50.000 verbetes-resumo os documentos da Capitania da Bahia mereceram de uma Fundação Cultural daquele Estado um apoio significativo. A Fundação Clemente Mariani, com a sensibilidade e a firme determinação de sua Presidente, Dr<sup>a</sup>. Maria Clara Mariani, e com o apoio do Banco BBM, contribuiu com os recursos necessários para a microfilmagem de todo o conjunto no Arquivo de Lisboa. Contribuição do Governo

do Estado permitiu a digitalização dos dois primeiros conjuntos anteriormente catalogados (Castro e Almeida e Luisa da Fonseca em um total de 31 CDs.). Espera-se a conclusão da microfilmagem em Lisboa para que se consiga novos recursos do Governo do Estado para a digitalização. Torna-se imprescindível a publicação de um Catálogo, consolidado, juntando os verbetes já publicados – mas de forma resumida uma vez que agora temos a visão completa dos originais – com os novos verbetes, uma vez que os documentos são complementares uns aos outros. Jovens pesquisadores mestres em História saíram da Bahia e dedicaram-se à leitura e à organização dos documentos novos e arquivistas experientes nos ajudaram a confrontar os Catálogos publicados nas duas primeiras décadas do século XIX com a situação dos documentos hoje re-arrumados no Arquivo Histórico Ultramarino. Neusa Esteves Fernandes, Avanete Pereira Sousa, Onildo Reis David, Lourival Santana Santos, e Márcia Gabriela de Aguiar Barreto integram a equipe que cuidou do acervo documental da exuberante Capitania da Bahia.

• **Documentos do Rio de Janeiro**

O grande conjunto documental relativo ao Rio de Janeiro concentra talvez o maior conjunto documental de interesse não só local, mas de todo o país, pois foi do Rio de Janeiro que se governou por mais tempo o Brasil colonial. Uma pequena parte dos documentos era conhecida através do Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida publicado pela Biblioteca Nacional a partir de 1910 onde, em minuciosos e extensos verbetes, se percebia, apenas se vislumbrava, a riqueza documental dos documentos originais. Em 88 caixas encontram-se guardadas ainda hoje aqueles documentos verbetados por Castro e Almeida, que depois de confrontados com os verbetes por arquivistas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro com o apoio da FAPERJ, foram microfilmados em 83 rolos de microfilmes e digitalizados. Encontram-se já disponíveis em sua totalidade aos pesquisadores interessados. Mas outra imensa massa documental depositada em mais de 350 caixas encontra-se neste momento em Lisboa sendo organizada, reordenada e verbetada por nova equipe que se renova sucessivamente neste trabalho, tão complexo quanto gratifi-

cante e que foi estimado em pelo menos dois anos, um dos quais já se passou. Paulo Knauss de Mendonça, Alexandre Samis, Margareth da Silva, Luiz Henrique Sombra, Cesar Augusto Ornelas Ramos e Gilson Sérgio Matos Reis debruçaram-se, com o apoio de jovens pesquisadoras portuguesas, Paula Gonçalves, Patrícia Alexandra Ramalho de Almeida e Teresa do Carmo Cação da Silva, nas inúmeras caixas. Serão quase 450 caixas abarrotadas de documentos, imbricados com todos os assuntos da terra descoberta em Porto Seguro. O avanço cuidadoso na leitura dos documentos é mais do que recomendável, pois os documentos reunidos na antiga Capitania do Rio de Janeiro falam de fatos e pessoas que sucederam-se por mais de 300 anos em todo o território nacional e é bem difícil conhecer-se todos e tudo. Arquivistas, historiadores e paleógrafos, enfim, pesquisadores, têm dado a sua contribuição à elaboração de uma dinâmica operacional conclusiva dos trabalhos com os documentos avulsos do Rio de Janeiro localizados no Arquivo Histórico Ultramarino. Uma vez concluído os trabalhos do Rio de Janeiro fecharemos os trabalhos no Arquivo Histórico Ultramarino, o que espera-se acontecer até abril do ano 2001, se os recursos forem disponibilizados com o apoio de todos os interessados, pois o Ministério da Cultura por si só não tem condições de custear a microfilmagem dos rolos necessários para a transferência dos documentos em sua integralidade informacional. Espera-se a contribuição do Comitê Executivo para as Comemorações do V Centenário que tem reconhecido o PROJETO RESGATE como um dos projetos emblemáticos do ano 2000 e que permanecerá por longos e longos anos. Uma pequena parte, cerca de 25 por cento, exatamente aquelas caixas verbetadas por Eduardo de Castro e Almeida, já foi microfilmada com recursos do Ministério da Cultura/PROJETO RESGATE. Anseia-se assim que se materializem as contribuições de outros, além do apoio imprescindível da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que nos concedeu bolsas de estudos para pesquisadoras portuguesas especialistas em História do Brasil, graças à sensibilidade de seus Comissários Gerais, primeiro, o Prof. Antonio Manuel Hespanha e agora o Prof. Joaquim Romero de Magalhães. Eles que, como pesquisadores, sabem dos benefícios e das facilidades que os acervos organizados e disponibilizados irão causar em todo e qualquer tipo de pesquisa e de estudo. Terão certamente os seus exem-

plos seguidos por muitos.

• **Documentos organizados em códices**

O conjunto de documentos organizados em Códices, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, sempre foi um desafio para os pesquisadores interessados na História do Brasil. Este desafio, que um antigo trabalho de Alberto Iria tentou resolver de forma incompleta, conclui-se agora com a microfilmagem em 230 rolos de quase 800 Códices. Esforço ao qual se dedicou o pesquisador português e técnico superior arquivista do Arquivo Histórico Ultramarino, José Sintra Martinheira, com a ajuda de outros funcionários do AHU. Todos os antigos verbetes de Alberto Iria foram confrontados com os Códices e novos verbetes foram feitos para apoiar a microfilmagem. Graças aos recursos da Fundação Calouste Gulbenkian e do Ministério da Cultura, todos os Códices que contêm documentos sobre o Brasil estarão disponíveis no Brasil em microfimes e em CDs e o Catálogo encontra-se em fase de publicação. Os trabalhos relativos aos Códices complementarão os objetivos do PROJETO RESGATE no que diz respeito à incorporação dos documentos avulsos que, sendo complementares e muitas vezes inéditos, são indispensáveis à completa percepção dos fatos históricos. Estão nos Códices exemplos de documentos com preciosos e belíssimos traços, com desenhos magníficos de um Brasil colonial que têm deslumbrado a todos os que os manuseiam, mesmo operadores de microfilmagem e da digitalização, que apesar de estarem a fazer trabalhos técnicos e não serem capazes de lerem as páginas manuscritas, param momentaneamente o seu labor para apreciarem, de relance, as ilustrações, muitas vezes coloridas, que enriquecem a nossa documentação colonial.

• **Iconografia e cartografia**

A rica e significativa documentação cartográfica e iconográfica que faz parte dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, anexados aos documentos manuscritos ou aos Códices, mereceram por parte do PROJETO RESGATE um tratamento especial, uma vez que os microfimes a preto e branco e a sua dimensão de 35 mm traria perda de informações preciosas. Um projeto especial para fotografar

em cromos, foi elaborado e executado por fotógrafos credenciados cromos estes que estarão no Brasil à disposição de todos no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional e, uma vez digitalizados, disponibilizados juntamente com os conjuntos dos documentos avulsos e os Códices. Mais de mil cromos já foram produzidos com recursos do Ministério da Cultura, faltando apenas a complementação de cerca de 400, para que se possa preparar a catalogação definitiva do conjunto relativo ao Brasil, existente no Arquivo Histórico Ultramarino. São desenhos que retratam o período colonial, a criação das cidades, dos edifícios, da nossa flora e fauna, a topografia, os rios, e as primeiras imagens dos habitantes. Os fotógrafos Paulo Cintra e Laura Castro Caldas têm produzido imagens belíssimas que serão disponibilizadas para todos.

### **Concluindo com agradecimentos**

Sem dúvida que o trabalho que apenas tracejei neste artigo que ultrapassou o número de páginas estabelecido inicialmente não teria sido possível realizar sem o apoio, a colaboração, a dedicação e a competência da equipe de funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino, desde a sua diretora, Dr<sup>a</sup>. Maria Luisa Abrantes, aos técnicos superiores do Arquivo, José Sintra Martinheira, Isabel Amado Assunção, Miguel Infante e a todos os demais que vêm conosco colaborando.

Não precisaria dizer o quão difícil têm sido esses anos de trabalho intenso, com um ritmo acelerado, a que nos obrigam os recursos, sempre limitados, e o tempo que nos preme à conclusão em abril do ano 2001.

Uma palavra também de reconhecimento às empresas que estão a microfilmar, nas dependências do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e que habitualmente se excedem, indo além dos recursos que lhes são pagos, demonstrando mais do que o interesse econômico e a necessidade de se demonstrarem, profissionalmente, eficientes e competentes. Foram além, muito além, integrando-se ao PROJETO RESGATE, à nossa comunidade de trabalho, como se dela fossem uma parte natural. Às empresas EMECO e SCANSYSTEM nas pessoas de seus dirigentes e operadores o reconhecimento e a gratidão de todos nós,

brasileiros e portugueses, ao darem o suporte técnico à nossa tarefa. Uma atenção e um cuidado especiais têm sido dedicados aos trabalhos, pois não se pode acelerá-los sem prejuízo dos originais e isto ficou desde o início bem compreendido pelas duas empresas em Lisboa.

Também não poderíamos deixar de enfatizar os mais profundos agradecimentos ao apoio que desde o seu início, em 1994 e mesmo antes, nos anos 80, vimos recebendo do Dr. Antonio Gomes da Costa, Presidente do REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, e, por último, da TAP-AIR PORTUGAL e da VARIG, que não se cansam de atender aos pedidos de excesso de bagagem feitos pela Coordenação Técnica do PROJETO RESGATE em viagens constantes, no leva-e-traz de rolos de microfilmes, de caixas e cintas protetoras que envolvem os microfilmes desse longo período de história comum. Cada um tem contribuído com o melhor de seu *engenho e arte*, para lembrar o nosso poeta maior, Luís de Camões. Sem o apoio de todos que se somaram num formidável esforço comum, o PROJETO RESGATE seria ainda apenas um sonho e não uma realidade. Aos poucos, companheiros de trabalho que, no Gabinete do Ministro, no Palácio da Cultura, aqui no Rio de Janeiro, ou em Brasília, cada um a seu modo, têm dado à Coordenação do PROJETO RESGATE o apoio de infra-estrutura e os subsídios das inúmeras pesquisas em bibliotecas e arquivos, Mirtes Moraes, José Carlos Baptista de Andrade e Mário Afonso Carneiro, o mais sincero obrigado.

E VIVA O DOCUMENTO!

Obs.: Este texto foi publicado originalmente pela *Revista Convergência Lusitana*, nº 17 - especial. Rio de Janeiro, Gabinete Português de Leitura, 2.000

## NOTAS

- 1 - Rodrigues, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo, Ed. Companhia Editora Nacional/MEC/INL, p. 275.
- 2 - In: Introdução da 4ª edição da publicação do referido texto de

- von Martius. Rio de Janeiro, IHGB, 1991.
- 3 – Neste sentido veja-se José Honório Rodrigues em seu magnífico livro de referência *A Pesquisa Histórica no Brasil*, (Rodrigues, 1978).
- 4 – In Explicação à 7ª edição, *Capítulos de História Colonial* de João Capistrano de Abreu, por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte, 1988. Ed. Itatiaia/EDUSP.
- 5 – Cabe aqui dar notícia do PROJETO REENCONTRO que, em boa hora e medida, está sendo levado a efeito no Brasil, sob a égide do Centro Damião de Góis, da Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses. Trata-se da microfilmagem nos arquivos e bibliotecas brasileiras dos documentos *interessantes* para Portugal, do período colonial, notadamente os documentos do período joanino. Documentos das coleções como a de Morgado de Mateus, do Conde de Linhares, do Marquês de Lavradio, de Alberto Lamego, dos Códices do Conde da Torre e dos documentos conservados no Arquivo Público da Bahia, do Pará, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Histórica do Itamaraty, no Arquivo Nacional e onde mais tiverem documentos que complementem os documentos armazenados nas diversas instituições portuguesas. Exemplo a ser considerado é o da documentação da Casa dos Contos, cujos documentos espalham-se em três cidades brasileiras, depositados em quatro instituições, sendo que em Portugal encontra-se a outra parte. Uma vez iniciado o sistema de intercâmbio, no âmbito da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental comum, fruto de Protocolo entre os governos do Brasil e de Portugal, só agora devemos conseguir os recursos e estabelecer o *modus operandi*. Documentos transferidos de Portugal para o Brasil e do Brasil para Portugal somando-se esforços em favor dos pesquisadores interessados no Brasil Colônia e na presença da Corte portuguesa no Brasil, com D. João VI. Aos acordos bi-institucionais sucedem-se os acordos bi-nacionais e multi-

- institucionais, trazendo para a História comum novas achegas documentais, muitas delas até há bem pouco tempo desconhecidas da maioria dos pesquisadores.
- 6 – In. Alberto Iria, Prefácio da edição fac-similada do Códice História dos Animais e Árvores do Maranhão, AHU, Lisboa, 1967.
- 7 – *Alguns documentos de interesse para a História do Brasil*. Apostila do Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Municipal do Porto. Revista Brasília, vol. VII, Coimbra, 1953.

### BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7ª ed. revisada, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988.
- BERTOLETTI, Esther Caldas. *Microfilme e Memória Nacional*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Papéis Avulsos, 12. Rio de Janeiro, 1994.
- \_\_\_\_\_. Et Alii. In: *200 anos C. F. Ph. von Martius*. São Paulo, Fundação Martius, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Documentos Históricos: preservação e acesso. Responsabilidade de todos (discurso de posse)*. Separata da Revista do IHGB a.158, nº 397. Rio de Janeiro, 1998, p. 1051-1069.
- BOSCHI, Caio César (Coord.). *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* (Lisboa). Índices de Junia Ferreira Furtado. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- CASTRO E ALMEIDA, Eduardo. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vols. I a V – Bahia, 1913-1918, vols. VI a VIII e LXXI. Rio de Janeiro, 1921-1951.
- FONSECA, Luisa de. Índice abreviado dos documentos do século XVII, do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa relativo à Bahia. In. Anais do I Congresso de História da Bahia, vol II. Salvador, 1950.

- JUCÁ, Gisfran Nazareno Mota (Org.). Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Ceará (1618-1832). Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- LEAL, João Eurípedes Franklin (org.). Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania do Espírito Santo (1585-1822). Vitória, Arquivo Estadual/Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, 1998.
- LEAL, Frei Cristovão de. *História dos animais e árvores do Maranhão*. Prefácio de Alberto Iria. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Ultramarinos, 1967.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª ed. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/INL, 1978.
- NUNES, Maria Thetis e SANTOS, Lourival Santana. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da capitania de Sergipe (1619-1822)*. Aracaju, Ed. Universidade Federal de Sergipe, 1999.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *Barão do Rio Branco: esboço da história do Brasil*. Brasília, IRPU/Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.
- MARTIUS, Karl Freidrich Phillip von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Rio de Janeiro, IHGB, 1991. (Coleção Capistrano de Abreu).

**DOCUMENTOS SOBRE MATO GROSSO EXISTENTES  
NO ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

*Coletados por Elizabeth Madureira Siqueira*

<p>Apontamento para o dicionário corográfico da província de Mato Grosso – Barão de Melgaço – DL 113.19</p>	<p>Brasões da Cidade de Mato Grosso – João Severiano da Fonseca – Lata 36 – Doc. 14</p>
<p>Catálogo das latitudes, longitudes geográficas (Col. José Bonifácio) DA 2.4. 4 1</p>	<p>Catálogo dos governantes, capitães-generais e Presidentes da Província de Mato Grosso. – Lata 12, doc. 13</p>
<p>Compêndio histórico cronológico das notícias de Cuiabá e repartição da Capitania de Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim de 1817 – Joaquim da Costa Siqueira – Lata 343 – doc. 30</p>	<p>Cópias fotográficas da 1ª página dos jornais de Sta. Catarina, Mato Grosso, Paraná e outros – s/d. 1825-1827 – Lata 490 – Pasta 48</p>
<p>Correspondência do governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Vila Bela 1772-1803. Arq. 1.4.37-40.</p>	<p>Correspondência reservada de José Vieira Couto de Magalhães a João Lustosa da Cunha Paranaguá (1867-1868) 14 doc. – Lata 313 – Pasta 23.</p>
<p>Cronologia, orografia, geografia, história e dicionário da província de Mato Grosso – Antônio Rolim de Moura, 1751-1764. Arquivo de Assunção, Microfilme arm. 1 – prateleira 1 – escan. 25 – Pasta 492/1-8 – 493/1-4</p>	<p>Descrição abreviada do rio Paraguai e da Província do Paraguai e da Província de Mato Grosso. Lata 14 – doc. 14</p>

<p>Descrição da cidade de Mato Grosso, antiga Vila Bela, seguida de certos pontos históricos – João d’Almeida Mens. São Luís de Cáceres, 16/1/1876 – Lata 136 – Doc. 36</p>	<p>Descrição geográfica da capitania de Mato Grosso (rios e índios que habitam suas margens) e do Paraguai até onde vai o domínio português. Viagem da Capitania de São Paulo a Vila de Cuiabá – Ricardo franco de Almeida Serra. S/1, 1797, 51 p. – Lata 337 – doc. 16</p>
<p>Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais escritos por José Barbosa de Sá nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – ano de 1769 (cópia) 463 fls - Arq. 1.3.4</p>	<p>Diário da viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do rio Negro até Vila Bela, capital do governo de Mato Grosso – extraído do original existente na Secretaria da Presidência da Província de Mato Grosso. Ricardo Franco de A. Serra. Vila Bela, 20/8/1790 – 50 p. (Col. Senador Nabuco) Lata 381, Pasta 39</p>
<p>Dicionário topográfico, histórico e descritivo da província de Mato Grosso. 95H – UNESCO – Arq. Nacional de Assunção – Arm. 1, prat. 2, Escan. 1, Pasta 11/3-8 e 12/1-7</p>	<p>Documentos oficiais portugueses e espanhóis relativos aos limites do Império Brasileiro na Província de Mato Grosso – compilados por Augusto Leverger. Cuiabá, 25/6/1850 – Livro manuscrito, 192 fls. Arq. 1.1.46</p>
<p>Exploração da Província de Mato Grosso. Rodolpho Warhneltd – Petrópolis, 3/8/1863 – 16 fls. (Publ. RIHGB, t. 27 – parte 1 – p. 193)</p>	<p>Gruta do Inferno na província de Mato Grosso – João Severiano da Fonseca – Lata 24 – Doc. 1</p>

<p>Índices dos ofícios dos governadores de Pernambuco, São Paulo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, etc. 1508-1809.</p>	<p>Índios de Mato Grosso e diversos relatórios, cartas e desenhos. 944 – UNESCO – Arq. Nacional de Assunção – Arm. 1, Prat. 1, Escan. 25, Pasta 500/6-8</p>
<p>Instruções que o Marquês de Pombal deu a Luís Pinto de Sousa Coutinho. Lisboa, s/d., Lata 112 – Doc. 21</p>	<p>Instruções pelas quais se deverá reger a comissão encarregada da construção da estrada estratégica de Cuiabá ao Araguaia, no Estado de Mato Grosso. Aviso de 2 de setembro de 1894 (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra) (Col. General Solon) Lata 559 – Pasta 37 – 1894 – 4 fls</p>
<p>Itinerário da viagem feita pelo Cap. Joaquim Antônio Xavier do Vale à Província de Mato Grosso pelos rios Tibagi e Brilhante. Miranda, 15/8/1855. Lata 92 – Doc. 12</p>	<p>Itinerário de Joaquim Francisco Lopes para verificar a navegação entre o porto de Antonina e a província de Mato Grosso pelo Baixo Paraguai – 1848 – Lata 92 – Doc. 9</p>
<p>Limites da província de Mato Grosso com as repúblicas confinantes e termos de posse e fundação da Vila de Casalvasco. S/d., 8 fls. Lata 168 – Doc. 6</p>	<p>Lista bibliográfica sobre Mato Grosso (datilografada), 5 p. – Lata 567, Pasta 16</p>
<p>Longitudes e latitudes de diferentes lugares das províncias de SP, GO e MT. s/d., Lata 92, Doc. 14</p>	<p>Mato Grosso: seu clima e constituição médica – Memória pelo Dr. João Severiano da Fonseca – 1878 – 46 fls. – Lata 92, Doc. 21</p>
<p>Minas de Ouro do Diamantino, Mato Grosso, Cuiabá e arraiais que existiram na vila de</p>	<p>Nações indígenas de Mato Grosso. Memória oferecida ao Cel.</p>

<p>Diamantino – Agrimensor João Augusto Caldas. Arm. 1, Escan. 25, Prat. 1, Pasta 489/1-7 a 500.</p>	<p>Galdino Justiniano da Silva Pimentel. S/d., s/l., 6 fls – DL 19.24</p>
<p>Ofício de Ângelo Munis da Silva Ferraz ao Instituto Histórico sobre o “Rio dos Bois” na província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 29/11/1865 – 3 fls., Lara 109 – Doc. 19 – nº 1</p>	<p>Ofício de Manuel Pedro Drago, comandante das Forças Expedicionárias junto ao Rio dos Bois ao Conselheiro Antônio Saraiva dando notícias deste. Rio de Janeiro, 19/11/1865 – 3 fls. – Lara 109 – Doc. nº 2</p>
<p>Ofício do Barão de Lages a Luís de Albuquerque acerca da comissão de que este estava encarregado na Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 19/12/1825 – Lata 60 – Doc. 87</p>	<p>Ofício do Capitão Francisco Caldas Thompson ao Gal. Solon a respeito da exumação e transladação dos restos mortais das vítimas da hecatombe de 7/5/1892, Acompanha atestados, relação das despesas e cópia da carta para o Cap. Francisco C. Thompson. (Col. Gal. Solon) – Lara 558 – Pasta 103 – 1895 – 5 docs</p>
<p>Ofício do Gal. De Brigada Carlos Machado de Bittencourt ao Cel. Solon cumprimentando-o pela sua nomeação para Governador e Comandante das Armas do Estado de Mato Grosso. (Col. Gal. Solon) – Lara 558 – Pasta 15 – 1891</p>	<p>Ofício do Governador de Mato Grosso sobre as providências para promover o aumento do comércio – 1777 – 4 fls. Lata 108 – Doc. 31</p>
<p>Ofício do Presidente da Província de Mato Grosso, Herculano Ferreira Pena, ao Ministro da Marinha, Joaquim José Inácio, remetendo o relatório de José</p>	<p>Ofício do Sargento-Mor Engenheiro José Antônio Teixeira Cabral a João Carlos Augusto Oeynhausen sobre o encanamento das águas dos ribeirões do</p>

<p>Henrique de Sousa Aguiar sobre o Estaleiro de Dourados – 1862 – 2 docs. Lata 407 – Doc. 2</p>	<p>Mutuca, Mutuquinha e Rio dos Peixes e nivelamento do terreno. Acompanha prancha, aquarela do perfil do terreno. Cuiabá, 1814. Lata 350 – Doc. 47</p>
<p>Ofícios do Governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro sobre o ataque ao Forte de Coimbra e expondo o estado da capitania – 1801. Lata 86 – Doc. 6</p>	<p>Ofícios do Barão de Melgaço, Vice-Presidente de Mato Grosso, ao Conselheiro Nabuco de Araújo (Ministro da Justiça) solicitando providências contra o ataque de índios e melhoria das estradas entre a província de MT e a de Goiás. Em anexo, cópia do officio do Chefe de Polícia de Mato Grosso, Firmo José de Mattos, ao Barão de Melgaço – 1866 – 17 pgs. Lata 364 – pasta 4</p>
<p>Três ofícios sobre a canhoeira Parnaíba, sob o comando do Cap. Tem. Miguel Ribeiro Lisboa, que seguira em missão reservada para Mato Grosso a fim de fortificar a fronteira da Província no Baixo Paraguai, comunicação desta missão pelo quartel general da Marinha ao comandante em chefe das forças navais de Mato Grosso. Instruções do Cap. Tenente para serem submetidas à aprovação da Secretaria do Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, março de 1881 – 6 fls. Lata 333 – Doc. 51</p>	<p>Ordem Geral do governo provisório da Província de Mato Grosso passada a favor do Sargento-mor Luís D'Alincourt a fim de facilitar a execução do seu trabalho. Cidade de Santíssima Trindade, 1824. Requerimento seguido de atestado em favor do mesmo encarregado da Comissão Estatística e Topográfica de Mato Grosso. Cuiabá, 6 de outubro de 1828. DL 178.29</p>

<p>Papéis avulsos de Mato Grosso respeitante aos antigos governadores Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Rolim de Moura e Cap. Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra – 1748-1805. Ministério do Ultramar – AHU – Arm. 1, Escan. 2, Prat. 1, Pasta 31/35</p>	<p>Portaria de 13/8/1825 desaprovando o ato do governo provisório de Mato Grosso que anexou a Província de Chiquitos pertencente à Bolívia. Rio de Janeiro, 13/8/1825. Lara 326 – Doc. 28</p>
<p>Projeto de demarcação dos confins da capitania de Mato Grosso com a de Goiás. Por Luís Pinto de Sousa Coutinho. Vila Bela, 4/5/1769. Lata 45 – Doc. 25</p> <p>Relatório apresentado ao Ministro do Império pelo Diretor Geral dos Índios da Província de Mato Grosso, Joaquim Alves Ferreira. Cuiabá, 2/12/1848. Lata 69 – Doc. 19</p>	<p>Relação das feitorias e estabelecimentos que devem dispor e ordenar para o efeito e consolidação do importante plano de ilimitada extensão do Comércio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão com as capitânicas de Mato Grosso, de Cuiabá e de todas as regiões confinantes com as referidas capitânicas e com as de São José do Rio negro – 1772. Lata 107 – Doc. 11 – nº II</p>
<p>1835-1882 – Resumo dos Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso. UNESCO – Arquivo Nacional de Assunção – Armário 1, Escan. 1 – Prat. 2 – Pastas 7/1-8 a 10/1-5 e 12/8 a 14/4</p>	<p>48 – Representação da Câmara Municipal de Mato Grosso justificando o seu procedimento por ocasião do assassinato do Ouvidor Geral – 1778. Lata 69 – Doc. 41</p>

<p>Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte. Memória descritiva por Alfredo D'Escragnole de Taunay – 1869. Lata 35 – Doc. 4</p>	<p>Situação do Mato Grosso, seu descobrimento de Minas e estabelecimento de seus arraiais, por José Gonçalves da Fonseca, 1750. 14 fls. Lata 68, Doc. 14</p>
<p>Correspondência mantida entre o IHGB e o Conselho Nacional de Geografia e o Governo do Estado de Mato Grosso sobre as matérias que justificaram o projeto de diminuição da área do Estado de Mato Grosso, com cópia dos esclarecimentos prestados pelo Senador Vicente Bezerra Neto e pelo Deputado Edson Garcia sobre o assunto. Rio de Janeiro, 1963. 6 docs. Lata 571 – Pasta 29</p>	<p>Cartas do Almirante João Batis-ta das Neves ao Dr. Pedro Celestino Corrêa da Costa. Lata 489 – Doc. 32</p>
<p>Balanço da receita e despesa do ouro na Provedoria da Fazenda Real das demarcações da capitania de Mato Grosso. Anos 1782 a 1788. Vila Bela, 1789, 30 p. (Arq. Virgílio Corrêa Filho). Lata 762, Pasta 19</p>	<p>Bibliografia sobre Mato Grosso organizada pelo Dr. Virgílio Corrêa Filho. S/l., s/d., 10 p. Lata 761, Pasta 16</p>
<p>Cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governadores da capitania de Mato Grosso ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a expedição àquela capitania. Vila Bela, 1789 a 1791, 12 docs. Lata 282 – Pasta 6</p>	<p>Caderneta de notas do Dr. Virgílio Corrêa Filho com notícias da Capitania de Mato Grosso, 1718 a 1774, sobre vários assuntos. 70 fls. Lata 761 – Pasta 26. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>

<p>Correspondência entre Gabriel de Sousa Filgueiras a Antônio Rolim de Moura, governador da capitania de Mato Grosso sobre o novo tesoureiro da demarcação de limites, viagem ao Orinoco, etc. 1761, 7 p. Lata 762 – Pasta 22. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Cópia manuscrita sobre visita às Missões dos Padres da Companhia de Jesus. Cuiabá, 29/9/1743, 52 p. Lata 762 – Pasta 16. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Diário da expedição que fez do Presídio de Nova Coimbra, pelo rio Paraguai abaixo, por ordem do Governador da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, onde se ativeram algumas conferências com os Guaicurus ou Cavaleiros. Vila Bela, 1777. Lata 21 – Doc. 23</p>	<p>Correspondência de Lázaro de Ribera, Governador da Província de Assunção e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da capitania de Mato Grosso sobre limites entre Portugal e Espanha. Assunção/Vila Bela, 1797-1802, 5 docs., Lata 762 – Pasta 8. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Estado atual das três Companhias pagas da guarnição de Mato Grosso do dia 31 de dezembro de 1817 e orçamento da despesa, etc. 1817. Lata 55 – Doc. 3</p>	<p>Documentos relativos ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e seus auxiliares por ocasião da expedição filosófica aos domínios de S. Majestade Fidelíssima. 1783-1792, 29 docs. Lata 282 – Pasta 2. (Coleção Manuel Barata)</p>
<p>Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, por ordem do Ministro da Guerra, Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, pelo Cap. Luís Soares Viegas. Aulmak, 24/6/1859. Lata 39 – Doc. 14</p>	<p>Extrato da descrição geográfica da capitania de Mato Grosso feita em 1797. DL 194.3 (Col. Mal. Andréa)</p>

<p>Memória das expedições feitas desta Capitania do Pará para a de Mato Grosso desde o mês de novembro de 1783 até o mês de abril do presente ano de 1788. Doc. N° 20. Lata 284 – Doc. 2. (Col. Manuel Barata)</p>	<p>Mato Grosso: navegação do rio Tapajós para o Pará feita pelo Ten-Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1799, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Acompanha tábua das latitudes e longitudes. Roteiro da capitania de Mato Grosso, 1799. 3 docs. Lata 283 – Pasta 8</p>
<p>Memória cronológica da Capitania e Intendência do Ouro, por Filipe José Nogueira Coelho. Lata 167 – Pasta 5</p>	<p>Memória sobre a decadência das três capitanias e os meios de as reparar. Por José Manuel de Siqueira, professor régio de Filosofia, no ano de 1802. 10 p. Lata 763 – Pasta 16. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Ofícios do governador da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. Francisco de Sousa Coutinho, governador da capitania do Pará, sobre as dificuldades encontradas e o ataque espanhol ao Presídio de Coimbra. Vila Bela, 1799 a 1801, 4 docs. Lata 762 – Pasta 5. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Ofício de Rodrigo de Sousa Coutinho ao Cap-Gal. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sobre a defesa da capitania de Mato Grosso e a administração de Luís de Albuquerque. Queluz, 3/3/1798. Lata 762 – Pasta 3. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Ofícios do governador da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro a D. João Manuel de Meneses, solicitando socorro com tropa, munição e ouro. Relata ataque espanhol e sua derrota. Vila Bela, 1801-1802, 4 docs. Lata 163, Pasta 7. (Arquivo Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Ofícios do governador da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, governador da capitania de São Paulo sobre assuntos daquela capitania e exploração do rio Iguatemi. Vila Bela, 1801, 2 docs. Lata 762 – Pasta 6. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>

<p>Papéis avulsos das autoridades da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Rolim de Moura e Ricardo Franco. 1748-1799, 76 p. 1752 - 1805. 45 fls. Lata 478 – Doc. 27 – nº I e II. (Arquivo Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Ofícios do governador da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro a Tristão da Cunha Meneses sobre a invasão dos espanhóis em território português. Vila Bela, novembro de 1797, 6 p. Lata 762 – Pasta 2. (Arquivo Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Período governamental dos governantes de Mato Grosso, organizado pelo Barão de Melgaço, 1751-1802, datilografado, 2 p. Lata 763 – Pasta 14. (Arquivo Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Parecer de Duarte da Ponte Ribeiro sobre o manuscrito que descreve a capitania de Mato Grosso. Lata 574, Pasta 9. (RIHGB, T. 4, p. 107)</p>
<p>Termo de fundação do novo estabelecimento intitulado Vila Maria do Paraguai na capitania de Mato Grosso. 6/10/1778, 8 fls. Lata 102 – Doc. 14</p>	<p>Representação sobre a mudança da capital de Vila Bela para Cuiabá. s/l, s/d. Lata 69, Doc. 7</p>
<p>Ofício do governador do Pará, D. Rodrigo de Sousa Coutinho com mapas de 1800. Lata 108 – Doc. 3</p>	<p>Trabalho sobre a capitania de Mato Grosso (sem autor). Lata 763 – Pasta 2. (Arquivo Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Ofícios de Manuel da Costa Pereira ao General Solon cumprimentando-o pela sua eleição como Deputado Federal por Mato Grosso. Lata 558 – Pasta 79. (Coleção Solon)</p>	<p>Ofício da Junta apuradora de votos do paço da Intendência municipal de Cuiabá ao Gal. Solon, enviando cópia autografada da ata de apuração geral dos votos para eleger dois deputados para o Congresso Nacional. Lata 558 – Pasta 52, 2 docs. (Coleção Solon)</p>

<p>Anotações diversas sobre o Estado de Mato Grosso e resumo dos comentários de Alvar Nunez Cabeça de Vaca. 24 p. Lata 763 – Pasta 21. (Arquivo Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Eleições na Província de Mato Grosso – apontamentos e recordações. Lata 763, 39 p. Lata 763 – Pasta 8</p>
<p>Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a João Pereira Caldas anexando relação do material necessário a viagem da expedição filosófica. Barcelos, 5/2/1788, 10 p. Lata 195 – Doc. 22. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira)</p>	<p>Cartas de José Joaquim Freire ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira sobre as dificuldades para obtenção de apoio para a expedição de Mato Grosso ao Pará- 5/3 a 20/4 de 1788. Doc. 49 a 50. Lata 282 – Livro 3. (Coleção Manuel Barata)</p>
<p>Ofícios sobre ataques dos castelhanos. Rio de Janeiro, 1763 – 9 fls. Lata 110 – Doc. 30</p>	<p>Registro de uma portaria para se avaliar a Fazenda de gado de S. Majestade denominada Caiçara, por Ricardo Franco de Almeida Serra e Manuel Rebelo Leite. Vila Bela, 3/12/1784. Lata 762 – Pasta 18. (Arquivo Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Ofício do governador de Mato Grosso discorrendo sobre o comércio com os castelhanos e a falta de sacerdotes – 1778, 4 fls. Lata 108 – Doc. 29.</p>	<p>Instruções para o governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 13/8/1771. Lata 58 – Doc. 2</p>
<p>Carta de H. Rodrigues da Fonseca ao Gal. Solon comunicando assinatura do Decreto nomeando-o para governar Mato Grosso. Lata 558 – Pasta 42. (Coleção Gal. Solon)</p>	<p>Abaixo-assinado enaltecendo a administração do Presidente da Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno. 20/4/1838. DL 1114.2.</p>

<p>Extrato da coleção de certidões passadas ao governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres pelo secretário do mesmo, Joaquim José Cavalcanti de Albuquerque. 1789. Lata 49 – Doc. 3</p>	<p>Declaração de José Antônio Pimenta Bueno à Assembléia Legislativa de Mato Grosso solicitando demissão do cargo de Presidente da Província. 1838. DL 1114.3</p>
<p>Artigos de Gustavo Barroso sobre acontecimentos da História do Brasil publicados em “O Cruzeiro”. Rio de Janeiro, 1954/1955, 7 doc. 9 fls. Lata 800 – Pasta 61</p>	<p>Parte do despacho de 18/6/1891 sobre a anulação da eleição efetivada a 3 de janeiro e dados referentes aos atos do Gal. Solon quando governou Mato Grosso. Lata 559 – Pasta 24. (Coleção Gal. Solon)</p>
<p>Correspondência alusiva à publicação do Livro de História de Mato Grosso de autoria de Virgílio Corrêa Filho. Rio de Janeiro, 1964-1965. Lata 761 – Pasta 31</p>	<p>Cartas do Cap. Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao cap. Do Pará, Francisco de Sousa Coutinho informando sobre o comércio entre as duas capitânicas. Vila Bela, 1799-1802. Lata 134 – Doc. 1</p>
<p>Descrição das Igrejas e Capelas de Mato Grosso (Vila Bela), sepulturas de Ricardo franco, Taunay. Lata 762 – pasta 27. (Arq. Virgílio Corrêa Filho).</p>	<p>História de Mato Grosso, por João Barbosa de Faria. Capítulos I a VI – Período colonial (incompleto). Lata 319, 17 p</p>
<p>1º Centenário da Imprensa no Brasil, por Estêvão de Mendonça. Lata 284 – Pasta 14</p>	<p>Breve memória sobre a Imprensa em Mato Grosso, por Estêvão de Mendonça. 12 p. Lata 682 – Pasta 27</p>
<p>Lei estadual nº 540, de 1910, concedendo a Otávio da Costa Marques ou empresas o privilégio</p>	<p>Ofício do Frei José Maria de Macerata ao Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freira, Presi-</p>

<p>gio, por 90 anos, para construção, uso e gozo de uma Estrada de Ferro que partia do Jauru. Lata 639 – Pasta 10. (Coleção Carlos Sampaio)</p>	<p>dente da Província de Mato Grosso, enviando seu trabalho descritivo dos índios, relação das nações indígenas pelo Bispo D. José Antônio dos Reis. Cuiabá, 1843, 34 p. Lata 763 – Pasta 19.</p>
<p>Pareceres do Visconde de Olinda sobre a inconstitucionalidade na aprovação de lei sem o nº exigido de votos. Rio de Janeiro, 1845-59, 4 doc. Lata 205 – Doc. 36. (Coleção Marquês de Olinda).</p>	<p>Ofício de Augusto Leverger (Barão de Melgaço) à Secretaria do IHGB remetendo o que havia de impresso sobre a Legislação da Província de Mato Grosso, 1869. Lata 333 – doc. 2</p>
<p>Ofício de Evaristo Josetti, chefe do distrito telegráfico de Mato Grosso descrevendo os limites do Estado de Mato Grosso com o Paraguai, Bolívia, Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais e Paraná. Carta de José Ferreira de Vasconcelos enviando comentários sobre os limites citados. Lata 345 – Pasta 44</p>	<p>Cartas de Alípio Gama a Virgílio Corrêa Filho excluindo-se da responsabilidade sobre o resultado da demarcação. Manaus, 1912 / Rio de Janeiro, 1912. Lata 488 – Doc. 3</p>
<p>Sobre a administração das Minas, por José Bonifácio de Andrada e Silva. Lata 191 – Doc. 18. (Coleção José Bonifácio).</p>	<p>Bosquejos da evolução literária de Mato Grosso – entregue por Virgílio Corrêa Filho à Federação das Academias de Letras do Brasil. Rio de Janeiro, 1958, 12 p. Lata 961 – Pasta 11</p>
<p>Indicação do Pe. Joaquim José Gomes da Silva acerca das vantagens da mudança da capital de Mato Grosso (Vila Bela) para Vila Maria</p>	<p>Provisão de D. José I a Antônio Rolim de Moura sobre permissão de comunicação de Mato Grosso com o Pará- Lata 762 – Pasta 17. Lisboa, 1752</p>

<p>Informações sobre o modo por que se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso e o que pode estabelecer para maior vantagem do comércio de Mato Grosso, D. Francisco de Sousa Coutinho. Pará, 4/8/1897, 17 fls. Lata 281 – Pasta 5.</p>	<p>Portaria de João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz, acerca de mudança da capital de Mato Grosso para o Alto Paraguai. Rio de Janeiro, 9/2/1824. Lata 762 – Pasta 13</p>
<p>Relatório e orçamento apresentado pelo engenheiro Cap. P. Ferreira Neto relativo às obras militares em Corumbá, Mato Grosso. Lata 559 – Pasta 33, 1893, 2 doc. (Coleção Gal. Solon)</p>	<p>Ofício de Giácomo Raja Gabaglia ao Dr. Joaquim Fernandes Pinheiro a respeito da notícia sobre a província de Mato Grosso escrita por Joaquim Ferreira Moutinho. Lata 163, Pasta 13</p>
<p>Carta de Herculano Ferreira Pena a Caxias discorrendo sobre a província de Mato Grosso. Lata 355 – Pasta 31</p>	<p>Carta do Gal. Ponce ao Cel Solon sobre a promulgação da Constituição de Mato Grosso. Lata 558 – Pasta 81. (Coleção Gal. Solon)</p>
<p>Cartas do Gal. Ponce ao Gal. Solon sobre movimento militar em Corumbá. Lata 558-882, 1892. (Col. Gal. Solon)</p>	<p>Carta de S. P. de Barros ao Gal. Solon a respeito de artigo publicado no “Clarim”. Lata 558 – pasta 13</p>
<p>Cartas de S. P. de Barros ao Gal. Solon colocando-o a par da situação política de Mato Grosso. Lata 558 – Pasta 14, 1899. (Coleção Gal. Solon)</p>	<p>Cartas de João de Moraes e Mattos ao Gal. Solon sobre sua eleição para o Congresso nacional. Lata 558 – pasta 66, 1892. (Coleção Gal. Solon)</p>
<p>Memórias do sertanista Joaquim Francisco Lopes – O povoamento do Sul de Mato Grosso. Doc. Armário 4, Gav. 3, nº 31</p>	<p>Cartas e telegrama de Manuel José Murtinho ao Gal. Solon sobre a situação política de Mato Grosso. Lata 558 – Pasta 75. (Coleção Gal. Solon)</p>

<p>Carta Patente passada em virtude do decreto de 9/10/1879, nomeando o Barão de Maracaju comandante das armas da Província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 24/10/1879. DA 2.3.5. (Arq. Visconde de Maracaju)</p>	<p>Relação dos Presidentes da Província de Mato Grosso: 1881 a 1892. Lata 168 – Doc. 11</p>
<p>Cartas de Joaquim Felicíssimo de Almeida Lousada ao Conselheiro sobre a situação da Província de Mato Grosso. Cuiabá, 1865, 3 p. Lata 762 – Pasta 29. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Carta de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo ao IHGB oferecendo o itinerário do Cap. Joaquim Antônio Xavier do Vale pela Província de Mato Grosso, em 1855. Lata 510 – Pasta 30</p>
<p>Divisão eclesiástica e civil da província de Mato Grosso – Lata 762 – Pasta 26. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Certidão passada em favor do Sargento-mor Luís D’Alincourt, encarregado da comissão estatística de Mato Grosso. Cuiabá, 6/10/1828. Lata 178 – Doc. 29</p>
<p>Documentos relativos ao crédito da passagem do rio Grande, limite Mato Grosso/Goiás. Direção Dr. Americano do Brasil. Lata 178 – Doc. 46</p>	<p>Documentos relativos à província de Mato Grosso – revolta de 30/4/1834 – Processo criminal, Sociedade dos Zelosos da Independência, etc. 1834-1836. Lata 762 – Pasta 24. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Indicação do Pe. Joaquim José Gomes da Silva acerca das vantagens da mudança da (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>	<p>Exposição das idéias do Presidente de Mato Grosso sobre o aumento e melhoria da navegação pelo rio Paraguai e criação de núcleos de colonização. Rio de Janeiro, 15/10/1858, por José da Silva de Miranda Reis. Lata 206 – Doc. 48</p>

<p>Memória militar sobre o rio Paraguai na província de Mato Grosso, publicada no Jornal do Comércio, 1845, pelo Cel. Zeferino Pimentel Moreira Freire. Rio de Janeiro, 1º/5/1845, 7 p. Lata 763 – Pasta 11</p>	<p>Mapa da população de Vila Bela e distritos, 1816. Lata 136 – Doc. 32</p>
<p>Ofício de Dionísio Leite Ribeiro enviando ao IHGB cópia da <i>Breve memória corográfica da província de Mato Grosso</i>, de Augusto Leverger. Lata 565 – pasta 17</p>	<p>Observação sobre a carta geográfica da província de Mato Grosso, por Augusto Leverger. Lata 41 – Doc. 9</p>
<p>Ofício do desembargador Ernani Lins da Cunha ao IHGB oferecendo livro de juramento dos Presidentes da Província de Mato Grosso, 1847-1889 e outros documentos. 16/4/1962. Livro 708 – Pasta 37</p>	<p>Ofício de Luís Aleixo Boulanger ao 1º secretário do IHGB oferecendo documentos de terceiros sobre a província de Mato Grosso – Lata 565 – Pasta 7, 1868</p>
<p>Roteiro da viagem do Brilhante, província de mato Grosso, ao porto de Tibagi-PR, por Antônio Monteiro de Mendonça, 1854, 3 p. Lata 381 – Pasta 50. (Col. Senador Nabuco)</p>	<p>Portaria de João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz, Ministro do Império, acerca da mudança da capital para a vila do Alto Paraguai Diamantino. Rio de Janeiro, 9/2/1824. Livro 762 – Pasta 13. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, S. Lourenço e Arinos e notícia descritiva da província de Mato Grosso, por Bartolomé Bossi (Versão e Notas de J. Arthur Montenegro). S/d., s/l. Livro 338 – Doc. 23</p>	<p>Portaria do Governador e Capitão-General de Mato Grosso, João Carlos de Oeynhausén de Gravemburgo de Carvalho contra a publicação de um pasquim. Cuiabá, 20/2/1813. Lata 762 – Pasta 30. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>

<p>Telegrama de Alencar dirigido a D. Francisco de Paula Rodrigues Alves sobre a revolta em Mato Grosso. Assunção, 25/8/1906. Lata 808 – Pasta 11. (Coleção Rodrigues Alves)</p>	<p>Relação dos representantes de Mato Grosso de 1823 a 1889 na Assembléia Constituinte. Lata 763 – Pasta 27. (Arq. Virgílio Corrêa Filho)</p>
<p>Cartas de Luís Adolfo Correia da Costa ao Dr. Prudente de Moraes relatando a situação política de Mato Grosso, a anulação da eleição, etc. 1899/1900, 2 doc. Lata 596 – Pasta 73. (Coleção Prudente de Moraes)</p>	<p>Carta de Firmo José de Mattos a João Lustosa da Cunha Paranaguá relatando a situação de Cuiabá, o desânimo da população e o receio da invasão paraguaia, 1866, 2 doc. Livro 312 – Pasta 29</p>
<p>Mato Grosso e Goiás: seu devassamento e ocupação – por Virgílio Corrêa Filho. Lata 761 - Pasta 8</p>	<p>Divertimento admirável para os historiadores curiosos observarem as máquinas do mundo nos sertões da navegação das minas de Mato Grosso – 1783. Lata 50 – Doc. 3. (anônimo)</p>
<p>Relação exata e noticiosa do que se tem passado nas fronteiras de Mato Grosso desde o ano de 1759 até 1764. Lata 51 – Doc. 17. (anônima)</p>	<p>Ligeiro histórico anônimo e a pedido do comandante Thiers Fleming sobre limites entre Mato Grosso e Pará e o convênio de 7/11/1900. Lata 633 – Pasta 5</p>



[www.graficadefanti.com.br](http://www.graficadefanti.com.br)  
Av. Tancredo Neves, 405 - Jd. Palmeiras  
Fone (65) 627-6610



É imenso e dadivoso, Majestade,  
Opulento, fértil, desmedido,  
O imenso império luso de além mar...  
Ele é, da Coroa, o mais fúlgido brilhante,  
A jóia primorosa, fascinante,  
Qual, melhor não se pode arquitetar.

*Palavras de Alexandre de Gusmão ao  
Rei de Portugal, D. João V - séc. XVIII.*